



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

**A IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS EM SÃO SEBASTIÃO
DA BOA VISTA – PA: AÇÕES CONCRETAS OU PRESSUPOSTOS PARA O
REGIME DE COLABORAÇÃO?**

BELÉM-PA
2014

VANESSA DO SOCORRO SILVA DA COSTA

**A IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS EM SÃO SEBASTIÃO
DA BOA VISTA – PA: AÇÕES CONCRETAS OU PRESSUPOSTOS PARA O
REGIME DE COLABORAÇÃO?**

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Educação, vinculado ao Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Ney Cristina Monteiro de Oliveira.

BELÉM-PA
2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Costa, Vanessa do Socorro Silva da , 1985-
A implantação do plano de ações articuladas
em são sebastião da boa vista - pa: ações
concretas ou pressupostos para o regime de
colaboração? / Vanessa do Socorro Silva da
Costa. - 2014.

Orientadora: Ney Cristina Oliveira.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal
do Pará, Instituto de Ciências da Educação,
Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém,
2014.

1. Educação e Estado - São Sebastião da Boa
Vista (PA). 2. Inovações educacionais. I.
Título.

CDD 23. ed. 370.98115

VANESSA DO SOCORRO SILVA DA COSTA

**A IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS EM SÃO SEBASTIÃO
DA BOA VISTA – PA: AÇÕES CONCRETAS OU PRESSUPOSTOS PARA O
REGIME DE COLABORAÇÃO?**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação,
vinculado ao Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do
Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.**

BANCA EXAMINADORA

**Prof.^a Dr.^a Ney Cristina Monteiro de Oliveira
Instituto de Ciências da Educação/ICED
Universidade Federal do Pará/UFPA
Orientador (a)**

**Prof.^a Dr.^a Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos
Instituto de Ciências da Educação/ICED
Universidade Federal do Pará/UFPA
Avaliador Interno**

**Prof.^a Dr.^a Magna França
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Avaliador Externo**

**Apresentado em: ____ / ____ / ____
Conceito: _____**

Dedico este trabalho aos meus pais João Costa e Mariza Costa, e aos meus amigos que foram importantes no percurso trilhado até aqui.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo amor perfeito e puro que me deu o dom da vida.

Aos meus pais, pelo amor incondicional e por serem exemplo de vida para mim – duas pessoas que me deram tudo o que preciso: AMOR!

À família Costa, da qual orgulho em fazer parte, pois é composta por mulheres fortes, batalhadoras e sempre perseverantes.

Aos meus irmãos de alma Vinícius Lobo, Vivian Costa, Natália Costa e Sâmia Mota, que me deram todo apoio nos momentos em que mais precisei e que me incentivaram a seguir em frente. Obrigada pela amizade sincera e pelo afeto gratuito, vocês são o melhor presente que Deus pôde me dar.

À minha orientadora, Profa. Dra. Ney Cristina Monteiro de Oliveira, pois se meu caminho não tivesse cruzado com o dela, certamente não teria chegado aqui. Obrigada pela oportunidade dada no início da minha trajetória acadêmica em 2006, quando fui chamada para ser bolsista da Pró-Reitoria de Extensão da UFPA. Você confiou e acreditou em mim, por isso agradeço imensamente a amizade, o carinho, os conselhos, os puxões de orelha e também por ser esse exemplo de profissional ética, dedicada e amorosa em relação à atividade docente. Tenha a certeza de que lhe admiro muito.

Aos meus amigos Rodrigo Rafael, Adriana Dias, Rodrigo Rodrigues, Fernando Filho, Carla Moreira, Maryellen, Claudia Gonçalves, Maíra Carvalho, Karla Mangas, Iva, Profa. Dra. Socorro Coelho, Prof. Dr. Orlando Nobre, que sempre torceram para que tudo desse certo, obrigada pelo carinho.

À minha amiga do Mestrado Izete Magno, por tornar esta longa jornada mais leve e agradável. Conseguimos, amiga!

Ao grupo GEEDH, na figura do Prof. Dr. Alberto Damasceno e Profa. Dra. Émina Santos, que me deram a oportunidade de conhecer e trabalhar com o PAR. Aqui fica minha gratidão pela vivência deste trabalho.

À equipe do PARFOR-UFPA, composta pela Profa. Ludetana, Aline, Suelem, Ana Paula, Ruty, obrigada pelo carinho e por confiar no meu trabalho como docente.

À Profa. Magna França e à Profa. Terezinha Monteiro, pela leitura cuidadosa e pelas contribuições na banca de qualificação e defesa.

À Secretaria Municipal São Sebastião da Boa Vista, pela acolhida e por disponibilizar todas as informações que precisei para realizar esse trabalho.

À Universidade Federal do Pará (UFPA), instituição da qual faço parte desde 2005 e que transformou minha vida. Muito orgulho em fazer parte.

À CAPES, pelo incentivo e apoio financeiro, e a certeza da concretização do meu sonho.

Tudo parece impossível até que seja feito.
Nelson Mandela

RESUMO

O presente trabalho teve origem na realização de pesquisa desenvolvida pela equipe do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará que analisou o processo de elaboração, implantação e implementação do Plano de Ações Articuladas (PAR) no estado do Pará, no período de 2008 a 2011. Esta Dissertação teve por objetivo analisar o PAR desenvolvido no Município de São Sebastião da Boa Vista e a sua configuração como instrumento para implementar o Regime de Colaboração entre os entes federados. Trata-se de um estudo de caso de caráter qualitativo que contou com trabalho de campo, com realização de entrevistas com os atores envolvidos em todo o processo de implantação do PAR. O estudo também contou com a análise das legislações (Constituição Federal 1988, LDB/9.394, Plano Nacional de Educação, PDE, Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, entre outras). A revisão bibliográfica realizada partiu das contribuições de estudiosos sobre a política educacional brasileira, como Carlos Roberto Jamil Cury, Luiz Fernandes Dourado, Fernando Haddad, José Carlos Libâneo e Demerval Saviani. A partir dos resultados encontrados, observamos que o PAR é um valioso instrumento para organização da gestão da educação municipal, que permite o ente federado conhecer a sua realidade, e também auxilia o Município ao sinalizar suas necessidades e propor ações e subações para mudar sua realidade. No entanto, a execução do Plano depende de fatores alheios para que o município atinja a execução total do que foi planejado, em muitas ações é necessário um aporte financeiro específico. Diante dos resultados dessa pesquisa também foi possível observar que o PAR desenvolvido no Município de São Sebastião da Boa Vista, representou uma inovação no planejamento do trabalho da Secretaria Municipal de Educação, se constituiu em um complexo desafio em termos de sua efetivação, pois revelou a fragilidade de articulação e de cumprimento das metas, e da efetividade de um legítimo regime de colaboração entre os entes federados.

Palavras- Chave: Políticas Públicas Educacionais, Plano de Ações Articuladas, Educação Municipal, Regime de Colaboração.

ABSTRACT

This work originated in conducting research developed by the Institute of Education Sciences, Federal University of Pará who analyzed the process of developing, deploying and implementing the Joint Action Plan (RAP) team in the state of Pará, in the period 2008 to 2011. This thesis aimed to analyze the PAR developed in São Sebastião da Boa Vista and its setting as a tool to implement the scheme Collaboration among federal entities. This is a qualitative case study that included fieldwork with interviews with the actors involved in the whole process of implementation of PAR. The study also included the analysis of the laws (Constitution 1988 LDB/9.394, National Education Plan, PDE, Commitment Plan on Education for All, among others). The literature review set out the contributions of scholars on the Brazilian educational policy and Roberto Carlos Jamil Cury, Luiz Fernandes Dourado, Fernando Haddad, José Carlos Libâneo and Demerval Saviani. From these results, we observed that PAR is a valuable tool for management organization of municipal education, which allows the federal entity to know its reality, and also assists the municipality to signal their needs and propose actions and subactions to change your reality . However, the implementation of the Plan depends on factors unrelated to the municipality to achieve full implementation of what was planned, many actions in a specific financial contribution is required. Given the results of this research was also observed that PAR developed in São Sebastião da Boa Vista, represented an innovation in planning the work of the Municipal Education Department, constituted a complex challenge in terms of its effectiveness, as revealed fragility of articulation and fulfillment of goals, and the effectiveness of a legitimate scheme of collaboration among federal agencies.

Keywords : Public Policy Education , Joint Action Plan , Municipal Education Contribution System .

ABREVIATURAS E SIGLAS UTILIZADAS

ASSIM-PAR	Projeto de Assessoramento Integrado aos Municípios no Planejamento de Ações Articuladas no Estado do Pará
ABE	Associação Brasileira da Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CF	Constituição Federal
CTE	Cadastro de Tecnologias Educacionais
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica
GTRU	Grupo de Trabalho da Reforma Universitária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LSE	Levantamento da Situação Escolar
MEC	Ministério da Educação
MONIPAR	Monitoramento E Acompanhamento Dos Planos De Ações Articuladas Nos Municípios Paraenses
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAR	Plano de Ações Articuladas
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDE- ESCOLA	Plano de Desenvolvimento da Escola
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PNDR	Plano Nacional de Desenvolvimento da República
PSECD	Plano Setorial da Educação, Cultura e Desporto
PPP	Projeto Político Pedagógico
PRADIME	Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação

PRÓ- CONSELHO	Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação
PRÓ- INFÂNCIA	Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SIMEC	Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação
SINTEPP	Sindicado dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Síntese por dimensão do PAR.....	27
Quadro 02:	Federalismo e os seus movimentos no âmbito educacional.....	50
Quadro 03:	Incumbências dos Entes Federados.....	54
Quadro 04	Regime de colaboração condicionantes e Indicadores.....	55
Quadro 05:	Guia prático de ações	97
Quadro 06:	Número de matrículas por modalidade de ensino.....	111
Quadro 07	Quantitativo de Profissionais da Educação da Rede Municipal de Ensino.....	111
Quadro 08:	Dimensão 1 - Gestão educacional.....	118
Quadro 09	Panorama geral de subações planejadas na dimensão 01 do PAR de são Sebastiao da Boa Vista	119
Quadro 10:	Quantitativo de subações distribuídas na dimensão 01.....	121
Quadro 11:	Dimensão 2 - Formação de Professores e dos Profissionais de serviço e apoio escolar e Condições de trabalho.....	123
Quadro 12:	Panorama Geral de subações planejadas na dimensão 02 do PAR de São Sebastiao Da Boa Vista.....	124
Quadro 13:	Quantitativo de subações distribuído na dimensão 02.....	124
Quadro 14:	Dimensão 3 - Práticas Pedagógicas e Avaliação.....	130
Quadro 15	Panorama geral de subações planejadas na dimensão 03 do PAR de São Sebastiao da Boa Vista.....	131
Quadro 16:	Quantitativo de subações distribuídos na dimensão 03.....	132
Quadro 17	Dimensão 4 - Infraestrutura física e Recursos pedagógicos.....	134
Quadro 18:	Panorama Geral de Subações Planejadas Na Dimensão 04 do PAR de São Sebastião da Boa Vista.....	135
Quadro 19	Quantitativo de subações distribuídos na dimensão 04.....	137
Quadro 20	Total de subações distribuídas nas quatro dimensões do PAR de São Sebastião da Boa Vista no período de 2008 – 2011.....	140

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Situação da execução das subações do PAR no período de (2008-2011).....	31
Gráfico 02	Comparativo do IBEB do Brasil com o São Sebastião da Boa Vista.....	36
Gráfico 03	Situação dos comitês locais do PAR (2008-2010).....	100
Gráfico 04	Principais Dificuldades da Implantação do PAR no Pará.....	100
Gráfico 05	Principais avanços nos municípios paraenses.....	101
Gráfico 06	Síntese por dimensão do PAR do Município de São Sebastião da Boa Vista.....	117
Gráfico 07:	Subações da dimensão 01 sob responsabilidade do município de São Sebastião da Boa Vista	121
Gráfico 08:	Subações da dimensão 01 sob responsabilidade do MEC.....	122
Gráfico 09:	Subações da dimensão 02 sob responsabilidade do município de São Sebastião da Boa Vista.....	129
Gráfico 10:	Subações da dimensão 02 sob responsabilidade do MEC.....	130
Gráfico11:	Subações da dimensão 03 sob responsabilidade do município de São Sebastião da Boa Vista	133
Gráfico 12	Subações da dimensão 03 sob responsabilidade do MEC.....	133
Gráfico 13	Subações da dimensão 04 sob responsabilidade do município de São Sebastião da Boa Vista.....	137
Gráfico 14	Subações da dimensão 04 sob responsabilidade do MEC.....	138
Gráfico 15	Total de Subações sob responsabilidade do município de São Sebastião da Boa Vista.....	141
Gráfico 16	Total de Subações sob responsabilidade do MEC.....	145

LISTA DE FIGURAS

Figura 01-	Mapa da região do Marajó.....	37
Figura 02-	Mapa do estado do Pará e suas 12 mesorregiões.....	94
Figura 03:	Fluxograma da elaboração do PAR.....	96
Figura 04	Vista aérea do município de são Sebastião da Boa Vista.....	105
Figura 05:	Localização do município de são Sebastião Boa Vista.....	107
Figura 06:	Mapa da mesoregioa do marajó.....	107
Figura 07	Trapiche de são Sebastião da Boa Vista.....	108
Figura 08	Pista de pouso de são Sebastião da Boa Vista.....	108
Figura 09:	O barco é o principal meio de transporte no município.....	109
Figura 10	Palafitas sobre o rio Boa Vista.....	110
Figura 11	IDEB de São Sebastião da Boa Vista referente aos anos/series iniciais.....	112
Figura 12	IDEB de São Sebastião da Boa Vista referente aos anos/series finais.....	112
Figura 13	Elaboração do Diagnóstico do PAR.....	116
Figura 14	Mapa Mental – PAR.....	116

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 FEDERALISMO E REGIME DE COLABORAÇÃO NA	40
EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	
1.1 O Federalismo no Brasil.....	42
1.2 Federalismo e Educação: descentralização e centralização	49
1.3 A legislação e o regime de colaboração na área educacional:	
diretrizes políticas e legislação.....	51
2 PLANEJAMENTO COMO INSTRUMENTO DA GESTÃO NA	
POLITICA EDUCACIONAL: O CONTEXTO DAS	
CONSTITUIÇÕES FEDERAIS E OS PRINCIPAIS PLANOS	
GOVERNAMENTAIS A PARTIR DA DÉCADA DE 1930.....	57
2.1 O Planejamento educacional e o contexto das reformas no	
Brasil: diretrizes políticas – principais documentos e	
legislação.....	59
2.2 Planejamento educacional e gestão: elementos para a	
construção de políticas públicas governamentais.....	71
2.3 Configurações do planejamento educacional brasileiro: PNE	
(2010), PDE (2007), PAR (2008).....	75
3 O PAR EM SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA – MARAJÓ- PA:	
UMA ANÁLISE DA EFETIVAÇÃO DO REGIME DE	
COLABORAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES	92
3.1 O PAR no Pará.....	93
3.2 O lócus da pesquisa: São Sebastião da Boa vista.....	103
3.3 A implementação do PAR (2008-2011) no município de São	
Sebastião da Boa Vista: O desenvolvimento das quatro	
dimensões.....	113
3.3.1 A elaboração do Plano de Ações Articuladas (2008-2011).....	115
3.3.2 Gestão educacional	118
3.3.3 Formação de Professores e dos profissionais de Serviço e	
Apoio Escolar.....	123

3.3.4	Práticas Pedagógicas e Avaliação.....	130
3.3.5	Infraestrutura física e Recursos Pedagógicos.....	134
3.4	O regime de colaboração entre instituições.....	147
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
	REFERÊNCIAS.....	158
	ANEXOS.....	164

INTRODUÇÃO

Em meio à luta pelo processo de democratização do Brasil vivenciado nas décadas de 1970 e 1980, os debates instalados indicavam uma maior descentralização político-administrativa, tentavam superar a centralização do poder, imposto pelo período do regime militar vigente. Essa forma de gerir o Estado por meio das ações de “descentralização centralizadora¹”, no qual Abrucio (2005) considera que foram sendo descentralizadas algumas funções administrativas e fiscais do Estado e ao mesmo tempo centralizando outras responsabilidades cruciais na formulação de políticas, influenciou na remodelação do federalismo brasileiro, como aponta Abrucio (2005, p.46):

Um novo federalismo nascia no Brasil. Ele foi resultado da união entre forças descentralizadoras democráticas com grupos regionais tradicionais que se aproveitaram do enfraquecimento do governo federal em um contexto de esgotamento do modelo varguista e do Estado nacional desenvolvimentista a ele subjacente. O seu projeto básico era fortalecer os governos subnacionais e, para uma parte desses atores, democratizar o plano local.

Barroso (1996, p.11) aponta que a descentralização é

[...] um processo, percurso, construído social e politicamente por diversos autores (muitas vezes com estratégias e interesses divergentes) que partilham o desejo de fazer do “local” um lugar de negociação/uma instância e um centro de decisão.

Já a década de 1990, marcada pela reforma do Estado brasileiro sob a égide da modernização da gestão pública e a construção de um aparelho de Estado mediador, percebe-se que as tarefas do Estado passam a ser milimetricamente delimitadas, ou seja, há uma redefinição do papel do estado. Como nos mostra, Bresser Pereira (1997, p.23).

¹Novaes e Fialho (2010) a partir da visão do Roversi-Monaco (2005) consideram que centralização e descentralização são conceitos tão associados que só podem ser explorados integralmente no plano teórico, considera ainda que a centralização e a descentralização se apresentam em estado imperfeito por não encontrar um sistema político-administrativo que esteja orientado estritamente por um ou por outro conceito, ou seja, uma estrutura organizacional descentralizada, portanto, é possível encontrar elementos de centralização e vice-versa. A despeito de se reconhecer certa imprecisão acerca do conceito de descentralização e centralização, em linhas gerais pode-se considerar que esses termos se caracterizam como um processo que confere às estruturas político-administrativas locais, autoridade para formulação e decisão acerca de suas políticas e necessidade de natureza local.

Na reforma do Estado as atividades exclusivas de Estado devem, naturalmente, permanecerem dentro do Estado. Podemos distinguir dentro dela, verticalmente, no seu topo, um núcleo estratégico, e, horizontalmente, as secretarias formuladoras de políticas públicas, as agências executivas e as agências reguladoras.

Ao lado da descentralização, inclui-se a privatização do Estado, onde o mercado é defendido como o *locus* da garantia da eficiência e da eficácia não obtidas no espaço público, e como esfera que propicia um controle "mais geral, mais difuso e automático" (SIMIONATTO, 2000).

Ainda Simionatto (2000, p.1) explicita como esse estado no contexto da reforma era compreendido:

Inepto, ineficaz, ineficiente, responsável pelo déficit público são alguns dos adjetivos mais comuns que integram o discurso para designar a crise estrutural do Estado e cimentar a cultura que distorce e destrói a necessidade de sua existência. É no interior desse discurso que vem se fortalecendo a dicotomia entre "público" e "privado", caracterizando-se por público tudo o que é ineficiente, aberto ao desperdício e à corrupção, e por privado a esfera da eficiência e da qualidade.

Nesse momento de questionamento de eficiência do estado vale à pena recuperar a visão de Coutinho (2006) em que ele nos mostra que o Estado é o instrumento utilizado para adequar a sociedade civil à sociedade econômica, assim o Estado seria uma ferramenta para garantir as condições da produção, mas também seria aparelho ideológico. A economia seria a estrutura, já a sociedade civil e o Estado fariam parte da superestrutura. Trata-se, portanto, do Estado ampliado.

A redefinição do papel do Estado assume a partir da década de 1990 o racionamento dos recursos públicos, de forma a reduzir o papel do Estado negociador dos processos de relação econômica como aponta Coutinho (2006):

Desse modo, o sentido último da "reforma" proposta pelo governo não aponta para a transformação do Estado num espaço público democraticamente controlado, na instância decisiva da universalização dos direitos de cidadania, mas visa a submetê-lo ainda mais profundamente à lógica do mercado.

Nesse sentido, a reforma do aparelho de Estado pode ser visualizada por meio da centralização de formulação e controle das políticas públicas por parte desse Estado que demarca a sua área de atuação e regulação, entretanto, esse mesmo Estado estabelece uma forma de descentralização na execução de tais políticas. O que Abrucio (2005) destaca como um Federalismo estadualista, não-cooperativo e muitas vezes predatório.

Na visão de Falletti (2006), a reforma do Estado se apresenta como o tipo de reforma descentralizadora de cunho administrativo, sendo mais importante para a esfera federal, pois engloba um conjunto de políticas que transferem a responsabilidade pela administração e provisão de serviços sociais de níveis mais elevados de governo para níveis mais inferiores, podendo, inclusive, acarretar na transferência da autoridade na tomada de decisão sobre essas políticas.

Nessa perspectiva, fatores como as relações entre capital e Estado, a globalização² o neoliberalismo³, são algumas das razões, que afetam diretamente a construção/implementação das políticas sociais, entre elas as de educação.

Para compreender, nesse estudo, o contexto de reforma aludido no estado brasileiro fez-se importante a apropriação conceitual dos documentos produzidos pelos organismos internacionais⁴, dentre eles destaque dois: Relatório sobre o desenvolvimento mundial (1990)⁵e o *Informe sobre el desarrollo mundial* (1997) produzidos pelo Banco Mundial e reproduzidos no âmbito nacional e que foram veiculados de forma massiva a fim de justificar as mudanças necessárias: Novos princípios e objetivos educacionais passaram a configurar as políticas públicas educacionais, sobretudo na América Latina.

No bojo desses documentos, evidencia-se a defesa da descentralização que ao mesmo tempo centralizava o poder nas mãos do governo nacional, o discurso anunciado pelo governo era de que a descentralização político-administrativa era uma maneira de desburocratização do Estado e de se ter abertura a novas formas de gestão da esfera pública, de autonomia gerencial o que conseqüentemente a eficácia e eficiência seriam fatores de qualidade do Estado-gestor aliado com as ações da gestão democrática, tais premissas passam a fazer parte do discurso

²A globalização é uma tendência internacional do capitalismo que, juntamente com o projeto neoliberal, impõe aos países periféricos a economia de mercado global sem restrições, a competição ilimitada e a minimização do Estado na área econômica e social. Ver, Libâneo e Oliveira (1998, p. 606).

³ O neoliberalismo é um modelo de Estado, advindo do Liberalismo que baseava-se na ideia de que os seres humanos são, por natureza, livres e iguais, o direito liberal rompe com a ideia de direito divino do monarca e, portanto, com a hierarquia estabelecida. Já Neoliberalismo em sua concepção radicalizou alguns aspectos dos ideais dos liberais, mas pode ser considerado como a “ala direita” do liberalismo, sendo concretizado em orientações de governo e a disseminação de valores em torno do mito do “Estado-mínimo”. Ver Santos e Andrioli (2005).

⁴Organizações das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial e Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

⁵Simionatto (2000) analisa o relatório e aponta que mesmo indicando-se o crescimento e a expansão das funções do Estado, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, através do *Welfare State*, sobretudo no âmbito da Seguridade Social, os investimentos são entendidos mais como gastos quantitativos, do que qualitativos não atendendo às necessidades dos segmentos populacionais mais pobres. Indica-se, ainda, que essa forma de atuação dos Estados nacionais não condiz com os parâmetros da economia mundial globalizada, pois as mudanças tecnológicas ampliaram as funções dos mercados, obrigando as nações a assumirem competências novas.

educacional do continente e a orientar as ações governamentais nos diversos países.

No Brasil, podemos observar que essas práticas descentralizadoras foram sendo evidenciadas na construção do modelo de Federação desde a Constituição de 1981, quando esta estabeleceu a prerrogativa para que estados da federação pudessem criar e prover suas instituições de ensino. (NOVAES; FIALHO, 2010, p.593).

Nessa dinâmica, a Constituição Federal (CF) de 1988 consagrou o atual modelo federativo brasileiro e ascendeu o município à entidade com autonomia política, administrativa e financeira. Preconizado no seu art. 18. “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios todos autônomos nos termos desta constituição”. (BRASIL, 1988)

De acordo com esse princípio, instala-se a dinâmica em que os entes federados deverão atuar via regime de colaboração, assegurando ao estado preceitos da gestão democrática. Sendo regulamentado por meio da Constituição de 88/1988 em seu capítulo III, que trata Da Educação, Da Cultura e Do Desporto, no artigo 211, “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino”. (BRASIL, 1988)

Com efeito, o artigo 211, atribui ao Município um papel relevante quanto à responsabilidade de organizar o seu sistema de ensino.

De outra parte, o parágrafo quarto do mesmo artigo estabelece ainda que, Estados e Municípios, quando na organização de seus sistemas de ensino, definirão formas de colaboração que assegurem a universalização do ensino obrigatório.

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. (BRASIL, 1988)

Tal aspecto também é tratado na emenda constitucional nº 53/2006 que em altera a redação dos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e estabelece formas de colaboração em seus artigos:

Art. 23. Parágrafo único. Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios,

tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar em âmbito nacional.

Art. 30. VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental. (BRASIL, 2006).

Ressalta-se também a Emenda Constitucional (EC) nº59/2009 que da nova redação aos artigos:

Art. 211. § 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a[...]. (BRASIL, 2009)

Nessa perspectiva, supomos que o regime de colaboração entre as esferas de governo abriu a perspectiva para fortalecimento do papel dos Municípios com campo próprio de autoridade. Assim, podemos considerar que, do ponto de vista legal, foram definidos os novos parâmetros de orientação para a organização dos sistemas de ensino. Esse é um dos elementos motivadores desse trabalho, pois ao estudar o Plano de ações articuladas do município de São Sebastião da Boa Vista, iremos analisar se ele contribuiu na direção de um possível regime de colaboração entre esses municípios e a União e se foi levado em consideração a autonomia do menor ente federado.

Os princípios constitucionais sobre a organização da educação ganharam maior notoriedade e nível de detalhamento a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Nº 9394/1996) sancionada em dezembro de 1996, que norteia as ações e estratégias que estabelece as responsabilidades gerais e específicas da organização da educação brasileira.

Além disso, é importante ressaltar que no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001-2010 (lei Nº 10.170/2001), também refere-se ao regime de colaboração, como elemento essencial, em que a colaboração de todas as instâncias do Estado é um pressuposto do processo para implementar as metas e ações pensadas no plano.

As recomendações e os objetivos e metas que indicam a execução do PNE mediante a colaboração entre os entes federados e outras entidades da sociedade estão expressas na

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Em consonância com o PNE (2001-2010), a I Conferência Nacional de Educação (CONAE), realizada em 2010 e cuja principal finalidade foi a construção do Sistema Nacional Articulado de Educação por meio da elaboração do Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação (PROJETO DE LEI, 8035/2010), que definiu metas, funções e rotinas de planejamento e implementação do tão almejado regime de colaboração entre os entes federativos.

A conferência trouxe em seu documento de referência a concepção de regime de colaboração com um olhar abrangente para além do envolvimento das esferas de governo, no que conseqüentemente implica em

[...] mecanismos democráticos, como as deliberações da comunidade escolar e local, bem como a participação dos profissionais da educação nos projetos político-pedagógicos das instituições de ensino. (CONAE/2010, 2008, p. 11).

Dessa forma, entendemos que este alargamento e acolhida de múltiplos atores no regime de colaboração vinha se construindo desde o PNE (2001-2010), por meio das ações de descentralização das políticas públicas educacionais.

O documento de referência da CONAE/2010 (2008, p. 10) afirma que o Brasil não construiu “um estatuto constitucional do regime de colaboração entre os sistemas de ensino”, ou seja, não há uma regulamentação que assegure o regime de colaboração. A proposta é a “regulamentação das atribuições específicas de cada ente federado no regime de colaboração e da educação privada pelos órgãos de Estado” (CONAE/2010, 2008, p. 11).

Seguramente, a CONAE constituiu um dos eventos de maior representatividade democrática de diversos setores da sociedade brasileira, mobilizados em torno da reorganização da educação nacional. Tendo em vista que,

É fundamental pensar políticas de Estado para a educação nacional, em que, de maneira articulada, níveis (educação básica e superior), etapas e modalidades, em sintonia com os marcos legais e ordenamentos jurídicos

(Constituição Federal de 1988, PNE/2001, LDB/1996, dentre outros), expressem a efetivação do direito social à educação com qualidade para todos. Tal perspectiva implica, ainda, a garantia de interfaces das políticas educacionais com outras políticas sociais. Há desconsiderar o momento histórico do Brasil, que avança na promoção do desenvolvimento com inclusão social e inserção soberana do País no cenário global. (CONAE/2010, 2008, p.7).

Desse grandioso processo, ênfase dois pilares estruturantes e desafiadores à necessária articulação: a mobilização social em torno da qualidade e valorização da educação básica e a organização e institucionalização de um sistema nacional de educação que promova, de forma articulada e em todo o País, o regime de colaboração.

Desse modo, observamos que o processo político-normativo da Educação Básica Brasileira nas últimas décadas do século XX e no início dos anos do século XXI tem sido alvo de importantes discussões, debates⁶, estudos e pesquisas, tendo em vista os processos de mudanças, no aspecto histórico, econômico, político, social e educacional.

Neste contexto de mudanças relevantes para a política educacional, foi criado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado pelo MEC em abril de 2007 apresenta uma proposta de reconfiguração do papel Estado como provedor da avaliação educacional mais também como regulador da política. Para Krawczyk, (2008) o PDE é a expressão de uma mudança essencial no papel do Estado, em que trabalha com a regulação da política educacional de forma articulada, mas centralizando a construção da mesma e descentralizando a execução das ações é nesse sentido que o MEC chama para si a responsabilidade na concepção e execução do plano e articula o desenvolvimento do mesmo com outros ministérios.

Esse posicionamento do Estado pode ser percebido através da implementação do PDE que traz no seu bojo de ações a tentativa de sanar as desigualdades entre os municípios, tendo em vista que o desenho do Estado Federativo brasileiro é bastante complexo e por conta da grande conquista do município como ente autônomo deve ser respeitada. E nesse contexto que

O PDE apresenta-se como uma política nacional e um arranjo institucional resultante de uma revisão das responsabilidades da União, que passa a assumir o compromisso do combate às desigualdades regionais e da construção de um mínimo de qualidade educacional para o país. Adjudica ao governo federal o papel regulador das desigualdades existentes entre as

⁶Ver publicação do INEP: Municipalização do Ensino: discurso oficial e condições concretas de implantação. Série Documental/Relatos de Pesquisa, n. 12, outubro de 1993. E o Dossiê sobre as políticas públicas de responsabilização na educação da Revista Educação e Sociedade. Vol.33. abr-jun.2012.

regiões do Brasil por meio de assistência técnica e financeira, de instrumentos de avaliação e de implementação de políticas que ofereçam condições e possibilidades de equalização das oportunidades de acesso à educação de qualidade. Por sua parte, os estados e, principalmente, os municípios assumirão o compromisso pelo desenvolvimento educacional em seus “territórios”. (KRAWCZYK, 2008, p.802).

O referido plano disponibilizou para os estados, o Distrito Federal e os municípios, instrumentos de avaliação e de implementação de políticas visando à melhoria da qualidade da educação, sobretudo da educação básica pública.

No entanto, Saviani (1997) aponta que o PDE é considerado um grande guarda-chuva constituído por um conjunto de programas e medidas reunidas, transformadas em um “Plano” que foi incorporado ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo Lula, sendo denominado inicialmente como PAC da educação, tais ações compreendiam:

[...] uma reunião de dezenas de programas que abarcam da educação básica compreendendo suas etapas e modalidades – à educação superior, procura, por meio de parcerias com os municípios, instaurar um regime de colaboração que propicie o desenvolvimento prioritário da educação básica (OLIVEIRA, 2009, p.204).

A partir da criação do PDE, que procurou ensaiar a implementação de um tipo regime de colaboração entre os entes federados e a União, sem ferir sua autonomia, foi traçado um Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007, que por sua vez, um programa estratégico do PDE que tem por objetivo mobilizar a sociedade em prol da melhoria da educação.

Esse Plano de Metas foi inspirado na experiência em que 200 municípios apresentaram médias superiores a 5,0 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O referido plano também tem base no estudo Aprova Brasil - O Direito de Aprender⁷, desenvolvido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Este é segundo Saviani (2007), com efeito, o carro-chefe do Plano.

⁷O estudo Aprova Brasil, o direito de aprender nasceu com o objetivo de identificar aspectos relacionados à gestão, à organização e ao funcionamento de escolas que possam ter contribuído para a melhor aprendizagem dos alunos em 33 escolas participantes da Prova Brasil. As escolas estudadas foram selecionadas pelo Inep e pelo UNICEF se - segundo o desempenho de seus alunos na Prova Brasil, mas também levando em consideração o perfil socioeconômico dos alunos e do município onde estão inseridas. O que o estudo buscou demonstrar – e demonstra – são alguns fatores comuns a todas ou a quase todas essas escolas que resultam em melhor desempenho e maior impacto positivo da escola sobre a vida e a aprendizagem das crianças. (INEP; UNICEF, 2007).

O Plano de Metas do Compromisso Todos pela Educação é instituído por meio do decreto nº 6.094/2007 que

Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. (BRASIL, 2007)

O referido decreto aponta que o regime de colaboração envolve decisão política, ação técnica e atendimento da demanda educacional, visando à melhoria dos indicadores educacionais. Disposto nos artigos

Art.1º Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Compromisso) é a conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atuando em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica.

Art.2º A participação da União no Compromisso será pautada pela realização direta, quando couber, ou, nos demais casos, pelo incentivo e apoio à implementação, por Municípios, Distrito Federal, Estados e respectivos sistemas de ensino [...]. (BRASIL, 2007).

Esse compromisso entre a União e os entes federados se baseou em 28 diretrizes que se materializaram mediante um plano de metas que compartilhou competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação básica. A partir da adesão ao Plano de Metas, estados, municípios e o Distrito Federal se comprometeram, entre outras ações, a realizarem um planejamento acerca das suas demandas e a elaborarem os seus Planos de Ações Articuladas (PAR), realizado por meio do Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças Do Ministério da Educação (SIMEC) disponibilizado pelo MEC.

O PAR é apresentado como um plano importante para melhoria da qualidade de ensino dos alunos brasileiros, pois, ele é um conjunto articulado de ações, apoiado técnica ou financeiramente pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que visa o cumprimento das metas do Compromisso Todos pela Educação e a observância das suas diretrizes.

A partir de então, os estados e municípios deverão participar com suas equipes dos órgãos de gestão, disponibilizando informações e procedimentos adotados para a execução dos planos.

Nessa perspectiva, é importante frisar que o PAR é concebido como o mais atual modelo de planejamento da política Educacional Brasileira implementado pelo MEC, sendo um plano plurianual da política de educação de estados e municípios para o período 2008-2011⁸, as ações programadas são constituídas por duas modalidades de subações sendo que no corpo do planejamento podemos encontrar subações que são de responsabilidade dos municípios e subações que são de responsabilidade da União estas serão executadas por meio da atuação técnica e financeira do MEC/FNDE, configurando assim, para o Ministério o desejável regime de colaboração, entre os entes federados. (DAMASCENO ET AL, 2011)

As referidas subações foram geradas a partir da construção do diagnóstico que foi elaborado por suas equipes locais⁹, tal diagnóstico é dividido por quatro dimensões que são componentes do Plano: Gestão Educacional; Formação de Professores e de Profissionais de serviço e apoio; Prática Pedagógica e Avaliação e Infraestrutura física e recursos pedagógicos. De acordo com o documento do MEC:

Cada dimensão é composta por **áreas** de atuação, e cada área representa **indicadores** específicos. Esses indicadores são pontuados segundo a **descrição de critérios** correspondentes a quatro níveis. A pontuação gerada para cada indicador é fator determinante para a elaboração do PAR, ou seja, na metodologia adotada, **apenas critérios de pontuação 1 e 2**, que representam situações insatisfatórias ou inexistentes, **podem gerar ações** (BRASIL, MEC, 2007, p. 2).

Sendo que no **Critério de Pontuação 4**: a descrição aponta para uma situação positiva. O que a SME faz cotidianamente é suficiente para manter uma situação favorável. Já no **Critério de Pontuação 3**: a descrição aponta para uma situação que apresenta mais aspectos positivos do que negativos, significando que o município desenvolve, parcialmente, ações que favorecem o bom desempenho no indicador em questão. A SME pode ajustar algum procedimento interno ou implementar alguma ação para melhorar a situação do indicador. No entanto, no **Critério de Pontuação 2**: a descrição aponta para uma situação insuficiente, com mais aspectos negativos do que positivos. Em geral o município precisará

⁸No ano de 2013 os municípios trabalharam a atualização do PAR 2011-2014, considerada a segunda versão do Plano.

⁹Por equipe local na elaboração do PAR, se entende a experiência de participação democrática que orienta e fortalece a gestão da educação básica pública em cada município brasileiro, constituindo-se num aprendizado coletivo dos processos decisórios a serem enfrentados pela população. Essa equipe local é quem elabora PAR, preferencialmente, deve seguir a seguinte constituição: dirigente municipal de educação; técnicos da secretaria municipal de educação; representante dos diretores de escola; representante dos professores da zona urbana; representante dos professores da zona rural; representante dos coordenadores ou supervisores escolares; representante do quadro técnico-administrativo das escolas; representante dos conselhos escolares; representante do Conselho Municipal de Educação (quando houver).

implementar um conjunto de ações (que no PAR chamam-se “subações”) para melhorar os resultados do indicador. Essas subações poderão ser de execução pelo próprio município, ou contar com o apoio técnico e/ou financeiro do Ministério da Educação. Já o **Critério de Pontuação 1**: a descrição aponta para uma situação crítica. O município precisará implementar um conjunto de ações imediatas (que no PAR chamam-se “subações”) para melhorar os resultados do indicador. Essas subações poderão ser de execução pelo próprio município, ou contar com o apoio técnico e/ou financeiro do Ministério da Educação. “Não se aplica” deve ser selecionada somente quando não há possibilidade de registro, uma vez que o município não tem ações no âmbito daquele indicador (MEC, 2011)

O quadro a seguir demonstra o quantitativo de critérios de pontuações atribuídos por dimensão/Gestão Educacional em alguns municípios da região do Marajó.

Quadro 01: Síntese por dimensão do PAR

Dimensão	Pontuação				
	4	3	2	1	n/a
1. Gestão Educacional	0	5	7	3	5
2. Formação de Professores e de Profissionais de Serviços e Apoio Escolar	2	0	2	5	1
3. Práticas Pedagógicas e Avaliação	0	2	4	2	0
4. Infra-Estrutura Física e Recursos Pedagógicos	0	2	9	3	0
Total:	2	9	22	13	6

*n/a : Não se Aplica.

Fonte: SIMEC/2013.

De modo geral, podemos observar que o município de São Sebastião da Boa Vista apresenta a sua pontuação concentrada no critério 2 sendo que a opção aponta para situação de aspectos mais negativos do que positivos.

Após a construção desse diagnóstico o município elaborará seu Plano de ações que também deve ser construído pela equipe local dos municípios. Nesse plano de ação será gerado um conjunto de ações e subações e essas serão escolhidas a partir da realidade do município.

Um exemplo de subação sob responsabilidade municipal pode ser percebido na subação 1.2.3.2.: “Definir diretrizes pedagógicas para subsidiar as escolas considerando, inclusive, a lei 10.639/03 na sua transversalidade” em que o município se compromete em realizar um estudo da legislação vigente, com o objetivo de subsidiar a elaboração das diretrizes pedagógicas para que as escolas tenham um

documento norteador para elaborar seu projeto pedagógico de acordo com suas demandas e particularidades, para a melhoria do sistema de ensino municipal.

Já o exemplo de subação sob responsabilidade da União, pode ser observada subação: 1.1.2.1 - Qualificar os técnicos da Secretaria Municipal de Educação para participarem do processo de criação e de implantação do Conselho Municipal de Educação (CME). Essa qualificação é realizada por meio da assistência técnica disponibilizada pelo programa da Secretaria de Educação Básica SEB - Pró Conselho - Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação.

Portanto, a materialização das metas pensadas no PDE é atribuída através da implementação do PAR e nesse contexto da recém política instaurada, é importante ressaltar que algumas diretrizes relevantes nesse processo. Focando no bojo dessas discussões, a implementação do PAR traz à tona um ensaio sobre a efetivação do regime de colaboração, propiciando uma responsabilização das ações entre União e Município que deverá realizar para melhorar seu Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB).

Sendo assim, o foco desta proposta de trabalho provém da necessidade de analisar o processo de implantação/implementação do PAR no município de São Sebastião da Boa Vista - PA com intuito de verificar se a execução das subações corroboram para a possibilidade de construção do regime de colaboração entre a união e o município a partir do ano de 2008-2011. Para tanto, é importante ressaltar que esta investigação foi motivada pela oportunidade que tive em participar de discussões sobre o PAR desde sua origem datada no ano de 2007, em que fui bolsista de extensão do projeto de Assessoramento Integrado aos Municípios, no planejamento de ações articuladas no estado do Pará (ASSIM-PAR) realizado pela UFPA e também pela se Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) que tinha por objetivo assessorar a equipe gestora do município na construção do diagnóstico educacional e na construção do seu Plano de Ações Articuladas (PAR).

O referido projeto foi desenvolvido em 18 meses e durante esse período pude acompanhar, enquanto estudante de graduação de Pedagogia, o processo de concepção da política do PDE e a implantação do PAR em alguns municípios do Estado. Já no ano de 2009, a UFPA continuou com a responsabilidade de assessorar os municípios no PAR, no entanto a tarefa naquele momento foi de monitorar o PAR dos 143 municípios nos anos de 2008 a 2011, período em que o

PAR foi implementado, nessa nova etapa de trabalho continuei integrando a equipe, participando dos atendimentos aos técnicos dos municípios, das reuniões e treinamento técnico da equipe, enfim de todas as atividades referentes ao projeto.

Em 2011, a equipe da UFPA foi novamente convidada para assessorar a equipe de técnicos das Secretarias Municipais de Educação, mas não só o Pará seria atendido. Nessa nova etapa de trabalho foram incluídos mais 04 estados: Amapá, Maranhão, Roraima, Tocantins, esse novo projeto foi intitulado PAR AMAZÔNIA que tinha por objetivo auxiliar as equipes das Secretarias Municipais de Educação a elaborarem o seu PAR. Tal ação demonstrou o grande protagonismo da equipe da Universidade Federal do Estado do Pará e vasta experiência que a equipe adquiriu ao longo dos anos de trabalho, o que enriqueceu ainda mais minha experiência e envolvimento com o PAR. Além disso, no ano de 2012, fui convidada para integrar a equipe técnica de campo do estado do Pará e o nosso trabalho foi continuar com o trabalho de auxiliar as equipes dos 143 municípios do estado a elaborarem o seu Plano de Ações Articuladas.

Foi nesse contexto de consolidação do PAR no Estado do Pará que construí minha formação político-acadêmica sobre as políticas públicas educacionais, o papel dos municípios e o papel do estado na concepção e desenvolvimento dessas políticas e dos processos instituídos na implantação do PAR da materialidade a essa relação de colaboração.

A partir de tais experiências relacionadas com o tema da pesquisa, surgiram as inquietudes que me levam a desenvolver este estudo, que estão descritas nas seguintes questões norteadoras desta pesquisa:

- 1) A implementação do PAR contribuiu na direção de um possível regime de colaboração entre esses municípios e União?
- 2) Que ações planejadas a partir do PAR foram executadas no município e se tornaram políticas?
- 3) Quais mudanças foram geradas no que tange o planejamento da Secretaria Municipal de Educação desse município a partir do PAR?
- 4) O que assume caráter de colaboração na visão do município?

Essas e outras questões constituíram o problema e o objeto desta pesquisa.

Em decorrência dessas questões, foram definidos os seguintes objetivos:

I. Geral

Analisar o Plano de Ações Articuladas desenvolvido no município de São Sebastião da Boa Vista e a sua configuração como instrumento para Regime de Colaboração entre os entes federados.

II. Específicos

- Identificar quais mudanças foram implementadas a partir o modelo de planejamento que está presente no PAR e em que aspectos, essas mudanças influenciaram na gestão da Secretaria Municipal de Educação (SME) do município de São Sebastião da Boa Vista antes e depois do PAR.;
- Analisar a implantação/implementação das subações do PAR das 04 dimensões com o intuito de verificar se os processos instalados podem ser denominados como possíveis indicadores do Regime de Colaboração

Para iniciar a realização desse estudo referente ao PAR, realizamos uma pesquisa no banco de teses da Capes¹⁰ sobre o que se tem produzido nos cursos de pós-graduação do Brasil e sobre o tema em questão. Desta consulta foi obtido o número de 07 dissertações e 01 tese, partindo do período de 2008 a 2012.

Podemos perceber que essa produção acadêmica ainda é bastante incipiente por se tratar de uma política recente implantada no ano de 2007, por isso, faz-se importante desenvolver pesquisas sobre a temática em questão, tendo em vista que os estudos referente a essa política refletem a importância de se analisar criticamente como vem sendo operacionalizados os mecanismos de cooperação no federalismo brasileiro e, em especial, do estado do Pará.

Para balizar a escolha do município de São Sebastião da Boa Vista, utilizamos como parâmetro o resultado do diagnóstico da situação do PAR no Pará, desenvolvido pela equipe da UFPA que coordenou o PAR no Estado no período de 2008-2012. Essa pesquisa¹¹ que elencou o desempenho da execução das subações

¹⁰Para realização desse trabalho foi utilizado como critério de busca no banco de teses da CAPES o termo exato "Plano de Ações Articuladas".

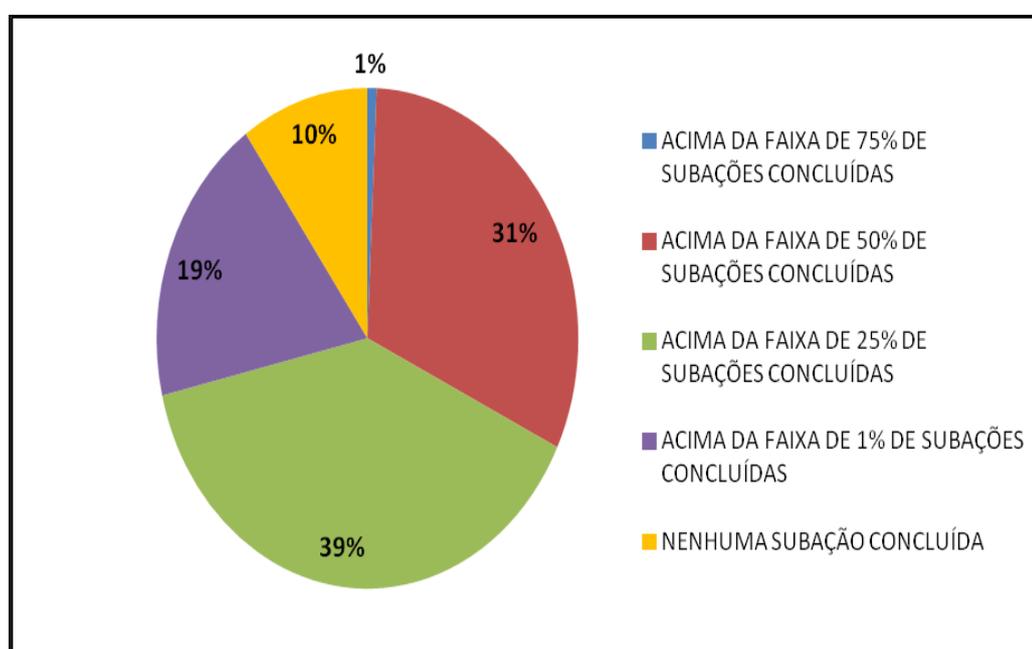
¹¹ Pesquisa realizada pelo grupo que coordena o PAR no Pará realizada nos meses de junho e julho de 2012, sendo utilizada a coleta de dados através do monitoramento do PAR dos 143 municípios, realizado no ano de 2011-2012, vale destacar que foi utilizada a técnica de estatística de variabilidade.

do PAR nos 143 municípios paraenses no período de sua implementação (2008-2011).

O resultado obtido desse diagnóstico seguiu uma escala de municípios que conseguiram realizar acima de 75% das subações, acima de 50% das subações, acima de 25 % das subações, acima de 1% das subações e nenhuma subação.

O resultado deste diagnóstico indicou que nenhum município Paraense conseguiu atingir 100% da execução das ações planejadas sendo que apenas São Sebastião da Boa Vista conseguiu realizar cerca de 80% das ações.

Gráfico 01: Situação da execução das subações do PAR no período de (2008-2011)



Fonte: UFPA/2012.

Na região do Marajó - São Sebastião da Boa vista se destacou em relação aos demais municípios da região conforme tabela abaixo.

Tabela 01: Demonstrativo da realização das subações na região do Marajó.

MUNICÍPIOS	% DE REALIZAÇÃO DAS SUBAÇÕES
Afuá	20,51
Anajás	6,25
Bagre	10,34
Breves	9,38
Cachoeira do Arari	55,56
Chaves	22
Curralinho	2,27
Gurupá	2,33
Melgaço	32,5
Muaná	56,52
Ponta de Pedras	7,14
Portel	3,28
Salvaterra	3,45
São Sebastião da Boa Vista	79,55
Soure	21,74

Fonte: UFPA, 2012.

Partindo dessas constatações que evidenciam que apenas um município se destacou e conseguiu realizar as subações que foram planejadas, acreditamos que é válido investigar como, ou, se o PAR efetiva o regime de colaboração nesse município, tendo em vista o processo de implantação/implementação realizado.

Para a realização deste estudo, alguns caminhos tiveram que ser seguidos, eis então a necessidade da metodologia que é o caminho para organizar e elencar qual método deve ser utilizado para a produção do conhecimento. Segundo MINAYO (2002, p.16) apud Lênin (1965, p.148) “o método é alma da teoria”. Assim mediante a discussão que nos propomos a fazer sobre a implementação do Plano de Ações Articuladas (PAR) no município de São Sebastião da Boa Vista. Partindo do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que se apresenta como o “carro chefe” (SAVIANI, 2007, p. 3) da atual política do governo federal, serão necessários alguns instrumentos que irão nortear nosso estudo, pois para MINAYO (2002, p.16) “a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”.

A decisão de estudar políticas públicas¹² é uma ação desafiadora, refletir sobre elas em uma sociedade capitalista é imprescindível para compreender que tais políticas apresentam em sua constituição uma complexidade histórica, resultante de forças contraditórias de acordo com as características de cada realidade social em que elas são criadas.

Tendo como princípio a dinamicidade da realidade esta pesquisa tem como base metodológica a abordagem qualitativa de investigação, posto que busca analisar os fatos partindo da possibilidade concreta de interpretação da realidade e dos estudos documentais na tentativa de perceber as lutas, as contradições, as dificuldades, as potencialidades e os limites do processo de implantação/implementação do PAR em São Sebastião da Boa Vista.

Por isso o estudo se aproxima do método Materialismo Histórico Dialético que tem como enfoque a concepção dinâmica da realidade e nas relações dialéticas entre o sujeito e o objeto, entre teoria e prática, com o intuito desvelar a realidade por meio das contradições nela existente. Como afirma Fazenda apud Saviani (2010, p. 84)

Na perspectiva materialista histórica, o método está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto. A questão da postura, neste sentido, antecede ao método. Este constitui-se em uma espécie de mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e a transformação dos fenômenos sociais.

Ainda para Frigotto (1991, p.79) a dialética materialista é:

Ao mesmo tempo como uma postura, um método de investigação e uma práxis, um movimento de superação e de transformação. Há, pois, um tríplice movimento: de crítica, de construção do conhecimento “novo” e da nova síntese do plano do conhecimento e da ação.

O método dialético entende que os processos de desenvolvimento não se devem conceber como movimentos circulares, com um fim em si, ou com uma

¹²Celina Souza (2007, p.68) ao realizar um estudo da arte sobre o conceito de políticas públicas, apontou que não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980) como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou por delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que governo escolhe fazer ou não”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. Já a definição mais clássica é atribuída a Lowi apud Rezende (2004, 13): política pública é “uma regra formulada por alguma autoridade governamental que expressa uma intenção de influenciar, alterar, regular, o comportamento individual ou coletivo através do uso de sanções positivas ou negativas”.

simples repetição do caminho já percorrido, mas como movimentos progressivos com a evolução do simples para o complexo.

Como define Kosik (1976, p.104),

O método de ascensão do abstrato ao concreto é o método do pensamento, no elemento da abstração. A ascensão do abstrato para o concreto não é uma passagem do plano (sensível) para outro plano (racional): é um movimento no pensamento e do pensamento. Para que o pensamento possa mover-se do abstrato ao concreto, tem de mover-se no seu próprio elemento, isto é, no plano abstrato, que é a negação da imediatividade, da evidencia e da concreticidade sensível a ascensão do abstrato ao concreto é um movimento para o qual todo início é abstrato e cuja dialética consiste na superação desta abstratividade.

O método se caracteriza através da materialidade histórica da vida do homem em sociedade. Sendo assim, tal enfoque constitui-se num referencial consistente, ou seja, um “refletor poderoso” para a análise das políticas educacionais, conforme indicaremos nesse texto.

Portanto, no materialismo é imprescindível analisar as categorias essenciais à pesquisa que:

Pretendem refletir os aspectos gerais e essenciais do real, suas conexões e relações. [...] As categorias, assim, só adquirem real consistência quando elaboradas a partir de um contexto econômico-social e político, historicamente determinado, pois a realidade não é uma petrificação de modelos ou um congelamento de movimentos. (CURY, 1989, p.21).

Nessa perspectiva, é válido analisar como se deu a implantação/implementação do Plano de Ações Articuladas no município de São Sebastião da Boa Vista a partir do o contexto histórico-político em que ele está inserido, dos processos desencadeados e das contradições inerentes ao movimento político vivido.

O intuito é buscar a gênese, a estrutura, o desenvolvimento e as contradições inerentes ao objeto, verificando se há elementos para a efetivação do regime de colaboração com os entes federados, na tentativa de entender como se configura essa lógica a partir da realidade em que esse município está inserido. Esse movimento dialético é de extrema importância para elucidar as contradições existentes nesse processo, por isso é crucial o confronto da realidade com as normatizações e marcos legais instituídos para entender, se o que está no plano das orientações do MEC foi reproduzido de maneira uniforme ou se o município

conseguiu criar a sua própria identidade de ação. Como nos mostra Lima (2011, p.62),

Assim, ao admitir-se que no âmbito do plano das orientações para ação organizacional, às orientações normativas e as regras formais-legais, supra organizacionalmente produzidas não são exclusivas e que, pelo fato contrário, coexistem diferentes tipos de regras, produzidas por diferentes processos, instancias e atores, em contextos diversos e em situação de concorrência, impede-se que a análise do plano de ação, dos atores e das praticas organizacionais seja unilateralmente subordinada ao exclusivo de apenas um tipo de orientação, cuja reprodução estaria assegurada porque determinada já no plano teórico.

Dessa forma, faz-se necessário descrever o lócus da pesquisa que será o município de São Sebastião da Boa Vista, localizado na Ilha do Marajó, região que está integralmente situada no Estado do Pará e que se constitui em uma das mais ricas do País em termos de recursos hídricos e biológicos. O Arquipélago do Marajó é composto por dezesseis municípios, que por sua vez, integra uma Mesorregião do Pará chamada de Mesorregião do Marajó e está, é constituída de três microrregiões geográficas (MRG): Arari, Furos de Breves e Portel. As duas primeiras compreendem municípios inseridos integralmente no Arquipélago do Marajó. Já a MRG de Portel abrange municípios com sedes em áreas continentais, na porção sul/sudoeste da mesorregião. Por isso, pode-se afirmar que, em seu todo ele, constitui a maior ilha fluvio-marítima do mundo, com 49.606 Km². (Plano de desenvolvimento sustentável).

Figura 01- Mapa da região do Marajó



FONTE: SEIR, 2007

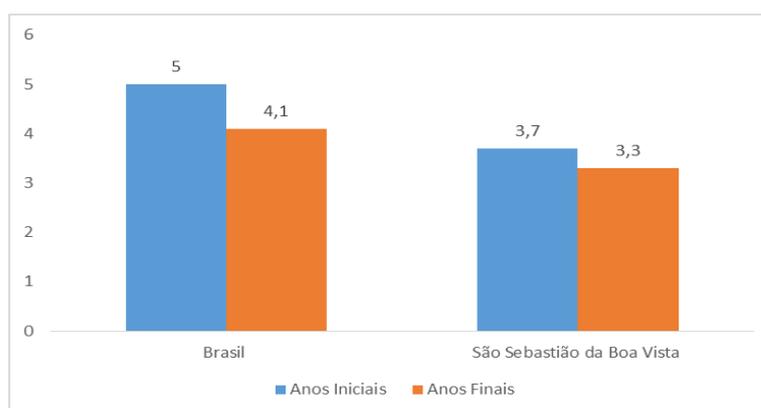
A partir desse universo de municípios, optamos por trabalhar com um município desta região: São Sebastião da Boa Vista, que está localizado na região sudeste na ilha.

O contexto social em que esse município está inserido pressupõe um olhar cuidadoso acerca da realidade marajoara, tendo em vista que, ao analisar de forma breve o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ¹³ da região, detectou-se que “o pior IDH do país é do município de Melgaço situado no Marajó [...] e dos 16 municípios da ilha, oito estão entre os 50 piores IDHs do Brasil [...]” informação veiculada no jornal Diário do Pará (30/07/2013).

Acrescente-se a isso uma grande carência por obras de infraestrutura para saneamento ambiental; necessidade de tratamento mais abrangente dos serviços de saúde pública; de mais escolaridade, o que representa elevada taxa de analfabetismo; pouca presença do Estado na política cultural da região; e condições de moradia muito pobres em termos materiais.

No âmbito educacional, basta dizer que esse município possui um Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB)¹⁴ que, mesmo em ascensão, continua distante da média nacional. Como mostra o Gráfico abaixo

Gráfico 02: Comparativo do IBEB do Brasil com o São Sebastião da Boa Vista.



Fonte: INEP, 2012.

¹³ A elaboração do IDH tem como objetivo oferecer um contraponto a outro indicador, o Produto Interno Bruto (PIB), e parte do pressuposto que para dimensionar o avanço não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. (PNUD, 2013)

¹⁴ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB é definido no capítulo II no artigo 3º do Decreto 6094/07: Art. 3º - a qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica – ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil).

O estudo em questão à priori teve como base uma pesquisa de cunho documental. Foram utilizadas fontes primárias tais como: legislação, sites oficiais e institucionais, bem como documentos oficiais que normatizam a questão da política educacional vigente, o regime de colaboração, a criação do PDE, e do PAR, esses documentos foram elencados a partir do que julgamos como indispensável para realização do trabalho:

- Constituição de 1988;
- LDB 9394/96;
- Decreto nº 6094, de 24 de abril de 2007 que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.
- Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)
- Orientações gerais para elaboração do Plano de Ações Articuladas;
- Plano de Ações Articuladas de São Sebastião da Boa Vista;
- Relatório Público do PAR do município de São Sebastião da Boa Vista;

Esses documentos serviram de base para analisar como o regime de colaboração é concebido dentro do PAR e como são apresentados os aspectos instrucionais que o MEC direciona para que o PAR seja implantado/implementado considerando a execução desta política. A análise desses documentos foi de suma importância para confrontar com a realidade do município de São Sebastião da Boa Vista e verificar que o que está no plano das orientações foi exatamente executado ou se o município executou outras ações que estão fora das orientações repassadas pelo MEC.

Ainda referente à coleta de dados, também foi utilizada a entrevista semiestruturada, que se constitui em uma técnica de coleta de dados que visa à obtenção de informações a partir do contato com outra pessoa. Nessa perspectiva, Haguete (2011, p.81) afirma que, “[...] a entrevista como qualquer outro instrumento, está submetida aos cânones do método científico, um dos quais é a busca da objetividade, ou seja, a tentativa de captação do real [...]”.

Tendo em vista a importância da captação dos fatos que perpassam pela realidade foi a partir das falas dos atores que pudemos confrontar o discurso que está posto nos documentos com a realidade vivenciada por eles, observando se o PAR que foi implementado no município de São Sebastião da Boa Vista realmente garante a efetivação do regime de colaboração. Nesta perspectiva, foram entrevistados no mês de dezembro de 2013 os seguintes atores:

- Secretário Municipal de educação (2014);
- Técnico da Secretaria Municipal de Educação que coordena o PAR;
- Coordenação do PAR em âmbito nacional (01 coordenador).

Após a coleta de dados, procederemos à análise crítica dos dados coletados. Construindo assim o referencial de análise serão utilizadas inicialmente conceitos que têm como foco a Federalismo, o Regime de Colaboração e o Planejamento.

Contudo, a partir desses instrumentos de análise foi realizado um recorte do conteúdo trabalhado nos documentos coletados com o intuito de entender se o que está posto como estratégia de implementação do regime de colaboração via PAR está realmente sendo implementado na relação dos municípios com a união.

A análise dos resultados obtidos desta pesquisa está organizada em quatro capítulos constando inicialmente desta introdução e que culminam nas considerações finais.

No **primeiro capítulo** realizamos a construção do conceito do federalismo, debatendo com autores do campo da educação e da ciência da política que tem problematizado o tema, com ênfase na discussão dos elementos da centralização e descentralização do poder nas mãos do Estado. Ainda nesse capítulo analisamos questões referentes, ao processo de federalismo no Brasil, culminando nos processos de cooperação destacando o “regime de colaboração” na educação com o objetivo de traçar uma visão geral sobre a temática.

O **segundo capítulo** traz uma contextualização sobre o Planejamento e a Gestão das políticas públicas desenvolvidas no Brasil e seus desdobramentos nos Planos Educacionais que culminam no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e no Plano de Ações Articuladas (PAR) criados no ano de 2007. Nesse capítulo virão à tona questões referentes a origem do planejamento público brasileiro, que se efetivou a partir do funcionamento da administração pública, pautado na lógica do planejamento-execução-avaliação. Nesse contexto, o enfoque no planejamento tem avançado com a finalidade de melhorar a qualidade da

educação, e com a instituição do Estado Democrático a partir da promulgação da Constituição de 1988, este tema tem sido objeto de discussões, debates, estudos e pesquisas. Dessa forma, realizamos uma análise sobre o planejamento vigente que está inserido no rol das políticas públicas, como o PDE e PAR, que em certa medida, tem o objetivo de promover a integração das ações governamentais desdobradas nos três níveis (federal, estadual, municipal) com desembolso de recursos financeiros voltado ao atendimento das demandas sociais. Nesse sentido, é possível analisar a relevância deste instrumento para a melhoria da qualidade da educação pública ofertada à população.

No **terceiro capítulo** é feita a descrição do lócus da pesquisa que revela o cenário em que o estudo foi o município de São Sebastião da Boa Vista, além disso, nesse capítulo é apresentada a análise dos dados coletados, com o objetivo de entender como foi o implantado o PAR nos municípios e em que medida essa ação contribuiu para construção de uma possível efetivação do regime de colaboração com os entes federados entendendo como se configura essa lógica. Por isso é a partir da realidade em que esses municípios estão inseridos, e o no confronto com as normatizações e marcos legais que poderemos analisar as contradições existentes.

E por fim, apresentamos algumas considerações finais acerca da análise dos documentos, da bibliografia consultada e as entrevistas realizadas o que permitiu apontar aspectos conclusivos a respeito das questões norteadoras e até mesmo novas questões de pesquisa.

1. FEDERALISMO E REGIME DE COLABORAÇÃO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O federalismo é uma forma de organização do Estado e que se apresenta em diversos contextos sociais. Atualmente 28 países¹⁵ se autoproclamam federativos, sendo que algumas federações são altamente centralizadoras e concentram todo poder nas mãos do governo federal, outras são mais flexíveis e conferem uma parcela de autonomia as suas unidades constitutivas, esses modelos federativos são fruto da forma em que se organizaram seu território, estrutura e poder político e o seu contexto histórico-econômico-social.

Para que se possa analisar e entender essa diversidade do conceito de federalismo, utilizamos a visão de (ANDERSON, 2009, p.25).

Federalismo é o sistema político (e os princípios fundamentais desse sistema) que: a) defende ou estabelece um governo central para todo o país e determinados governos regionais autônomos (estados, províncias, Länder, cantões) para as demais unidades territoriais; b) distribui os poderes e as funções de governo entre os governos central e regionais; c) atribui às unidades regionais um conjunto de direitos e deveres; d) autoriza os governos de ambos os níveis a legislar, tributar e agir diretamente sobre o povo, e) fornece vários mecanismos e procedimentos para a resolução dos conflitos e disputas entre os governos central e regionais, bem como entre duas ou mais unidades regionais.

Nessa perspectiva, o federalismo pressupõe de um elemento central que é a presença de do governo central e os governos subnacionais (estados e municípios) constitucionalmente instituído. Como afirma Cury (2006, p.13):

Trata-se, pois de um regime em que poderes de governo são repartidos entre instancias governamentais por meio de competência legalmente definidas. A repartição de competências sempre foi um assunto básico para a elucidação da forma federativa do estado.

Abrucio (2005) apud (ELAZAR, 1987, p. 37) caracteriza o Federalismo como, [...] uma forma inovadora de lidar-se com a organização político territorial do poder, na qual há um compartilhamento matricial da soberania e não piramidal, mantendo-se a estrutura nacional [...].

¹⁵África do sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Belau, Bélgica, Bósnia-Herzegovina, Brasil, Comores, Canadá, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Estados Unidos, Etiópia, Índia, Iraque, Malásia, México, Micronésia, Nigéria, Paquistão, República Democrática do Congo, Rússia, St. Kitts e Nevis, Sudão, Suíça e Venezuela. (ANDERSON, 2009).

Outra característica do federalismo é a instituição de um modelo democrático de governo, com raízes fincadas em um Estado de Direito Democrático, como aponta Anderson (2009, p.24):

A opção pelo federalismo, pode ter sido eventualmente uma resposta a pressões políticas pela adoção de um regime democrático com maior ênfase na competência de governos regionais, em face da multiplicidade de idiomas, religiões, etnias ou até de significativas diferenças econômicas entre as regiões.

No entanto, Abrucio (2005 apud ELAZAR, 1993, p. 193) caracteriza o federalismo como um modelo intrinsecamente conflitivo, destacando a importância de equilibrar as formas de cooperação e competição existentes.

O desafio é encontrar caminhos que permitam a melhor adequação entre competição e cooperação, procurando ressaltar seus aspectos positivos em detrimento dos negativos. Recorrendo mais uma vez à argumentação precisa de Daniel Elazar: “[...] todo sistema federal, para ser bem sucedido, deve desenvolver um equilíbrio adequado entre cooperação e competição e entre o governo central e seus componentes”

Assim, percebemos que não há uma forma específica para o federalismo, tendo em vista que as sociedades são complexas e se moldam a partir das suas experiências e dos seus interesses político-econômicos. O federalismo é moldado pela história.

Partindo dessa compreensão sobre o federalismo, organizaremos este capítulo, subdividindo nossa abordagem sob o prisma histórico do federalismo no Brasil, posteriormente será discutido o federalismo na educação evidenciando os períodos de centralização e descentralização das ações no âmbito educacional e por fim abordaremos os aspectos referentes às diretrizes políticas e legislativas do dispositivo constitucional intitulado de regime de colaboração especificamente na área educacional.

1.1 O Federalismo no Brasil

Há mais de um século o Brasil adotou o Federalismo como forma de organização, uma vez que, em sua época imperial era um Estado Unitário em que tinha um poder central em relação às províncias.

Com a Proclamação da República em 1889, os movimentos contrários à política do governo imperial conquistaram a vitória e o Governo Provisório expediu o Decreto nº 1, de 15/11/1889, instituindo o federalismo, transformando as antigas Províncias em Estados membros. Esse decreto proclama provisoriamente e decreta como forma de governo da Nação Brasileira a República Federativa, e estabelece as normas pelas quais se devem reger os Estados Federais, nasce então o embrião do modelo federalista.

O Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brazil decreta:
Art. 1º. Fica proclamada provisoriamente e decretada como a forma de governo da nação brasileira - a República Federativa.
Art. 2º. As Províncias do Brazil, reunidas pelo laço da federação, ficam constituindo os Estados Unidos do Brazil.
Art. 3º. Cada um desses Estados, no exercício de sua legitima soberania, decretará oportunamente a sua constituição definitiva, elegendo os seus corpos deliberantes e os seus governos locais.
Art. 4º. Enquanto, pelos meios regulares, não se proceder á eleição do Congresso Constituinte do Brazil e bem assim á eleição das legislaturas de cada um dos Estados, será regida a nação brasileira pelo Governo Provisorio da Republica; e os novos Estados pelos governos que hajam proclamado ou, na falta destes, por governadores, delegados do Governo Provisorio. (BRASIL, 1889)

Como aponta Cury (2006, p. 117):

A república federativa adota um tipo de Estado em que há tanto um autogoverno (concentração) como um governo compartilhado (dispersão). Desse modo, pode-se dizer que o caráter nacional de um Estado Federativo se concentra em um polo central de poder e, ao mesmo tempo, se difunde pela autonomia nacional de um Estado-Nação e pela autonomia de seus membros, que possuem competências próprias

Desde sua criação é bem verdade que o federalismo no Brasil passou por várias mudanças no que tange o regime político e foi se adaptando aos novos contextos econômicos, políticos e sociais. Dentre essas fases de transformação/adaptação Cury (2006, 117) elucida três tipos:

O federalismo centrífugo se remete ao fortalecimento do poder do Estado-membro sobre o da União, em que, na relação concentração/difusão de poder, prevalecem relações de larga autonomia do Estado membros. Pode se assinalar como a tal velha republica, especialmente entre 1889-1930.

O federalismo centrípeto se inclina ao fortalecimento do poder da União, em que, na relação concentração/difusão do poder, predominam relações de subordinação dentro do estado Federal. Pode-se dar, como exemplo, o próprio Brasil entre os anos 1930 e 1980, embora com uns acentos diferenciados para o período específico, como o de 1946- 1964.

O federalismo de cooperação busca um equilíbrio de poderes entre a União e os Estados membros, estabelecendo laços de colaboração na distribuição das múltiplas competências por meio de atividades planejadas e articuladas entre si objetivando fins comuns. Esse federalismo político é o registro jurídico de nossa atual constituição.

Decerto que o Brasil conviveu com grande variedade de arranjos federais e experimentou períodos de autoritarismo e de regime democrático. Como afirma Abrucio (2010, p. 44):

A Primeira República construiu um federalismo baseado num autonomismo estadual oligárquico, às custas do enfraquecimento das municipalidades, das práticas republicanas e do governo federal. O modelo acabou por aumentar a desigualdade territorial no Brasil, uma das características mais importantes da federação brasileira. Ademais, a autonomia dos estados sem um projeto nacional levou a duas consequências: atrasou a adoção de ações nacionais de bem-estar social e produziu uma enorme heterogeneidade de políticas públicas pelo país – na verdade, poucos governos estaduais expandiram as políticas sociais, como revela bem a área educacional.

Ainda Abrucio (2010, apud ABRUCIO, PREDOTI & PÓ, 2009, p.44) afirma que,

O federalismo sofreu grandes modificações com a Era Vargas. Primeiro, com a maior centralização do poder, fortalecendo o Executivo Federal. Em segundo lugar, houve uma expansão de ações e de políticas nacionais em várias áreas, inclusive na educação. Ambas as mudanças, no entanto, foram implementadas principalmente no período autoritário do Estado Novo, problema ao qual se soma o próprio enfraquecimento da federação. Na verdade, os governos subnacionais tiveram seu poder federativo subtraído e suas máquinas públicas não foram modernizadas para dar conta dos nascentes direitos sociais—ao contrario, enquanto mérito começava a se instalar em algumas ilhas de excelência do plano federal, o patrimonialismo foi pouco modificado em estados e, principalmente, municípios.

Arretche (2002) destaca também que a associação entre autoritarismo e centralização fez parte da trajetória histórica no Brasil, aspectos esses presentes nas cinco constituições brasileiras de 1891, 1937, 1946, 1967 e 1988 que afirmaram a forma republicana do Estado. No entanto, o desenvolvimento do processo histórico da estrutura política do Estado brasileiro revela um processo cíclico de centralização e descentralização do poder.

Para isso, Souza (2005) afirma que não é suficiente caracterizar o federalismo brasileiro como centralizador ou descentralizador, para dar conta de sua

complexidade. Há praticamente consenso de que o seu principal problema deriva das heterogeneidades econômicas entre as regiões do Brasil.

Essa herança de diferenças econômicas e sociais advém do legado do período do Brasil-Império, questões essas problematizadas por Oliveira (1999, p. 6),

Vastidão territorial, nanismo estatal (de que a incapacidade fiscal era o sintoma mais evidente), diversidade econômica, não integração de mercados, ausência de uma economia nacional, relações privilegiadas com algumas potências e mercados exteriores, diversidade de formação social, permanência do escravismo numas e sua superação noutras, graus de controle diferenciado sobre a propriedade da terra, faziam da estrutura política institucional unitária, já no fim do império, uma figura de ficção, dando lugar a famosa formulação do país real que nunca correspondia ao país legal.

Com o intuito de conceber uma mudança no federalismo por conta também das desigualdades regionais e econômicas, vivenciamos um processo de mudança do estado que segundo Abrucio (2005) pode ser entendido pelo discurso municipalista que associava o tema da descentralização à democracia e também participava ativamente na formulação de diversos pontos da Constituição de 1988.

A Constituição Federal (CF) de 1988 inaugurou a descentralização de fato, é válido destacar que essa constituição se revelou uma das mais democráticas, por retomar a eleições diretas e realizar a descentralização fiscal, com isso trouxe à tona a regulamentação da organização político-administrativa compreendendo três entes federados: a União, os Estados e o Distrito Federal e os municípios todos autônomos nos termos desta constituição.

Abrucio (2010 p.46) afirma que,

O principal mote do novo federalismo inaugurado pela Constituição Federal de 1988 foi a descentralização. Processo que significava não só passar mais recursos e poder aos governos subnacionais, mas, principalmente, tinha como palavra de ordem a municipalização. Nessa linha, o Brasil se tornou uma das pouquíssimas federações do mundo a dar status de ente federativo aos municípios.

Essa nova visão de descentralização instaurada pela CF de 1988 dando autonomia aos demais entes federados trouxe benefícios aos municípios que passaram a ter responsabilidades definidas e os processos de municipalização passam a ser o foco. Ao trazer aspectos inovadores esta constituição dispõe sobre: a integralização do município como ente federado; amplia autonomia municipal tanto em âmbito legislativo como fiscal; extingue a nomeação de prefeitos e passa a ter

a liberdade de entrar em contato direto com a União sem a que tenha a intervenção do Estado. (RIBEIRO, 2004).

Embora, esse novo cenário dos municípios como ente federado seja considerado um fato político democrático, inicialmente nem todos conseguiram se tornar autônomos o que acabou criando vários problemas como relata Oliveira (2010, p. 47):

A conquista da posição de ente federativo, na verdade, foi pouco absorvida pela maioria das municipalidades, uma vez que elas têm uma forte dependência em relação aos outros níveis de governo. Existe um paradoxo federativo na situação: quando tais cidades recebem auxílio e não desenvolvem capacidades político-administrativas podem perder parte da autonomia; mas, caso fiquem sem ajuda ou não queiram tê-la, podem se tornar incapazes de realizar a contento as políticas públicas.

Esses são frutos colhidos a partir do processo de redemocratização vivenciado nas décadas de 1980 e 1990, mesmo sendo um período de profundas desigualdades sociais, é simultânea e contraditoriamente um cenário de avanços democráticos que foram mais significativos na história da construção da política brasileira. Um deles evidencia a luta que se travou na construção da Constituinte de 1988 que buscava a redefinição de novas normatizações e preceitos políticos capazes de redefinir as relações do Estado com a sociedade.

Esse movimento objetivou criar uma nova institucionalidade democrática. Instrumentos de democracia direta como plebiscito, referendo e projetos de iniciativa popular foram instituídos como mecanismos de ampliação da participação popular nas decisões políticas. Nessa mesma perspectiva, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu os conselhos gestores de políticas públicas, que constituem uma das principais inovações democráticas neste campo. Pela sua composição paritária entre representantes da sociedade civil e do governo, pela natureza deliberativa de suas funções e como mecanismo de controle social sobre as ações estatais. (RAICHELIS, 2000).

Nesse contexto é importante também pontuar que a reforma do Estado brasileiro, inicialmente pensada no governo Fernando Collor de Melo especificamente em 1990, concretizando-se nos governos presidenciais do Itamar Franco (set. 1992-dez. 1994) e o primeiro mandato do Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), essa reforma,

[...] envolve aspectos políticos, econômicos e administrativos. Ainda nos anos 80 foram iniciadas reformas que visavam aumentar a capacidade de governar, ou seja, a capacidade efetiva do governo para transformar suas políticas em realidade, elas pretendiam a saúde financeira do Estado, através do ajuste fiscal, a privatização. Nos anos 90 toma pulso a reforma econômica e administrativa (aumento da governança). A administração pública burocrática não corresponde mais às exigências suscitadas pela sociedade civil no atual momento do capitalismo. Os cidadãos exigem do Estado muito mais do que o Estado pode oferecer. (CASTRO; LAUANDE, 2009).

Castro; Lauande (2009) evidenciam que as características desta reforma, dentre outras, seriam: a descentralização; a separação dos órgãos formuladores e executores de políticas públicas. Esse novo Estado deve ter indicadores objetivos preocupados mais com os resultados do que com o controle do processo.

Farah (1995, p. 48) também concorda com a ideia de que fica evidente a descentralização como processo de tomada de decisões, e da gestão, em um movimento em direção à “ponta” do sistema, para a instituição responsável diretamente pela prestação de serviços – no caso a escola. [...] Procura, por outro lado, diminuir a estrutura hierárquica dentro do sistema, possibilitando decisões mais próximas do local de execução, reduzindo, portanto, a distância entre concepção e execução

É nesse cenário pós-reforma do Estado e a Constituição de 1988 que a União, de forma desequilibrada, inicia o processo de repasse de responsabilidades aos seus entes e parte mais fragilizada foi de fato os municípios que ainda não possuíam base política e organizacional como aponta Abrucio (2005) os governos estaduais e municipais igualmente estabeleceram comportamentos não cooperativos ou até mesmo de competição, como exemplificam a guerra fiscal interestadual e intermunicipal, tal comportamento impactou em uma nova forma de federalismo intitulado “federalismo compartimentalizado”, em que prevalece uma ação pontual de cada esfera governamental, traduzida por não conceber parcerias entre os entes, ou seja, “cada um cuida do que é seu”.

Abrucio (2005, p.45) aponta que:

O federalismo compartimentalizado é mais perverso no terreno das políticas públicas, já que em uma federação, como bem mostrou Paul Pierson, o entrelaçamento dos níveis de governo é a regra básica na produção e gerenciamento de programas públicos, especialmente na área social.

Com o intuito de diminuir os impactos dessa forma de federalismo ou até mesmo, de dar outra tônica à governabilidade do Estado e das políticas públicas a

União está utilizando processos de intervenção no gerenciamento dessas políticas adotando mecanismos de coordenação intergovernamental, instituído normatizações nacionais.

Essas medidas são visualizadas por meio da criação dos sistemas nacionais na área da saúde, assistência social e educação¹⁶. Abrucio (2010, p. 50) aponta que esse processo pressupõe uma articulação federativa nacional, com importante papel coordenador, indutor e financiador da União, mas com relevante autonomia nas mãos dos governos subnacionais.

Tendo em vista todo esse cenário de tensões e mudanças em que o federalismo está assentado, percebemos que ainda existem problemas que não conseguimos superar como: O Brasil sendo um Estado de Direito Democrático¹⁷ possui um alto grau de desigualdade social e econômica entre regiões, estados e municípios o que dificulta o desenvolvimento do federalismo; além disso, a federação conta com elementos escassos na cooperação intergovernamental, tais dificuldades em ter acesso a esses elementos se traduz na concepção e implementação de políticas públicas, que em certa medida são políticas hegemônicas e não levam em consideração as peculiaridades regionais do país, e com isso acabam sendo impostas aos estados e municípios.

Essa dinâmica vem sendo implementada desde a reforma do estado nos governos Collor (1990-1992), fica evidente o fortalecimento do poder executivo, posteriormente com o impeachment do Collor, vivenciamos a gestão do o governo Itamar Franco (Dez/1992-JAN.2005) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), vivenciamos a mudança de alguns padrões federativos construídos ao longo da redemocratização como por exemplo ações de coordenação entre os níveis de governo e descentralização de políticas públicas e centralização do poder nas mãos do governo central. Abrucio (2005) aponta que essas medidas tiveram grande êxito no ataque ao modelo predatório vinculado ao estadualismo, reduzindo as formas de repasse de custos financeiros entre os entes e colocando fortes limites à irresponsabilidade fiscal de governadores e prefeitos.

¹⁶É válido destacar que a construção do Sistema Nacional de Educação vem sendo desde 2010 e será tema central de debate na II Conferência Nacional de Educação (CONAE).

¹⁷Em sua obra *Liberalismo e democracia*, Bobbio (1988, p. 18) pondera que para definir Estado de direito dentro do âmbito da doutrina liberal do Estado, é necessário tratar da velha doutrina da superioridade do governo das leis sobre o governo dos homens, de um Estado em que as normas gerais, isto é, as leis fundamentais ou constitucionais, regulam o exercício dos poderes públicos “salvo o direito do cidadão de recorrer a um juiz independente para fazer com que seja reconhecido e refutado o abuso ou excesso de poder”.

Já no governo Lula (2002- 2010) vivenciamos mudanças no papel do Estado sendo que este passou a ter um papel importante na coordenação da atividade econômica, na distribuição de recursos entre os vários setores da economia, na realização de investimentos e na distribuição de renda. Em seu governo, Lula, unificou as ações de seu governo e criou grandes políticas com o intuito de acelerar o crescimento econômico (PAC)¹⁸ do país que contempla também ações no âmbito educacional por meio da criação do o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) composto por um conjunto de ações já existentes e outras novas, sendo implementado em regime de colaboração da União com o municípios via ao Plano de Ações Articuladas (PAR), sendo esse um instrumento de planejamento para executar as ações do PDE.

Dourado (2013), afirma que “trata-se de iniciativas definidas pela união, constituindo-se, em sua maioria, em processos com reduzida intervenção dos entes federados, mas que requerem sua adesão por meio de diversos mecanismos de indução financeira. ”

O atual Governo Dilma (2011-2014) vem executando as ações pensadas na era Lula, que pautam o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (2005), como um movimento que agrega todos os entes federados (a união, estados, distrito Federal e municípios) com o objetivo de prover a melhoria da qualidade da educação básica. Por meio desse plano, os Estados e municípios que aderirem ao Compromisso deverão seguir 28 diretrizes pautadas em resultados de avaliação de qualidade e de rendimento escolar. Nessa perspectiva o que se tem vivenciado são medidas e tentativas de cooperação para buscar mais organicidade e agilidade na concepção e implementação das políticas públicas.

¹⁸Criado em 2007, no segundo mandato do presidente Lula (2007-2010), o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável. Pensado como um plano estratégico de resgate do planejamento e de retomada dos investimentos em setores estruturantes do país, o PAC contribuiu de maneira decisiva para o aumento da oferta de empregos e na geração de renda, e elevou o investimento público e privado em obras fundamentais. Nos seus primeiros quatro anos, o PAC ajudou a dobrar os investimentos públicos brasileiros (de 1,62% do PIB em 2006 para 3,27% em 2010) e ajudou o Brasil a gerar um volume recorde de empregos – 8,2 milhões de postos de trabalho criados no período. Disponível em <<http://dados.gov.br/dataset/obras-do-pac-programa-de-aceleracao-do-crescimento>>, acessado dia 21/01/2014.

1.2 Federalismo e Educação: descentralização e centralização

Para analisar o federalismo brasileiro na área educacional é imprescindível considerar os movimentos de centralização e descentralização do poder político, econômico e suas repercussões na autonomia e no equilíbrio dos entes federados na organização da educação.

É importante frisar que embora o federalismo brasileiro tenha se mantido até hoje como modelo de Estado, percebe-se que ao longo da história ele vem se transformando. Em alguns momentos, verificamos avanços e em outros recuos e essa dinamicidade está ligada diretamente ao movimento de centralização e descentralização do poder.

Como afirma Martins (2009, p. 46-47):

Destaco, que quaisquer que sejam as mutações sofridas pelo federalismo, este sempre será, por definição, uma forma de Estado que supõe a unidade de estrutura, mas também, a divisão do poder político por diferentes escalas regionais de atuação, de forma que não haja centralização absoluta das competências administrativas e seja assegurada a autonomia dos celebrantes do pacto federativo.

Azevedo (2009, p.214) também observa que:

A recorrência dos períodos de exceção em relação aos curtos momentos de vigência da normalidade democrática, desde que nos tornamos nação independente, consolidou no imaginário nacional a representação que tende a identificar a descentralização e o poder local como sinônimo de democratização, ao passo que a centralização é tida como sinônimo de autoritarismo. Isto, sem desconhecermos a existência da “descentralização autoritária” e da “centralização democrática”, o que varia de acordo com o conteúdo e prática imprimidos a esses processos em cada momento histórico.

Isso significa que nem sempre o que descentralizado é democrático, tendo em vista que a descentralização pode ser entendida como uma medida de controle tutelado por parte do governo central

Portela e Sousa (2010, p.13) destacam que,

No Brasil, com a República, a federação nasce em outra direção, na perspectiva da descentralização. Surge como uma forma de organização capaz de permitir aos entes federados gozar de maior autonomia do que no Império. Entretanto, à maior descentralização corresponde uma maior desigualdade, a menos que o centro exerça um contrapeso no sentido de implementar ações supletivas. Essa tensão entre centralização e descentralização e a forma de colaboração ou relacionamento entre a União e os demais entes federados é fundamental para compreender-se a política educacional.

Entretanto, a história mostra que nem sempre nos momentos em que vivenciamos de descentralização de poder conseguimos respirar ares de autonomia e democracia e nem sempre os processos de centralização foram vivenciados sem autonomia. Como nos mostra o quadro abaixo.

Quadro 02: Federalismo e os seus movimentos no âmbito educacional.

PERÍODO	CENTRALIZAÇÃO	DESCENTRALIZAÇÃO
República velha (1889 a 1930)	Constituição de 1891 - descentralização fiscal convive com instrumento de centralização política como a “degola”, as intervenções federais e a decretação do estado de sítio.	Reforma constitucional de 1934 - centralizadora aumenta as hipóteses de intervenção estatal.
República (Era Vargas) (1930 e 1945)	Manifesto dos Pioneiros da Educação Básica (1932) Governo provisório – centralização por meio de interventores. Constituição 1934 - tendência a ser centralizadora por meio de estabelecimentos de competências concorrentes.	1934- Vinculação de recursos e previsão de fundos de forma dissociada na CF
Intervalo democrático		Constituição de 1946- Início de medidas descentralizadora. (Financiamento da Educação)
Regime militar 1964-1985	Período de recentralização do poder nas mãos dos militares	-Decreto de lei 200/68 descentralização.
Redemocratização do Estado a partir da década de 80		-Derrubada dos militares Constituição de 1988- descentralização de recursos fiscais para estados e municípios. -Reconhecimento dos municípios como ente autônomo. -Reforma do Estado nos anos 90 -Criação das emendas 53/2006 e a 56/2009 -Criação da política de fundos FUNDEF e FUNDEB -Plano Nacional de Educação (2001-2010) -Plano de desenvolvimento da educação -Plano de ações articuladas.

Fonte: Martins (2009), adaptado pelo autor.

A história brasileira, afora uma única exceção, constituída pelo breve período da República Velha, é dominada por uma administração fortemente centralizada desde a época colonial. A partir de 1930, com a política desenvolvimentista e a progressiva ampliação das funções do governo, a União centraliza ainda mais a administração do país.

Para Arretche (1996), a progressiva expansão da centralização, que se arrastou até o final da década de 1970, deve ser atribuída ao fato de “ser o nível federal que demonstrou elevada capacidade de inovação institucional e de resposta às pressões advindas dos processos de industrialização e urbanização em curso” (1996 p, 52). A autora afirma que, apesar de uma centralização financeira sem precedentes, que vivemos durante a ditadura militar, foi a partir desse período que a forma de expansão do Estado favoreceu a criação de capacidades administrativas e institucionais nos estados e nos municípios.

Em suma forma de expansão do Estado que implicou o fortalecimento institucional e administrativo dos níveis municipal e estadual – paradoxalmente implementada no período de maior centralização financeira e política da história brasileira -, em um contexto de crise das capacidades estatais do governo federal e de fortalecimento do poder político das elites regionais, explica boa parte da dinâmica do conflito federativo. (Arretche, 1996, p.54).

Já a descentralização de fato acontece em um contexto de grandes desafios tendo à frente a tão propagada reforma do Estado que acompanha o processo de redemocratização; isso inflige a necessidade de constituir instrumentos e mecanismos políticos capazes de agilizar o funcionamento de um estado democrático, ao mesmo tempo em que se busca um novo equilíbrio entre as três esferas de poder.

1.3 A legislação e o regime de colaboração na área educacional: diretrizes políticas e legislação

Há mais de vinte anos, a atual Constituição estabeleceu o regime de colaboração como um mecanismo para garantir o compromisso partilhado entre os entes federados, sendo um elemento essencial para a democratização da educação.

Entretanto, nosso histórico sempre foi este Tavares Bastos (1997) aponta que a colaboração entre o governo central e as províncias era fator de extrema importância para criação do sistema de instrução no período da primeira república, tendo em vista que a instrução não era um interesse puramente local.

Martins (2009) afirma que a proposta de Tavares Bastos representava uma admirável antecipação do regime de colaboração, tomando por base a ideia de que a educação não é apenas um interesse local e por isso ele sugere o compartilhamento do financiamento da educação entre governo central e províncias.

Outro entusiasta da “colaboração” foi Rui Barbosa (1889) que consolida a ideia de Tavares Bastos e sugere a “interferência cooperadora”, que traz como ideia central a divisão de responsabilidades e do financiamento da educação entre governo central e províncias. Martins (2009, p. 13) Aponta que:

Cresceu a demanda por recursos da educação, com base em mais *colaboração* por parte do poder central, denominada de “interferência cooperadora”, por Rui Barbosa. Surgiram as primeiras ações na direção da criação de fundos e da adoção de patamar mínimo de gastos. A definição de porcentagem dos impostos gerais para financiar a educação esboça a futura proposta de vinculação de recursos.

Essas iniciativas demonstram que a colaboração entre os entes já vinha sendo preconizada desde o início da primeira República, mesmo sendo ações que em certa medida organizavam ou até mesmo tentaram organizar ou descentralizar o financiamento da educação, mas mostravam que educação não poderia ser realizada apenas por um ente federado.

Nessa perspectiva, as ações de colaboração entre os entes ganharam fôlego a partir da década de 1920 com o advento da industrialização, tendo em vista que, o mercado preconizava uma necessidade de formar seus trabalhadores e a inclusão escolar passou a ser pauta na agenda do Estado. Logo como aponta Martins (2009) o papel da União ganhou uma nova roupagem, em que passou a visualizar o regime de colaboração como mecanismo político-administrativo para celebrar acordos com estados, mediante aos quais estes passariam a dedicar parte de seus recursos tributários para educação, essa iniciativa foi proposta com a realização da Conferência Interestadual do Ensino primário em 1921. Nessa proposta foi previsto a aplicação de 10 % por parte da União para efetivar a instrução primária. No entanto, essa proposta não foi adiante.

Pode-se afirmar que no período inicial da primeira República, vivenciamos um novo momento de autonomia dos novos estados consequência da modelo federalista e que se assentou debates acerca da responsabilidade da União e dos estados trazendo à tona as práticas de colaboração na educação.

Ainda na década de 30 vivenciamos o espírito da colaboração em que o movimento do manifesto dos pioneiros (1932) entre várias reivindicações cobrou a vinculação de um percentual fixo para o financiamento da educação e a divisão das responsabilidades sobre a educação. O Manifesto sugere que, em todos os graus, cada estado organize a educação em seu território, sendo que a União caberia além da oferta na capital, a vigilância dos princípios afixados na nova constituição.

Os pioneiros foram vencedores no que tange a vinculação de recursos à educação. Promulgada por meio da constituição de 1934 que incorporou vinculação de 10% da renda resultante de impostos para a União e municípios, sendo 20% para estados e Distrito Federal, previsto no art. 156.

Luce (1993) salienta que a CF de 1988, ao estabelecer o regime de colaboração como critério de relacionamento entre os entes federados, fez no setor educacional a regulamentação concreta em nível político e administrativo, do conceito fundamental de República Federativa em seu art. 211, explicita claramente quem são os protagonistas dessa nova forma de relacionamento estabelecido:

O regime de colaboração entre a União, os estados e os municípios reconhece que as três instancias são bastante competentes para as decisões e as ações que visam à manutenção e ao desenvolvimento do ensino. Isto é, são parceiros inarredáveis para planejar e responsabilizar-se pela oferta de uma educação pública de qualidade a os cidadãos. (BRASIL, 1988, p.36).

Embora a Constituição Federal de 1988 esteja em vigência há mais de vinte anos, o debate acerca do regime de colaboração está inconcluso, é intenso e controverso e algumas análises indicam uma retração da descentralização, embora a própria Constituição tenha reconhecido o município como ente capaz de organizar a educação local e valorizado sua interlocução na federação.

Segundo Cassini (2010), a Constituição Federal de 1988 foi primeira forma de normatização que tentou prever a possibilidade de se estabelecer uma regra comum acerca das relações federativas no que tange à atuação intergovernamental na execução das competências comuns, de forma a estabelecer o chamado “regime de colaboração/cooperação”. A autora aponta que a problemática encontra-se na (falta)

de regulamentação dessa tentativa e é agravada pela normativa constitucional, por apresentá-la em uma norma com eficácia relativa dependente de complementação. Isso alude que a Magna Carta não definiu como esse instituto seria aplicado nas relações intergovernamentais, deixando sua definição a cargo de uma posterior Lei Complementar.

Segundo Sari (2009), a disposição de responsabilidades está bem dividida conforme quadro abaixo, no entanto há uma debilidade em executar as incumbências dos entes.

Quadro 03: Incumbências dos Entes Federados

UNIÃO	ESTADOS	MUNICÍPIOS
Elaboração do Plano Nacional de Educação	Organização do Sistema Estadual de Ensino	Organização do Sistema Municipal de Ensino
Organização do Sistema Federal de Ensino	Formas de Colaboração com Municípios na oferta do ensino fundamental	Ação redistributiva em relação às suas escolas.
Diretrizes curriculares nacionais para a educação básica.	Políticas e planos educacionais integrando ações dos Municípios.	Autorização, credenciamento e supervisão de instituições de ensino do seu sistema.
Sistema de informações e avaliação educacional	Autorização, reconhecimento, credenciamento, supervisão e avaliação de cursos superiores e instituições de ensino do seu sistema.	Autorização, reconhecimento, credenciamento, supervisão e avaliação de instituições de ensino do seu sistema.
Normas gerais para graduação e pós-graduação.	Normas complementares ao seu sistema.	Normas complementares ao seu sistema.
Autorização, reconhecimento, credenciamento, supervisão e avaliação de cursos superiores e instituições de ensino do seu sistema.	Transporte escolar para alunos da rede estadual	Transporte escolar para alunos da rede municipal.

Fonte: SARI (2009)

O que também está bem definido na LDB (lei Nº 9394/96), em seu Art.8ªa União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino”, demonstra uma tentativa de organização do sistema de ensino, ou seja, uma regra a ser realizada; o que não

demonstra uma ausência de definição mais completa de como seria realizado essa colaboração. O que há é uma definição das atribuições de cada ente federado conforme o quadro abaixo.

Já o PNE (2001-2010) traz como bojo das discussões no Capítulo V, financiamento e Gestão, item 11.3.2, em sua meta 19:

Aperfeiçoar o regime de colaboração entre os sistemas de ensino com vistas a uma ação coordenada entre entes federativos, compartilhando responsabilidades, a partir das funções constitucionais próprias e supletivas e das metas deste PNE. (BRASIL, 2001)

O que anuncia uma possibilidade em retomar o regime de colaboração como um processo importante para gestão entre os entes federativos. Dessa forma, a União e os entes federados não podem atuar isoladamente. Cassini (2010) afirma que no Brasil o regime de colaboração é uma norma de eficácia relativa dependente de complementação.

Dessa forma, a implementação do regime de colaboração depende primeiramente da atuação do Poder Legislativo que, apesar de algumas tentativas, não obteve êxito em âmbito nacional. Ainda Cassini (2010) aponta que, nas esferas estaduais, é possível encontrar o regime de colaboração de certa forma regulamentado, no entanto, apresenta características e concepções diferenciadas do aspecto teórico conceito teórico e conceitual do tema e do seu significado estrito do “regime de colaboração”, se configurando mais como coordenação do que como cooperação.

No entanto, há evidências de que o regime de colaboração funciona por meio de fatores que são condicionantes e indutores para cooperação entre os entes, tais fatores estão evidenciados no quadro abaixo

Quadro 04: Regime de colaboração condicionantes e Indicadores

CONDICIONANTES	INDICADORES	EXEMPLOS INDICADORES DE NA EDUCAÇÃO
Desenho constitucional como fundamento jurídico	Modelo federativo de cooperação com definição de competências	CF. 88, arts. 1º, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 211.
Legislação	Mecanismos legais e	Lei n. 11,497/07

regulamentadora das relações intergovernamentais	institucionais com incentivos adequados e critérios bem definidos	(FUNDEB), Lei n. 10.823/03 (salário educação)
Aparato institucional	Entidades de prefeitos, secretarias estaduais e municipais, conselhos, comissões instituídas para colaboração	Conselho Nacional de Educação; Confederação nacional de Municípios, associação de municípios, UNDIME, UNCME, CME.
Políticas públicas descentralizadas	Planejamento conjunto acordos, convênios.	Programas: PNAE, PNATE. Plano de metas compromisso todas pela educação, PAR.
Mecanismos de acompanhamento e controle social	Conselhos, comitês	Conselhos municipais de educação, comitê do PAR, conselho do FUNDEB, conselho do CAE.

Fonte: SARI (2009)

Tendo como base modelo de estado federalista devemos levar em consideração que é eminente a importante de se regulamentar o regime de colaboração, porém a de se convir que também já existem fatores que condicionam essa colaboração. Por isso, conclui-se, que o RC é um valioso instrumento que viabiliza a cooperação entre os entes e também a organiza os sistemas de ensino, e que paulatinamente está sendo implementado nos nossos sistemas educacionais. Daí vem à importância que tem se dado a esse dispositivo constitucional, atualmente este tem sido pauta nacional na atualidade, especialmente encontrado nas discussões da CONAE (2009) e no projeto de Lei do novo PNE.

Com as considerações de Haguette (1989, p.29) devemos refletir, Por que não pô-lo em prática? Será que os constituintes foram além da maturidade política da União, dos estados e dos municípios brasileiros? É bem verdade que é valido analisar as relações federativas, tomando como questão central a problemática da regulamentação do regime de colaboração, sendo que esta, requer apreender que a forma do Estado interfere diretamente nesta questão.

2 PLANEJAMENTO COMO INSTRUMENTO DA GESTÃO NA POLÍTICA EDUCACIONAL: O CONTEXTO DAS CONSTITUIÇÕES FEDERAIS E OS PRINCIPAIS PLANOS GOVERNAMENTAIS A PARTIR DA DÉCADA DE 1930

O planejamento é compreendido como um ato de reflexão humana, e esta atividade intelectual é considerada, a partir do olhar de Júnior (2007), como a herança da antiguidade grega, que universalizou a sistematização do ato de pensar há mais de vinte e cinco séculos. No entanto, a forma de pensar sistemática na sociedade grega, em particular nas cidades de Esparta e Atenas, não se constituiu como algo singular, pois outros povos e civilizações, com destaque aos chineses e aos Incas, os vestígios documentais revelam a presença de atividades planejadas.

Esta atividade intelectual tem contribuído para o processo evolutivo das relações sociais, em vista da necessidade de organizar de forma racional as ações humanas, com a finalidade de garantir melhor funcionamento da vida em sociedade. Com a instalação do Estado, o planejamento passou a ser considerado o ponto fulcral na definição da organização, dos objetivos e das metas que se estabelecem para garantia da eficácia operacional da sociedade.

Assim, o ato de planejar desde o seu surgimento vem se aprimorando, com a finalidade de garantir a sistematização das ações, dos objetivos, e das metas a serem alcançadas, complementada pela prática avaliativa. A complexidade das atividades sociais elevou o uso do planejamento em função da necessidade de otimizar o uso dos recursos disponibilizados à execução de algo.

O avanço da ciência e da tecnologia possibilitou potencializar a atividade do planejamento, por meio de técnicas e recursos especializados, capazes de sistematizar as informações destinadas a subsidiar a definição de ações e a alocação de insumos voltados à sua operacionalização. (JUNIOR, 2007).

No âmbito educacional, a prática do planejamento remonta ao início do século XX, influenciado pelas mudanças provocadas nas relações de produção, fundamentada segundo a lógica da administração científica prevalecente no cenário internacional. (KUENZER, 2011)

A relevância do planejamento na atividade educacional ganhou destaque no final da primeira metade do século XX, resultante do caos estabelecido pela Segunda Guerra Mundial, em especial na Europa, cujo processo de reconstrução do

Estado e da economia, demandou a prática do planejar como estratégia voltada ao restabelecimento da ordem social.

A primeira tentativa sistemática de planejamento educacional remonta a 1923, data do primeiro plano quinquenal da URSS. Completando a referência, que é incontestável que foi graças ao planejamento que este país, com 2/3 de sua população ainda de analfabetos em 1913, hoje se coloca entre as nações de maior desenvolvimento educacional (JÚNIOR, 2007, p. 64).

A atividade de planejamento teve maiores níveis de eficácia nos países mais desenvolvidos e industrializados, praticado no campo empresarial, na administração estatal, conjugado ao nível de escolarização da população, que possibilitou exercê-lo em larga escala. Contraposto a esse quadro, nos países do chamado Terceiro Mundo, a efetivação do planejamento como ferramenta auxiliar da gestão, foi praticada de forma mais lenta.

Segundo Calazans (1990), a expansão da ordem mundial capitalista na América Latina durante o período de 1950 a 1980, configurou novas estruturas sociais e econômicas, com profundos reflexos no funcionamento da máquina estatal, incluindo a prática do planejamento como instrumento de gestão para a definição de políticas e no auxílio do controle e regulação das atividades econômicas.

Diante dessa compreensão mais abrangente sobre o planejamento, organizaremos este capítulo, subdividindo nossa abordagem em subitens que tratam sobre o histórico do planejamento no Brasil, bem como, abordaremos questões sobre planejamento e gestão na construção de políticas públicas, elencando os mais planos mais atuais que permeiam no âmbito educacional como o PDE, PNE, PAR.

2.1 O Planejamento educacional e o contexto das reformas no Brasil: diretrizes políticas – principais documentos e legislação

A reflexão sobre o percurso histórico da atividade do planejamento, como componente destinado à organização e execução das atividades educacionais no Brasil, expressa um contexto mais amplo, que possibilita a compreensão da lógica assumida em sua operacionalização no Estado.

Segundo Cunha (2006), a oferta do ensino público no Brasil nas décadas iniciais do século XX, em que pesem as mudanças políticas ocorridas com a Proclamação da República, carregou as limitações oriundas do Período Imperial, em vista do controle do poder ter sido mantido nas mãos da oligarquia rural, descritas a partir da escassez de escolas, precariedade de funcionamento das unidades escolares, com reflexos na qualidade do ensino, ausência de políticas sequenciais para a formação de professores, elevado índice de analfabetismo, elevado contingente de crianças, adolescentes e jovens excluídos do acesso à escola.

No panorama social e econômico, a indústria do café se apresentou como o mais importante eixo da economia nacional, representado por grandes cultivos e a instalação de uma rede ferroviária destinada a garantir o escoamento da produção para o mercado internacional. Tal quadro, foi complementado pela ampliação das atividades industriais, com destaque para a tecelagem, concentrada especialmente na região sudeste.

O cenário social foi descrito pelo fluxo migratório populacional em direção ao espaço urbano, visando oportunidades de acesso ao trabalho, em particular na região sudeste, com destaque para o Estado de São Paulo, que nessa época já despontava como um importante centro econômico.

A luta pelo acesso à educação foi protagonizada pelo movimento operário fundamentado pelas ideias contrárias, que despontava no cenário brasileiro como uma força política nascente no interior das fábricas. O movimento operário defendia o acesso à escola pública gratuita como elemento fundamental para a formação intelectual do ser humano visando contrapor-se as investidas do capitalismo, que preconizava o privilégio das elites em relação a educação e a escolarização. (CUNHA, 1991).

Segundo Romanelli (2005) as ideias do pensamento da classe operária foram ponto de partida da luta em favor da escola pública gratuita e de qualidade, como forma de garantir aos filhos desta classe o ensino primário, até então restrito às elites, mediante os grupos escolares instalados apenas nos bairros aristocráticos das principais cidades brasileiras.

A luta em favor da democratização do acesso à escola se fortaleceu no Brasil a partir do movimento intelectual na década de 1920, destacando a presença de ideias reformistas, protagonizadas por intelectuais das diversas áreas, em especial,

da educação, das artes, que culminou com a Semana de Arte Moderna em 1922 (ROMANELLI, 2005).

De acordo com Saviani (2009) a presença dos educadores na luta em favor da expansão da oferta e melhoria da qualidade da educação pública no Brasil remonta a década de 1920, com a fundação da Associação Brasileira da Educação (ABE) em 1924, com destaque para Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira.

O pensamento pedagógico brasileiro teve em Anísio Teixeira um dos principais expoentes em defesa da democratização do acesso à escola pública, defendendo a ideia do dever do Estado em universalizar o ensino para toda a população, pois a sociedade estava experimentando um quadro de mudanças gradativas, passando de um modelo econômico agrário para um modelo urbano exportador, com a concentração das atividades produtivas na área urbana.

A crise do café, em 1929 veio contribuir para a reforma do modelo econômico e conseqüentemente impactou na educação, mediante a adoção de novas propostas para o ensino. Segundo Romanelli (2005), a mudança de atividade produtiva exigia uma força de trabalho capaz de saber ler, escrever e contar, para tanto, o ensino primário deveria se universalizar para capacitar a mão de obra que serviria às fábricas, ao comércio, e a outros ramos da produção.

Sob forte influência do liberalismo, o movimento educacional brasileiro apontava para a necessidade de garantir a oferta do ensino de qualidade, e igualdade no acesso à escola, visando assegurar à todos o direito de escolarização. De acordo com Ivashita & Vieira (2005), o pensamento liberal teve importante papel na defesa da educação como parte componente da estrutura administrativa do Estado.

A proposta de universalização da escola pública foi acolhida pelo pensamento político conservador, que assumiu o poder após Revolução Constitucionalista de 1930. A ascensão de Getúlio Vargas ao poder, apoiado por forças reformistas da burguesia urbana, deslocou a aristocracia rural do poder, e apoiado pelas massas trabalhadoras, com implementação de mudanças significativas na esfera educacional.

A organização do Estado assegurou a presença do Ministério da Educação e Saúde, chefiado por Francisco Campos. Este ministério veio contribuir para

mudanças significativas na política educacional, orientada segundo o pensamento da Escola Nova¹⁹.

As discussões relativas a educação ganharam maior espaço nas atividades dos intelectuais, e conforme Ivashita & Vieira (2005) em 1931 foi realizado no Rio de Janeiro a IV Conferência Nacional de Educação, sob os auspícios da ABE, com a presença do Presidente da República, e do então Ministro da Educação, com a finalidade de construir princípios orientadores da política educacional.

O encontro foi marcado por um amplo campo de debates e disputas entre os grupos conservadores e liberais, resultando na elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Educação, assinado por 26 educadores, dentre os quais: Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho.

O teor do documento expressa um ideal reformador, acumulado nos debates realizados desde a década de 1920, que se configuravam em diversas regiões do Brasil.

A primeira reforma foi realizada em São Paulo, no ano de 1920 por Sampaio Dória; em 1922 a reforma foi empreendida no Ceará por Lourenço Filho e no Distrito Federal em 1927 realizada por Fernando de Azevedo. Houve ainda as reformas nos Estados de Pernambuco em 1928 (Carneiro Leão); em Minas Gerais em 1927 (Francisco Campos); na Bahia em 1928 (Anísio Teixeira) e no Paraná (1927 Lysímaco da Costa) (IVASHITA & VIEIRA, 2005, p. 05).

As reformas, mesmo que pontuais, já vislumbravam a necessidade de mudanças na educação brasileira, protagonizada por um novo cenário que se desenhava. No campo teórico, houve forte influência do pensamento escolanovista, cuja prioridade destinava-se a estreitar a relação do ensino com as ciências e a tecnologia.

A presença de um modelo econômico urbano-exportador exigia uma educação pragmática, destinada a formação do trabalhador capaz de ter acesso ao mundo do trabalho com níveis de eficácia mais acentuado em sua participação. De acordo com Ivashita & Vieira (2005), o Manifesto dos Pioneiros de 1932, defendia uma escola pública obrigatória, laica e gratuita, que superasse o enciclopedismo em

¹⁹A Escola Nova propôs maior atenção aos processos de aprendizagem do que aos produtos/conteúdos até então valorizados, fazendo assim clara oposição e crítica ao tradicionalismo pedagógico, que até então era hegemônico e marcado por uma cultura educacional que os escolanovistas acusaram de verbalista e enciclopédica. (ver SILVA, 2004, p.03).

favor de um ensino utilitarista e profissionalizante, pautado na lógica da racionalidade científica.

Portanto, o Manifesto apontava para mudanças significativas no formato a ser configurado pela educação escolar no Brasil, frente a um cenário econômico e social em construção. Assim, é possível perceber o quanto o pensamento dos intelectuais da educação começava a ser descrito como constituinte das políticas educacionais, sendo ainda considerado um documento relevante às gerações subsequentes.

Esse manifesto propunha-se a realizar a reconstrução social pela reconstrução educacional. Partindo do pressuposto que a educação é uma função essencialmente pública, e baseado nos princípios de laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, co-educação e unidade da escola, o manifesto esboça as diretrizes de um sistema nacional de educação, abrangendo, de forma articulada, os diferentes níveis de ensino, desde a educação infantil, até a universidade (SAVIANI apud IVASHITA & VIEIRA, 2005, p. 33).

Concebida como um elemento basilar no processo de transformação da sociedade, a educação defendida nas ideias contidas no Manifesto dos Pioneiros visava, sobretudo, avançar no desenvolvimento econômico do Brasil, sustentar o modelo econômico urbano-industrial defendido pelos grupos ligados a burguesia industrial, e para tanto, havia necessidade de formar e qualificar a força de trabalho destinada a ocupação dos postos nas indústrias, no comércio, e na agricultura.

A universalização da escola pública iria garantir a elevação dos níveis de escolarização, acesso, e preparação dos estratos sociais ao mundo do trabalho, sendo que, às elites garantia-se a educação com a finalidade de formar o dirigente, e as demais classes, a formação subalterna.

Segundo Calazans (1990) o teor do Manifesto dos Pioneiros expressa um cunho reformista destinado ao aproveitamento das potencialidades dos sujeitos para inserção nas bases produtivas que se desenhavam em função da adoção de um novo modelo econômico, cuja base de produção se concentrava na qualificação da força de trabalho. Nesse contexto, a consolidação do capitalismo industrial no Brasil só poderia ser assegurada mediante um sistema educacional capaz de responder as expectativas de funcionamento das bases produtivas.

Além disso, é importante considerar que o teor do documento escrito pelos intelectuais da educação, pautava-se na perspectiva administrativa e operacional do ensino a ser desenvolvido na escola brasileira, estando longe de ser um referencial destinado a proposição de um Plano Nacional de Educação, composto de objetivos, metas, recursos, claramente definidos (CALAZANS, 1990).

As mudanças políticas, sociais e econômicas no Brasil após a década de 1930, exigiam uma nova configuração das relações entre o Estado e a sociedade, e nesse contexto, foi necessário se desenhar um novo texto constitucional, com impactos significativos na área educacional. Segundo Arantes (2006), a Constituinte de 1934 atribuiu ao Conselho Nacional de Educação a designação para a elaboração do Plano Nacional de Educação, com a finalidade de estabelecer diretrizes nacionais gerais.

A afirmação do direito à educação a todo cidadão passou a ser o referencial a ser alcançado nas ações do Estado, mas para que se efetivasse na prática esta intenção, havia a necessidade de prever e garantir os recursos financeiros para o funcionamento do sistema de ensino, como também, definir com clareza o dever do Estado na oferta da educação obrigatória para todos.

De acordo com Arantes (2006), a educação concebida como “direito público subjetivo”, não se manifestou de forma clara nas intenções do anteprojeto do Estado submetido a Constituinte de 1934, uma vez que delimitava-se em favorecer o desenvolvimento das artes, ciência e do ensino, além de restringir a obrigação do Estado na oferta dos meios necessários ao acesso à educação.

Apesar dos renovadores conseguirem finalmente afirmar na Constituição o Direito a educação, ele sai suficientemente mutilado para que nada obrigue o Estado a um investimento maciço em educação pública. Ao contrário de toda a expectativa dos renovadores, o que ali se abriu foi uma imensa brecha para o que Anísio Teixeira chamará mais tarde de “publicização do privado” referindo-se ao processo de elevação do interesse privado ao plano do interesse público (ARANTES, 2006, p. 10).

As disputas de poder e controle sobre a educação no contexto da constituinte de 1934 proporcionou um quadro singular de definições e estratégias para oferta do ensino, de modo que dependendo das articulações e do peso político de cada região, as deliberações aprovadas garantiam a manutenção dos interesses dos grupos. Nesse sentido, é fundamental que se considere o valor da disputa de poder no campo educacional para definição da política a ser implementada, isso em qualquer projeto de sociedade.

Segundo Arantes (2006), as proposições apresentadas na Constituinte de 1934 podem ser consideradas como avanços no sentido de garantir a operacionalidade do ensino público sob a custódia do Estado, e conjugado a luta em defesa da obrigatoriedade escolar básica, houve também a defesa relativa a aplicação de recursos públicos na educação.

É possível perceber o quanto a garantia ao direito subjetivo à educação alavancou a discussão sobre outros temas relevantes, dentre estes, a questão da participação dos entes federados, União, Estados e Municípios, na definição de orçamento visando garantir a oferta do ensino, como direito social.

No instante que a Constituinte de 1934 reconhece a educação como “direito subjetivo” se elevou o comprometimento estatal em alocar orçamento destinado à oferta da escolarização básica para toda sociedade. Assim, é importante que se considere o envolvimento do Estado no atendimento das demandas sociais, pois:

Antes de 1930, os colégios particulares do Brasil eram realmente particulares e resistiam vivamente a qualquer intromissão do Estado. Os de nível secundário pensariam em tudo, menos em pedir recursos ao Estado. Zelavam, sobretudo, pela sua independência e serviam a uma pequena classe média relativamente abastada e a pobres orgulhosos, que sofriam sua pobreza, mas não desejavam esmolas, que tanto seriam consideradas as bolsas e auxílios (MARTINS, 2009, p. 12).

A autonomia das instituições escolares particulares, sobretudo aquelas ligadas às ordens religiosas, assumiam por conta própria a manutenção do ensino, sem qualquer repasse de recursos públicos, de modo que a partir da perspectiva assinalada na Constituinte de 1934 de que a educação é um direito subjetivo, incluída como dever do Estado, como Cury (2008, p. 4) aponta,

[...] educação como direito, a obrigação dos poderes públicos em prestá-la, no ensino primário, gratuita e obrigatoriamente nas escolas oficiais, a vinculação de percentuais dos impostos federativos para a educação e o estabelecimento de um plano nacional de educação

Sob a égide autoritária que caracterizou a política adotada pelo governo de Getúlio Vargas, a política educacional voltada à oferta do ensino básico, teve no controle do Estado um papel decisivo para a operacionalização das ações, inclusive com reflexos no funcionamento da escola, na organização curricular, e na distribuição dos recursos financeiros.

De acordo com Martins (2009), o Estado ao exercer o controle sobre a educação, o faz a partir de uma lógica gerencial de cunho centralizador, regulador e fiscalizador, com reflexos significativos na aplicação de recursos financeiros, uma vez que a educação das massas não era objeto de intenção da política estabelecida no Estado Novo.

O autoritarismo que caracterizou o Estado Novo repercutiu de forma intensiva na educação, e o movimento de debate e proposições das décadas anteriores foram

ofuscados com a instalação do novo poder. A restrição à exposição de ideias esteve representada pela promulgação em 1935 da Lei de Segurança Nacional, e de acordo com Martins (2009), o movimento renovador, cujo expoente foi Anísio Teixeira, não teve mais espaço no governo.

A ditadura varguista impossibilitou qualquer tentativa de ruptura em relação ao modelo dualista de educação existente na superestrutura do Estado, fato esse que favorecia os grupos conservadores que controlavam o poder, além de subsidiar a manutenção do modelo econômico e produtivo.

Tal quadro contribuiu para a promulgação da Constituição Federal de 1946, com ressalva no campo da educação, para a elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases. Segundo Martins (2009), o projeto de sociedade do Estado Novo manteve a educação de caráter dualista e discriminatório, em particular com a Reforma Capanema, que foi uma iniciativa de regulação do ensino industrial, secundário destinada à expansão do ensino profissional, visando atender as classes populares, cumprindo assim as exigências do empresariado para formação de trabalhadores de massa.

Em sentido oposto, a educação superior avançou em sua organização, e de acordo com Martins (2009), assegurou-se a autonomia universitária, com a liberdade da cátedra, porém, mantém a limitação do acesso aos cursos superiores, de modo que o privilégio às elites mantinha-se na proposição da política educacional estatal.

O dualismo na oferta da educação foi assegurado por meio de legislações, portarias e outros instrumentos administrativos utilizados pelo Estado, de modo que a garantia do direito subjetivo à educação deu-se por meio de limitações, as quais se traduziam na precariedade da oferta de escolas, no reduzido quadro de professores qualificados e num elevado contingente populacional analfabeto.

Com mais de quinze anos de debates, finalmente em 1961 foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, representada pela Lei 4024/61. Manteve-se o espaço do setor público e privado na oferta do ensino, a obrigatoriedade e o dever do Estado em oferecer a educação pública.

Em relação à educação superior, a Lei 4024/61 estabeleceu no art.80 a autonomia didática, administrativa e financeira às universidades, desde que estivesse previsto em seu estatuto o delineamento para operacionalização. Em contrapartida, para gozar da autonomia, as instituições de ensino superior deveriam

submeter seus estatutos ao Conselho Federal de Educação, que deliberaria sobre os limites aos quais elas deveriam atuar.

A luta em favor da autonomia da universidade se fortaleceu com o movimento dos intelectuais, dos estudantes e professores, no sentido de garantir a liberdade de expressão, da exposição de ideias e da necessidade de se estabelecer um ambiente propício à reflexão permanente. Para Vieira (2008), tornar a universidade o *locus* de produção do conhecimento científico, foi o enfoque central dos debates no contexto acadêmico.

Os reflexos da Revolução Cubana, no final da década de 1950, e a difusão do pensamento existencialista como referencial para construção de uma sociedade mais justa, solidária, participativa e comprometida com mudanças nas relações sociais alcançou significativo espaço na universidade, com destaque aos segmentos representativos de professores, associações científicas, movimento estudantil, os quais exigiam um conjunto de reformas de ordem administrativa, dentre estas, a realização de concurso público para ingresso no magistério superior, reformas curriculares, e representação estudantil nos órgãos colegiados. (VIEIRA, 2008).

A luta em favor da democratização no ensino público superior, com a ampliação de vagas, ampliação das atividades de pesquisa e extensão, incentivo à formação de grupos de estudos e pesquisas, com a finalidade de produzir conhecimento para atender as demandas sociais, constituiu-se como um importante passo para avançar na qualidade do ensino. (LIMA, 2005).

Porém, o cenário político da década de 1960 sofreu impactos significativos com o golpe militar de 1964, suprimindo a liberdade e a autonomia universitária, adotando-se um sistema de gestão com elevado nível de controle, tanto do ponto de vista administrativo, quanto da perspectiva intelectual, com a supressão da liberdade de expressão nos espaços coletivos de debate, entre eles, a associação de professores, representação estudantil, visando reprimir a ação contestadora da ordem social estabelecida no regime militar.

Com relação ao dispositivo repressivo, vale mencionar o Decreto nº 4.464/64 que extinguiu a União Nacional dos Estudantes (UNE); o Decreto nº 228/67, que limitou a existência de organizações estudantis ao âmbito estrito de cada universidade; o Decreto nº 477/69, que impôs severas punições aos estudantes, professores ou funcionários que desenvolvessem atividades consideradas hostis ao regime militar, com a criação no interior do MEC de uma divisão de segurança e informação para fiscalizar as atividades políticas de professores e estudantes nas instituições. Houve, igualmente, aposentadorias compulsórias de professores considerados

nocivos ao regime militar em várias universidades públicas (BARBOSA & VIEIRA, 2009, p. 05).

As determinações repressoras adotadas pelo governo militar com a finalidade de silenciar a classe acadêmica, composta de professores e alunos, se fez valer à força da lei, com sucessivas perseguições e cerceamento da liberdade de pensamento. A infiltração de militares nas salas de aula, para identificar aqueles que não se curvavam às ordens do regime vigente, foi uma prática vivenciada em quase todas as instituições de ensino superior pública.

Segundo Barbosa e Vieira (2009), a presença de excedentes de alunos aprovados em vestibular que não conseguiam garantir a vaga nas universidades públicas passou a ser objeto de luta, de modo que houve a necessidade da criação de um grupo de estudo e trabalho, com a finalidade de apresentar uma proposta em favor da reforma universitária.

Criou-se o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), destinado a empreender um conjunto de proposições capazes de tornar a universidade pública mais eficiente, moderna, com flexibilidade administrativa e com pessoal qualificado para fazer frente às perspectivas desenhadas para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, proposto pelo governo militar.

De acordo com Barbosa & Vieira (2009), o projeto de reforma universitária teve influência do pensamento norte americano, com destaque para o Convênio MEC-USAID²⁰, cuja matriz central focalizou a produtividade, além de promover a organização administrativa, visando garantir tempo integral as atividades docentes, criação de departamentos, ampliação da oferta de cursos, fortalecimento da atividade de pesquisa científica, com a criação de programas de mestrado e doutorado.

As mudanças ocorridas na educação superior se efetivaram conforme as orientações externas, delineadas por meio do acordo MEC-USAID, de modo que pode se considerar um panorama de intervenção internacional, do governo norte

²⁰Nome de um acordo que incluiu uma série de convênios realizados a partir de 1964, durante o regime militar brasileiro, entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID). Os convênios, conhecidos como acordos MEC/USAID, tinham o objetivo de implantar o modelo norte americano nas universidades brasileiras através de uma profunda reforma universitária. Segundo estudiosos, pelo acordo MEC/USAID, o ensino superior exerceria um papel estratégico porque caberia a ele forjar o novo quadro técnico que desse conta do novo projeto econômico brasileiro, alinhado com a política norte-americana. Além disso, visava a contratação de assessores americanos para auxiliar nas reformas da educação pública, em todos os níveis de ensino. Disponível em <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=325>> acessado em 26/03/2014.

americano, na tentativa de limitar a penetração do projeto socialista na América Latina.

Nesse contexto, o planejamento da reforma universitária efetivou-se alheio à realidade social brasileira, estando, portanto atrelado aos interesses do capital internacional, ao imprimir uma lógica de funcionamento das universidades públicas voltada a produtividade. Dessa maneira, o projeto da reforma foi submetido ao governo, com a aprovação e promulgação da Lei 5540/68.

A reforma universitária extinguiu a cátedra, cargo ocupado por professor universitário titular em determinada disciplina, unificou o vestibular e aglutinou as faculdades em universidades para melhor concentração de recursos materiais e humanos, tendo em vista maior eficácia e produtividade. (LIMA, 2005)

No campo do currículo, instituiu o curso básico para suprir as dificuldades do 2º grau e no ciclo profissional, estabeleceu cursos de curta e longa duração. A reestruturação da administração universitária visou racionalizar e modernizar o modelo através da integração dos cursos, áreas e disciplinas.

As restrições no campo da autonomia universitária se fez representar mediante a nomeação de reitores e diretores de titulação em níveis de conhecimento elevado, ou exercício da docência, bastando para tanto ter uma elevada participação política ou visão empresarial. (LIMA, 2005).

Segundo Vieira (2008), o planejamento destinado a reforma da educação superior brasileira na década de 1960, esteve ligado aos interesses do Estado, como forma de garantir a manutenção do controle, além de contribuir para a formação de mão de obra qualificada, indispensável para garantir o funcionamento do projeto econômico militar no Brasil em que dava ênfase ao projeto nacional-desenvolvimentista, sendo que o papel dos economistas era de fundamental importância no planejamento governamental. As perspectivas que se apresentaram na reforma universitária assumiram o modelo americano de formação tecnicista e de cunho liberal direcionada para o mercado de trabalho, assim a função social da universidade em produzir conhecimentos para responder as necessidades da população foi ofuscada pelo caráter destinado ao atendimento das demandas do capital.

A perda da autonomia universitária se constituiu num grande obstáculo na retomada da construção de ideais transformadores na sociedade brasileira, a partir da concentração do enfoque de formação nas perspectivas vinculadas ao mercado.

A configuração assumida pela educação superior pública no Brasil durante o governo militar (1964-1985), revela o quanto o ato de planejar é carregado de interesses e intenções, com ressaltado ao direcionamento da educação para servir aos grupos que possuem o controle do poder, e por meio de legislações e decretos governamentais, ela se efetivou em todos os níveis. (VIEIRA, 2008).

O planejamento da reforma educacional do governo militar (1964-1985) veio de encontro aos interesses do capitalismo norte americano que se propagou em toda a América Latina, com a finalidade de suprimir possíveis avanços do socialismo já instalado em Cuba.

Dessa forma, pode-se afirmar que o Estado ao planejar a reforma educacional, o fez em todos os níveis de ensino, assegurando o funcionamento da educação de acordo com as determinações do regime instalado no Brasil.

A Constituição de 1967, ainda promulgada no governo Castelo Branco; a lei 5540 da reforma do ensino superior de 1968; a institucionalização do Mobral, com os decretos-lei 5379 de 1967, 62864 e, finalmente, a legislação do financiamento do Movimento em 1970; a lei 5692 da reforma do ensino de 1º e 2º graus de 1971 e o decreto-lei 71737 que verdadeiramente institucionaliza o ensino supletivo na lei 5692 nos § 81, 91,99 (VIEIRA, 2008, p. 15).

Submetida a proposta do milagre econômico, a reforma educacional brasileira se orientou a partir da submissão do processo educacional à perspectiva econômica, com a finalidade de formar e qualificar a força de trabalho indispensável ao desenvolvimento do capital, por meio dos Grandes Projetos instalados em diversas regiões brasileiras.

Por aí se faz a transmissão da ideologia dominante das nações e classes burguesas e se obtém, dos professores e educadores brasileiros, a tolerância, a submissão ou cooperação 'coloniais' a uma lavagem de cérebro sem precedentes, a uma devastação iníqua de nossas potencialidades culturais criadoras e à perda de perspectiva do que deva ser o sistema educacional de uma nação capitalista, mesmo que seja associada, periférica e dependente. (FERNANDES, 1989, p.14).

Nessa perspectiva, podemos observar que os reflexos da insatisfação com os regimes ditatoriais foram evidentes no chamado Terceiro Mundo, e de acordo com Vieira (2008), a crise do capital no final da década de 1970, possibilitou um novo momento de mudanças na sociedade brasileira, a partir da garantia dos princípios democráticos como referencial de construção de um tecido social mais justo.

A democratização da educação definida pela Constituição de 1988, que define em seu Art. 208, § 1º, o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é

direito subjetivo, representou do ponto de vista legal, a culminância do modo como esse direito à educação se expressa como direito social (VIEIRA, 2008, p. 18).

O processo de redemocratização no Brasil teve a participação significativa da sociedade em defesa de seus interesses, de modo que é possível afirmar o quanto o exercício de fato da democracia se efetivou durante todo o percurso da elaboração e promulgação da Lei de Diretrizes e Bases 9394/96.

De acordo com Vieira (2008), uma das caracterizações marcantes na elaboração do projeto foi a grande mobilização de representações do campo educacional do País, as quais contribuíram diretamente nas discussões e propostas do projeto de lei. As diferentes correntes políticas e ideológicas se fizeram representar na elaboração do projeto de lei, com um elevado número de representações, as quais concretizaram os princípios democráticos em todo o transcorrer do processo.

A LDB 9394/96 teve em sua aprovação pelo senado federal um desenrolar histórico de disputas de grupos opositores em torno de validar o modelo educacional vigente no país, e a manobra de grupos ligados ao poder para que se garantisse a votação do projeto contendo as emendas que garantiam interesses dos grupos majoritários do Poder foi evidenciado, tendo como relator o senador Darcy Ribeiro, sendo este aprovado e sancionado pelo presidente da República.

Conforme Padilha, (2007) a construção da LDB em questão foi o desenrolar de um processo político, com propósito coletivo, com questões amplamente deliberadas e discutidas para construção do futuro da sociedade.

A Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, como desdobramento do direito subjetivo à educação consagrado na Constituição Federal de 1988, sinaliza para a elaboração do Plano Nacional de Educação, e fixa no artigo 214 que a LDB estabelecerá o referido plano, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à: erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; melhoria da qualidade do ensino; formação para o trabalho; promoção humanística, científica e tecnológica do país.

Contudo, podemos avaliar que a conquista da LDB 9394/96 foi um passo importante para o desdobramento das mudanças ocorridas na estrutura e organização da educação e das políticas públicas, bem como do planejamento.

Dessa forma, observamos que frente a esse processo de construção da LDB 9394/96 foram adotados novos mecanismos de gestão e planejamento que se tornam foco da agenda do Estado e que buscam modernizar sua estrutura, como a adoção de novos planos, entre eles o PDE, PNE, PAR que surgem como medidas de planificação para atender as demandas, tais planos serão tratados na seção a seguir.

2.2. Planejamento Educacional e Gestão: elementos para construção de políticas públicas governamentais.

Planejamento e gestão estão intimamente ligados no que tange à elaboração e execução de políticas públicas, tendo em vista que, é no planejamento que serão elencadas as prioridades as metas e objetivos que se quer atingir, e essa ação auxiliará gestão a ser mais racional e organizada. Ou seja, planejamento acaba servindo de ferramenta para gestão.

Para conceber a elaboração das políticas públicas na educação, devemos levar em conta o processo de descentralização como um pressuposto para entender a concepção de gestão e de planejamento educacional.

Como afirmam Neto e Almeida, (2000) ao entender que a descentralização passa a ser concebida como estratégia de afastamento do Estado em relação as suas obrigações sociais, e a partir dessa postura, o estado passa impor novas formas de controle, conforme vem se configurando na gestão dos gastos públicos no Brasil.

E nessa perspectiva, a partir da reforma do Estado configurada nos anos 1990, no qual houve uma mudança no papel do Estado em que este passa a exercer uma função mais reguladora com o intuito de controlar os objetivos, metas e resultados oriundos da implantação das políticas públicas, pensou-se em uma administração pública mais eficiente com alicerces no modelo gerencial pautado na flexibilização da gestão, no planejamento estratégico.

Draibe, (1993) parte do princípio de que a descentralização é concebida como uma forma de aumentar a eficiência e a eficácia de gastos, aproximando os

problemas recorrentes das mazelas sociais aos processos gerenciais das políticas públicas.

No âmbito educacional Neto e Almeida (2000) apontam que a descentralização já se configurava desde a década de 1980 como um caminho para democratizar a educação formal.

Ainda Neto e Almeida (2000, p. 37) afirmam que:

A política educacional no Brasil nessa década, principalmente a partir das diretrizes traçadas no III Plano Setorial da Educação, Cultura e Desporto (IIIPSECD), setorialização do III Plano Nacional de Desenvolvimento da República (I PND-NR) propõe, como eixo básico, a democratização da educação em duas dimensões: ampliação das oportunidades educacionais, do ponto de vista qualitativo e quantitativo; e a gestão da educação como síntese de produtividade. No entanto, o aprofundamento dessa tendência ocorre nos planos educacionais gestados na década de 90.

Kuenzer et al (2003) afirmam que esse projeto de democratização da educação por meio da ampliação da oferta expresso pelo plano “Educação para Todos” em 1985 no governo Tancredo Neves, privilegiou o repasse estratégico de recursos para os estados e municípios caracterizando uma ação clientelista, em que havia uma troca de favores. A autora constata que ao sairmos de uma fase tecnocrática de formulação de planos e passamos a pulverização de recursos travestida de descentralização. Nesse momento percebe a fragilidade na execução do planejamento no qual são desconsideradas as prioridades nacionais em detrimento das ações locais e dos planos setoriais.

Nesse sentido, ainda no final da década de 1980 e início da década de 1990 permeou o discurso de democratização da educação e esse assunto ganhou espaço significativo na agenda do Estado.

Para Oliveira, (2011) o raciocínio eficientista da década de 1990 incorporado às reformas educacionais dos anos 1990 tem suas origens na crise de legitimidade do Estado e na dificuldade de ofertar vagas para educação básica. O Estado não conseguia responder nem quantitativamente e nem qualitativamente as pressões sociais, e por isso agrava-se a situação educacional, pois, percebeu-se que por que havia uma descompensação existente entre o número de vagas e a população que demandava escola.

Nesse contexto de mudança Kuenzer et al (2003) afirmam que não há mudança sem direção, portanto planejar é preciso. Nesse sentido, é necessário que o Estado desempenhe seu papel de mediador dos interesses contraditórios na

elaboração dos planos e o grau de democratização desta função mediadora dependerá dos interesses que ele privilegie no momento da consolidação dos planos. Ele será mais democrático quanto mais se comprometer com o atendimento das necessidades da maioria da população.

Dessa forma, o pensamento vigente de cunho reformista da década de 90 determinava que a eficiência e eficácia do sistema educacional deveria ser levada como um princípio essencial da gestão e do planejamento com o intuito de democratizar a Educação.

Neto e Almeida (2000, p. 38) apontam que:

Essa proposta para o sistema de ensino básico atende as recomendações da Conferência de Educação para Todos, realizada em 1990, em Jomtiem, Tailândia. Em decorrência dessa Conferência o governo brasileiro elaborou em 1993, o Plano Decenal de Educação para Todos, construído com a participação de vários setores organizados da sociedade. Dentre as varias metas do Plano, encontra-se a implantação de novos esquemas de gestão nas escolas públicas, concedendo-lhes autonomia financeira, administrativa e pedagógica.

Ao observar essa nova proposta do Plano Decenal de Educação para Todos que está imbuída de aspectos políticos com o intuito da modernização nacional, Albuquerque (1993, p. 63) destaca que:

Um dos obstáculos identificados pelo Plano Decenal de Educação para Todos está no fato de que "a educação básica não adquiriu, ainda, o status de questão nacional premente", prioritária na agenda política nacional. Decorre dessa constatação uma das duas linhas de ação estratégica propostas, a qual consiste no esforço para obter amplo reconhecimento da importância da educação no desenvolvimento, tanto na sua dimensão econômica quanto na social e na política.

E a visão da educação básica traduzida nesse plano está ligada à competitividade e ao êxito da reestruturação industrial (coma adoção de novos padrões de tecnologia e de gestão empresarial), examinaram-se as relações entre uma sólida educação básica para todos e o aperfeiçoamento das instituições políticas e das práticas democráticas. (ALBUQUERQUE, 1993).

E nessa perspectiva o Plano Decenal de Educação se constitui como a "consolidação do Estado democrático de direito", o qual tem por objetivo a escola universalizada e de qualidade, voltada para a aquisição e o domínio dos conteúdos básicos do conhecimento universal, condição para o exercício da cidadania democrática.

Tais princípios estão consubstanciados na LDB nº 9394/96 em seus artigos 14 e 15, que determina o redimensionamento do sistema de ensino, através de novos referenciais de gerenciamento, com o objetivo de aumentar a produtividade e democratizar a educação formal.

Art. 14 - Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I. participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996)

Art. 15 - Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público. (BRASIL, 1996)

A partir desses aspectos referenciados na LDB, a gestão passa a ser vista como a solução em transformar metas e objetivos educacionais em ações, dando concretude às direções traçadas pelas políticas (BORDIGNON; GRACINDO, 2011. p. 148).

Dessa forma, a política adotada pelo MEC, parte do princípio da descentralização como alicerce de suas ações, cuja finalidade é de redistribuir tarefas administrativas para os estados, municípios e as escolas, imbuindo às mesmas de responsabilidades de cunho administrativo, fiscal e pedagógico no qual promove a autonomia que antes era tão preconizada e a tão sonhada gestão democrática. E o bom funcionamento da escola está atrelado:

[...] a critérios relativos à produtividade da escola, considerando essencialmente a questão da quantidade- número de alunos aprovados, diminuição da repetência e da evasão, sucesso nas provas aplicadas pelo MEC, etc, secundarizando a dimensão do trabalho pedagógico. (NETO; ALMEIDA, 2000, p.43)

Nesse sentido, Neto e Almeida (2000) criticam a proposta de descentralização propalada pelo MEC, pois as mesmas apresentam-se de forma verticalizada, do nível central para a ponta do sistema (estados, municípios e as escolas).

Embora a descentralização tenha sido um avanço para educação, ainda percebemos a centralização/concentração de poder nas mãos da União, sendo que, o controle das decisões não é partilhado, e os resultados a serem alcançados não estão na mão das bases do sistema educacional (pais, professores, técnicos, pais, comunidade).

Castro e Lauande (2009) destacam que descentralização só se efetivará na sua dimensão de componente da democracia se ela passar por um processo de distribuição de poder, propiciando a criação de espaços de exercício de relações democráticas e a redistribuição dos meios isto é, a distribuição dos recursos humanos, financeiros e físicos. Deixando de fato o poder ser desconcentrado do eixo central (União) para os demais entes federados, demonstrando a existência da gestão democrática e do planejamento participativo.

Com isso, fica evidente a necessidade da construção de planos mais democráticos tanto em âmbito nacional, como estadual e municipal que sejam construídos com diagnósticos fidedignos a realidade e que sejam exequíveis, com estabelecimento de metas e objetivos que sejam realmente alcançados e que não haja sobreposição de ações impostas por um governo central. Pois, a elaboração de planos locais devem visar instrumentalizar estados e municípios para elaborarem seus planejamentos para fortalecer a gestão da educação.

2.3 Configurações do planejamento educacional brasileiro: PNE (2010), PDE (2007), PAR (2008)

No contexto educacional público brasileiro, a presença do planejamento se efetivou a partir do funcionamento da administração pública, pautado na lógica do planejamento-execução-avaliação. Ao longo dos anos, o planejamento assumiu uma função essencialmente burocrática, tanto no âmbito da organização dos sistemas de ensino quanto no interior das escolas. No entanto, o enfoque no planejamento tem avançado com a finalidade de melhorar a qualidade da educação, e com a instituição do Estado Democrático a partir da promulgação da Constituição de 1988, este tema tem sido objeto de discussões, debates, estudos e pesquisas, com a finalidade de ampliar a compreensão de sua relevância na elaboração de estratégias, programas e ações.

Nesse contexto de mudanças vivenciados nos anos 70 e 80 no qual, culminaram em uma crise profunda econômica, política e social, que levaram à sua caracterização como a "década perdida", em que, no âmbito econômico os efeitos

da crise do petróleo se fizeram sentir, especialmente com a elevação das taxas de juros internacionais, já o quadro político demonstrava falência do regime militar o que prevaleceu um cenário de incertezas política e econômicas.

Foi a partir do desenvolvimento do I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (documento que inclui além da política de estabilização, quatro outras partes: diretrizes econômicas de governo, orientações para o governo, política de desenvolvimento industrial e agrícola, e planejamento democrático) que verificamos que o planejamento passou a ser caracterizado como atividade própria do Estado. Tais Planos são caracterizados abaixo:

Os anos 70 deram início a um processo mais consistente de planejamento expresso nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs). Foram três PNDs no período do regime militar e um no Governo Sarney, denominado de Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (I PND/NR). Os três primeiros PNDs, do regime militar, foram orientados pelo binômio segurança e desenvolvimento e, orientados por essas premissas, definiam as diretrizes e metas nacionais gerais e para cada área, que eram detalhadas nos respectivos Planos Setoriais. Na área de Educação foram elaborados três Planos Setoriais de Educação e Cultura (PSECs) para os mesmos períodos dos PNDs I, II e III. (QUEIROZ E GOMES, p. 12, 2011).

De acordo com os objetivos elencados nos planos citados, a educação era uma das metas do desenvolvimento social e estava atrelada às medidas programadas para eliminar a pobreza, a desigualdade e o desemprego foram criados os programas como "Educação para todos", "desportos e cidadania", "descentralização e participação" entre outros. Nesse momento, o planejamento educacional estava entregue aos economistas o que consolidou a burocratização das ações e do planejamento.

Nessa perspectiva, entendemos que o planejamento educacional não fugiu à regra de ter características autoritárias e manipuladoras de artifícios, independente da esfera, nacional, estadual e municipal (com algumas exceções). No sistema, o setor de planejamento exercia o dirigismo e o mandonismo, para que as alianças produzissem os projetos e que fossem executados no limite das exigências dos financiadores, assim as reformas seriam implementadas no devido tempo.

O planejamento passou a desenvolver, dinamizar e induzir negócios principalmente no âmbito das atividades econômicas. As atividades sociais, culturais e outras seriam alcançadas ou alteradas pelo planejamento que se transformava em força produtiva complementar; elementos da cultura como a televisão, o jornal, o futebol, o carnaval passaram a ser influenciados e distorcidos, articulando-se com a

indústria cultural. Neste momento, tratou-se de transformar essas atividades em um meio de legitimação do sistema de poder sob a ditadura militar. O Estado se desarticulava da sociedade civil, criando assim, um abismo entre amplos setores da sociedade e do aparelho estatal.

Neste momento, segundo Horta (1991), o planejamento educacional constitui uma forma específica de intervenção do Estado em Educação, que se relaciona, de diferentes maneiras historicamente condicionadas, com as outras formas já vivenciadas no Brasil (legislação e educação pública), visando a implantação de uma determinada política educacional para cumprir funções que lhe são atribuídas enquanto instrumento deste Estado.

Historicamente, em nosso País, o planejamento educacional compôs uma forma de exercício do controle, por parte do Estado, sobre a educação, cujo ápice se observa durante o regime militar. Os anos que marcaram esse período produziram sucessivos planos dos quais resultou uma intensa burocratização do sistema escolar.

Como forma de viabilizar o controle, o Estado desencadeia um processo de burocratização das instituições, utilizando-se da criação de novos órgãos e setores e que assumem o planejamento, execução e controle sobre a política econômica do país. Criam-se, assim, os planos setoriais de educação e cultura, o primeiro deles, durante o governo Médici, e os dois últimos no governo Geisel e Figueiredo.

O I Plano Setorial de Educação e Cultura para esse período (I PSEC 1972-1974), coerente com o caráter do PND, tinha um caráter economicista.

O II Plano Setorial de Educação e Cultura (II PSEC 1975-1972), na primeira parte apresentava uma visão sintética do panorama cultural, em que avalia os avanços do primeiro PSEC. Na segunda parte, definia os objetivos gerais e específicos para cada etapa e nível de educação e as estratégias globais e específicas para alcançá-los. Na parte III apresentava a programação detalhada das ações estratégicas, dez programas e vinte e um projetos.

O III Plano Setorial de Educação e Cultura (III PSEC 1980-1985) foi elaborado a partir da realização em Brasília, em julho de 1979, de um seminário sobre política e planejamento da educação e cultura, com a participação dos secretários de educação e cultura das unidades federadas. A ele seguiram-se os encontros nacionais de planejamento realizados em Manaus, Natal, Goiânia, Vitória, e Florianópolis nos meses de agosto a setembro do ano de 1979, quando foram identificados os desafios a superar assim. (QUEIROZ E GOMES, p. 13-16, 2011)

Gandin (2011) aponta que esses planos serviram para intensificar o processo de burocratização do sistema escolar brasileiro, adequando-o ao projeto econômico. Esse processo foi evidenciado em todos os planos, pois a relação estabelecida pelo

governo entre a política econômica e a política social e, de modo específico, a política educacional, provocou a predominância dos interesses econômicos da classe dominante, mesmo quando foram anunciadas medidas orientadas para o atendimento das necessidades das classes dominadas.

No final da década de 1970 e início da década de 1980, o governo federal tentou, por meio de planos e projetos, introduzir formas para ampliar a gestão do processo educativo promovendo mudanças nos procedimentos do planejamento educacional para atender às críticas da sociedade civil. Em contraposição aos modelos burocratizados de planejamento, que se sustentam na divisão do trabalho, na fragmentação da ação educativa e em concepções de caráter predominantemente instrumental e técnico do planejamento, a gestão democrática da educação e o planejamento participativo sugerem o fortalecimento dos processos e das práticas participativas e coletivas de organização da educação e da escola. Nessa perspectiva, o planejamento assume, portanto, a função de mediador e articulador do trabalho coletivo na educação, em seus diferentes níveis, que se integram e se articulam por meio do planejamento participativo.

O planejamento participativo que, segundo Dalmas (2003), envolve pessoas e sujeitos na elaboração, na execução e avaliação, não como indivíduos, mas sujeitos de um processo que os envolve como grupo, visando o desenvolvimento individual e coletivo.

Ainda sobre a compreensão da dinâmica do planejamento participativo, Padilha (2007, p. 34) nos mostra que

[...] se constitui num processo político, num contínuo propósito coletivo, numa deliberada e amplamente discutida construção do futuro da comunidade, no qual participe o maior número possível de membros de todas as categorias que a constituem. Significa, portanto, mais do que uma atividade técnica, um processo político vinculado à decisão da maioria, tomada pela maioria, em benefício da maioria.

A lógica adotada no década de 90 era de era aferir eficiência ao setor público, por meio da consolidação de um estado gerencial, entendido como uma instituição político-regulatória que tinha como objetivo descentralizar e ao mesmo tempo corresponsabilizar outros setores/instituições em favor do desenvolvimento social do país, mas ao mesmo tempo manter o poder nas mãos do governo. (QUEIROZ E GOMES, 2011 p. 13-16,).

Partindo dessa premissa, o Estado passa a utilizar uma forma “mais” eficiente de planejamento que o tornasse mais eficaz e com isso incorpora o planejamento estratégico que está aliado à lógica do mercado capitalista.

Para Vasconcelos Filho (1979), o planejamento estratégico é uma metodologia gerencial que permite estabelecer a direção a ser seguida pela organização, visando maior grau de interação com o ambiente sendo que ele é concebido dentro um modelo de decisão unificado e homogeneizado, que pressupõe os seguintes elementos básicos:

- a) Determinação do propósito organizacional em termos de valores, missão, objetivos, estratégias, metas e ações, com foco em priorizar a alocação de recursos.
- b) Análise sistemática dos pontos fortes e fracos da organização, inclusive com a descrição das condições internas de respostas ao ambiente externo e à forma de modificá-las, com vistas ao fortalecimento dessa organização.
- c) Delimitação dos campos de atuação da organização;
- d) Engajamento de todos os níveis da organização para a consecução dos fins maiores.

Vasconcelos Filho (2010) indica que a execução propriamente dita do Planejamento Estratégico implementado pelo Governo federal, pode ser identificada em diversos planos e programas dentre eles: o Plano Decenal de Educação para Todos (1993 – 2003); o Planejamento Político Estratégico (1995 – 1998); os Planos Estaduais de Educação em geral; o Projeto Nordeste e o Programa Fundescola, o Programa Monhangara e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)

De acordo com Ultramari e Rezende (2008), o planejamento estratégico é contextualizado numa visão atual da administração pública, comprometida com os interesses da maioria da população, mas igualmente obrigando-se a adotar práticas de eficiência até então restritas ao setor privado. Com isso, a partir da definição de planejamento supomos que a nova tônica adotada no governo Lula e Dilma se configura como o planejamento educacional estratégico à medida que são criados objetivos, estratégias, metas, ações e planos estratégicos de cunho mais sistemático

A) Plano Nacional de Educação (2001-2010)

O Plano Nacional da Educação – PNE, disposto na lei 10.172 de 09 de janeiro de 2001, constitui-se em instrumento da política educacional que estabelece os objetivos e metas para a educação em todos os níveis e modalidades de ensino, para a formação e valorização do magistério, para o financiamento da educação e para a gestão educacional.

De acordo com Queiroz e Gomes (2011) a compreensão de planejamento estratégico pode ser vista dentro PNE em que se utiliza de termos como políticas, diretrizes, objetivos, metas e estratégias:

- As **políticas** definem as intencionalidades dos *negócios do Estado*, indicando o rumo a seguir, o futuro desejado. As políticas educacionais se fundamentam na filosofia, na concepção de educação, que deriva da concepção de pessoa e de sociedade que se preconiza, e que, por sua vez, definem as intencionalidades e estabelecem o curso das ações do Estado. As políticas dão sentido e canalizam os esforços dos agentes públicos e oferecem os parâmetros para a tomada de decisões.
- As **diretrizes** constituem as orientações, mais especificamente as definições **normativas**, para seguir o caminho definido pelas políticas. Como o próprio termo induz, estabelecem a direção da caminhada, os grandes parâmetros, princípios e critérios da ação governamental.
- Os **objetivos** definem os pontos de chegada, traduzindo e particularizando as intencionalidades e diretrizes para cada área ou ação. Os objetivos devem constituir desafios institucionais, compromissos coletivos, orientando efetivamente a ação.
- As **metas** são os passos a dar na caminhada, o quanto se pretende caminhar, onde chegar em determinado tempo. Por isso, alguns preferem definir as metas como objetivos quantificados e datados;
- As **estratégias** definem o como e com o que caminhar, como superar ou contornar os obstáculos, as limitações para atingir os objetivos e suas metas. De origem militar, o termo grego *stratègós* significava a *arte do general*, ou seja: *a arte do comando, da liderança*. Hoje, estratégia é definida, tanto por Aurélio quanto por Houaiss, como a arte de utilizar os recursos e as condições favoráveis disponíveis para alcançar objetivos. Podemos dizer que

são os processos, os procedimentos da caminhada, a arte e o modo do caminhar rumo aos objetivos/metas.

O PNE atualmente em vigor foi aprovado em 9 de janeiro de 2001, com duração prevista para dez anos. Sua estrutura assenta-se em três momentos: 1 Diagnóstico da Situação; 2. Enunciado das diretrizes a serem seguidas; 3. Formulação dos objetivos e metas a serem atingidos progressivamente durante o período de duração do Plano. Tal estrutura é aplicada aos níveis de ensino, abrangendo: 1. Educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio) e 2. Educação Superior. Às modalidades de ensino, envolvendo: 1. Educação de Jovens e Adultos; 2. Educação a distância e tecnologias educacionais; 3. Educação Tecnológica e formação profissional; 4. Educação especial e 5. Educação Indígena. Ao magistério da educação básica. E ao financiamento e Gestão (SAVIANI, 2009, p.26-27).

Para isso, o PNE prevê o aumento expressivo nos investimentos para a educação, sendo que a aplicação de recursos projetada alcançaria algo de 10% do PIB (Produto Interno Bruto) ao longo dos seus dez anos de vigência (SAVIANI, 2006).

Nesse sentido Queiroz e Gomes (2011) apontam que as ações governamentais dos últimos dez anos confluíram para a elaboração do novo PNE 2011-2020 em novos referenciais e características. Especialmente nos últimos oito anos, o estreitamento do diálogo entre as entidades da sociedade civil organizada e o governo propiciou a intensificação da mobilização e participação social por meio de inúmeros eventos, seja em torno da avaliação do PNE 2001-2010, seja sobre novas demandas, quase todas confluindo para a importância do diálogo e das articulações institucionais necessárias entre União, estados e municípios. Articulações que estimularam e aproximaram o diálogo entre programas governamentais e a prática do cotidiano dos sistemas de ensino e das escolas

B) Plano de Desenvolvimento da Educação (2007)

A organização dos programas vinculados à educação teve no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) um modelo gerencial destinado a agregar o conjunto de ações operacionalizadas pelo Estado para suprir as demandas

educacionais. Segundo Saviani (2009, p. 5), o PDE criado em 15 de março de 2007, “aparece como um grande guarda-chuva que abriga praticamente todos os programas em desenvolvimento pelo MEC”.

É importante considerar que o PDE não se desenhou como um plano amadurecido, suficiente para responder às demandas da sociedade em relação à educação, uma vez que o conjunto de ações definidas pelo governo visava atender a finalidades constantes de um programa de governo.

Ao que parece, na circunstância do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC pelo governo federal, cada ministério teria que indicar as ações que se enquadrariam no referido Programa. O MEC aproveitou, então, o ensejo e lançou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB e a ele atrelou as diversas ações que já se encontravam na pauta do Ministério, ajustando e atualizando algumas delas (SAVIANI, 2009, p. 5).

Contraposto a esse olhar, o discurso oficial do Ministério da Educação aponta como concepção fundante do PDE, a possibilidade de ampliar o diálogo da educação com a sociedade, visando assegurar maior nível de socialização entre todos os atores que vivenciam o processo educacional, com a finalidade de construir uma sociedade mais livre, justa e solidária.

A educação formal pública é a cota de responsabilidade do Estado nesse esforço social mais amplo, que não se desenrola apenas na escola pública, mas tem lugar na família, na comunidade e em toda forma de interação na qual os indivíduos tomam parte, especialmente no trabalho [...] O PDE é mais um passo em direção à construção de uma resposta institucional nessa concepção de educação (BRASIL, 2007, p. 5).

Incluído no bojo dos programas educacionais destinados a promover a melhoria da qualidade da educação no Brasil, o PDE apresenta como proposta a vinculação das ações educacionais às perspectivas de transformação da realidade social brasileira, articulando diversos programas com interface entre os entes federados, visando atender as demandas em suas singularidades.

A possibilidade de redução das desigualdades sociais e regionais é assinalada nas ações previstas no PDE de tal modo que se assegure por meio da articulação entre os diversos sistemas educacionais para garantir a operacionalidade. Nesse contexto, é fundamental que se reflita sobre a lógica orientadora do desdobramento das ações do PDE, com a finalidade de compreender a amplitude do alcance na melhoria da qualidade da educação ofertada à sociedade.

O PDE oferece uma concepção de educação alinhada aos objetivos constitucionalmente determinados à República Federativa do Brasil [...] a razão de ser do PDE está precisamente na necessidade de enfrentar estruturalmente a desigualdade de oportunidades educacionais. Reduzir desigualdades sociais e regionais na educação exige pensá-la no plano do país (BRASIL, 2007, p. 6).

Vale ressaltar que o PDE em sua composição de ações expressa limitações na articulação das diversas demandas por ele atendida, de modo que é possível perceber o quanto a dimensão conceitual de planejamento foi inviabilizada em decorrência da estratégia adotada pelo governo federal na busca de convencer a sociedade sobre do compromisso assumido com a educação.

Trata-se de uma estratégia governamental voltada a justificar perante a sociedade, a aplicação de recursos financeiros destinados à melhoria da qualidade da educação, com grande mobilização midiática, visando responder as expectativas da população.

De acordo com Saviani (2009), o PDE é limitado em sua estratégia de articulação das ações, permanecendo um sistema fechado, incapaz de dialogar em sua totalidade. Considerando que a educação brasileira se ressentir de planejamento que abranja toda a educação básica, é possível vislumbrar a descontinuidade das ações, devido à falta de articulação.

As ações apresentadas como integrantes do PDE aparecem no site do MEC de forma individualizada, encontrando-se justapostas, sem nenhum critério de agrupamento. No que se refere aos níveis escolares, a educação básica, ao ser lançado o Plano, foi contemplada com 17 ações, sendo 12 em caráter global e cinco específicas aos níveis de ensino. Em 2009, ao completar dois anos de execução, essas ações foram ampliadas para vinte, com acréscimo de três novos programas de caráter global, além de duas novas ações (nova CAPES e Iniciação à Docência) que, embora situadas diretamente no ensino superior, também se ligam a educação básica (SAVIANI, 2009, p. 6).

As críticas apresentadas ao PDE revelam-se pertinente em função da limitação dos pressupostos justificadores do chamado “plano”, uma vez que se apresentam no site do MEC apenas ações justapostas uma à outra, acompanhadas de uma breve descrição (SAVIANI, 2009).

Em que pese o PDE focar a maioria de suas ações na educação básica, é possível perceber a limitação de abrangência, pois não se expressa ações de fortalecimento da educação infantil, restrita apenas a programas de ações pontuais como por exemplo PROINFÂNCIA. Esse fato é considerável, uma vez que, a maioria das crianças que ingressam no ensino fundamental nas escolas públicas brasileiras

são oriundas das camadas sociais menos favorecidas, logo, trazem dificuldades de aprendizagem agravada pelo fato de não terem frequentado a educação infantil.

Assim, o plano não consegue materializar a realidade social brasileira, tampouco concentrar suas estratégias na raiz dos problemas da educação básica no Brasil. Concebido sob a lógica estrutural-funcionalista, o PDE defende uma visão que relaciona a educação como elemento fulcral para o desenvolvimento econômico e social do país.

Destituído de um estudo mais detalhado da realidade brasileira, o PDE expressa um caráter paliativo de ações a serem desenvolvidas na educação, abrangendo uma série de categorias que se vinculam ao processo educacional, e disponibiliza investimentos com a finalidade de elevar o nível da qualidade do ensino.

Em vista das limitações que fundamentam e justificam as ações contidas no PDE, Saviani (2009, p. 24) ressalta que tal programa de ação governamental, desdobrado nos três níveis de governo (Federal, Estadual e Municipal), recebeu o nome de “plano”. Saviani (2009) ressalta a necessidade de se desmistificar a categoria “plano” imprimida ao PDE, em face das limitações e da ausência de cobertura em toda a operacionalidade que abrange a educação, como também, o mesmo é isento de estratégias destinadas ao atendimento das metas previstas no Plano Nacional da Educação-PNE.

A formulação do chamado “plano” ocasionado pela expectativa gerada sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), não levou em consideração as metas e objetivos previsto no PNE, logo, funciona deslocado do contexto configurado pela educação, a partir do olhar construído historicamente pela sociedade civil, em conjunto com grupos de profissionais da educação.

Destituído da perspectiva de construção coletiva, e deslocado da real finalidade, Saviani (2009, p. 30) ressalta que o PDE “não se configura como um plano de educação propriamente dito. É, antes, um programa de ação”. Visto num contexto mais amplo, é essencial que se compreenda a concepção de plano na educação como algo capaz de abranger todo o fenômeno educacional.

Assim, sendo, o nome “plano” evoca, aí, mais alguma coisa como o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek do que a ideia dos planos educacionais como instrumentos de introdução da racionalidade na ação educativa, entendida esta como um processo global que articula a multiplicidade dos seus aspectos constitutivos num todo orgânico (SAVIANI, 2009, p. 30).

Justificar à sociedade a operacionalização de um “plano” tendo por base os dados estatísticos quantitativos do panorama educacional brasileiro produzidos pelo INEP, é muito pouco para enfrentar os problemas vivenciados na educação escolar, de modo que o reducionismo aportado na configuração do PDE expressam o quanto a habilidade de planejar a educação ainda necessita caminhar em nosso País.

C) Plano de Ações Articuladas (2008-2009)

A gestão da educação no Brasil tem experimentado um conjunto de ações oriundas dos programas governamentais destinados à aplicação de recursos financeiros visando atender as demandas da sociedade, com a finalidade de promover a melhoria da qualidade do ensino.

Para tanto, é essencial que se exercite o regime de colaboração entre os entes federativos, visando integrar as ações executadas na educação, com o intuito de otimizar e potencializar o uso dos recursos financeiros aplicados na educação, capaz de trazer retorno significativo no atendimento das demandas sociais.

Segundo Monteiro e Moreira (2010), a Constituição Federal de 1988 ao atribuir competências à União, aos Estados, ao Distrito Federal, e aos Municípios, da administração do sistema educacional brasileiro, possibilitou que fosse praticado um regime de colaboração, visando alcançar resultados mais significativos.

A materialização de tal intenção tem sido experimentada pelos instrumentos de planejamento integrado, e dentre estes destaca-se o Plano de Ações Articuladas – PAR, voltado a garantir o desdobramento e a operacionalidade das ações em seus níveis de poder na Federação.

O Plano de Ações Articuladas conseguiu trazer para a gestão pública e para a sociedade a ideia de que realmente podemos trabalhar juntos para atingir melhores índices de aprendizagem, em uma visão integrada não apenas de território, como também da educação em si, por intermédio da concepção sistêmica do trabalho articulado entre a educação básica e a educação superior (MONTEIRO & MOREIRA, 2010, p.14).

O PAR pode ser compreendido como uma ferramenta de gestão destinada à elaboração das ações vinculadas à execução do PDE, com o intuito de contribuir

para a melhoria da qualidade do ensino. Trata-se de um desdobramento do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto 6.094/2007. O governo ao instituir o PDE, desdobrou por meio do Decreto nº 6.094 em várias metas, entre estas, a criação do Plano de Ações Articuladas.

O fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federativos, com a finalidade de promover maior integração das ações, é um dos aspectos a serem considerados na elaboração do PAR, para dar maiores níveis de eficácia na superação dos indicadores educacionais tais como o IDEB.

O contexto histórico de inserção do PAR no âmbito do planejamento da gestão educacional no Brasil remonta um conjunto de medidas adotadas pelo Estado, posterior à promulgação da Constituição Federal de 1988, materializadas em planos e programas, com o intuito de elevar a qualidade do ensino. Atrelado ao PDE possibilita responder com maior nível de intensidade as demandas locais.

A busca de esforços dos entes federados para a melhoria da qualidade da educação é evidenciada na política estatal, de modo que o PDE sustenta-se a partir dos seguintes pilares: “Visão sistêmica da educação; II- territorialidade; III- desenvolvimento; IV- regime de colaboração; V- responsabilização e; VI- mobilização social”. (MONTEIRO & MOREIRA, 2010, p.32).

Percebe-se nos princípios que regem o PDE um nível de comprometimento e responsabilidade de todos os agentes públicos envolvidos na gestão educacional, complementada pela participação da sociedade civil, ou seja, exige-se um esforço conjunto de todos para garantir a eficácia das ações, nesse sentido Monteiro & Moreira (2010, p. 34-35) destacam que

O grande desafio do PAR está em elevar aquilo que de muito longe é desejo de todos os envolvidos com o processo educativo, ou seja, a melhoria da qualidade da educação [...] o governo, por intermédio do MEC, na tentativa de melhorar a qualidade da educação básica, criou o Plano de Ações Articuladas – PAR descrito no Decreto 6.094, Capítulo IV, Seção II, tendo como objetivo um trabalho de colaboração com as redes municipais, estaduais e federal, buscando também a participação das famílias e da comunidade, envolvendo principalmente a decisão política, a ação técnica e atendimento à demanda educacional, visando a melhoria dos indicadores educacionais.

Saviani (2006) aponta que a valorização e o fortalecimento do regime de colaboração é um dos desafios que se coloca para efetivar a operacionalidade do PAR, em vista de garantir que as ações sejam planejadas e realizadas. Em

particular, os estados e municípios devem ter clareza e maturidade suficientes, para compreender que o programa não está vinculado a um partido político que está no poder.

Essa leitura é fundamental ser esclarecida, pois ainda há resistências e disputas de cunho político-partidário, que limitam o avanço dos programas de governo, seja ele de qualquer facção partidária. Assim, é relevante que o regime de colaboração entre as diferentes esferas de poder seja exercitado, com foco no atendimento das demandas da população.

Os entes federados (estados e municípios) para participar do sistema integrante do PDE que integra o PAR em sua estrutura sistêmica, devem realizar um diagnóstico detalhado de sua realidade educacional e social, e a partir das informações coletadas, devem desenvolver em conjunto ações coerentes entre si, que constituem o PAR.

De acordo com as orientações apresentadas no Plano de Desenvolvimento da Educação, o diagnóstico construído acerca da situação educacional de cada estado ou município deve abranger quatro dimensões: Gestão Educacional; Formação de Professores e dos Profissionais de Serviço e Apoio Escolar; Práticas Pedagógicas e Avaliação; Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos.

É importante ressaltar que cada dimensão apresenta desdobramentos em áreas de atuação, e cada uma delas apresenta indicadores específicos, pontuados de acordo com a descrição de critérios que correspondem a quatro níveis. A partir da pontuação obtida no diagnóstico, é gerado um relatório que contém: Síntese por indicador; Síntese da dimensão; Síntese do PAR; Termo de Cooperação; Liberação dos recursos.

A relevância do PAR para o enfrentamento dos desafios da educação brasileira é considerável a partir das perspectivas de superação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB²¹ visto ser este o referencial utilizado pelo governo para avaliar a educação básica no Brasil. Assim, é pertinente que os

²¹O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo Inep em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil– para os municípios. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb>> Acessado no dia: 14/02/2014.

sistemas de ensino, sejam eles, estaduais ou municipais, atentem para o IDEB em sua jurisdição, para, a partir das informações contidas, planejar as ações visando a superação do quadro em que se encontram.

Dessa forma, o IDEB funciona como um termômetro para indicar a evolução das metas propostas no Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e, conseqüentemente, pelo PAR, tendo como parâmetro a Prova Brasil, realizada em 2005, cuja média do Brasil foi 3,8 [...] Contudo o Plano de Ações Articuladas –PAR, caracteriza como instrumento utilizado pelas redes escolares para a concretização das ações de forma planejada, e, se fundamenta no princípio em que a educação de qualidade é direito de todos, enfocando, sobretudo, a elevação dos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (MONTEIRO & MOREIRA, 2010, p. 36).

A partir das informações contidas no IDEB das redes estaduais e municipais, é possível projetar as ações em conjunto com Estados e Municípios, para enfrentar os problemas, e garantir que a população seja atendida com melhorias na qualidade da oferta do ensino público. Porém, ressalta-se a necessidade premente de fortalecer o regime de colaboração entre os entes federados, para que as propostas de intervenção com a aplicação dos recursos financeiros sejam eficazes.

A presença de uma visão sistêmica para acompanhar o desenvolvimento da educação no Brasil, com a finalidade de superar os índices em que se encontra o ensino, é pertinente, contudo, é necessário que se haja um esforço conjunto entre os entes federados, para alcançar as perspectivas projetadas pelo governo brasileiro até 2022.

A presença do PDE, como instrumento que operacionaliza ações voltadas ao enfrentamento da realidade educacional brasileira, constitui-se num avanço significativo de aplicação de recursos financeiros, considerando o diagnóstico elaborado pelo poder local.

Trata-se de um plano que visa garantir a qualidade do ensino e aprendizagem, possibilitando ampliar o tempo de permanência do aluno na escola, mediante a complementação das atividades curriculares, elevar os níveis da formação dos professores, qualificar os profissionais que atuam na escola, melhorar a infraestrutura das escolas, tornando-as de fato, espaço de aprendizagem significativa.

De acordo com Saviani (2006), o PDE, como instrumento balizador para a construção do PAR, estabelece elementos pontuais para cada ente federado planejar ações destinados ao enfrentamento da realidade em que se encontra de

modo que é possível projetar um cenário para a educação no Brasil, que possibilite elevar a qualidade do ensino oferecida à população.

De acordo com Monteiro & Moreira (2010), a reflexão sobre o panorama da educação básica no Brasil, segundo os dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB, o Censo Escolar e a Prova Brasil, que originou o IDEB, fruto do trabalho de pesquisa realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, possibilitou ao Ministério da Educação obter um quadro do estado em que se encontra a educação no Brasil.

O IDEB, calculado numa escala de 0 a 10, apresentou, para o sistema educacional do Brasil, no ano-base de 2005, a média nacional de 3,8 para os anos iniciais do ensino fundamental (1ª a 4ª série ou 1º ao 5º ano, no caso dos municípios que implantaram o ensino fundamental de 9 anos), 3,5 para os anos finais do ensino fundamental (5ª a 8ª séries ou 6º ao 9º ano), e 3,4 para o ensino médio. Com a criação do IDEB foi possível fixar metas de desenvolvimento educacional de curto, médio e longo prazo, para cada uma das instâncias escolas, redes e Brasil (MONTEIRO & MOREIRA, 2010, p. 20).

O IDEB é a conjugação de valores quantitativos constituintes do fluxo escolar, com destaque para a promoção; repetência; evasão. Assim, é importante ressaltar que o desafio de transpor o quadro em que se encontra a educação básica no Brasil, não depende unicamente das ações realizadas no interior das escolas, visto que a evasão é um fenômeno que deve ser analisado para além dos muros escolares.

É importante que a evasão escolar seja enfrentada nas ações do PDE, considerando a realidade contextual, e para isso, o diagnóstico realizado pela escola deve ser validado, e incorporado no Projeto Político Pedagógico, com a finalidade de responder e reagir ao quadro apresentado.

No entanto, a escola isoladamente não consegue transpor tal realidade, mesmo com o comprometimento e a boa vontade da comunidade escolar, às vezes é impossível garantir os recursos financeiros destinados às ações. Logo, trata-se de olhar para um contexto mais amplo de governabilidade, e é a partir desse olhar que o governo federal planejou a transposição do quadro existente.

Surge assim o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, sendo seu princípio norteador a atuação de forma coordenada e focalizada, ancorada em um compromisso coletivo envolvendo entes federados e escolas, implementado por meio do PAR (MONTEIRO & MOREIRA, 2010, p. 20).

Transpor o IDEB em que se encontra a maioria dos municípios no Brasil é o desafio posto a todos os agentes públicos e a sociedade civil, e para tanto, é fundamental capacitar gestores municipais para que eles se apropriem das informações relativas as suas localidades, e planejar as ações no PAR.

De acordo com Monteiro & Moreira (2010), a ferramenta destinada à elaboração do PAR, consta um Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (SIMEC)²², o Módulo PAR Plano de Metas, que pode ser acessado de qualquer computador conectado à Internet.

O acesso ao ambiente virtual para consulta aos dados é o primeiro desafio que se coloca para a construção do PAR nos municípios, decorrente em alguns casos, pela limitação dos usuários no letramento digital. Esse quadro também é complementado pela precariedade de conexão à Internet, especialmente na região amazônica.

Outro aspecto a ser considerado, refere-se ao nível de esclarecimento e compreensão do PAR pelos gestores municipais, e muitas vezes, por não dispor de assessoria ou de técnicos qualificados no quadro administrativo, e com aporte de conhecimento sobre o referido programa, não dão a relevância devida, para possibilitar a transposição do quadro em que se encontra o município.

Complementando tal cenário, alguns municípios não dispõem em sua infraestrutura administrativa de Conselhos Municipais de Educação, restrições fundiárias que comprometem a dominialidade territorial, conjugado a outros fatores que comprometem a alimentação do SIMEC.

O desafio que se coloca em relação ao PAR é a universalização da operacionalização do sistema, para que os municípios possam alimentar as planilhas com a informação necessária, e posteriormente, acompanhar a análise, até que o plano seja aprovado.

No âmbito educacional, projeta-se um quadro destinado à superação do índice de desenvolvimento da educação básica, com a elevação da qualidade do ensino e com reflexos positivos no sucesso escolar dos estudantes. Assim, os desafios que se apresentam quanto à efetivação do PAR no contexto da gestão

²²O Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC) é um portal operacional e de gestão do MEC, que trata do orçamento e monitoramento das propostas on-line do governo federal na área da educação. É no SIMEC que os gestores verificam o andamento dos Planos de Ações Articuladas em suas cidades

pública educacional, imprime uma nova concepção de planejamento, capaz de responder de forma mais célere as demandas da sociedade.

Dessa forma, entendemos que O Plano de Ações Articuladas (PAR) se constituiu enquanto instrumento de planejamento oriundo do Plano de Desenvolvimento de educação (PDE) que objetiva contribuir para que os municípios organizem seus sistemas de ensino de modo a atingir a qualidade da educação no país.

Para tanto, é imprescindível que se tenha a compreensão que o PDE enquanto política pública educacional se fez necessário analisar o histórico das relações federadas com ênfase na oscilação entre centralização e descentralização/cooperação na condução das políticas públicas educacionais, apontando avanços e retrocessos na adoção dessa política, pois, o PAR (2008 a 2011) se apresentou, principalmente, como elemento de desconcentração administrativa onde o município precisou atender as demandas do Governo Federal sob pena de perda de recursos técnicos e financeiros.

Nesse contexto, no próximo capítulo iremos analisar o papel do Estado na condução das políticas públicas e como o regime de colaboração está posto entre a relação da União com os Municípios

3 O PAR EM SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA – MARAJÓ- PA: UMA ANÁLISE DA EFETIVAÇÃO DO REGIME DE COLABORAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES.

Neste terceiro capítulo serão apresentados os dados coletados sobre o processo de implantação/implementação do PAR no município de São Sebastião da Boa Vista - PA, bem como realizaremos a análise dos referidos dados, com intuito de verificar se execução das subações corroboram para a possibilidade de construção do regime de colaboração entre a união e o Município de São Sebastião da Boa vista a partir do ano de 2008-2011. Para isso, também serão apresentados os dados obtidos a partir da legislação que compõe o PAR, os relatórios de implantação/implementação do PAR no Pará que foram produzidos pela equipe UFPA, os documentos que foram elaborados pela equipe municipal a partir da implantação/implementação do PAR e bem como as entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa.

Para analisar qualquer aspecto relacionado ao PAR é importante destacar que a partir do lançamento do PDE em 2007, as possibilidades de subsidiar o financiamento e o planejamento da educação nos sistemas municipais de ensino podem ser observadas via as ações do PAR que estão intimamente ligadas à execução metas do PDE. Isso vem se tornando cada vez mais evidente, tendo em vista que o governo está cada vez mais centralizando as ações das centenas de programas do MEC que só poderão ser acessados via PAR.

Nesse intuito de descentralizar ações, ao mobilizar gestores públicos educacionais e suas equipes nas unidades federativas, o MEC orienta o planejamento de ações e de responsabilidades dos municípios, bem como da União, em cumprimento dos dispositivos legais relacionados à educação, pelo quais gestores municipais respondem dada a autonomia que lhe é conferida constitucionalmente e politicamente, o que para o Ministério configura-se como execução do dispositivo constitucional o regime de colaboração. Esta relação entre o PAR e o regime de colaboração será analisada nas próximas seções deste capítulo.

3.1. O Plano de Ações Articuladas no Pará

O processo de implantação do Plano de Ações Articuladas no ano de 2007 foi traduzido por meio da elaboração dos diagnósticos educacionais dos municípios paraenses e da construção do próprio plano em si que iniciou no final de 2007, período posterior à criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), sendo finalizado em meados de 2008. Ao final dessa fase de elaboração do PAR nos municípios paraenses, as equipes municipais passaram para a fase de implementação do plano que se caracterizou na execução de todas as ações e subações do PAR.

No Pará, esse trabalho foi desenvolvido por uma equipe²³ do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA) contando com a parceria da Pró-reitora de Extensão (PROEX), e da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC-PA). Em função das parcerias articuladas então pelo MEC/FNDE entre as Universidades Federais, as Secretarias Estaduais de Educação e a UNDIME, por isso a elaboração do PAR ficou a cargo dessas instituições e no Pará não foi diferente tendo em vista que foi garantido o apoio à UFPA para auxiliar o processo de elaboração do PAR em todos os municípios paraenses.

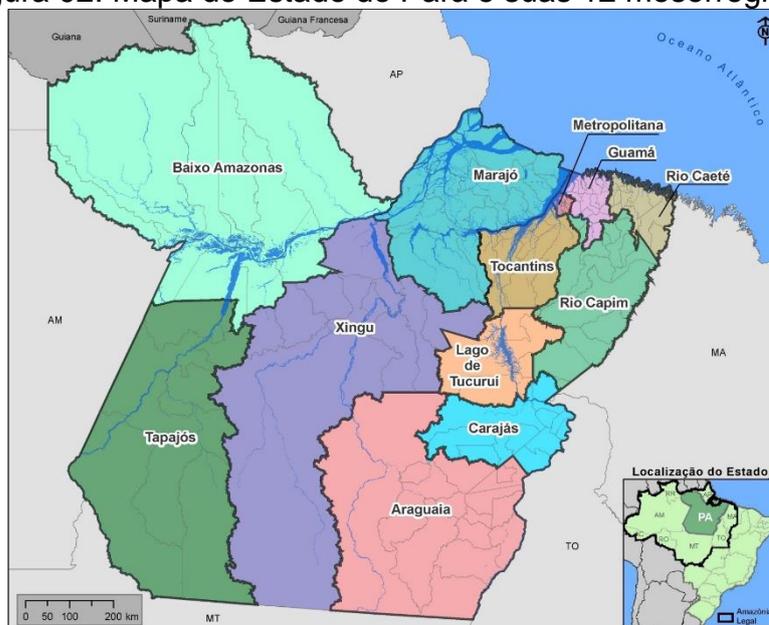
Para realizar esse trabalho, a UFPA apresentou ao MEC em agosto de 2007 o projeto de Assessoramento Integrado aos Municípios no Planejamento das Ações Articuladas (PAR) no Estado do Pará (ASSIM-PAR-PA) e por meio desse projeto, as duas entidades trabalharam em parceria para divulgar a importância de se construir o Plano de Ações Articuladas.

Entretanto, para que o PAR fosse elaborado coube aos gestores a assinatura do Termo de Adesão ao Compromisso Todos pela Educação e a inserção de dados sobre sua realidade educacional em um sistema informacional inicialmente intitulado como Cadastro de Tecnologias Educacionais (CTE) e, posteriormente, substituído pelo SIMEC criados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

²³ A frente do projeto estavam os Professores Doutores da UFPA, Alberto Damasceno e Émina Santos que coordenaram todo o processo de implantação/implementação e monitoramento do PAR no Pará do ano de 2008 a 2013, e para realizar esse trabalho foi necessário montar uma equipe 22 consultores, composta por 12 estudantes Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA e os demais eram técnicos da SEDUC-PA, além da equipe administrativa, que na qual, inicialmente participei como bolsista e depois de graduada fui convidada a integrar a equipe de consultores.

Todo esse trabalho pode ser considerado que foi feito em curto período de tempo, levando em consideração a dimensão do nosso estado, e as dificuldades de deslocamento entre os municípios.

Figura 02: Mapa do Estado do Pará e suas 12 mesorregiões.



Fonte: SEIR, 2007.

Esse processo exigiu apoio diferenciado para sua efetivação, sobretudo diante das enormes dificuldades que afligem municípios paraenses, que vão desde os problemas de infraestrutura até os de ordem técnica, passando pelas carências financeiras.

E em meio a essas dificuldades, as equipes de consultores da UFPA e da SEDUC foram a campo realizar visitas técnicas nos 143 municípios do Pará. De acordo com o relatório do projeto ASSIM-PAR UFPA (2008, p.11) podemos perceber que, a viagem a campo exigia muito dos técnicos:

O compromisso profissional dos Consultores do ASSIM-PARÁ ficou evidente nos relatos realizados por ocasião das reuniões de avaliação e nos relatórios de viagens, possibilitando afirmar que a maioria das experiências vivenciadas pelos consultores corroborou a ideia de que, em nosso estado o deslocamento de pessoas (e mesmo de cargas) ainda é uma aventura rumo ao desconhecido. Estradas de rodagem em péssimo estado, travessia de balsas, viagens fluviais em voadeiras, rabetas, com certo grau de desconforto, transportes alternativos inusitados como "moto-táxis", "bicitáxis", carroças, caronas, aos convencionais como ônibus e vans, dentre outras, se caracterizaram como um desafio quase insuperável, o que tornou o desgaste físico inevitável devido às grandes distâncias e desafios percorridos, para a chegada nos municípios. Além do aspecto referente à algumas manifestações e conflitos regionais políticos, econômicos e sociais,

(como os dos trabalhadores de madeireiras em Açailândia e Tailândia/PA), dificultaram o deslocamento e a permanência de consultores do ASSIM-PARÁ nos municípios.

Segundo o relatório do ASSIM-PAR (2008), o trabalho foi desenvolvido inicialmente com o deslocamento de ida (previsão de um dia), os encontros com as equipes municipais e a inserção dos dados e informações no sistema (previsão de três dias) e o deslocamento de volta (previsão de um dia). Durante esse período o consultor que ia a campo tinha a responsabilidade junto com a equipe do município (equipe local e comitê local) em elaborar o diagnóstico da realidade educacional do município e por meio da inserção de informações no SIMEC os municípios realizaram diagnóstico da situação da sua educação composto por 03 passos que estão dispostos no manual de orientação do PAR, criado pelo MEC (2007):

Passo I – Informações pré-qualificadas: Dados Gerais sobre o município, Informações sobre a rede municipal; Relação de convênios MEC/FNDE; Auto avaliação - escolas com IDEB igual ou inferior à média nacional: 3,8.

Passo II – Coleta de informações qualitativas: Perguntas diretas sobre Gestão educacional (14 questões); Formação de professores e de profissionais de serviço a apoio escolar (7 questões); Práticas pedagógicas e avaliação (4 questões).

Passo III – Sistematização da pontuação: Escolher e marcar o critério escolhido dentro de cada um dos 52 indicadores que são pontuados segundo (escalas) que variam de 1 a 4 que se adequem a situação do município. Dentro das 04 dimensões: Gestão Educacional, Formação de Professores e dos Profissionais de Serviço e Apoio Escolar, Práticas Pedagógicas e Avaliação, Infraestrutura física e recursos pedagógicos.

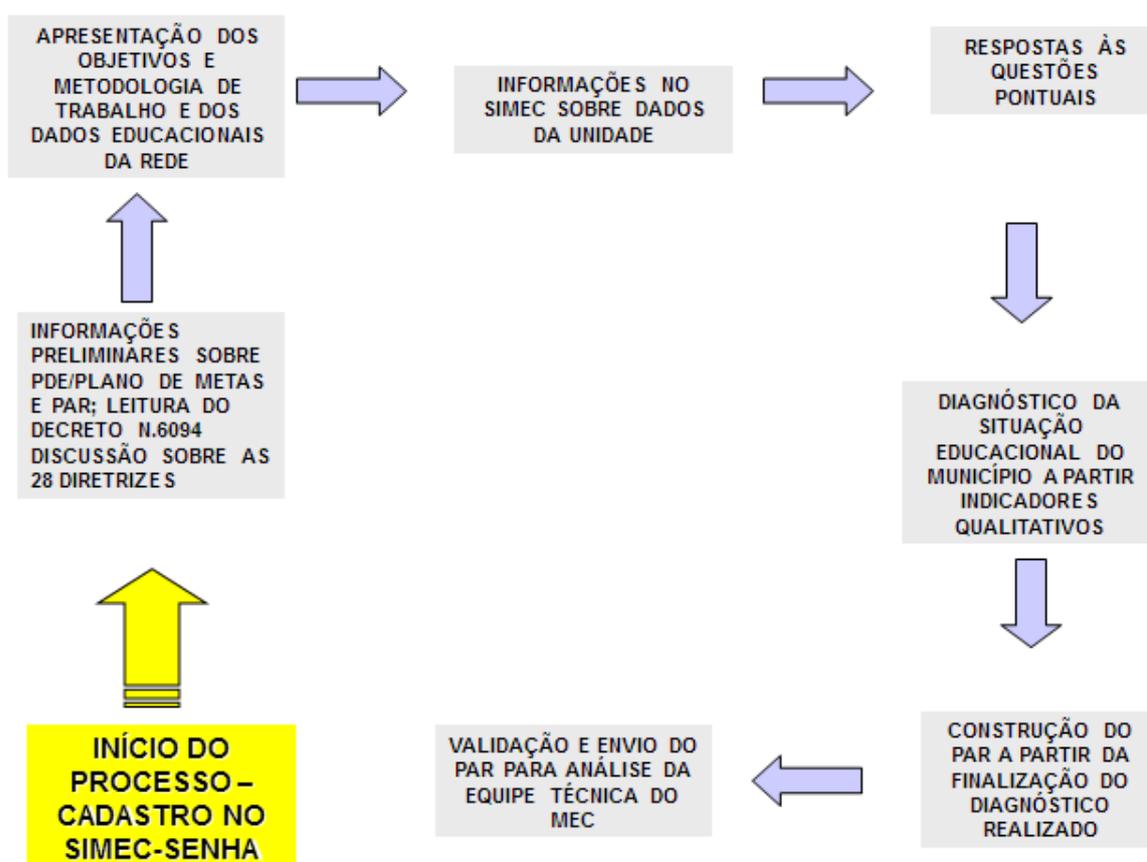
Como proposto pela metodologia do PAR, após a conclusão do diagnóstico, inicia-se a elaboração do Plano de Ações Articuladas, que compreende em 04 passos, como prevê o manual de orientação do PAR (2007):

- 1 - Priorização dos indicadores com pontuação 1 e 2;
- 2 - Definição das ações que vão auxiliar na melhoria dos indicadores prioritários;
- 3 - Detalhamento das ações;
- 4 - Apresentação do PAR ao prefeito para aprovação encaminhamento ao FNDE via SIMEC.

A criação das ações e subações divididas nas 04 dimensões totalizam 52 ações e 284 subações, sendo que todo o plano deveria ser pensado para o horizonte de 04 anos.

As etapas de elaboração do diagnóstico do PAR estão representadas no fluxograma abaixo.

Figura 03: Fluxograma da Elaboração do PAR



Fonte: ASSIM-PAR-UFPA (2008).

Na tentativa de direcionar e auxiliar o trabalho de elaboração do PAR nos municípios, o MEC elaborou o “O Guia Prático de Ações” documento criado para a orientação dos consultores do MEC/FNDE, das Universidades Federais e para os técnicos municipais utilizarem quando estiverem definindo as ações PAR a partir das necessidades e prioridades identificadas no diagnóstico, que são essenciais para a educação do município e que irão compor o PAR.

Quadro 05: Guia prático de ações

Dimensão: 1. Gestão Educacional									
Área: 1. Gestão Democrática: Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino									
Indicador	Critérios de Pontuação	Ações Propostas			Unidade de Apoio / Programa			Unidade de Medida	
		Ação	Sub-Ações	Metodologia	PM	MEC	AT		Outros
1. Existência e funcionamento de Conselhos Escolares (CE)	1. Quando não existem CE implantados; a SME não sugere, tampouco orienta a implantação. As escolas da rede não se mobilizam para formação de CE.	Implantar conselhos escolares.	1. Reunir os segmentos da comunidade escolar para incentivar e orientar a criação dos CE.	Reuniões com os diversos segmentos da comunidade escolar para criação dos CE.	PM	MEC	AT	Outros	reunião
					X		AF		
			2. Qualificar técnicos da SME que serão os multiplicadores da formação de conselheiros escolares.	Curso de aperfeiçoamento pelo Programa Nacional de Fortalecimento de Conselhos Escolares.	PM	MEC	AT	Outros	servidor da SME
							AF		
SEB – Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares									
3. Qualificar conselheiros escolares.	Estudo do material instrucional disponibilizado pelo Programa Nacional de Fortalecimento de Conselhos Escolares.	PM	MEC	AT	Outros	conselheiro			
		X		AF					
4. Monitorar a atuação dos Conselhos Escolares.	Elaboração e aplicação de instrumentos de acompanhamento, realização de reuniões.	PM	MEC	AT	Outros	reunião			
		X		AF					

Fonte: MEC, 2007.

Como a maioria dos municípios paraenses não possui rede de internet eficaz e veloz, alguns consultores da UFPA que realizavam visitas técnicas nesses municípios, tinham trabalho dobrado, tendo em vista que o SIMEC não funcionava e tinha que elaborar o PAR manualmente, preenchendo no papel todas as informações que o guia prático de ações solicitava para depois digitar no sistema quando a internet estivesse funcionando. Como nos mostra relato abaixo dos técnicos que iam campo.

Os consultores destacaram como um dos grandes desafios nos municípios para a elaboração do PAR, às limitações evidenciadas quanto à capacidade tecnológica instalada, por inexistência de internet em alguns municípios. Situações problemas vivenciados, por exemplo, no sistema de telefonia, oferecido de forma precária, e por vezes até inexistente e/ou sem funcionamento deixando os municípios incomunicáveis. As condições de comunicação se agravam em função do período chuvoso, que ocasionam grandes dificuldades de acesso ao sistema telefônico.

Enfatiza-se que alguns destes diagnósticos e planos foram finalizados fora dos municípios assessorados, devido às dificuldades no acesso à internet. Nestes casos, os consultores obtiveram autorização dos gestores municipais e concluíram as atividades de elaboração do PAR na capital. (ASSIM-PAR, 2008, p.14).

É importante ressaltar que, para iniciar a elaboração do PAR nos municípios, era necessária a construção de uma equipe local e de um comitê local que iria auxiliar a construção do plano. No entanto, Segundo relatório do ASSIM-PAR (2008, p. 03):

A maioria esmagadora dos gestores e técnicos não tinha claro seu papel no processo e a natureza inovadora do exercício do PAR na educação municipal. Algumas equipes e comitês, por exemplo, só foram compostos no momento da chegada do consultor ao município e na maioria dos grupos de trabalho nem todos os segmentos estavam representados. Se houve casos em que a equipe da secretaria desconfiava do papel “fiscalizador” do SIMEC, aconteceu de, em alguns municípios, a presença do consultor representar esperança, força, troca de experiência e até progresso para a cidade.

Isso demonstra a dificuldade de entendimento por parte das equipes municipais, a proporção do trabalho que seria realizado e, em alguns momentos, o desconhecimento da política que estava sendo instaurada.

Além disso, é válido ressaltar que a maioria dos municípios demonstrou grandes debilidades no que tange à capacidade tecnológica instalada, muitos não tinham acesso à internet o que dificultou a elaboração do PAR na plataforma do SIMEC que só era acessada por meio da internet. O relatório do ASSIM-PAR (2008) aponta as seguintes dificuldades:

Houve casos em que a prefeitura teve que recorrer a empresas particulares (cyberes ou escritórios com internet). Alguns municípios nem mesmo cybers tinham. Em alguns lugares, por não ter pago o provedor de internet, a prefeitura teve de deslocar sua equipe para um município vizinho, para que a tarefa fosse viabilizada.

Ainda referente às dificuldades encontradas nesse processo e apontadas no relatório da UFPA (2008), diz respeito ao fato que se evidenciou por conta da grande dificuldade de articulação do Poder Público (representado, no caso, pela Secretaria de Educação) com a Sociedade Civil, fato caracterizado pela ausência, em quase todos os municípios, de representantes dos setores “não-dirigentes” do órgão gestor e escolas. Além disso, a grande maioria dos municípios apresentou profundas carências na formação dos seus docentes e na estrutura física de seus prédios e equipamentos educacionais.

Após a elaboração do PAR, as equipes dos municípios iniciaram o processo de monitoramento das ações do Plano, esse processo teve início em 2009 e novamente a equipe da UFPA em parceria com a SEDUC desempenhou o papel em auxiliar as equipes técnicas municipais, por meio do projeto de monitoramento e acompanhamento dos planos de ações articuladas nos municípios paraenses (MONIPAR- PA).

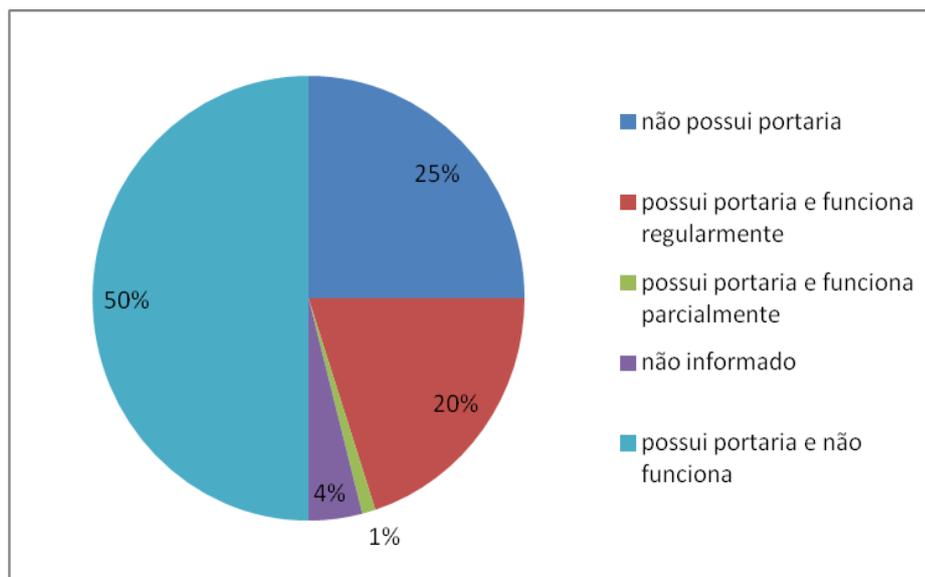
Essa nova etapa de trabalho tinha como metodologia de trabalho a permanência do consultor por apenas 02 dias de trabalho, com o intuito de monitorar todas as ações e subações planejadas dentro do PAR, no entanto, podemos avaliar que o tempo era insuficiente para realizar o trabalho o que dificultou ainda mais a interação do consultor com a equipe do município.

A mudança de gestores foi outra dificuldade apontada no relatório do ASSIM-PAR (2008, p. 26):

As trocas de gestores e equipes municipais, por conta da mudança de equipes a partir do processo eleitoral de 2008, dificultou o trabalho dos técnicos no monitoramento/acompanhamento das ações do PAR, o que demonstra a descontinuidade dos trabalhos, não concebidos, pelos gestores municipais, como política de estado e sim de governo.

Além disso, ficou constatado que na grande maioria dos municípios a inexistência do comitê de do PAR era frequente, não havendo nomeação por meio de portarias. Em outros, constatamos a existência do Comitê com Portaria de nomeação, mas sem funcionamento efetivo, não sendo atuante frente no acompanhamento das ações do PAR. Apresentadas no gráfico a seguir.

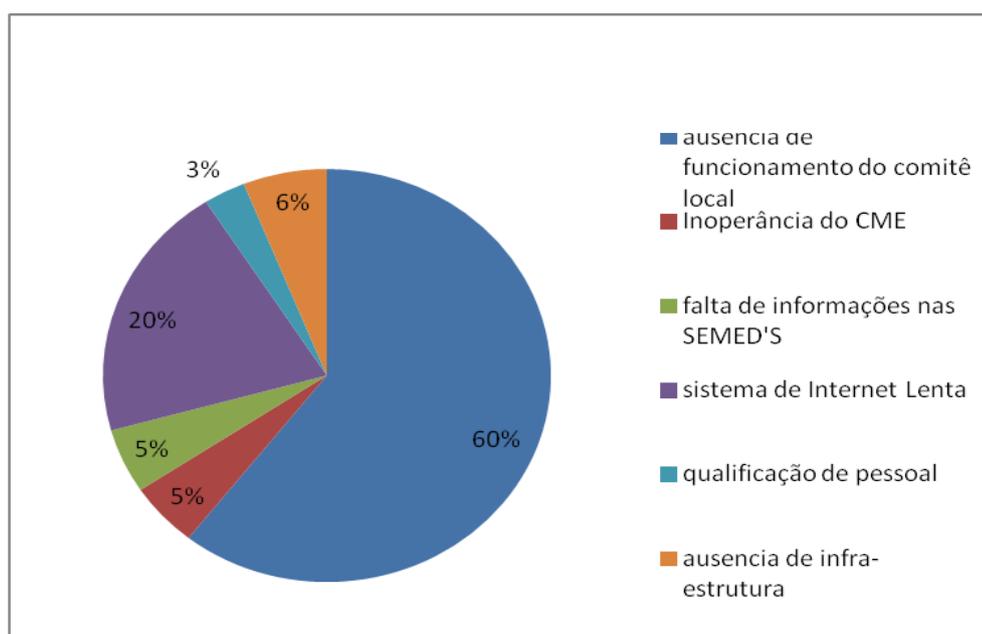
Gráfico 03: Situação dos comitês locais do PAR (2008-2010)



Fonte: MONIPAR-UFPA, 2010.

Sintetizando, é possível enumerar os problemas comuns encontrados nos municípios paraense, no processo de Implantação/implementação do PAR, os quais contribuem de forma direta para limitar a alimentação do sistema e garantir os recursos financeiros aos planos. Tais problemas demonstram a fragilidade em normatizar a construção do comitê local bem como colocar em prática as ações sob responsabilidade deste comitê.

Gráfico 04: Principais dificuldades da Implantação do PAR no Pará



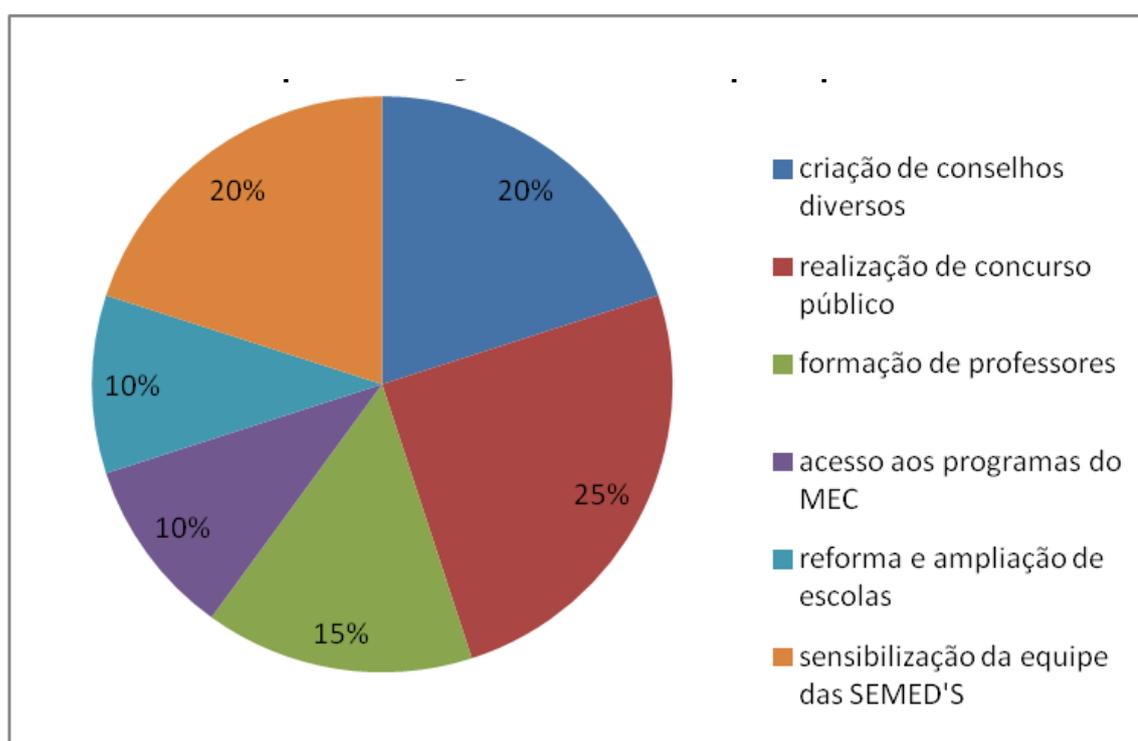
Fonte: MONIPAR-UFPA, 2010.

Observa-se a partir do gráfico 04 que, as principais dificuldades encontradas nos municípios paraenses na implantação do PAR, referem-se a questões de ordem operacional, as quais podem ser superadas com o fortalecimento da gestão municipal.

Considera-se que, a organização e o funcionamento do comitê local deve ser priorizado, pois ele é o órgão gestor do PAR, de modo que é fundamental que se estabeleça uma rotina de funcionamento capaz de garantir a o monitoramento das ações, a alimentação do sistema SIMEC, e acima de tudo, acompanhar o desenrolar as ações na esfera municipal.

Quanto aos avanços na implementação do PAR no Estado do Pará, é possível a partir dos dados sistematizados no MONIPAR-2010, descrever a seguinte configuração:

Gráfico 05: Principais avanços nos municípios paraenses



Fonte: MONIPAR-UFPA, 2010.

Os avanços em comum nos municípios paraense revelam a criação de conselhos, tais como Conselho Municipal de Educação, Conselho de Alimentação

Escolar, Conselho Escolar, os quais, contribuem para garantir o fortalecimento do controle social²⁴ nas ações realizadas no PAR.

Também, é possível observar as mudanças na estrutura administrativa municipal, nos municípios de Aurora do Pará, Cumaru do Norte, Garrafão do Norte, Igarapé Açu, Pacajá, entre outros, tendo em vista que foi realizado concurso público para servidores, tentando evitar a rotatividade de pessoal decorrente da prática do trabalho temporário ou contratações atreladas a politicagem praticada nos municípios.

Houve aumento significativo na política de formação de professores nos municípios, o que favorece elevar a qualificação dos professores mediante o uso da Plataforma Freire a implantação do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), contribuindo dessa forma para elevar as perspectivas de melhoria da qualidade do ensino nos municípios.

Com a ampliação do acesso aos programas do MEC/FNDE, tornou-se possível os municípios aderirem aos programas com financiamento de recursos federais, possibilitando elevar a permanência dos alunos no espaço escolar, no contra turno.

A partir do acesso aos recursos financeiros disponibilizados pelo governo federal, foi possível que os municípios conseguissem construir, reformar e ampliar os espaços escolares pertencentes à rede municipal, a fim de melhorar a infraestrutura destinada ao desenvolvimento de atividades didáticas e pedagógicas com reflexos significativos na melhoria da qualidade do aprendizado do estudante.

Além disso, as Secretarias Municipais de Educação compreenderam a necessidade de organizar de forma sistemática os dados e as informações visando à elaboração de diagnósticos mais consistentes sobre a realidade da educação nos municípios e também ter uma memória das ações que foram realizadas ao longo do ano.

O relatório da UFPA (2010) destacou ainda, em relação à região do Marajó, algumas proposições para melhoria da qualidade da educação que demarcam sua particularidade e que merecem atenção. Tais proposições estão dispostas nas quatro dimensões do PAR:

²⁴ O controle social pode ser entendido como formas de fiscalização que devem ocorrer do âmbito externo para o âmbito interno do Estado, as quais ora recebem o nome de “controle popular”, ora de “controle social do poder”, da mesma forma que ora tem por finalidade habilitar o particular a intervir nas coisas do Estado para defesa de direito ou de interesse pessoal e ora com vistas à defesa de direito ou interesse geral (SILVA, 2010).

Dimensão 01: GESTÃO EDUCACIONAL

- Garantir gestão democrática implantando, articulando e desenvolvendo o Sistema Municipal de Ensino;
- Desenvolver a política de educação básica por meio de ações que visem sua universalização, a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem assegurando a equidade nas condições de acesso e permanência e conclusão na idade adequada;
- Implementar política de comunicação com a sociedade por meio de parcerias institucionais com órgãos públicos e da sociedade civil;
- Construir política de pessoal adequada para garantir suficiência e estabilidade das equipes escolares;
- Implantar e implementar estratégias de execução, controle e fiscalização da gestão financeira.

Dimensão 02: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS E APOIO ESCOLAR

- Proporcionar formação inicial a professores da educação básica;
- Proporcionar formação continuada a professores da educação básica;
- Proporcionar formação de professores da educação básica para atuação em educação especial, em escolas do campo, em comunidades quilombolas e em comunidades indígenas;
- Proporcionar formação inicial e continuada a professores da Educação Básica para cumprimento da Lei 10.639/03;
- Proporcionar formação a profissionais de serviços e apoio escolar.

Dimensão 03: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E A AVALIAÇÃO

- Promover dinâmicas de reelaboração e reorganização das práticas pedagógicas nas escolas
- Desenvolver estratégias de avaliação da aprendizagem dos alunos
- Implantar estratégias de assistência individual/coletiva a alunos que apresentarem dificuldades de aprendizagem.

Dimensão 04: INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS PEDAGÓGICOS

- Melhorar e adequar as instalações físicas das escolas
- Implementar política de inclusão digital
- Implementar política de integração e expansão do uso de Tecnologias da Informação e Comunicação nas escolas
- Promover a confecção de recursos pedagógicos que considerem a diversidade das demandas educacionais.

Percebemos que essas proposições se mostram como um grande desafio para os municípios da região do Marajó e em especial para São Sebastião da Boa Vista, por razões que vão desde do baixo grau de financiamento das ações até a falta de valorização dos profissionais da educação, passando pela ausência de um corpo técnico qualificado com estabilidade funcional. A maioria dos municípios marajoaras carecem de capacidade instalada para realizar, “sozinhos”, um conjunto abrangente e complexo de ações e subações, tendo em vista a realização de metas planejadas. Partindo dessa lógica, na próxima seção iremos analisar o PAR de São Sebastião da Boa Vista.

3.2. O lócus da pesquisa: São Sebastião da Boa vista

O município de São Sebastião da Boa Vista teve sua origem no período da ocupação do estuário do Amazonas pelos exploradores portugueses. A chegada dos primeiros colonizadores à região das ilhas do Pará tem relação com a fundação de Belém em 1616.

Em 1758, o povoado de São Sebastião da Boa Vista foi elevado à categoria de Freguesia pelo governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado. No entanto, teve dificuldades de se manter como Freguesia²⁵, pois, tinha dificuldades em obter assistência oficial do governo.

Em 1872, através da lei nº 707, foi-lhe concedido o título de Vila. Os líderes dessa iniciativa foram os coronéis Possidônio Rodrigues de Monfredo e Gerônimo Ribeiro Tavares. O Coronel Monfredo foi o seu primeiro administrador.

Já em 07 de janeiro de 1873 sob a Presidência do Coronel Possidônio perante a Câmara de Curralinho a vila de São Sebastião da Boa vista conquistou o título de município. No entanto, a lei nº 994 de 18 de abril de 1879, suprimiu-lhe a categoria de município, que foi novamente restaurado pela Lei nº 903 de 08 de março de 1880, e instalado em 07 de Janeiro de 1881.

Com o advento da proclamação da República e a valorização da borracha, o município conseguiu se firmar e conduzir a sua autonomia através da Lei nº 1.399, de 05 de outubro de 1889 que-lhe restaurou os Foros, sem nenhuma aplicação prática até 07 de abril de 1890, quando se instalou o Conselho de Intendência Municipal. Entretanto, a desvalorização do preço da borracha e as pressões oficiais fizeram com o que o município passasse ser anexado novamente a Muaná (município do Marajó), pela Lei nº 2.166, de 03 de Novembro.

Com o triunfo da Revolução de 1930, os representantes políticos locais lutaram para restaurar o título de município, mas em função de entraves burocráticos, esse pedido ficou sem definição. Entretanto, somente quando a Ditadura Vargas demonstrou sinais de fraqueza, e com a presença do coronel Joaquim Cardoso de Magalhães Barata - que voltava ao cenário da política paraense – foi possível o município obter a sua restauração, que ocorreu pelo Decreto nº 4.505, de 30 de

²⁵ Freguesia é o nome que é dado em Portugal às menores divisões administrativas.

Dezembro de 1943. Finalmente São Sebastião passa a ser de fato considerado como Município.

No decurso de sua história e até o presente ano de 2013 o município de São Sebastião da Boa Vista teve em sua administração os 22 Prefeitos eleitos.

Atualmente, o município é constituído por um distrito sede que se divide em Cidade Velha e Cidade Nova. Essa divisão é decorrente da existência de um furo²⁶ de rio chamado de Furo Santo Antônio que é uma via de permanente passagem de embarcações. É importante ressaltar que as ruas de São Sebastião da Boa Vista são em sua maioria, constituídas de pontes que passam por sobre os igarapés. Por isso o município também conhecido como a “Veneza do Marajó”.

Figura 04: Vista aérea do município de São Sebastião da Boa Vista.



Fonte: Prefeitura de São Sebastião da Boa vista

O município possui uma área de 1.632,251 km² fica localizado no nordeste do Estado do Pará, na mesorregião do Marajó e sul da ilha de Marajoara, é cercado por furos e ilhas e encontra-se às margens do Rio Boa Vista, afluente do Rio Pará. Fica a 136 km da Capital do Estado em linha reta. Limita-se ao norte com Anajás e Breves; a leste com Muaná; ao sul com o Rio Pará e a oeste com Curralinho.

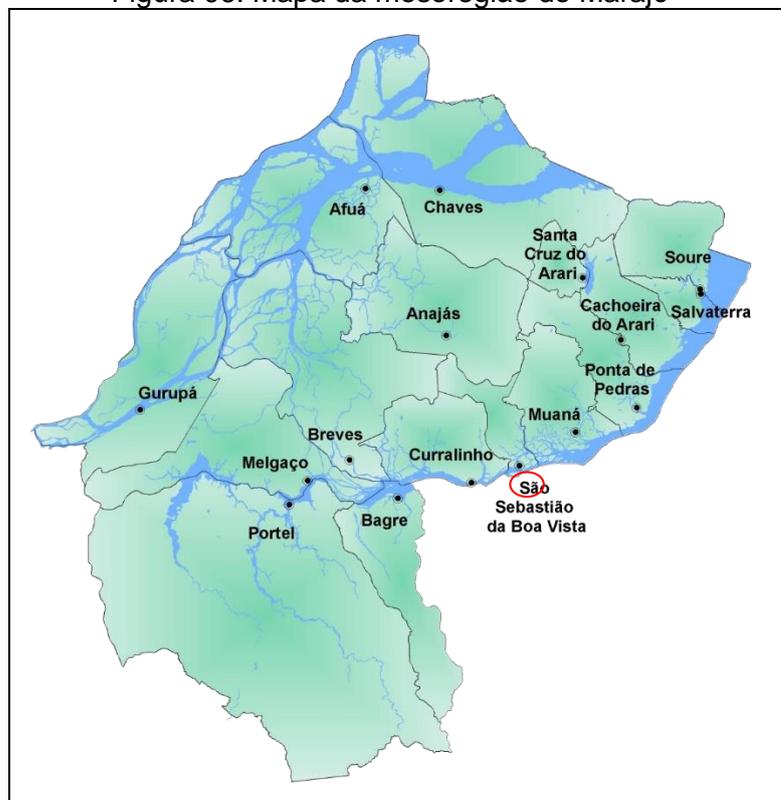
²⁶ Furo é a comunicação natural entre dois rios ou entre um rio e uma lagoa.

Figura 05: Localização do Município de São Sebastião do Pará.



Fonte: IBGE,2013.

Figura 06: Mapa da mesoregião do Marajó

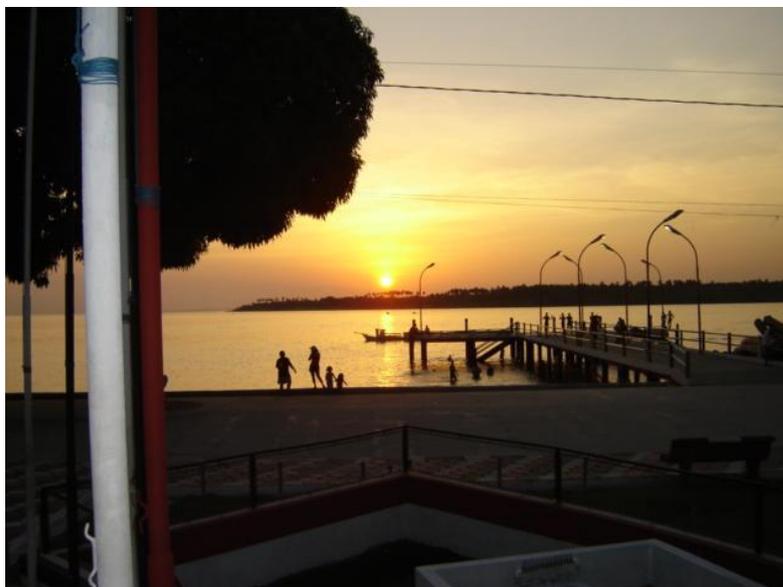


Fonte: SEIR-PA, 2007

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ano (2013), sua população é estimada em torno de 24.363 habitantes, que representa apenas 0,29% da população paraense resultando numa densidade demográfica de 12,1 hab./km², bastante superior à média do Estado que é de 5,66 hab/km².

O acesso ao município dá-se, exclusivamente, através de transportes aéreos e fluviais sendo que o porto principal é chamado popularmente de Trapiche Público Municipal e uma pequena pista de pouso (para aviões pequenos) está localizada a 01 km do Centro da Cidade.

Figura 07: Trapiche de São Sebastião da Boa Vista



Fonte: Prefeitura de São Sebastião do Pará

Figura 08: Pista de pouso de São Sebastião da Boa Vista.



Fonte: Prefeitura de São Sebastião do Pará

O município de São Sebastião da Boa Vista é formado por um aglomerado de dezoito ilhas e vários rios dos quais se destacam, prioritariamente, o Rio Pracuúba que nasce a noroeste do município e deságua no Rio Pará. Recebe vários afluentes, destacando-se pela margem esquerda, no seu médio curso, os rios Cariá, Tiririca e Guajará, este último limitando o município a Leste com Muaná. Próximo à foz, no baixo curso, em comunicação com uma série de furos, paranás, igarapés e com o rio ou furo Boa Vista, estão vários afluentes entre eles o Pracuúba Mirí, o Vilelazinho, Umarituba, Pacujutá, todos se comunicando com o Rio Pracuúba. As maiorias de seus lagos também são navegáveis representando o mais importante sistema de transporte nessa região, sem contar com o Rio Pará principal via de acesso a outros municípios e a capital Belém.

Figura 09: O barco é principal meio de transporte no município.



Fonte: arquivo da autora, 2013.

O município conta com uma infraestrutura bastante precária com ruas sobre palafitas e conta com uma estrada de piçarra que dá acesso a duas comunidades no interior do município. O esgoto sanitário das residências no município de São Sebastião da Boa Vista tem seu destino de parte em fossas séptica e rudimentar (fossa negra) e, outra parte em terreno a céu aberto em caixotes de madeira preparados pelos próprios moradores.

Figura 10: Palafitas sobre o rio Boa Vista



Fonte: arquivo da autora, 2013.

A sede municipal possui uma central de abastecimento de energia elétrica fornecida pela Rede CELPA (Centrais Elétricas do Pará) através de sistema isolado e também possui 2 empresas de telefonia fixa e 3 de telefonia móvel. A internet banda larga ainda é um sonho para população de São Sebastião da Boa Vista.

A economia do Município é marcada pela predominância de atividades de agricultura, o município já alcançou certa desenvoltura no cultivo de alguns produtos como o açaí (em grande escala comercial, tanto em área nativa como manejada, inclusive em área de plantio geneticamente modificados como é o caso do Açaí-Pará), o palmito do açaí, a mandioca, bem como, pequenas safras de laranja, cupuaçu, bacuri e outros, sem, no entanto, ser ainda autossuficiente.

Em relação ao aspecto educacional, o município conta com uma rede de 57 escolas divididas em polos²⁷ que ofertam da educação infantil ao ensino fundamental. Segundo dados do censo escolar de 2013 a rede conta com o número de total de matrículas de 7.637 distribuídos segundo o quadro a seguir:

²⁷ 04 polos: Pedro Nogueira, Pracuuba Miri, Emanuel Lobato, Polo Cidade.

Quadro 06: Número de matrículas por modalidade de ensino.

ED.INFANTIL		ENS. FUNDAMENTAL		EJA	
Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais	Presencial	Semipresencial
235	1.058	3.550	2.438	148	208

Fonte: Inep, 2013

Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação do município de São Sebastião da Boa Vista, no ano de 2013, o número de professores, na educação infantil e ensino fundamental, é suficiente para atender os alunos matriculados na rede pública municipal, mas há um número reduzido de Coordenadores Pedagógicos, levando-se em conta, o número de alunos e de escolas. Como mostra o quadro abaixo.

Quadro 07: Quantitativo de Profissionais da Educação da Rede Municipal de Ensino

FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS	NUMERO DE PROFESSORES
Prof. Ens. Fundamental	06
Prof. Ens. Médio e Outros	12
Prof. Ens. Médio–Normal/Magistério	200
Prof. Ens. Superior	62
Prof. Ens. Superior Incompleto	45
TOTAL	325

Fonte: Departamento de Recursos Humanos/SEMED – Novembro de 2013

Outro aspecto relacionado à formação dos profissionais da educação em São Sebastião da Boa Vista, Educação são os Cursos de Formação Superior da Universidade Aberta do Brasil – UAB (o 1º através da IFPA – Curso de Geografia e, o 2º através da UEPA – Cursos de Biologia e Pedagogia); O PARFOR – que disponibiliza o curso de Pedagogia, no município. Além desses cursos, podemos encontrar cursos de capacitação profissional para os estudantes do Pró-Jovem Urbano; entre outros por parte do Governo Federal que já foram aqui implantados, tais como: o Programa FUNDESCOLA com o projeto de Desenvolvimento Escolar (PDE), o Projeto Mova caboclo e atualmente o MOVA PARÁ, o projeto Escola Ativa, o Pró-Letramento.

A educação no município de São Sebastião da Boa Vista se organiza, possui seu sistema municipal de ensino implantado pela Lei nº. 213 de 10 de janeiro de 2010. O sistema é composto pelo Conselho Municipal de Educação criado pela Lei nº. 001/91, de 27/03/1991, modificado e estruturado pela Lei nº 200/09, de

11/05/2009 e pelo Plano Municipal de Educação criado pela lei nº 215/2010 de 11 de março de 2010 e também pela Secretaria Municipal, como órgão máximo da gestão. O que demonstra um grande avanço e certa autonomia para gerir a educação municipal. Para Saviani (1996, p. 80) “sistema é a unidade de vários elementos intencionalmente reunidos, de modo a formar um conjunto coerente e operante”.

No que tange as metas do IDEB, o município conseguiu alcançar a meta projetada no ano de 2011 relativa aos anos/séries iniciais (1º ao 4º ano).

Figura 11: IDEB de São Sebastião da Boa Vista referente aos anos/series iniciais

Município ↕	Ideb Observado				Metas Projetadas				
	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕
SAO SEBASTIAO DA BOA VISTA	1.9	2.5	3.5	3.7	2.1	2.7	3.2	3.4	3.7

Fonte: INEP

No entanto, o município atingiu a meta proposta para os anos finais (5º ao 9º ano) conforme quadro abaixo:

Figura 12: IDEB de São Sebastião da Boa Vista referente aos anos/series finais

Município ↕	Ideb Observado				Metas Projetadas				
	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕
SAO SEBASTIAO DA BOA VISTA	2.7	3.3	3.3	3.3	2.7	2.9	3.2	3.5	3.9

Fonte: INEP

Contudo, é possível perceber que o município de São Sebastião da Boa Vista já tem demonstrado um grande avanço no que tange à construção e implementação do seu Sistema Municipal de ensino, entretanto, ainda há a necessidade de buscar ações que condicionem a melhoria da qualidade de ensino, sejam elas referentes à gestão, a o planejamento, à formação de professores e à infraestrutura das escolas.

3.3. A implementação do PAR (2008-2011) no município de São Sebastião da Boa Vista: O desenvolvimento das quatro dimensões

O Município de São Sebastião da Boa Vista, assumiu em 2007 o compromisso com a execução das ações do no Plano de Ações Articuladas

Trata-se de um compromisso fundado em 28 diretrizes e substanciado em um plano de metas concretas, efetivas, que compartilha competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento de educação básica, que apresenta quatro dimensões: Gestão Educacional, Formação de Professores e dos Profissionais de Serviço e Apoio Escolar, Práticas Pedagógicas e Avaliação e Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos. (BRASIL, 2007)

Essas quatro dimensões tentam contemplar todo o processo educacional, o que demonstra haver preocupação com todas as pessoas envolvidas no processo ensino aprendizagem.

Com o compromisso que o município assumiu, a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), órgão gerenciador, buscou-se criar mecanismos que proporcionassem agilizar a realização das ações previstas no Plano, para que o município conseguisse caminhar a passar largos para em direção da qualidade do ensino aprendizagem.

Nessa perspectiva, o governo municipal ao assinar o termo de cooperação técnica do Plano de Ações Articuladas, tentou inicialmente no ano de 2007 criar a equipe e o Comitê Local, composto pelas representatividades da sociedade civil organizada e da comunidade escolar, no entanto, essa medida só teve efeito em 2010 em que o Secretário²⁸ Municipal de Educação organiza de forma sólida a equipe local e o Prefeito²⁹ normatiza a criação do comitê local por meio da Portaria nº 1075/2011 e como apoio do gestor municipal e o entendimento sobre a importância do PAR para o município foi destinada para SEMED um espaço físico adequado e recursos humanos disponíveis para que as ações previstas no PAR fossem executadas de forma satisfatória.

Com isso, entendemos que São Sebastião conseguiu ter um bom aproveitamento do seu PAR, pois conseguiu executar mais de 50% das ações que

²⁸ José Maria Gonçalves dos Santos, foi nomeado em 2010 e continua a frente da secretária até o presente ano de 2014, o que consolida 04 anos do seu trabalho na gestão educacional do município.

²⁹ Getúlio Brabo de Souza, está como prefeito de São Sebastião da Boa Vista desde 2008, foi reeleito em 2010 e está no governo do município a 7 anos.

foram planejadas, sendo que a média de execução do PAR no estado do Pará é de 25%, e a média da região do Marajó é de 21,57 % estudo feito pela UFPA, o que demonstra a dificuldade dos municípios em executar o que eles planejaram, o que nos remete a inferir que a cultura do planejamento nos municípios do Pará não é algo ainda caminha lentamente, e isso reflete nos nossos índices educacionais.

Diante desse aspecto, é válido lembrar que a estrutura do PAR apresentada é uma ferramenta que se configura dentro da dinâmica do planejamento estratégico municipal. Essa forma de planejamento de acordo com Rezende (2007, p.62-63),

[...] é um processo dinâmico e interativo para determinação dos objetivos, estratégias e ações do município e da prefeitura. É elaborado por meio de diferentes e complementares técnicas administrativas com o total envolvimento dos atores sociais, ou seja, munícipes, gestores locais e demais interessados na cidade. É formalizado para e articular políticas federais, estaduais e municipais visando produzir resultados no município e gerar qualidade de vida adequada aos seus munícipes. É um projeto urbano global que considera os aspectos sociais, econômicos e territoriais. É uma forma participativa e contínua de pensar o município no presente e no futuro.

Desta forma, inferimos que o PAR quer ser para a educação municipal uma ferramenta de planejamento para determinar os objetivos, estratégias e ações que definem os rumos da educação local.

E de acordo com essa nova tônica de se planejar as ações educacionais nos municípios brasileiros, o PAR de São Sebastiao da Boa Vista foi elaborado entre os anos de 2007 e 2008 e foi construído com a participação de alguns técnicos municipais e com o secretário municipal de educação que na época era o prof. Barrinho e contou também com o auxílio de consultores da UFPA. Todo esse movimento colaborativo e articulado entre Universidade e Município, que em certa medida tem um caráter participativo foi de grande valia para que a universidade se aproximasse cada vez mais dos municípios. Dessa forma, ela conseguiu conhecer cada vez mais a realidade dos municípios para auxiliá-los na busca de soluções mais adequadas aos problemas que foram expostos na construção do diagnóstico do PAR. Nesse processo de elaboração do PAR, é importante destacar que a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), enquanto responsável legítima pela educação municipal, atuou como principal núcleo estruturante da elaboração e implementação do PAR.

Considerando nosso objeto central deste trabalho que versa sobre a implantação/implementação PAR em São Sebastião da Boa vista com intuito de verificar se a execução do plano corroborou para a possibilidade da construção do regime de colaboração, iremos analisar as fases de elaboração, implantação e implementação do PAR, sendo que a primeira trata sobre a elaboração do diagnóstico educacional e do plano propriamente considerando a construção das ações e subações, a segunda aborda a execução do plano e terceira fase é caracterizada pelo monitoramento das ações e subações que serão apresentadas nas próximas secções.

3.3.1 A elaboração do Plano de Ações Articuladas (2008-2011).

Para elaborar o PAR, o Ministério da Educação criou o Módulo PAR Plano de Metas dentro do SIMEC, esse sistema pode ser acessado de qualquer computador que esteja conectado à internet, nesta plataforma o Secretário Municipal de Educação faz seu cadastro e a partir da aprovação, ele vai poder ter acesso ao sistema que compreende o processo de elaboração do PAR e análise do plano, que fica a cargo do MEC/FNDE.

A partir da permissão ao acesso ao SIMEC e da reunião no dia 18 de fevereiro de 2008 dos membros da equipe local, do comitê e do secretário municipal de educação, o Município adquiriu a tarefa árdua e inicial pra elaborar o PAR, que é a construção do diagnóstico que se divide em 04 dimensões: gestão educacional, formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar, práticas pedagógicas e avaliação e infraestrutura física e recursos pedagógicos. Cada uma das dimensões divide-se em áreas que por sua vez, desdobram-se em indicadores com critérios de pontuação que vão de 01 a 04 e não se aplica. Os indicadores expressam algum aspecto da realidade a ser observada, medida e avaliada e foram construídos a partir das diretrizes estabelecidas no Decreto nº 6.094/2007 (BRASIL, 2007). O instrumento apresenta 52 indicadores para os municípios. A seguir observamos como a elaboração estava disposto no SIMEC.

Figura 13: Elaboração do Diagnóstico do PAR

Dimensão: 1. Gestão Educacional

Área: 2. Desenvolvimento da Educação Básica: ações que visem a sua universalização, a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem assegurando a equidade nas condições de acesso e permanência e conclusão na idade adequada

Indicador: 1. Implantação e Organização do ensino fundamental de 09 anos

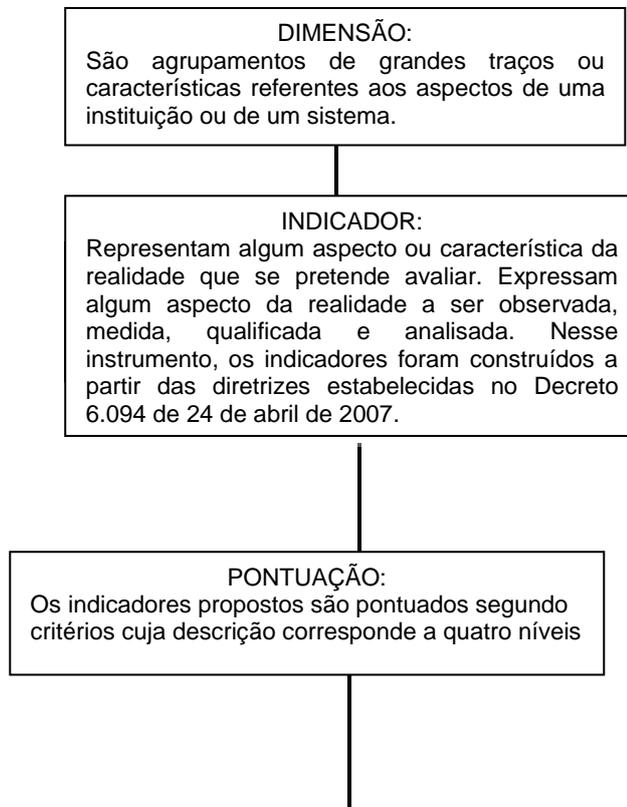
Pontuação	CrITÉRIOS (Preenchimento Obrigatório)
<input type="checkbox"/>	Não se aplica.
<input type="checkbox"/>	4. Quando o Ensino Fundamental de 09 anos está implantado e organizado; houve reestruturação da proposta pedagógica; houve ações de capacitação dos profissionais; foram disponibilizados espaços físicos, mobiliário adequado, equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos compatíveis com a faixa etária da criança de 06 anos.
<input type="checkbox"/>	3. Quando o Ensino Fundamental de 09 anos está implantado na rede municipal; houve, em parte, a reestruturação da proposta pedagógica; houve ações de capacitação dos profissionais, mas os espaços físicos, mobiliário adequado, equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos compatíveis com a faixa etária da criança de 06 anos, ainda não estão disponíveis para todas as escolas.
<input type="checkbox"/>	2. Quando o Ensino Fundamental de 09 anos ainda não foi implantado; a reestruturação da proposta pedagógica está em discussão; não há previsão de ações para capacitação dos profissionais; não há plano para adequação dos espaços físicos, mobiliário adequado, equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos compatíveis com a faixa etária da criança de 06 anos.
<input type="checkbox"/>	1. Quando o Ensino Fundamental de 09 anos ainda não foi implantado na rede e nem está sendo discutida a reestruturação da proposta pedagógica.

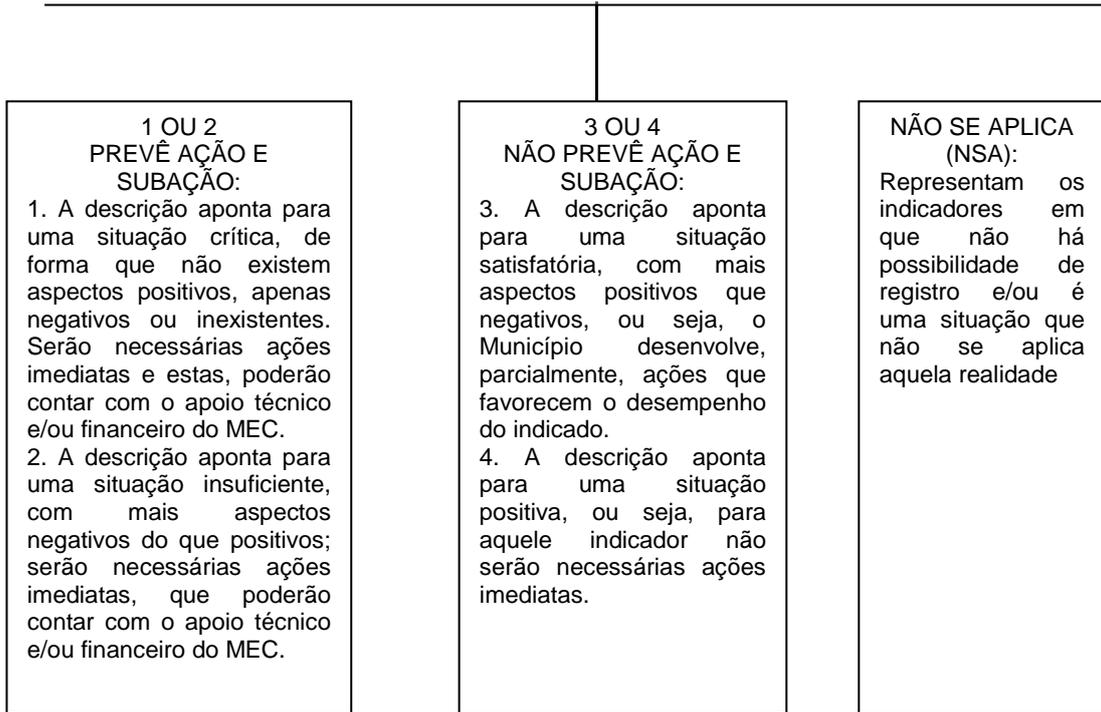
Justificativa:

Demandas potenciais:

Abaixo podemos observar o passo a passo de como elaborar o PAR.

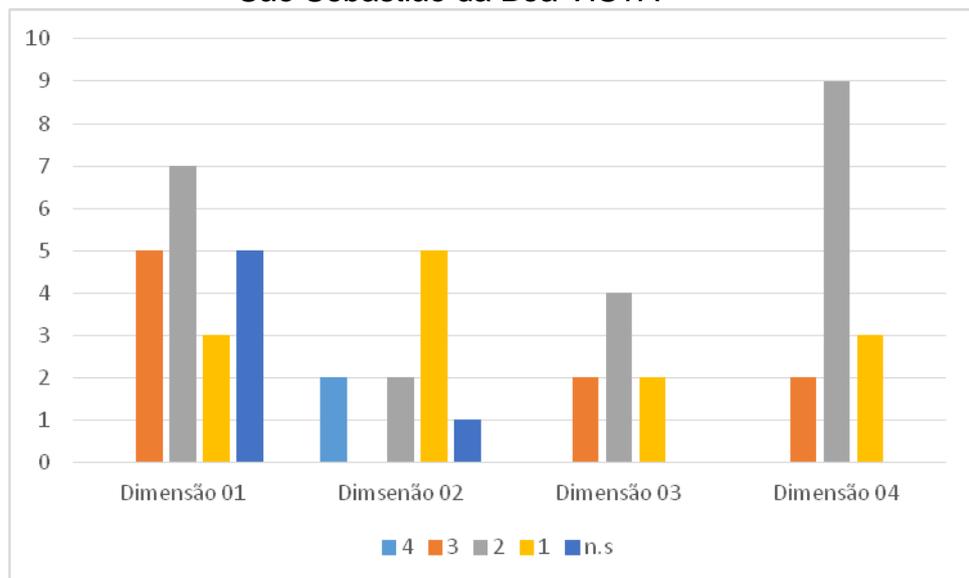
Figura 14: Mapa Mental – PAR





Depois de preencher todos os indicadores atribuindo as pontuações em cada dimensão do PAR do município de São Sebastião da Boa Vista apresentou a seguinte definição, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 06: Síntese por dimensão do PAR do município de São Sebastião da Boa VISTA



FONTE: SIMEC, 2010.

A partir do exposto, podemos inferir que o município teve o maior número de pontuações no critério 2 e 1 que significa uma **situação insuficiente**, mais negativa que positiva e por isso o município precisa implementar um conjunto de ações e subações para melhorar a situação da gestão educacional no município. Que serão demonstradas por dimensão a seguir.

3.3.2 Gestão educacional

Essa dimensão trata de aspectos relativos aos processos de gestão da rede de ensino e traz 20 indicadores e possui 14 questões pontuais (ver anexo). Dentre os 20 indicadores, o MEC/FNDE apresenta 28 proposições de ações de assistência técnica.

Quadro 08: Dimensão 1 - Gestão Educacional

Áreas	Indicadores
1. Gestão Democrática: Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino	1. Existência de Conselhos Escolares (CE)
	2. Existência, composição e atuação do Conselho Estadual de Educação.
	3. Composição e atuação do Conselho de Alimentação Escolar – CAE
	4. Existência de Projeto Pedagógico (PP) nas escolas e grau de participação dos professores e do CE na elaboração dos mesmos; de orientação da SEE, e de consideração das especificidades de cada escola.
	5. Critérios para escolha da Direção Escolar
	6. Existência, acompanhamento e avaliação do Plano Estadual de Educação (PEE), desenvolvido com base no Plano Nacional de Educação – PNE.
	7. Plano de Carreira para o magistério
	8. Estágio probatório efetivando os professores e outros profissionais da educação.
	9. Plano de Carreira dos Profissionais de serviço e apoio escolar
2. Desenvolvimento da Educação Básica: ações que visem a sua universalização, a melhoria das condições de qualidade da educação, assegurando a equidade nas condições de acesso e permanência e conclusão na	1. Implantação e Organização do ensino fundamental de 09 anos
	2. Existência de atividades no contra turno
	3. Divulgação e Análise dos resultados das avaliações oficiais do MEC

idade adequada.	
3. Comunicação com a Sociedade	1. Existência de parcerias externas para realização de atividades complementares
	2. Existência de parcerias externas para execução/adoção de metodologias específicas
	3. Relação com a comunidade/ Promoção de atividades e utilização da escola como espaço comunitário
	4. Utilização de espaços e equipamentos públicos pela comunidade escolar
4. Suficiência e estabilidade da equipe escolar	1. Quantidade de professores suficiente
	2. Cálculo anual/semestral do número de remoções e substituições de professores
5. Gestão de Finanças	1. Cumprimento do dispositivo constitucional de vinculação dos recursos da educação.
	2. Aplicação dos recursos de redistribuição e complementação do FUNDEB.
Total de Indicadores da Dimensão	20

Fonte: SIMEC.

A partir dos indicadores apontados no PAR, verifica-se que o município planejou 19 subações de responsabilidade do município e 10 subações de responsabilidade do MEC que deveria ser realizada no prazo de 04 anos (2008-2011), todas as subações estão demonstradas no quadro abaixo:

Quadro 09: Panorama geral de subações planejadas na dimensão 01 do PAR de São Sebastião da Boa Vista

SUBAÇÕES A SEREM EXECUTADAS PELO GOVERNO MUNICIPAL (SÍNTESE DO PAR)	SUBAÇÕES A SEREM EXECUTADAS PELO GOVERNO FEDERAL
1. Qualificar conselheiros municipais de educação. 2. Qualificar conselheiros que serão os multiplicadores da formação de conselheiros municipais de educação. 3. Executar as ações do PDE Escola. 4. Promover a implantação do PDE Escola nas escolas da rede. 5. Qualificar as equipes escolares da rede para a elaboração e implementação do PP. 6. Elaborar e divulgar documentos com os critérios de escolha de diretores escolares. 7. Qualificar os diretores das escolas em curso de aperfeiçoamento. 8. Estabelecer parceria para implementar o Programa Rádio Escola. 9. Estabelecer parcerias com a comunidade e com as entidades públicas e/ou privadas para	1. - Capacitar 5 conselheiro(s), para formação dos demais conselheiros municipais, pelo Programa Formação pela Escola, módulo do PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar. 2. - Capacitar 2 professor(es), para desenvolver e implementar o Projeto Político Pedagógico, pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica - Aperfeiçoamento - Currículo e Avaliação. 3. - Disponibilizar 1 kit(s) de material para capacitação da equipe da secretaria municipal de educação para o desenvolvimento de ações voltadas para a diversidade e os direitos humanos, pela

<p>oferecimento de atividades no turno complementar.</p> <ol style="list-style-type: none"> 10. Implementar o atendimento aos alunos com dificuldades de aprendizagem, com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento ou altas habilidades/ superdotação. 11. Oferecer a formação de Com-Vida - Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida e implementar a Agenda 21 nas escolas. 12. Oferecer formação para a equipe escolar para implementar as atividades de turno complementar por meio do Programa Mais Educação. 13. Oferecer formação para os gestores municipais (prefeitos e/ou dirigentes municipais de educação) para implementarem as atividades no turno complementar por meio do Programa Mais Educação. 14. Analisar e discutir os resultados das avaliações oficiais do MEC. 15. Elaborar e implantar plano de divulgação dos resultados das avaliações educacionais do MEC a toda a comunidade 16. Divulgar os resultados das parcerias por meio de materiais institucionais voltados para as ações de interação escola/comunidade (jornais, informativos, boletins etc.). 17. Instituir um grupo permanente, responsável pela orientação e análise de possibilidades de parcerias com instituições locais, nacionais e internacionais. 18. Monitorar a utilização de espaços e a execução das atividades desenvolvidas por meio de parcerias. de 19. Divulgar semestralmente para o Conselho Municipal de Educação (quando houver), Conselho do Fundeb a vinculação de recursos da educação para a comunidade o percentual aplicado na educação do município. 	<p>SECAD - Direitos Humanos.</p> <ol style="list-style-type: none"> 4. - Capacitar 4 servidor(es) da SME em metodologia de planejamento na escola, pelo Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE-Escola. 5. - Disponibilizar recursos financeiros para 1 unidade(s) escolar(es), para aplicação em projetos decorrentes do Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE-Escola. 6. - Capacitar 2 conselheiro(s), para formação dos demais conselheiros municipais, pelo Pró-Conselho - Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação. 7. - Capacitar 10 diretor(es) em curso de aperfeiçoamento, pelo Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica - Aperfeiçoamento - Diretores Escolares. 8. - Construir juntamente com a SME 1 documento(s) com propostas de reordenamento de rede, pelo Programa Microplanejamento Educacional. 9. - Atender 8 unidade(s) escolar(es) pelo Programa Com-vida (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola). 10.- Capacitar 1 gestor(es) municipal(is) pelo Pradime - Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação.
---	--

FONTE: SIMEC- PAR DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA (2008-2011)

Diante dos indicadores apresentados na gestão educacional, o município de São Sebastião da Boa Vista priorizou o total de 34 subações sendo que 19 são subações que o município possui responsabilidade em executar e 15 subações de responsabilidade do MEC. De modo geral, as subações escolhidas abordam aspectos relacionados à gestão, à formação de gestores e de conselheiros, ao planejamento educacional e à implantação de programas, tais como: Mais educação, PDE escola entre outros. Podemos observar, por meio das subações, que uma das principais necessidades do Município revela-se através da necessidade de formação para os gestores entre eles coordenadores, diretores e bem como para os conselheiros sejam eles do Conselho Municipal de Educação ou

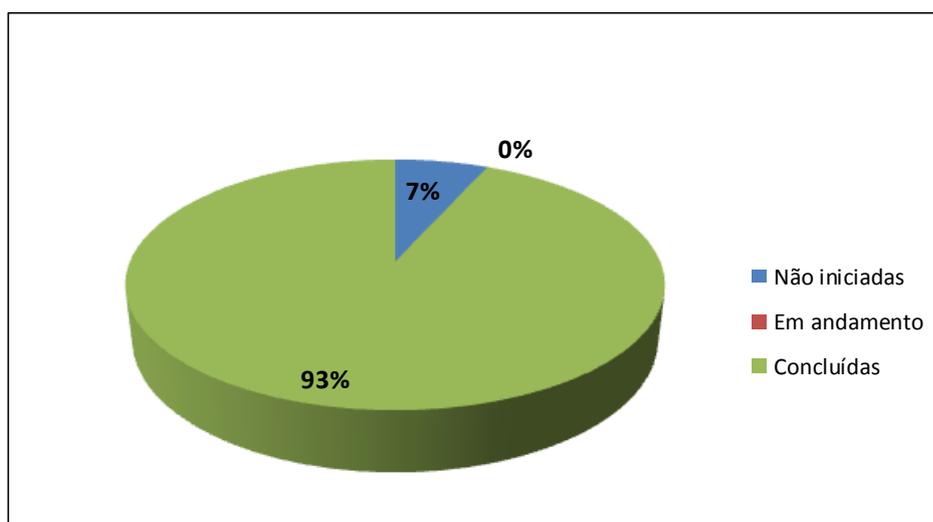
do FUNDEB o que nos mostra a cruel realidade da gestão, tendo em vista que, quem assume o cargo de gestor, não possui domínio das ferramentas de gestão, de prestação de contas e muito menos de planejamento. Para melhor visualizar esta realidade, apontamos abaixo por meio de quadro10 e gráficos 07 e 08 a situação da dimensão.

Quadro 10: Quantitativo de subações distribuídos na dimensão 01

Total de subações de responsabilidade do município	19
Total de subação de responsabilidade do MEC/FNDE	10
Total de subações	29

FONTE: SIMEC- PAR DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA (2008-2011)

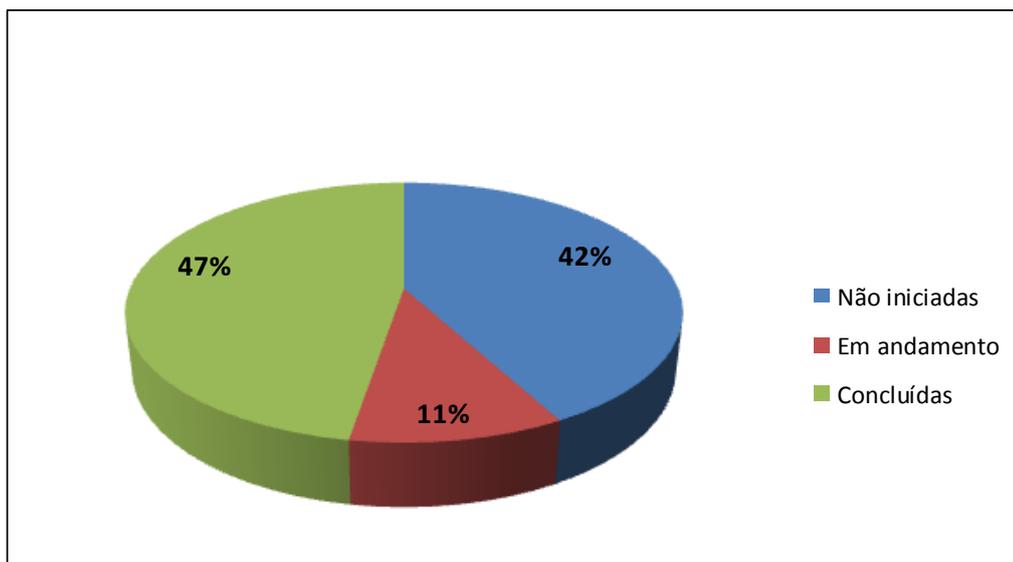
Gráfico 07: Subações da dimensão 01 sob responsabilidade do município de São Sebastião da Boa Vista - PA.



FONTE: SIMEC- PAR DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA (2008-2011)

Ao analisar a execução das subações da dimensão 01 sob responsabilidade do Município, ficou claro que a equipe municipal teve um bom desempenho na realização das subações atingindo um percentual de 90%, o que demonstra, em certa medida, que município percebeu a importância dos aspectos relacionados à elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico, a melhoria do Conselho Municipal de Educação e a formação dos profissionais que trabalham com a gestão.

Gráfico 08: Subações da dimensão 01 sob responsabilidade do MEC



FONTE: SIMEC- PAR DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA (2008-2011)

Já as ações de responsabilidade do MEC não foram todas concluídas, atingindo um percentual de conclusão de 47%, além de 42% de subações não iniciadas e 11% de subações em andamento. Conforme gráfico acima.

É válido destacar que, essas informações referentes ao planejamento e execução das subações nas quatro dimensões que o PAR apresenta, são frutos de coleta feita dentro do PAR de São Sebastião da Boa vista. Após a elaboração do PAR em 2007-2008, já no ano de 2009 o Município entrou na fase de monitoramento, no qual indicava dentro do SIMEC, se a subação tinha sido realizada, se estava em andamento ou se não tinha sido iniciada. A partir dessa caracterização das fases de execução das subações, o próprio SIMEC gerava o percentual do monitoramento do PAR (ver documento do monitoramento do PAR, em anexo). Dessa forma, coletamos os dados de todo monitoramento de cada subação presente no PAR do município e sintetizamos todas as subações sendo de responsabilidade do município e ou do MEC em quadros que estão divididos de acordo com as dimensões presentes no PAR, para demonstrar o que está presente no Plano.

E a partir desse apanhado geral de subações e com os dados coletados no monitoramento, sistematizamos os resultados obtidos que estão dispostos na apresentação dos gráficos e quadros presentes nesta e nas demais subseções.

3.3.3 Formação de Professores e dos Profissionais de Serviço e Apoio Escolar

A dimensão 2 apresenta 10 indicadores e 05 questões pontuais (ver anexo), predominantemente as subações fazem referência à formação de professores e funcionários. No entanto, inicialmente, os indicadores apresentam subações que solicitam a elaboração de um plano de formação, ou seja, para que o MEC destine vagas ao município em seus cursos de formação inicial e continuada, a SME precisará fornecer o nome de cada profissional e sua formação, para que o Ministério possa organizar as turmas.

Quadro 11: Dimensão 2- Formação de Professores e dos Profissionais de serviço e apoio escolar e Condições de trabalho

Áreas	Indicadores
1. Formação inicial de Professores da Educação Básica.	1. Qualificação dos professores que atuam nas creches
	2. Qualificação dos professores que atuam na pré-escola
	3. Qualificação dos professores que atuam nas séries iniciais do ensino fundamental
	4. Qualificação dos professores que atuam nos anos/séries finais do ensino fundamental
2. Formação Continuada de Professores da Educação Básica	1. Existência e implementação de políticas para a formação continuada de professores que atuam na Educação Infantil.
	2. Existência e implementação de políticas para a formação continuada de professores, que visem a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental.
	3. Existência e implementação de políticas para a formação continuada de professores, que visem a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries finais do ensino fundamental.
3. Formação de Professores da Educação Básica para atuação em educação especial, escolas do campo, comunidades Quilombolas ou Indígenas.	1. Qualificação dos professores que atuam em educação especial, escolas do campo, comunidades quilombolas ou indígenas.
4. Formação inicial e continuada de professores da Educação Básica para cumprimento da Lei 10.639/03	1. Existência e implementação de políticas para a formação inicial e continuada de professores, que visem a implementação da Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003.
5. Formação do Profissional de Serviços e apoio Escolar	1. Grau de participação dos profissionais de serviços e apoio escolar em programas de qualificação específicos.
Total de Indicadores da Dimensão	10

FONTE: SIMEC.

De acordo como os indicadores presentes no PAR, constatou-se que o Município planejou 43 subações sob sua responsabilidade e 41 subações de responsabilidade do MEC que para serem realizadas no período de 04 anos (2008-2011), no quadro abaixo estão dispostas todas as subações referente à dimensão de Formação de Professores e dos Profissionais de serviço e apoio escolar e condições de trabalho.

Quadro 12: Panorama geral de subações planejadas na dimensão 02 do PAR de São Sebastião da Boa Vista

SUBAÇÕES A SEREM EXECUTADAS PELO GOVERNO MUNICIPAL (SÍNTESE DO PAR)	SUBAÇÕES A SEREM EXECUTADAS PELO GOVERNO FEDERAL
<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar um plano de formação dos professores que atuam nos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental, contendo nome do profissional, formação que possui e formação desejada. 2. Oferecer curso de formação inicial em nível médio, modalidade Normal/ Magistério para séries iniciais, para os professores que não possuem habilitação específica para atuar nos anos/ séries iniciais do Ensino Fundamental, inclusive na EJA, que demandem esse nível de formação. 3. Oferecer curso de formação inicial em nível superior para os professores que atuam nos anos/ séries iniciais do Ensino Fundamental, que demandem esse tipo de formação. 4. Elaborar um plano de formação continuada dos professores que atuam na Educação Infantil, contendo nome do profissional e demanda específica por formação. 5. Oferecer curso de formação continuada (aperfeiçoamento) para os professores que atuam na Educação Infantil. 6. Oferecer curso de formação continuada para os professores que atuam na Educação Infantil em temas da diversidade. 7. Oportunizar a discussão dos conceitos e conteúdos trabalhados no processo de formação dos professores e sua transposição para o espaço escolar. 8. Preparar concurso público para contratação de profissionais (pelo menos com a formação mínima exigida em Lei) para atendimento de novas demandas. 9. Oferecer curso de formação continuada (Aperfeiçoamento - demais componentes curriculares) para os professores que atuam nos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental. 10. Oferecer curso de formação continuada (Aperfeiçoamento em Alfabetização e 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Capacitar 3 professor(es) dos anos/séries finais do ensino fundamental, em curso de especialização na área de Alfabetização e Linguagem, pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica - Especialização - Alfabetização e Linguagem . 2. - Capacitar 10 professor(es) dos anos/séries finais do ensino fundamental, em curso de aperfeiçoamento na área de Artes e Educação Física, pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica - Aperfeiçoamento em Artes e Educação Física . 3. - Capacitar 10 professor(es) dos anos/séries finais do ensino fundamental, em curso de aperfeiçoamento na área de ensino de Ciências Humanas e Sociais, pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica - Aperfeiçoamento em Ciências Humanas e Sociais 4. - Capacitar 5 professor(es) dos anos/séries finais do ensino fundamental, em curso de aperfeiçoamento na área de Educação Matemática e Científica, pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica - Aperfeiçoamento - Educação Matemática e Científica. 5. - Capacitar 20 professor(es) dos anos/séries finais do ensino fundamental, em curso de aperfeiçoamento na área de Alfabetização e Linguagem, pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica - Aperfeiçoamento em Alfabetização e Linguagem . 6. - Capacitar 20 professor(es) dos anos/séries finais do ensino fundamental, em curso de formação continuada em Matemática e Língua Portuguesa, pelo Gestar II - Programa de Gestão e Aprendizagem

<p>Letramento e Educação Matemática) para os professores que atuam nos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental.</p> <ol style="list-style-type: none"> 11. Oferecer curso de formação continuada (Aperfeiçoamento) em Educação em Direitos Humanos para os professores que atuam nos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental. 12. Oferecer curso de formação continuada (Aperfeiçoamento em Matemática e Língua Portuguesa) para os professores que atuam nos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental. 13. Oferecer curso de formação continuada (Aperfeiçoamento) para os professores que atuam com crianças de 6 anos - Ampliação do EF para 9 Anos. 14. Oferecer curso de formação continuada em Educação Integral e Integrada para os professores que atuam nos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental. 15. Oferecer curso de formação continuada em Relações Étnico-Raciais para os professores que atuam nos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental. 16. Oferecer curso de formação continuada (Especialização em Alfabetização e Letramento) para os professores que atuam nos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental. 17. Oferecer curso de formação continuada (Especialização) para os professores que atuam nos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental. 18. Oferecer curso de formação continuada (opções metodológicas para o processo de alfabetização) para os professores que atuam na 1ª e na 2ª anos/séries do Ensino Fundamental. 19. Oferecer curso de formação continuada para os professores que atuam nos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental em temas da diversidade e direitos humanos. 20. Oportunizar a discussão dos conceitos e conteúdos trabalhados no processo de formação dos professores e sua transposição para o espaço escolar. 21. Oferecer curso de formação continuada (Aperfeiçoamento) em Educação Ambiental para professores e gestores da educação que atuam nos anos/séries finais do Ensino Fundamental. 22. Oferecer curso de formação continuada (Aperfeiçoamento) em Educação Integral e Integrada para os professores que atuam nos anos/séries finais do Ensino Fundamental. 23. Oferecer curso de formação continuada (Aperfeiçoamento) em Gênero e 	<p>Escolar .</p> <ol style="list-style-type: none"> 7. - Capacitar 5 professor(es) dos anos/séries finais do ensino fundamental, em curso de formação continuada em temas da diversidade, pela SECAD - Formação para Diversidade - Educação Integral e Integrada . 8. - Capacitar 5 professor(es) dos anos/séries finais do ensino fundamental, em curso de formação continuada em temas da diversidade, pela SECAD - Formação para Diversidade - Gênero e Diversidade . 9. - Capacitar 5 professor(es) dos anos/séries finais do ensino fundamental, em curso de formação continuada em temas da diversidade, pela SECAD - Formação para Diversidade - Educação Ambiental. 10. - Capacitar 12 professor(es) dos anos/séries iniciais do ensino fundamental, em curso de formação continuada, pelo SECAD - Formação para Diversidade - Formação Continuada . 11. - Capacitar 10 professor(es) dos anos/séries iniciais do ensino fundamental, em curso de formação continuada em temas da diversidade, pela SECAD - Formação para Diversidade - Educação das Relações Étnico-raciais. 12. - Capacitar 30 professor(es) dos anos/séries iniciais do ensino fundamental, em curso de formação continuada em temas da diversidade, pela SECAD - Formação para Diversidade - Direitos Humanos. 13. - Capacitar 30 professor(es) dos anos/séries iniciais do ensino fundamental, em curso de formação continuada em temas da diversidade, pela SECAD - Formação para Diversidade - Educação Integral e Integrada. 14. - Capacitar 10 professor(es) dos anos/séries iniciais do ensino fundamental, em curso de formação continuada em temas da diversidade, pela SECAD - Formação para Diversidade - Gênero e Diversidade . 15. - Capacitar 4 professor(es) dos anos/séries iniciais do ensino fundamental, em curso de especialização em Alfabetização e Letramento, pela UAB - Universidade Aberta do Brasil - Especialização em Alfabetização e Letramento . 16. - Capacitar 4 professor(es) dos anos/séries iniciais do ensino fundamental, em curso de especialização para professores que atuam nos anos iniciais, pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica - Especialização - Professores Anos Iniciais do Ensino Fundamental . 17. - Capacitar 10 professor(es) dos anos/séries iniciais do ensino fundamental, em curso de formação continuada nos demais
---	---

<p>Diversidade para os professores que atuam nos anos/séries finais do Ensino Fundamental.</p> <p>24. Oferecer curso de formação continuada (Aperfeiçoamento em Matemática e Língua Portuguesa) para os professores que atuam nos anos/séries finais do Ensino Fundamental.</p> <p>25. Oferecer curso de formação continuada (Aperfeiçoamento na área de Alfabetização e Linguagem) para os professores que atuam nos anos/séries finais do Ensino fundamental</p> <p>26. Oferecer curso de formação continuada (Aperfeiçoamento na área de Artes e Educação Física) para os professores que atuam nos anos/séries finais do Ensino Fundamental.</p> <p>27. Oferecer curso de formação continuada (Aperfeiçoamento na área de Educação Matemática e Científica) para os professores que atuam nos anos/séries finais do Ensino Fundamental.</p> <p>28. Oferecer curso de formação continuada (Aperfeiçoamento na área de Ensino de Ciências Humanas e Sociais) para os professores que atuam nos anos/séries finais do Ensino Fundamental.</p> <p>29. Oferecer curso de formação continuada (Especialização na área de Artes e Educação Física) para os professores que atuam nos anos/séries finais do Ensino Fundamental.</p> <p>30. Oferecer curso de formação continuada (Especialização na área de Ensino de Ciências Humanas e Sociais) para os professores que atuam nos anos/séries finais do Ensino Fundamental.</p> <p>31. Capacitar técnicos da SME que serão os multiplicadores da formação dos professores e que acompanharão a implementação da Escola Ativa nas escolas multisseriadas do campo.</p> <p>32. Oferecer curso de formação continuada (Aperfeiçoamento) para os professores que atuam na educação especial, nas escolas do campo, nas comunidades quilombolas e nas comunidades indígenas.</p> <p>33. Oferecer curso de formação continuada para os professores que trabalham nas escolas do campo.</p> <p>34. Oferecer curso presencial de formação continuada para os professores que trabalham na educação especial.</p> <p>35. Oportunizar a discussão dos conceitos e conteúdos trabalhados no processo de formação dos professores e sua transposição para o espaço escolar.</p> <p>36. Qualificar os professores que atuam em educação especial, em escolas do campo,</p>	<p>componentes curriculares, pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica - Aperfeiçoamento - Demais Componentes Curriculares.</p> <p>18. - Capacitar 14 professor(es) dos anos/séries iniciais do ensino fundamental, em curso de formação em Alfabetização e Letramento e Educação Matemática, pelo Pró-Letramento - Programa de Formação Continuada de Professores das séries Iniciais do Ensino Fundamental .</p> <p>19. - Capacitar 14 professor(es) dos anos/séries iniciais do ensino fundamental, em curso de formação continuada em Matemática e Língua Portuguesa, pelo Gestar I - Programa de Gestão e Aprendizagem Escolar .</p> <p>20. - Capacitar 14 professor(es) dos anos/séries iniciais do ensino fundamental, em curso de formação continuada em opções metodológicas para o processo de alfabetização, pelo Praler - Programa de Apoio à Leitura e à Escrita .</p> <p>21. - Capacitar 14 professor(es) dos anos/séries iniciais do ensino fundamental, em curso de formação continuada em Alfabetização e Letramento e Educação Matemática, pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica - Aperfeiçoamento em Alfabetização e Letramento e Educação Matemática.</p> <p>22. - Capacitar 14 professor(es) dos anos/séries iniciais do ensino fundamental, em curso de formação continuada para professores que atuam com crianças de 6 anos pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica - Aperfeiçoamento - Professores Anos Iniciais do Ensino Fundamental .</p> <p>23. - Capacitar 75 professor(es) que trabalham nas escolas do campo, pela SECAD - Campo.</p> <p>24. Habilitar 13 professor(es) que atuam nos anos/séries iniciais do ensino fundamental, em nível médio, modalidade Normal, pelo Proformação - Programa de Formação de Professores em Exercício.</p> <p>25. - Capacitar 30 professor(es) em curso de formação continuada, pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica - Aperfeiçoamento - Professores Educação Infantil.</p> <p>26. - Capacitar 53 professor(es) que atuam na Educação Infantil em temas da diversidade pela SECAD - Formação para Diversidade - Formação Continuada.</p> <p>27. - Disponibilizar 1 kit(s) de material para capacitação de professores, específico da Educação no Campo, pela SECAD - Campo.</p>
---	---

<p>em comunidades quilombolas e em comunidades indígenas, em cursos implementados pela SME.</p> <p>37. Implantar um plano de aquisição de materiais e equipamentos pedagógicos de suporte ao processo didático de implantação da Lei 10.639/03.</p> <p>38. Oferecer curso a distância de formação continuada para os professores da rede em História e Cultura Afro-brasileira e Africana.</p> <p>39. Oferecer curso presencial de formação continuada para os professores da rede em História e Cultura Afro-brasileira e Africana.</p> <p>40. Oferecer curso de formação para os profissionais de serviço e apoio escolar das escolas da rede em programas de qualificação voltados para alimentação escolar.</p> <p>41. Oferecer curso de formação para os profissionais de serviço e apoio escolar das escolas da rede em programas de qualificação voltados para gestão escolar.</p> <p>42. Oferecer curso de formação para os profissionais de serviço e apoio escolar das escolas da rede em programas de qualificação voltados para meio ambiente e manutenção de infraestrutura escolar.</p> <p>43. Oferecer curso de formação para os profissionais de serviço e apoio escolar das escolas da rede em programas de qualificação voltados para multimeios didáticos</p>	<p>28. - Capacitar 3 professor(es) dos anos/séries finais do ensino fundamental, em curso de especialização na área de Educação Matemática e Científica, pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica - Especialização - Educação Matemática e Científica. .</p> <p>29. - Capacitar 2 professor(es) dos anos/séries finais do ensino fundamental, em curso de especialização em temas da diversidade, pela SECAD - Formação para Diversidade - Especialização.</p> <p>30. - Capacitar 3 professor(es) dos anos/séries finais do ensino fundamental, em curso de especialização na área de Artes e Educação Física, pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica - Especialização na Área de Artes e Educação Física.</p> <p>31. - Capacitar 3 professor(es) dos anos/séries finais do ensino fundamental, em curso de especialização na área de Artes e Educação Física, pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica - Especialização na Área de Artes e Educação Física.</p> <p>32. - Capacitar 3 professor(es) dos anos/séries finais do ensino fundamental, em curso de especialização na área de Ciências Humanas e Sociais, pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica - Especialização - Ciências Humanas e Sociais .</p> <p>33. - Disponibilizar 60 kit(s) de material para suporte ao processo didático de implantação da Lei 10.639/03, pela SECAD - Formação para Diversidade - Educação das Relações Étnico-raciais.</p> <p>34. - Capacitar 60 professor(es) em História e Cultura Afro-brasileira e Africana, pela SECAD - Formação para Diversidade - Educação das Relações Étnico-raciais.</p> <p>35. - Qualificar 100 funcionário(s) de serviço e apoio escolar, pelo Profucionário - Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação (Meio Ambiente e Manutenção e Infra-estrutura Escolar) .</p> <p>36. - Qualificar 100 funcionário(s) de serviço e apoio escolar, pelo Profucionário - Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação (Alimentação Escolar).</p> <p>37. - Qualificar 50 funcionário(s) de serviço e apoio escolar, pelo Profucionário - Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação (Multimeios Didáticos).</p> <p>38. - Qualificar 50 funcionário(s) de serviço e apoio escolar, pelo Profucionário - Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação (Gestão Escolar).</p> <p>39. - Capacitar 16 professor(es) em curso</p>
--	--

	<p>presencial, pela SEESP - Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade.</p> <p>40. - Capacitar 3 servidor(es) da SME para formação dos professores no Programa Escola Ativa.</p> <p>41. - Habilitar 101 professor(es) que atuam nos anos/séries iniciais do ensino fundamental, em nível superior, Pedagogia, pela UAB - Universidade Aberta do Brasil - Licenciatura em Pedagogia.</p>
--	---

FONTE: SIMEC- PAR DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA (2008-2011)

Ao analisar a dimensão 02, podemos observar que o Município planejou 48 subações sobre sua responsabilidade e demandou do MEC 41 subações, totalizando 89 subações que estão presentes no seu PAR que, em sua maioria, estão relacionadas à formação inicial e continuada por meio de cursos de aperfeiçoamento e especialização dos professores da rede, sendo que a demanda para as formações estão distribuídas em diversas áreas tais como Educação Física, - Alfabetização e Linguagem, Educação Matemática, Língua Portuguesa, Educação das Relações Étnico-raciais entre outros, podemos afirmar que está foi a dimensão que apresentou um maior número de subações planejadas e que demonstrou ser a maior fragilidade do município, como podemos observar, por meio das subações, a necessidade de formação para os profissionais da educação.

Essa situação está presente em todo estado do Pará como alerta Monteiro e Costa (2006), tendo em vista que o processo de universalização da formação de professores, no Pará, parte da compreensão de que é preciso elevar o nível e melhorar esta formação para garantir o sucesso escolar dos alunos paraenses

Sendo assim os Cursos realizados, no Estado, por meio de convênios firmados entre Secretarias de Educação (municipal/estadual) e instituições formadoras (universidades) caracterizam-se, em geral, como cursos rápidos; de curta duração; realizados com uma carga horária de aula diária intensiva e desumana; propagadores de conteúdos simplistas; com disciplinas reduzidas e trabalhadas de forma fragmentadas; ofertados nas férias escolares dos professores; contabilizando um determinado tempo do exercício profissional do professor como carga horária do curso, cujo formato curricular tende a evidenciar uma qualidade duvidosa em termos de formação, aligeirando-a ao priorizar a certificação docente em detrimento da qualidade. (MONTEIRO E COSTA, 2006).

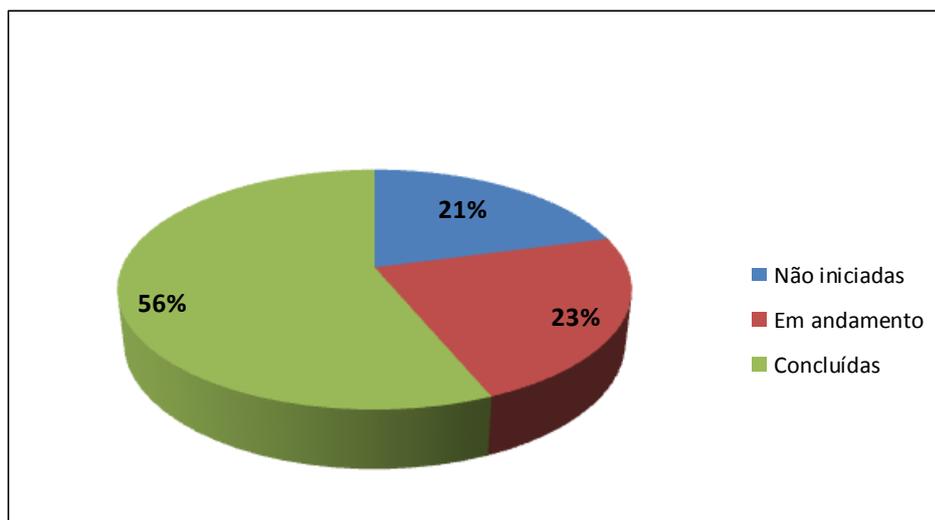
Para melhor visualizar esta realidade, apontamos abaixo, no quadro 13 e nos gráficos 09 e 10 a situação da dimensão.

Quadro 13: Quantitativo de subações distribuído na dimensão 02.

Total de subações de responsabilidade do município	43
Total de subação de responsabilidade do MEC/FNDE	41
Total de subações	84

FONTE: SIMEC- PAR DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA (2008-2011)

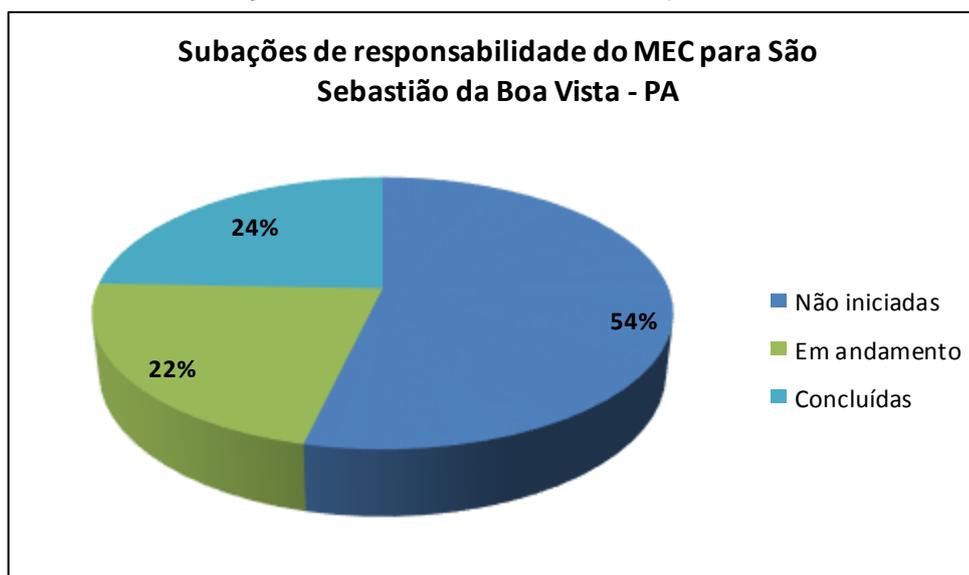
Gráfico 09: Subações da dimensão 02 sob responsabilidade do município de São Sebastião da Boa Vista - PA.



FONTE: SIMEC- PAR DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA (2008-2011)

A execução das subações da dimensão 02, sob responsabilidade do Município, apresentou um bom rendimento atingindo um percentual de execução de 56% em relação ao total de subações, é bem verdade que 21% das subações não foram iniciadas e 23% estavam em andamento, mesmo assim frente as dificuldades de formação inicial dos profissionais de educação no estado do Pará, avaliamos que foi de fundamental importância o diagnóstico feito por meio da elaboração de Planos de formação inicial e continuada dos professores que atuam na rede, contendo nome do profissional e demanda específica por formação. Desta forma, o Município visualizou a situação referente à formação de seus professores, bem como é válido lembrar que a parceria do MEC foi fundamental à execução do quantitativo de formação solicitado via PAR, que foi atendida via PARFOR e a UAB.

Gráfico 10: Subações da dimensão 02 sob responsabilidade do MEC



FONTE: SIMEC- PAR DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA (2008-2011)

As subações de responsabilidade do MEC tiveram aproveitamento razoável, tendo em vista que 24% apresentaram um baixo percentual de execução, no entanto, só observamos 22 % de ações em andamento, pois a maioria das formações solicitadas foi de cursos de especializações e formação inicial o que demanda tempo para concluir.

3.3.4 Práticas Pedagógicas e Avaliação

Esta dimensão apresenta 08 indicadores e 04 questões pontuais (ver anexo), e aborda assuntos referentes às práticas pedagógicas e avaliação, no entanto, cabe considerar que o MEC/FNDE apresenta poucos programas relacionados diretamente aos temas dos indicadores propostos. Assim, diferentemente das demais dimensões, esta apresenta apenas 15 proposições de assistência técnica do MEC/FNDE.

Quadro 14: Dimensão 3 - Práticas Pedagógicas e Avaliação

Áreas	Indicadores
1. Elaboração e Organização das práticas pedagógicas	1. Presença de coordenadores ou supervisores pedagógicos nas escolas

	2. Reuniões pedagógicas e horários de trabalhos pedagógicos, para discussão dos conteúdos e metodologias de ensino.
	3. Estímulo às práticas pedagógicas fora do espaço escolar
	4. Existência de programas de incentivo à leitura, para o professor e o aluno.
2. Avaliação da aprendizagem dos alunos e tempo para assistência individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem.	1. Formas de avaliação da aprendizagem dos alunos
	2. Utilização do tempo para assistência individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem.
	3. Formas de registro da frequência
	4. Política específica de correção de fluxo
Total de Indicadores da Dimensão	08

Os indicadores presentes na dimensão 03 do PAR, são frutos do planejamento do município de São Sebastião da Boa Vista que planejou 12 subações sob sua responsabilidade e 3 subações de responsabilidade do MEC para serem realizadas no período 2008-2011. No quadro abaixo, estão dispostas todas as subações referente à dimensão de Práticas Pedagógicas e Avaliação

Quadro 15: Panorama geral de subações planejadas na dimensão 03 do PAR de São Sebastião da Boa Vista

SUBAÇÕES A SEREM EXECUTADAS PELO GOVERNO MUNICIPAL (SÍNTESE DO PAR)	SUBAÇÕES A SEREM EXECUTADAS PELO GOVERNO FEDERAL
<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar e implementar um plano de coordenação e supervisão da rede escolar. 2. Oferecer cursos de formação para os coordenadores e/ou supervisores pedagógicos. 3. Implantar programas de incentivo à leitura, em especial, apoio pedagógico às escolas do campo que atendem a Educação Infantil e os anos iniciais do EF (classes multisseriadas). 4. Incluir como componente da política educacional, a ser considerado no PP das escolas da rede, programas de estímulo à leitura. 5. Monitorar os programas de incentivo à leitura implementados nas escolas da rede de ensino. 6. Orientar as escolas a incluírem a auto avaliação alunos no PP. 7. Qualificar profissionais da rede nas áreas de currículo e avaliação. 8. Subsidiar as escolas na organização do 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Atender 500 aluno(s) do ensino fundamental, em programa específico de correção de fluxo escolar, por meio de tecnologia pré-qualificada no Guia de Tecnologias Educacionais. 2. - Capacitar 30 professor(es) para função de supervisão e/ou coordenação pedagógica, pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica - Aperfeiçoamento - Coordenadores e Supervisores Pedagógicos . 3. - Capacitar 8 professor(es) em curso de formação continuada, nas áreas de currículo e avaliação, pela Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica - Aperfeiçoamento - Currículo e Avaliação.

currículo de forma interdisciplinar.	
9. Definir e implementar políticas para correção de fluxo.	
10. Desenvolver atividades para reverter a situação de fracasso escolar por meio de programa de correção de fluxo escolar.	
11. Oferecer subsídios técnicos para as escolas e qualificar professores e outros profissionais da educação para desenvolverem atividades de prevenção da distorção idade-série.	
12. Orientar as escolas a incluírem no PP atividades para superação das dificuldades de aprendizagem	

Nessa dimensão, a equipe técnica de São Sebastião da Boa Vista, partindo do diagnóstico, elencou poucas subações, tendo em vista que podemos observar que, por falta de formação dos profissionais da educação, fica complicado para equipe elencar subações para organização das práticas pedagógicas e avaliação da aprendizagem dos alunos, com tempo para assistência individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem, pois é notório que, por falta da formação inicial, os profissionais da educação não deem importância ou até mesmo nem entendam a importância de tal dimensão.

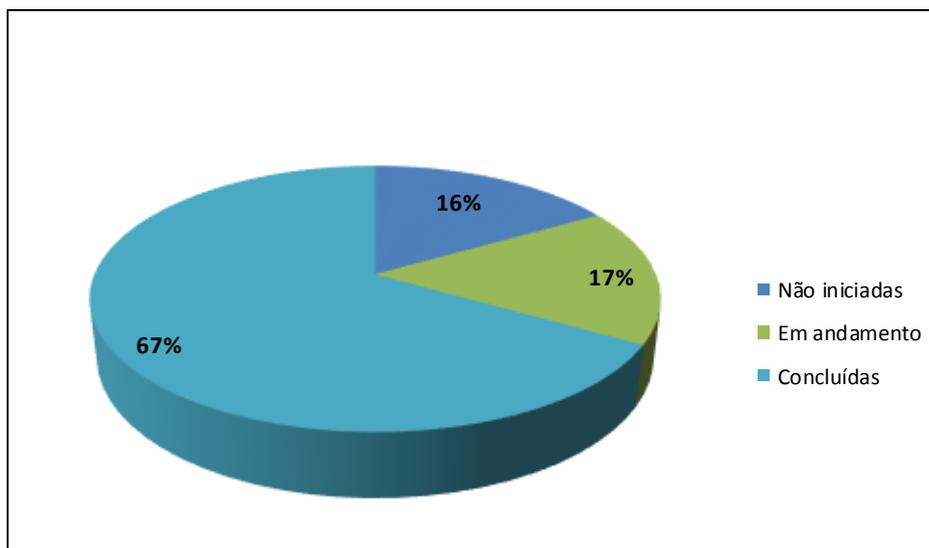
Entretanto, a maioria das subações está relacionada apenas à formação continuada de professores e coordenadores pedagógicos em assuntos relacionados a currículo, avaliação, tecnologias educacionais. Também observamos no corpo das subações de responsabilidade do Município, iniciativas que perpassam pela implementação de políticas para correção de fluxo, implantação de programas de incentivo à leitura, à organização do currículo de forma interdisciplinar. Abaixo no quadro 16 e gráficos 11 e 12 podemos observar o quantitativo de subações e a execução por ente federado.

Quadro 16: Quantitativo de subações distribuído na dimensão 03

Total de subações de responsabilidade do município	12
Total de subação de responsabilidade do MEC/FNDE	3
Total de subações	15

Fonte: SIMEC.

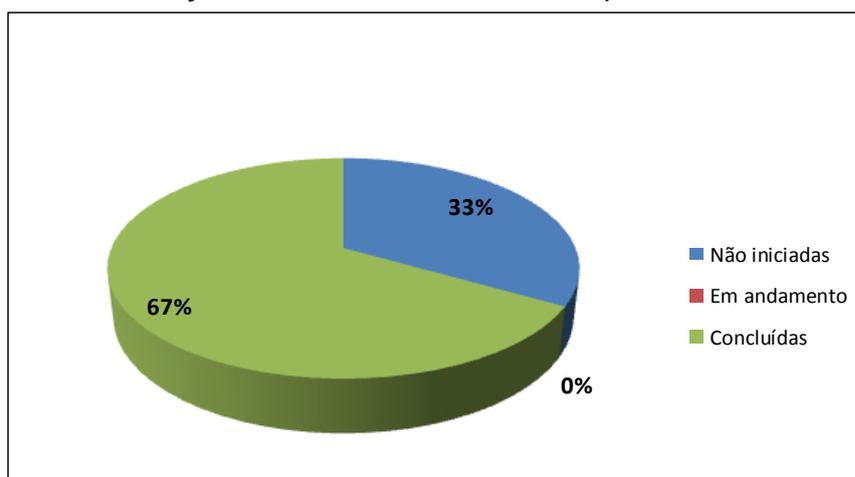
Gráfico11: Subações da dimensão 03 sob responsabilidade do município de São Sebastião da Boa Vista - PA.



FONTE: SIMEC- PAR DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA (2008-2011)

A dimensão que trata sobre Prática Pedagógica e Avaliação é a menor dimensão do PAR e, ao analisar o quantitativo de subações que foram executadas pelo Município podemos destacar um aproveitamento de 67% das subações foram concluídas, sendo que 17% das subações permaneceram em andamento e 16% não foram iniciadas.

Gráfico12: Subações da dimensão 03 sob responsabilidade do MEC



FONTE: SIMEC- PAR DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA (2008-2011)

Já as subações de responsabilidade do MEC, demonstraram um percentual de execução de 67 %, evidenciando que o município teve mais da metade da sua demanda atendida.

3.3.5 Infraestrutura física e Recursos Pedagógicos.

A Dimensão 4 aborda 14 indicadores e não existem questões pontuais para essa dimensão, relativos à infraestrutura física e recursos pedagógicos, ou seja, envolve, prioritariamente, ações e subações de conhecimento acerca da estrutura geral da rede escolar. De um modo geral, pode-se dizer que a maioria das subações que contam com assistência técnica do MEC/FNDE.

Quadro 17: Dimensão 4 - Infraestrutura física e Recursos pedagógicos

Áreas	Indicadores
1. Instalações físicas gerais	1. Biblioteca: instalações e espaço físico
	2. Existência e funcionalidade de laboratórios (informática e ciências)
	3. Existência e conservação de quadra de esportes
	4. Existência e condições de funcionamento da cozinha e refeitório
	5. Salas de aula: instalações físicas gerais e mobiliário
	6. Condições de acesso para pessoas com deficiência física
	7. Adequação, manutenção e conservação geral das instalações e equipamentos.
2. Integração e Expansão do uso de Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Pública	1. Existência de computadores ligados à rede mundial de computadores e utilização de recursos de informática para atualização de conteúdos e realização de pesquisas.
	2. Existência de recursos audiovisuais
3. Recursos Pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais	1. Suficiência e diversidade do acervo bibliográfico
	2. Existência, suficiência e diversidade de materiais pedagógicos (mapas, jogos, dicionários, brinquedos)
	3. Suficiência e diversidade de equipamentos esportivos
	4. Existência e utilização de recursos pedagógicos que considerem a diversidade racial, cultural, de pessoas com deficiência.
	5. Confecção de materiais didáticos diversos
Total de Indicadores da Dimensão	14

FONTE: SIMEC.

De acordo com os indicadores presentes no PAR, constatou-se que o Município planejou 33 subações sob sua responsabilidade e 11 subações de responsabilidade do MEC que para serem realizadas no período de 04 anos (2008-2011), no quadro abaixo estão dispostas todas as subações referente a dimensão de Infraestrutura física e Recursos pedagógicos

Quadro 18: Panorama Geral de Subações Planejadas Na Dimensão 04 do Par de São Sebastião Da Boa Vista

SUBAÇÕES A SEREM EXECUTADAS PELO GOVERNO MUNICIPAL (SÍNTESE DO PAR)	SUBAÇÕES A SEREM EXECUTADAS PELO GOVERNO FEDERAL
<ol style="list-style-type: none"> 1. Adequar ou construir e equipar as bibliotecas escolares nas escolas da rede, conforme plano elaborado. 2. Elaborar um plano plurianual de adequação e/ou construção de bibliotecas escolares adotando os padrões mínimos e considerando a acessibilidade. 3. Estimar os custos da adequação e/ou construção das bibliotecas. 4. Estimar os custos para aquisição do mobiliário e equipamentos necessários para a biblioteca de cada unidade escolar. 5. Adequar as escolas para receberem os laboratórios de Ciências. 6. Adequar as escolas para receberem os laboratórios de Informática. 7. Implantar laboratórios de Ciências nas escolas da rede. 8. Implantar laboratórios de Informática nas escolas da rede. 9. Implantar salas de Artes nas escolas da rede. 10. Implantar salas de recursos multifuncionais (para educação especial) nas escolas da rede com matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais, conforme Censo Escolar MEC/Inep. 11. Elaborar um plano plurianual de adequação e/ou construção de quadras de esportes adotando os padrões mínimos e considerando a acessibilidade. 12. Adequar e equipar as cozinhas e refeitórios das escolas da rede, conforme plano elaborado. 13. Elaborar um plano plurianual de adequação de cozinhas e refeitórios das escolas e para aquisição de mobiliário e equipamentos, adotando os padrões mínimos e considerando a acessibilidade. 14. Estimar os custos da adequação das cozinhas e refeitórios das escolas da rede. 15. Estimar os custos para aquisição dos equipamentos necessários para a cozinha e para o refeitório de cada unidade escolar. .Adequar as instalações gerais para o ensino nas escolas da rede, conforme plano elaborado. 16. Elaborar um plano plurianual de adequação das instalações gerais para o ensino e para aquisição de mobiliário e equipamentos, a partir de padrões mínimos e acessibilidade a serem adotados pela rede. 17. Estimar os custos de adequação das instalações gerais para o ensino a partir de padrões mínimos e acessibilidade a serem adotados pela rede. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantar em 3 unidade(s) escolar(es) sala(s) de recursos multifuncionais, pela SEESP - Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. 2. Disponibilizar recursos para 2 unidade(s) escolar(es) para adequação da(s) sala(s) que receberão o(s) laboratório(s) de informática, pelo Proinfo - PDDE. 3. Implantar em 2 unidade(s) escolar(es) laboratório(s) de Informática, pelo Proinfo - Programa Nacional de Tecnologia Educacional. 4. Capacitar 2 servidor(es) da SME para utilização da metodologia do LSE - Levantamento da Situação Escolar . 5. Realizar juntamente com a SME a adequação de 2 unidade(s) escolar(es) tornando-as acessíveis às pessoas com deficiência pelo SEESP - Acessibilidade. 6. Garantir para 25 unidade(s) escolar(es) fornecimento de energia elétrica, até 2011, pelo Programa Luz para Todos - MEC e MME . 7. Garantir para 25 unidade(s) escolar(es) fornecimento de água potável, até 2011, pelo Programa de Fornecimento de Água para Unidades Escolares - MEC e MS/Funasa. 8. Disponibilizar 1 kit(s) de material para subsidiar levantamento de informações, pelo Proinfo - Programa Nacional de Tecnologia

<ol style="list-style-type: none"> 18. Estimar os custos de aquisição de mobiliário e equipamentos para as instalações gerais para o ensino. 19. Adequar os espaços escolares às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas escolas da rede, conforme plano elaborado. 20. Elaborar um plano plurianual de adequação dos espaços escolares às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e para aquisição de mobiliário e equipamentos. 21. Estimar os custos da adequação dos espaços escolares às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. 22. Estimar os custos para aquisição de mobiliário e equipamentos necessários para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. 23. Estimar os custos da implementação gradativa de padrões mínimos de funcionamento para todas as escolas da rede, inclusive com fornecimento de energia elétrica e água. 24. Garantir o fornecimento de água potável para todas as escolas da rede. 25. Garantir o fornecimento de energia elétrica para todas as escolas da rede. 26. Implantar um programa de conexão para as escolas com laboratório de Informática (acesso internet). 27. Realizar levantamento das escolas, incluindo as escolas do campo, que dispõem de equipamento de informática em condições de acessar a internet. 28. Implantar salas de vídeo com materiais didáticos atualizados nas escolas da rede. 29. Qualificar os professores para operação e utilização adequada do material didático das salas de vídeo. 30. Adquirir materiais didáticos diversos (mapas, jogos, brinquedos) para as escolas da rede. 31. Adquirir materiais didáticos diversos (mapas, jogos, brinquedos) para as escolas da rede que possuem atividades no contraturno. 32. Disseminar a utilização entre professores de recursos disponibilizados na rede mundial de computadores 33. Elaborar um plano de aquisição, distribuição e reposição anual de equipamentos e materiais esportivos para as escolas da rede, que considere e valorize a diversidade racial, cultural e de pessoas com deficiência. 	<p>Educacional.</p> <p>9. Implantar em 2 unidade(s) escolar(es) programa de conexão à rede mundial de computadores, pelo Proinfo - Banda Larga nas Escolas e Gesac.</p> <p>10. Capacitar 19 professor(es)/cursista(s) para utilização do material das salas de vídeo, pelo Programa de Formação Continuada Mídias na Educação (formação continuada para o uso pedagógico das tecnologias da informação e da comunicação).</p> <p>11. Disponibilizar 45 kits de materiais didáticos diversos para unidade(s) escolar(es), pelo Kit Pedagógico - SEB</p>
--	--

A dimensão de Infraestrutura física e recursos pedagógicos é vista pelos gestores municipais como a dimensão que descentraliza recursos, tendo em vista que com o PAR, os investimentos para a educação, vêm diretamente do Governo Federal para o governo municipal, possibilitando, certa independência no que concerne aos investimentos relacionados às influências políticas,

Para Oliveira (2009), a descentralização se caracteriza enquanto função executiva que precisa ser atribuída à administração pública. No entanto, para Camini (2009) a descentralização atribuída aos municípios contribui para o aumento das atribuições, funções e encargos, porém, ocorre também descentralização dos recursos em âmbito quantitativo e qualitativo e ainda desconsidera as particularidades do Município.

No entanto, percebemos que poucas ações de responsabilidade da União foram planejadas para receber recursos como mostra o quadro 18 e os gráficos 13 e 14 abaixo.

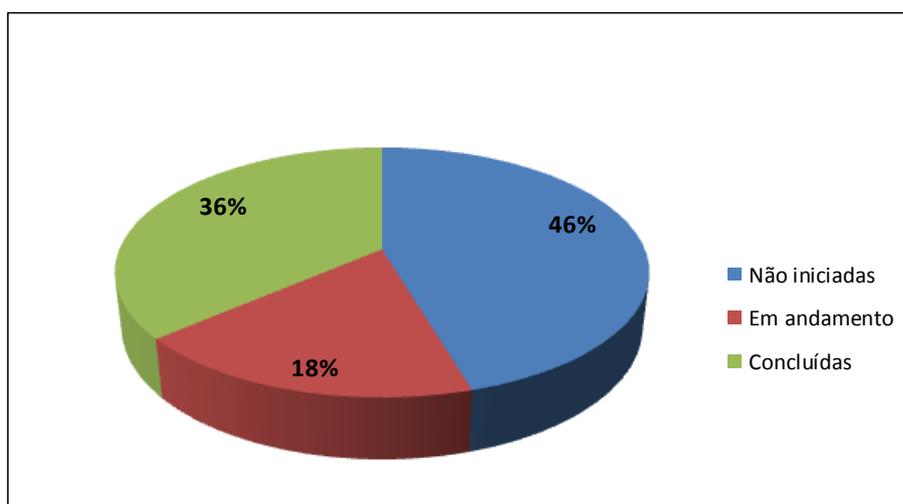
Quadro 19: Quantitativo de subações distribuídos na dimensão 04

Total de subações de responsabilidade do município	33
Total de subação de responsabilidade do MEC/FNDE	11
Total de subações	44

Fonte: SIMEC.

Essa dimensão foi a que apresentou o menor percentual de execução das subações de responsabilidade do município que ficou em torno de 36% sendo que 46% das subações não foram nem iniciadas e 18% estavam em andamento.

Gráfico 13: Subações da dimensão 04 sob responsabilidade do município de São Sebastião da Boa Vista - PA.

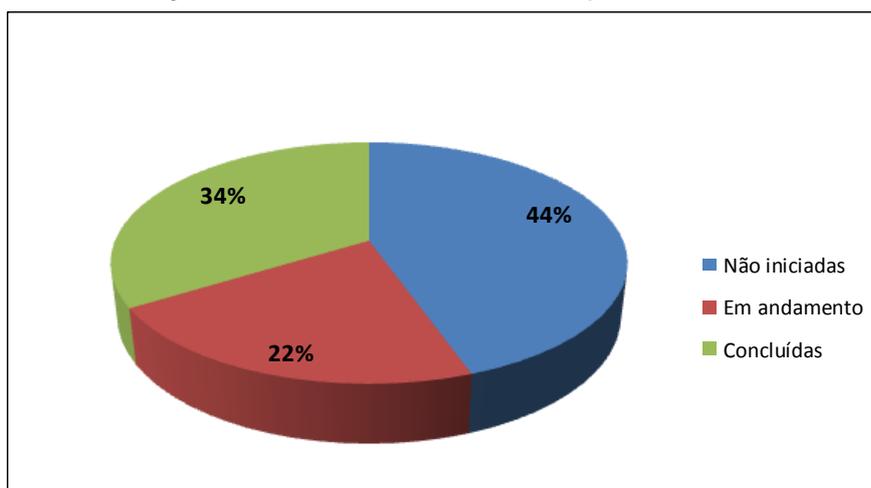


FORNTE: SIMEC- PAR DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA (2008-2011)

Esse baixo índice de execução pode ser entendido pelo fato que o Município não dispõe de recursos financeiros para realizar construções de escolas, adequação de espaços para receber os laboratórios de Ciências e Informática, tampouco a aquisição de material didático.

Entendemos que municípios pequenos como São Sebastião de ajuda do Governo Federal para realizar obras de infraestrutura o que, em certa medida, deixou o financiamento do MEC/FNDE deixou a desejar. Esse aspecto está traduzido na subações de responsabilidade do MEC que apenas 34% foi executado e o percentual 44% mostra que muitas não foram nem iniciadas.

Gráfico14: Subações da dimensão 04 sob responsabilidade do MEC



FONTE: SIMEC- PAR DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA (2008-2011)

Todo esse processo de elaboração do PAR, segundo as orientações, deveria ser feito em dois a três dias com o acompanhamento de um consultor do MEC/FNDE/UFPA. No entanto, o PAR de São Sebastião da Boa vista não foi elaborado nos três dias como fora previsto. Pois segundo relatório da UFPA (2008), que descreveu parcialmente as dificuldades encontradas, podemos observar que:

Ao chegar ao município não foi encontrada a equipe local, os técnicos da secretaria ficaram surpresos com a presença da consultora do ASSIM-PARÁ, apesar dos esforços do consultor em entrar em contato por telefone com o assessor da Secretário que não notificou a secretário do contato realizado, e de ter enviado *e-mail* ao município informando do período de elaboração do PAR. Na elaboração do diagnóstico e do PAR propriamente dito, foram realizadas discussões o debate foi significativo e produtivo, no entanto, as informações e dados foram realizados manualmente, demandando muito tempo, além da atenção redobrada nas anotações e sistematização das informações, desta forma o trabalho no município desenvolveu-se em três dias. Em São Sebastião o acesso à internet é bastante limitado no município não há provedor, por isso, tivemos muita dificuldade em cadastrar as informações no SIMEC, que passou por alterações e nos deixou sem acesso por um dia inteiro, o sistema apresentou falhas e esteve muito lento, ficando por vezes indisponível. Somando-se a essas dificuldades a Secretara de Educação dispunha apenas de dois computadores com acesso à internet. (TÉCNICA DE CAMPO DA UFPA).

Segundo, entrevista realizada com o Secretário de Educação, que no ano de 2007, participou do processo de elaboração da primeira versão do PAR (2008-2011), como membro da equipe local, o mesmo deixa claro que o PAR foi elaborado:

[...] com muita dificuldade, primeiro que os membros dele tinham muitos membros da comunidade em geral e foi praticamente obrigado todos os municípios a criar o seu PAR como uma fonte de trazer recursos e muitos municípios como Boa Vista ele montou o PAR dele pra poder buscar

recursos, mas não levava como referência pra educação, então o primeiro PAR foi um pouco distante da nossa realidade.

Ainda no momento da entrevista, quando o questionamos a respeito dessas dificuldades. O secretário de educação mencionou que

A elaboração do PAR durou, eu acredito que durou um ano e pouco, durou um bom tempo na verdade nós não tínhamos assim muito suporte técnico, nós tivemos o prof. Orlando que veio pra cá com a gente melhorou quando ele veio, mas quando era pra caminhar com as próprias pernas nós tínhamos muito dificuldade até pra reunir, as equipes não reuniam sempre uniam aleatoriamente quando era pra formação depois da formação a gente não conseguiu avançar muito, já no segundo que nós tivemos assim a ideia de escolher melhor as pessoas que faziam parte da equipe, representante de professores, representante de diretores aí a gente melhorou.

É relevante acrescentar ainda que durante a entrevista com o Secretário de Educação, frisou a mudança constante de secretários no período de elaboração do PAR, o que em certa medida dificultou a elaboração do PAR.

Na verdade eu estou na Secretaria de Educação desde 2005, quando o governo petista assumiu eu estava em outro município Limoeiro do Ajuru e fui convidado a fazer parte da equipe da secretaria de educação pra cá. Então desde 2005 através do primeiro secretário de educação que foi o Marinaldo que é professor aqui no município e logo após veio a Rosane que é professora também do município efetivo todos os dois, aí veio o terceiro secretário Prof. Barrinho efetivo do município e com a troca de governo com a vinda do Laércio que estava na gestão ele resolveu pleitear via deputado estadual e entregou o governo ao vice o Getúlio e ele me convidou pra assumir a secretaria de educação em 2010, em março de 2010, acredito que pela experiência que eu tenho desde 2005, então desde 2005 eu já acompanho todas as ações da Secretaria, projeto pedagógico e o PAR. Então acredito que por todas essas mudanças a gente não conseguiu fazer um PAR com a nossa cara.

Essa mesma dificuldade revelada na fala do secretário referente à troca de gestores foi detectada em entrevista concedida pela técnica da SEMED de São Sebastião da Boa Vista

Eu acompanho o PAR desde quando ele surgiu e o fato de eu estar desde o começo, desde a primeira elaboração do PAR até os dias atuais envolvida diretamente nos trabalhos isso tem facilitado, porque eu consigo vislumbrar os problemas e o que se pede lá e pela função que hoje eu tenho na Secretaria como técnica eu consigo esta fazendo esse balanço. E as dificuldades que enfrentamos em relação ao primeiro PAR foi também porque não tínhamos um norte, nós já tivemos quatro secretários ao longo desse período. Aí a gente percebe que não tem como ter uma equipe solida e por isso demoramos muito para elaborar o nosso PAR. (técnica da SEMED, 2013)

A técnica da SEMED reafirma que

[...] com a mudança de secretários ocasionou algumas irregularidades, tanto é que do primeiro PAR que nós tivemos problemas, porque começou com um que tinha um pensamento aí outro secretário tinha outro tipo de pensamento, outra política, outro tipo de trabalho e acabamos não dando tanta importância, porque nosso maior desafio era convencer os nossos gestores da importância do PAR pra rede municipal e quando a gente começou não tinha essa preocupação, nem do próprio prefeito, nem do próprio secretário. Com a nova gestão que o novo secretário assumiu que mudou essa visão, essa forma de compreender o PAR e que ele é essa ferramenta de conexão com o governo federal, que ainda tava muito vinculada aos representantes políticos, ao governador, ao senador, é o deputado e hoje os nossos gestores compreendem que estado o PAR elaborado é só o município saber se articular, de estar junto dos encontros, sabendo reivindicar que os benefícios vêm para os municípios. E com a mudança que teve essa oscilação aí nós tivemos alguns probleminhas, as coisas realmente ganharam consistência com a atual gestão e do executivo como na secretaria de educação.

De acordo com a fala do Secretário e da técnica da SEMED, era fundamental que o gestor municipal e o Secretário de educação fossem comprometidos com as ações que secretaria de educação desenvolvia. Além do que, a rotatividade dos secretários municipais de educação dificulta a continuidade do planejamento e tão logo a execução da política municipal de educação, o que se torna um nó dentro da gestão municipal.

Ao analisar as 04 dimensões do PAR e o seu processo de elaboração e execução das 107 subações de responsabilidade do município e de 65 subações do Ministério da Educação nos deparamos com a adequação do município ao PAR, por mais que as ações se desenvolvam para atender às demandas apontadas pelo Município no diagnóstico do PAR, não podemos desconsiderar a complexidade dos Municípios brasileiros e as realidades regionais e locais que os permeiam.

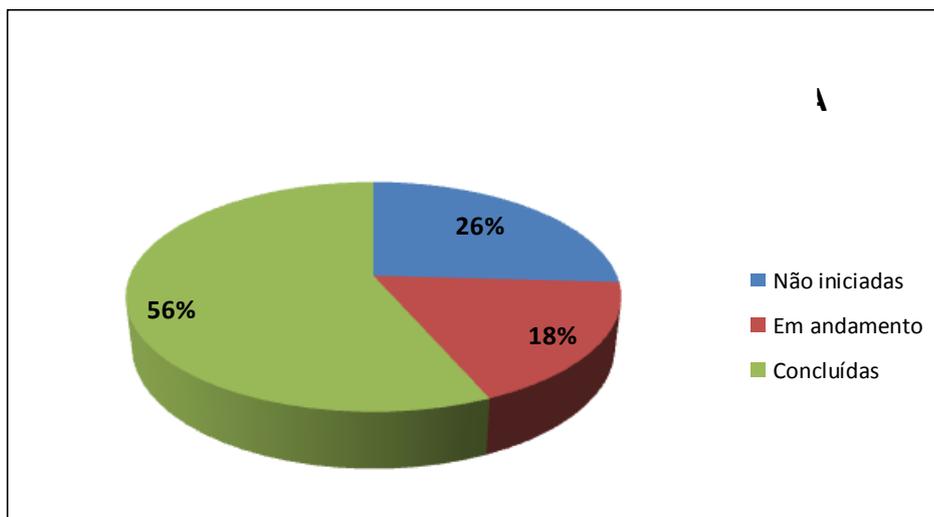
É válido destacar o engajamento da rede de ensino que São Sebastião da Boa Vista, que demonstrou que apesar das dificuldades seja elas financeiras, geográficas, técnicas um bom aproveitamento no que tange à execução das subações do Plano, uma vez que o PAR se mostrou como um desafio a ser superado no qual estabeleceu diretrizes e objetivos a serem executadas.

Quadro 20: Total de subações distribuídas nas quatro dimensões do PAR de São Sebastião da Boa Vista no período de 2008 - 2011.

Total de subações de responsabilidade do município	107
Total de subação de responsabilidade do MEC/FNDE	65
Total de subações	172

Fonte: SIMEC.

Gráfico 15: Total de Subações sob responsabilidade do município de São Sebastião da Boa Vista - PA.



FONTE: SIMEC- PAR DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA (2008-2011)

No entanto, fica evidente que o Município é o ente com o maior número de subações sob sua responsabilidade e é o que demonstra mais fragilidade e dificuldades em executar suas subações como mostra o gráfico acima, em que podemos verificar que apenas 56% das ações foram concluídas.

Como aponta Oliveira e Sousa (2010) que, ao tratar dos processos de descentralização de políticas públicas, indica que os níveis de decisão e capacidade de controle ficam a cargo da União sendo um controle exercido a distância,

Essa realidade fica evidente na fala do Secretário Municipal de Educação

Se você observar eles dão muita responsabilidade pros menores, por exemplo, o governo federal ele vai coloca políticas como 'Mais educação', no município ele trás um ganho educacional muito bom porque ele veio trazer a educação integral, a criança fica mais tempo na escola e automaticamente ele aprende mais, mas o governo federal briga pra você investir muitas vezes o que você não tem. O 'Mais Educação' ele foi pensado pras cidades grandes em que a criança ela fica na escola e logo após o termino das aulas ele vai embora pra casa, aqui em São Sebastião e em todos os municípios do Marajó como são crianças ribeirinhas eles não tem como ir na casa deles e voltar, porque muitas vezes pra sair da casa dele ele saí 5 horas da manhã pra chegar 7h na escola e a maioria das vezes ele saí sem tomar café aí tem que chegar na escola e tomar alguma coisa, então é muito tempo e isso obriga que a gente tenha que dar alimentação, a maioria das escolas eles dão almoço, mas almoço mesmo não é aquela merendinha e tem mais a situação do transporte e praticamente dobra o valor que a gente gasta com transporte aqui. Hoje a gente recebe do governo federal 78 mil reais pra transporte escolar e nós gastamos 203 mil então mais do que o dobro e a educação é uma festa nas escolas e vai dar mais problemas agora que tem que ter mais tempo na escola.

Essas dificuldades são marcantes na fala da técnica da SEMED

[...] assim no início todos os municípios apanharam um pouco para elaborar e executar o PAR porque não souberam lidar com esse grande planejamento educacional, porque é dessa forma que a gente vê... Compreende essa ferramenta. Então São Sebastião hoje tem as ações do PAR dentro do seu planejamento educacional, ele não faz nada desvinculado se não tiver pensando nas ações, subações de que se estejam vinculados no PAR, considerando as dimensões que o PAR tem, a gente procura atender dentro das realidades do município, claro que tem coisas que a gente não consegue ainda cem por cento atingir, mas a gente consegue se organizar fazendo sempre essa conexão... nada está dissociado, acontece as formações e a gente lembra 'não isso aqui é obrigação nossa que a gente assumiu compromisso, principalmente aqueles compromissos do município junto ao planejamento que é o PAR, a gente sempre procura tá fazendo essa conexão que é pra dar conta, seja no âmbito da formação, seja no âmbito da infraestrutura, seja na questão pedagógica, porque hoje com o PAR eu consigo ter uma equipe muito maior de técnicos na rede e isso foi algo marcado, que a gente assumiu, que lá no PAR tá pedindo um técnico em cada escola, só que eu tenho escola muito pequena não tenho ainda condições de ter um técnico em cada escola, mas eu tenho uma equipe técnica e cada técnico tem duas, três escolas pra acompanhar. Então eu já consigo ter um grupo maior de técnicos por conta dessa obrigação que a gente tem lá, então a rede vai se organizando vislumbrando atingir aquele objetivo. Pra ter uma ideia, planejamento, planejamento antes ainda era... a jornada pedagógica que a gente fala, era reunir todo mundo em um local pra se discutir o que iria ser executado com cada escola durante o ano, aí conseguimos com o PAR fazer isso por polos pra aproximar mais a realidade e hoje cada escola ribeirinha vai fazer seu planejamento educacional. Então a gente vem gradativamente se organizando pra realmente cumprir, porque qual é o nosso pensamento enquanto secretária de educação, se nós não fazemos o nosso dever, o dever de casa como é que a gente espera que os outros entes federados façam também a parte deles para com a gente, acho assim se nós municípios pensarmos em realizar aquilo que cabe a nós fica mais fácil cobrar o que compete ao estado, fica mais fácil cobrar o que compete ao governo federal, então dá mais força pra gente conseguir requerer também que essa parceria se efetive 100%. Agora quando a gente não faz a parte da gente, a gente fica meio sem muito argumento pra buscar, porque essa busca ela é constante. Por isso afirmo que realizamos as ações do primeiro PAR meio que sem rumo e aprendendo as coisas por curiosidade, por força de vontade. (TÉCNICA DA SEMED, 2013)

A mesma técnica ainda relata que o município conseguiu realizar um bom quantitativo de subações por que:

A própria secretária é ordenadora de despesa, com essa nova gestão o secretário ele é gestor do recurso da educação, e nos anos de 2008 a 2011 que foi a execução do PAR a secretaria foi toda reorganizada financeiramente pra realizar o concurso, porque um funcionário contratado ele sai muito mais dispendioso que um funcionário concursado, enquanto eles tem que pagar 11% pra recolher aí um efetivo é 6... 7%. as legislações elas cobram a adequação da rede que o município esteja com o seu quadro 90 % concursado pra poder ter as políticas garantidas de formação continuada, das vantagens, outra coisa é que o município tem o seu plano

de carreira o PCCR, então lá tá previsto também que precisa ser o quadro efetivo pra se ter a valorização profissional você precisa tá vinculado. Então o município tem as suas legislações próprias que fazem com que ele se organize ainda melhor por que não é de uma hora pra outra que o prefeito vai fazer, mas é porque tem um sindicato pressionando, porque tem um PCCR além das outras leis federais que tem e que ele precisa se adequar, o recurso é X então eu tenho que me adequar pra poder dar conta da minha despesa. (TÉCNICA DA SEMED, 2013)

Diante disso, percebemos que os entrevistados também apontam os avanços no Sistema Educacional do município e, ainda, maior envolvimento na relação Governo Federal e governo municipal. Ocorre que observamos mais uma vez a contradição, pois por meio do PAR o município tem maior aproximação com o Governo Federal, contudo, essa aproximação se constitui numa imposição, já que os municípios não podem correr o risco de perder investimentos

Em um tom de desabafo o secretário critica a postura de outros chefes do município

Eu não entendo até agora como é que outros colegas trabalham, que é muito complicado você trabalhar sem ser gestor financeiro também, sem conhecer acho que os prefeitos tem que começar a observar essas situações. Infelizmente alguns prefeitos quando assumem que eles querem roubar ... tem prefeito aqui no Pará que até pagamento de funcionário é ele mesmo que faz aí fica difícil.

Isso demonstra que para o município ter conseguido obter relativamente um êxito na execução do seu PAR, foi de extrema importância ter uma equipe sólida de funcionários concursados para trabalhar nas ações planejadas, mais um aspecto que corrobora para o desempenho da equipe na execução do PAR

No entanto, o secretário municipal declara que a insuficiência de recursos para educação no Município é um fator que dificulta a execução do plano:

Infelizmente o Brasil é muito grande e os investimentos que são designados à educação eles são muito poucos principalmente pra cá, então a gente não consegue avançar muita coisa. Temos que apertar no FUNDEB, porque o FPM do município é muito baixo então mal consegue manter a estrutura do município pro hospital, pra assistência, pra própria secretaria de educação, então o que a gente faz a gente consegue buscar dos 100% do FUNDEB a gente busca trabalhar com 60...65% para o pagamento de professores e o resto a gente se aperta de todo jeito pra vê se consegue fazer para executar as ações do PAR.

Nessa mesma perspectiva a diretora de ensino afirma que:

As subações dependem de nós enquanto secretaria, elas não são tanto dispendiosas, o que é pra nós é ter no quadro o técnico, eu tinha em média dez técnicos hoje nós estamos com vinte e tenho técnico chamado por concurso e técnico contratado. Então exigisse de nós que os planejamentos aconteçam, que a escolas se reorganize, que o projeto político pedagógico esteja pronto pra poder nossas escolas estarem regularizadas, então com o técnico acompanhando duas, três escolas ele já acompanha também a elaboração do PPP lá em cada escola, então as nossas escolas elas tem os seus projetos político pedagógico, mas não foi assim eu sentar em cada escola porque como a gente reunia com o polo, agora eles vão reelaborar, cada escola vai reelaborar o seu PPP, mas com o auxílio técnico lá na base, a gente se desdobra! Como se dá esse acompanhamento pedagógico eu tenho o técnico lotado aí no mínimo duas vezes no mês ele vai naquela escola, fazer a visita de está orientando, verificar o que está sendo executado, o plano de trabalho que é feito durante o ano, então são ações que vão sendo desenvolvidas durante os 200 dias letivos. É importante lembrar que nós temos o Sistema Municipal de Educação, o município tem o plano municipal ele tem a lei de sistema tudo pedindo também pelo PAR, o conselho municipal de educação nós não estamos mais vinculados ao conselho estadual, aí os conselhos escolares ganharam muito mais força depois do PAR também tanto é que hoje não se vê recursos pra secretaria, o recurso é direto para as escolas através dos conselhos isso também é garantido pelo PAR de que todas as escolas tenham seus conselhos escolares.

O secretário de educação alega que, para que o PAR se torna o plano estruturante para educação de São Sebastião, ele teve que democratizar as tomadas de decisão dentro da SEMED e trabalhar com a equipe por isso

[..] o PAR foi colocado como prioridade, e quando o prefeito atual me chamou pra secretaria e eu faço parte do SINTEP, do Sindicato dos Trabalhadores da Educação sou membro do SINTEP e quando eu assumi eu formei uma equipe praticamente com a maioria da linha de frente do SINTEP, nós trouxemos o SINTEP pra dentro da Secretaria em termos de auxílio técnico, eram técnicos bons que eu acreditava, que eu confiava e pra cá quando nós chegamos ao invés de nós estarmos batendo de frente um com o outro nós resolvemos nos unir em cima do que nós acreditávamos que deveria ser a educação no município, talvez isso possa ser um diferencial em frente aos outros municípios que se você observar a maioria dos municípios entre SINTEP e governo nunca eles se unem e nesse período nós conseguimos andar juntos, caminhar juntos e caminhando juntos nós implantamos o PCCR, nós puxamos eleições pra diretores, nós buscamos democratizar de todas as formas de participação que nós conseguimos também através da equipe do PAR em Belém a gente conseguiu avançar, o prefeito observou isso e observando que era bom ele investiu dando autonomia pra Secretaria de Educação e automaticamente deixou a gente à vontade. Ele criou o Fundo Municipal de Educação, o nosso município já tem o fundo, na verdade eu sou gestor da educação.

Ainda na fala do secretário municipal de educação que relata que:

Todas as ações do PAR nossas elas estão já garantindo o PPA a gente busca de todas as formas deixar umas ações amarradas nós criamos o Conselho Municipal de Educação, nós temos um conselho nosso mesmo,

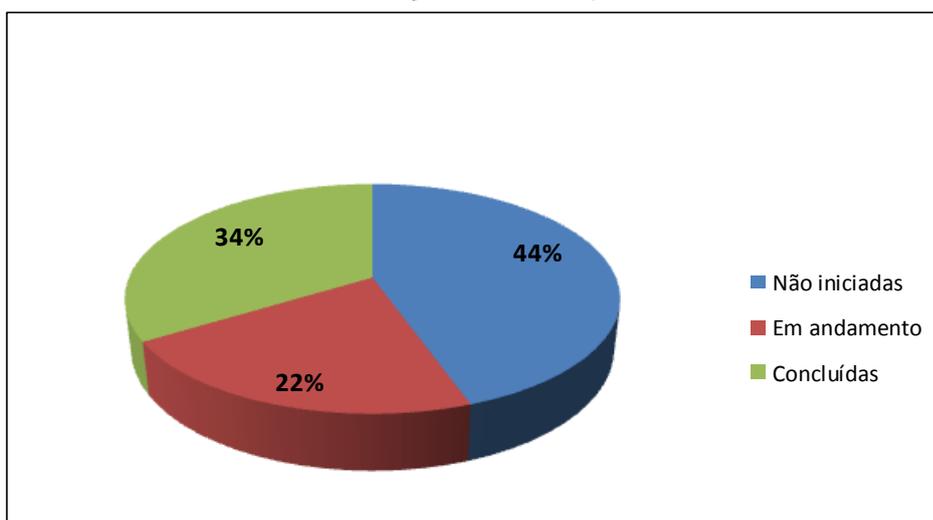
então isso facilitou muito. O Conselho Municipal de educação ele também já está garantindo PPA tem recurso próprio, tem sede própria, todos os conselhos escolares nossos tem vida própria e em todas as escolas nossas tem conselhos escolares nós buscamos de todas as formas dar independência para as escolas, nós buscamos centralizar sempre então isso facilita, quando você descentraliza você consegue avançar mais porque você não se preocupa mais com pequenas coisas e vai partir pra gestão.

Outro aspecto que o secretário de educação frisou de ser de extrema importância foi o empenho do prefeito, pois,

[...] ele apostou na verdade todas as fichas dele na educação e deu certo tanto que ele foi pra uma eleição e foi a maior votação do município, diferença em toda história do município foi a votação dele o pessoal foi de peito aberto pra campanha porque viram que ele realmente tava apostando, então nós conseguimos cumprir com isso nessa parceria governo e sindicato a gente conseguiu avançar muito nas ações que não competem ao FNDE porque o que acontece o PAR muitas vezes em muitos municípios eles esperam que o FNDE entre com tudo e não fazem a parte deles entendeu, o nosso município teve uma boa execução no PAR durante todos esses anos justamente porque a gente apostou nas nossas ações, qual era a ideia nossa fazer a nossa parte e o governo federal faz a dela, mas em cima do que nós fizemos, o nosso PAR hoje ainda é um dos mais completos que tem no Pará que todos os dias a gente ta entrando no sistema, busca entrar em contato com Brasília a gente vai atrás, então eu acho que isso facilitou muito nossa vida.

A execução das subações de responsabilidade do MEC ficou abaixo do percentual atingido pelo município, totalizando apenas 34% de subações concluídas e 22% de subações e 44% das ações estavam em andamento.

Gráfico 16: Total de Subações sob responsabilidade do MEC



FONTE: SIMEC- PAR DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA (2008-2011)

Após análise feita na execução das subações das 04 dimensões, constatamos que o Ministério atendeu as demandas mais urgentes da dimensão 02 que trata sobre formação, o que na verdade vem sendo a área que vem recebendo grandes incentivos financeiros e contam com o apoio da rede de Universidades Federais com a criação da Plataforma Freire e do PARFOR grande e pode ser considerado o carro chefe do governo do PT nesses últimos 8 anos.

O secretário de educação do Município reconhece que a dimensão 02 foi a que teve suas demandas mais atendidas, no entanto, ele afirma que é insuficiente para educação do Município.

Um das melhores coisas do PAR foi nós termos conseguido as formações iniciais e formações continuadas, pois isso valorizou o profissional e conseguimos visualizar que os professor que estão estudando tem mais amor com a sua profissão conseguimos também mobiliários, lanchas, ônibus, duas creches, conseguimos três quadras, uma cobertura de quadra por conta do PAC, conseguimos atualmente seis lanchas escolares à diesel, nós conseguimos muita coisa, mas a gente acha muito pouco na verdade pela dívida social que o governo tem com a gente, o Marajó é muito carente de políticas públicas governamentais, com todo essa PAR nosso que a gente tem hoje ele ta muito bem estruturado mesmo nós temos muita dificuldade de conseguir os incentivos do governo federal.

Na fala da técnica da SEMED essa dificuldade de receber os recursos via PAR fica bastante evidente

Por que a gente acaba esperando muito e a gente sabe embora que seja um plano pra quatro anos, o que nós sentimos assim necessidade que falta ter uma atenção maior é na infraestrutura das nossas escolas, nós inserimos demanda desde o primeiro PAR pra construção de escolas e nós não recebemos, agora de novo desde de 2011 nós estamos com 11 escolas que a gente necessita construir e ainda não teve essa liberação. O que nós conseguimos de imediato é mobiliário, os equipamentos pedagógicos também já tem que foi liberado, tem uns materiais que são mais imediatos, mas a nível de infraestrutura aí o governo federal ainda não sinalizou, desde o primeiro PAR ainda não temos nenhuma escola construída com recurso do governo federal.

Por exemplo tenho... tudo anotado, o que é atendido pra gente vem lá que tem que ter o documento que o governo manda pra dar o aceite pra poder ser liberado o recurso, aí vem lá referente a qual subação, mais demora muito.

Para os entrevistados, o PAR se constitui enquanto um plano que contribuiu para o sistema educacional do município de São Sebastião da Boa Vista, e apesar das críticas desenvolvidas por esses. A compreensão hegemônica se relaciona aos

avanços promovidos nas ações do PAR no município, contudo, nas entrelinhas de suas falas percebemos as controvérsias que constituem essa ferramenta.

Dessa forma, ao identificamos que mudanças foram implementadas a partir do modelo de planejamento que está presente no PAR, tendo em vista que a gestão educacional realizada pelo Município está totalmente atrelada ao PAR como foi informado pelos entrevistados, sendo que percebemos a grande influência do PAR no dia a dia da Secretaria e que se relacionam, por exemplo, à autonomia relativizada pois o município realiza suas ações esperando um comando do Ministério, além das imposições e participação involuntária da comunidade escolar.

Diante desse contexto, a SEMED se propôs em desenvolver ações educativas pautadas em políticas públicas, que tentam colocar em pauta os problemas da sociedade.

3.4 O regime de colaboração entre instituições.

A questão da colaboração entre os entes federados tem sido uma ação desafiadora na organização do modelo de estado federativo brasileiro. Para Sari, (2009), a Constituição Federal de 1988 estabeleceu o regime de colaboração como um dispositivo para garantir o compromisso compartilhado dos entes federados pela equidade e qualidade na educação, como o intuito de dirimir práticas competitivas e clientelistas hierarquizadas.

No entanto, para Bordignon (2007), o dispositivo constitucional como está previsto na CF de 2008 e na LDB 9.394/96 constitui-se somente afirmação de um princípio, associado à efetivação do regime proclamado e a sua regulamentação, tendo em vista que ele deveria ser uma estratégia de articulação das ações dos sistemas de ensino para o alcance dos objetivos nacionais comuns, garantido simultaneamente, a unidade nacional e o respeito às peculiaridades locais.

De fato, implementar e regulamentar o regime de colaboração na área educacional não é uma tarefa fácil, tendo em vista que, institucionalizar os espaços de negociação entre os entes federados sem ferir a autonomia de cada instância tem sido o grande desafio que está posto na agenda do Estado.

E na tentativa de pôr em prática ações de cooperação entre os entes federados. A união, por sua vez, cria o Plano de Ações Articuladas como o intuito de realizar ações em regime de colaboração com os Estados, Distrito Federal e Municípios dividindo ações que serão de responsabilidades de cada ente, que está disposto no Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007:

Art. 10. O PAR será base para termo de convênio ou de cooperação, firmado entre o Ministério da Educação e o ente apoiado.

§ 1º São requisitos para a celebração do convênio ou termo de cooperação a formalização de termo de adesão, nos moldes do art. 5º, e o compromisso de realização da Prova Brasil.

§ 2º Os Estados poderão colaborar, com assistência técnica ou financeira adicionais, para a execução e o monitoramento dos instrumentos firmados com os Municípios.

Tendo em vista que o PAR e o regime de colaboração constituem-se o objeto central deste trabalho e nortearam a investigação que se propôs analisar se, a implantação/implementação do PAR corroborou para a possibilidade da construção do regime de colaboração, consideramos importante analisar o que significa o regime de colaboração na visão dos entes federados envolvidos. Nesse sentido, entrevistamos o secretário de educação do município de São Sebastião da Boa Vista, a técnica que coordena o PAR no referido município e o representante do FNDE que coordena o PAR no Brasil essa escolha foi feita a partir da vivência dos diferentes atores, daqueles que executam o PAR, para aquele que pensa a execução do PAR nos municípios.

Em entrevista concedida pelo secretário municipal de educação do Município de São Sebastião da Boa Vista ele avalia que o PAR possibilitou,

[...] avançar muita coisa, porque o PAR é um instrumento que se bem trabalhado ele te ajuda muito enquanto educação, ele te coloca todas as ações tanto pedagógica como estrutural, mas ao mesmo tempo em que ele ajudou muito nós ainda achamos que é muito pouco deveria ajudar mais. Pois como ele se intitula que vai realizar o regime de colaboração nós acreditamos que deveria vir uma ajuda maior do governo pra todo PAR, pois as vezes quem colabora mais é o município, mais mesmo assim a gente acha que algumas ações houve colaboração mais em outras deixou a desejar

De acordo com a fala do Secretário, podemos observar que ele avalia e entende que o regime de colaboração é realizado de forma pontual por meio de algumas ações em que a União, pois estavam sob sua responsabilidade e que em

certa medida são insuficientes para educação do Município, podemos perceber que não há uma articulação global entre todas as ações.

Nessa perspectiva, Costa (2010) aponta que a colaboração da União para com estados e municípios, no que tange às políticas educacionais, visa a uma ação supletiva, especificamente nas regiões mais carentes do país, numa tentativa de equalização de oportunidades educacionais, no entanto, ainda não consegue dar todo o suporte que os entes federados precisam.

Ainda quando questionado sobre a implementação do regime de colaboração no município o secretário aponta que

O prefeito assinou o termo de cooperação, mais nós fomos atendidos em algumas coisas nem tudo saiu no ano que estava previsto, assim como nós não realizamos tudo no prazo, mais eu acredito que se pra ser um regime de colaboração deveria ter alguma lei ou algum documento que cobrasse do MEC e do município a execução das ações. Até porque às vezes a gente fica descreditado se vai acontecer ou não, porque isso é novidade ... se vale a pena o município investir como por exemplo nós pedimos umas creches, tivemos que gastar pra fazer o projeto, mesmo com medo a gente investiu, depois que saiu a primeira a gente se empolgou e viu que o trabalho em regime de colaboração é assim e por isso a primeira coisa que tem que fazer é o dever de casa que é através do PAR, se você fez o dever de casa através do PAR aí você vai lá e registra e consegue.

Para o secretário municipal de educação, o regime de colaboração apesar de ser mostrar algo novo dentro da política do Município, foi um mecanismo de mudança, tendo em vista que, com a parceria da União e do município foi possível construir creches e avançar no planejamento em conjunto com o MEC, no entanto, ele critica a não realização das demais ações que estavam pactuadas no termo de cooperação e admitiu falhas na execução das subações de responsabilidades do município ele ainda criticou a falta de uma legislação mais severa que em certa medida punisse o ente federado que não cumprisse o planejado.

Entretanto, a partir de entrevista concedida pelo gestor da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais (DIGAP) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC) que é responsável pela execução técnica e financeira do PAR em todo o País, podemos observar outra visão sobre a temática, de ele defende que

É importante que esteja definida as formas de colaboração de maneira bem objetiva, a forma de parceria entre a união, estados e municípios que fiquem definidos os papéis e as responsabilidades para a melhoria da qualidade da educação, foi algo que o por meio do planejamento do PAR foi sendo efetivado ao logo do tempo, o município tem ciência que ele é responsável

por elaborar o seu plano municipal de educação, além disso o PAR ta ajudando a acelerar uma questão financeira de descentralizar o recurso e também, eu acho que ele esta forçando a barra para que aconteça colaboração e ele esta induzindo o processo, ele não é o fator principal, mas de uma forma ele induz o processo do regime de colaboração.

Fica claro na fala do gestor da DIGAP, a importância da distribuição das responsabilidades e que o PAR por meio do planejamento é indutor do regime de colaboração preconizado pelo MEC, e que em certa medida ele acelerou o processo de transferência de recursos, objetivo ao qual ele se propôs. No entanto, há de se convir que precisamos não apenas de mecanismos que induzam o regime de colaboração, mais sim ferramentas que construam de forma saudável a cooperação entre os entes federados.

O gestor da DIGAP/FNDE ainda afirma que:

O PAR não amarra exatamente, ele induz um processo de colaboração e que isso aconteça, mas assim a espera que o plano nacional tem coisas previstas que vá amarrar isso, mas o PAR não amarra diretamente, mas ele tem induzido que isso aconteça e acho interessante que alguns estados que não trabalhavam com esse regime agora via PAR estão começando. A gente tem bons exemplos disso assim... alguns estados as vezes nem tanto com um regime mais profundo, mas eles tinham setores que articulavam com os municípios pra melhoria das políticas e outros que estão criando agora com isso, o trabalho do PAR ta sendo nesse sentido também de integrar isso, silenciosamente tem coisa acontecendo, acho que o PAR induz o processo não posso dizer que é obrigação e agente sempre que recebe algum secretário aqui agente faz com que apoiem isso. A gente tem um planejamento real, uma confiabilidade nas informações, participativo que a gente tenta aprovar todos os seguimentos, a gente tenta induzir que participe do processo e na ação colaborativa dar apoio técnico a essa parceria

Outro ponto importante citado na entrevista foi a respeito de como se deu a implementação do PAR

O primeiro PAR teve um lado positivo que foi a mobilização, foi o início do processo, a gente conseguiu uma adesão maior em pouco tempo do segundo ciclo, a gente conseguiu uma adesão maior em pouco tempo foi interessante, a gente conseguiu em poucos meses quase 5.000 municípios comesçassem fazer a atualização do PAR, isso é um número bom que foi em poucos meses que aconteceu. Então agente tem bons números, em algumas ações que a gente focou mais como mobiliários, transporte agente tem um atendimento quase que... não universal, mas quem tava no projeto foi atendido. Tem muita coisa acontecendo, tem uma parte importante agente hoje tem uma lei própria, existe um reconhecimento até da própria legislação, do congresso, da importância do PAR agente tem uma lei própria, agente tem facilidades que os outros ministérios não tinham pelo PAR, pela capacidade de centralização rápida. Hoje a gente tem uma lei especifica de repasse de recursos, agente tem um sistema mais ágil. Nós temos uma grande agilidade entre o processo de planejamento e repasse, mas fazendo uma comparação com toda a máquina pública agente tem um processo bem avançado. Eu acho que a gente pode dizer assim que a gente tem uma facilidade de coleta de informações, de planejamento e de

apoio técnico foi consolidado rápido. A gente tem sim várias barreiras, tem dificuldades, mas eu acho que tem um processo, mas bons passos foram dados. Reconheço assim que tem muitas dificuldades, tem que melhorar muito, mas muita coisa foi feita.

Nesse sentido, é importante ressaltar que, para entender o regime de colaboração como combinação das forças dos entes federados, é necessário que seja normatizado de forma mais clara as maneiras de cooperação para distribuir as atividades planejadas e articuladas entre si. Diferente do que tipo de regime de colaboração que está posto nas políticas educacionais por meio PAR, ele ainda estão se materializando apenas como ações complementares, suplementares, supletivas, seguindo o princípio da subsidiariedade, o que nos leva a ponderar que aí estaria contemplado o sentido de regime de colaboração. (COSTA, 2010).

Já em relação aos aspectos positivos sobre o PAR, o diretor da DIGAP/FNDE avalia que:

PAR tem sido instrumento de melhoria e de metas. Então hoje a gente sabe onde quer chegar quantitativamente, qualitativamente, você sabe que daqui a quantos anos eu tenho que cumprir a meta meta X, tenho que alcançar esse objetivo para que eu possa melhorar, então eu acho que hoje você tem meios mais pragmáticos de alcance de objetivos, antigamente todo mundo dizia que a educação tava ruim que tem problemas, hoje você consegue dizer que tem problemas e como ou pelo menos um norte pra onde chegar.

Diante disso, é válido destacar que ainda precisamos caminhar muito para efetivar a articulação entre os sistemas seja via PAR ou pelo sonho pautado na criação do Sistema Nacional de Educação. Ainda necessitamos de parceiros que demonstrem efetiva vontade política para poder colaborar, o que implica em deliberações conjuntas e compromisso em conjunto e com objetivo comum a todos, evitando a imposição de uma instância da federação em relação à outra, ou a simples transferências de tarefas.

Analisar o Plano de Ações Articuladas desenvolvido no município de São Sebastião da Boa Vista o qual é objeto desse estudo, avaliamos que a sua configuração não mostra como instrumento para execução do Regime de Colaboração e sim como uma ferramenta que induz ações pontuais de colaboração entre os entes federados.

Nesse contexto, analisamos também o papel do Estado na condução das políticas públicas destacando que, é possível perceber que o Estado se posiciona no sentido de ser provedor das políticas públicas educacionais, centralizando decisões e descentralizando ações por meio dos programas do MEC-FNDE. Dessa forma,

destacamos que o PAR se apresenta como uma iniciativa do Estado induzir as políticas públicas.

No entanto, ressaltamos que o passo inicial foi dado por meio do Plano de Ações Articuladas, ainda que seu modelo de regime de colaboração seja muito incipiente, isso é destacado pelos entrevistados, ao apontarem as fragilidades nas formas de colaboração propostas no Plano. Ao mesmo tempo, o PAR enquanto um plano, tem colocado em prática a descentralização de recursos da União para com os demais entes, tendo em vista que, diante a realidade educacional da educação básica nos estados e municípios brasileiros, hoje a União, Estados e Municípios tem a clara noção dos enormes desafios a serem enfrentados. Exatamente por ter esse diagnóstico do PAR mais concreto, consegue-se realizar o princípio da descentralização financeira para com os entes federados com maior objetividade, direcionamento de metas e ações, buscando o alcance da melhoria da qualidade da educação neste país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das transformações ocorridas nas décadas de 1990 e nos últimos anos 2000, novas formas de se pensar as políticas públicas foram introduzidas no Brasil, indicando uma forma diferente e inovadora de descentralizador e compartilhar ações.

Para que esse processo articulado de descentralização das ações no âmbito educacional fosse realizado pelo governo federal houve a necessidade da implantação de políticas públicas educacionais supletivas e redistributivas, com vistas a atenuar as desigualdades regionais existentes no País, assim como a necessidade de aprimoramento das relações cooperativas entre os atores políticos relevantes, de forma a contribuir para com as políticas educacionais compartilhadas, as quais representam o fortalecimento do Estado federado (HADDAD, 2008).

Nessa perspectiva, o governo federal por meio da criação do Plano de Ações Articuladas, implanta uma nova lógica de colaboração entre os entes federados, que no qual servirá de base para firmar convenio ou cooperação entre o Ministério da Educação e os estados, distrito federal e municípios.

Diante desse novo cenário de implantação de novas políticas por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), pretendeu-se investigar, com a pesquisa desenvolvida no município de São Sebastião da Boa Vista se a implantação/implementação do Plano de Ações Articuladas corroborou para a possibilidade da construção do regime de colaboração entre os entes federados. Para isso, foram feitas coletas de dados relacionados ao PAR do Município, como documentos do Ministério da Educação (decreto, manuais, informativos referentes ao PAR), bem como o PAR do Município pesquisado, além da coleta de entrevistas semiestruturadas com os atores envolvidos no processo de implantação e implementação do PAR no Brasil, e no município de São Sebastião da Boa Vista.

Discorreremos, também, na análise em torno dos documentos existentes acerca do PDE, tomamos por base as bibliografias que tecem críticas e proposições a esses documentos. Ao discurso oficial foram contrapostas as críticas dos documentos sobre o PDE e PAR e a própria realidade educacional analisada.

A partir desse contexto, compreendemos O PDE se apresenta como uma possível materialização de uma nova relação entre os entes federados, pautada pelo

princípio da cooperação, onde o município aparece como elemento central na concretização dos objetivos dessa política.

Diante disso, constatou-se que o PAR permitiu a implementação de ações que há muito já eram demandadas pelo município e trouxe outras não previstas, mas que contribuíram para o sistema de ensino do município.

Diante disso, devemos ter o entendimento de que há a necessidade de avaliar as políticas que estão presentes no atual contexto sócio educacional, tendo em vista que esta fase permite a melhoria contínua das políticas públicas, além do que, em federações contemporâneas do tipo cooperativo como o Brasil (CURY, 2010), o Estado por meio do governo federal, além de ser o responsável pela coordenação das políticas de educação, é o condutor de indicadores de avaliação do desenvolvimento educacional e por isso é de extrema importância que se avalie o desenvolvimento das ações realizadas pelo governo central e ou com os demais entes federados. Nesse sentido, o resultado dessa pesquisa objetiva contribuir para possíveis análises das ações realizadas via PAR com o intuito de esclarecer como está acontecendo a colaboração entre os entes federados e em que podemos melhorar.

As informações analisadas na pesquisa revelaram que o PAR demonstrou que funciona como um excelente instrumento para realização de um diagnóstico educacional mais preciso, que permite o município conhecer a sua realidade, além do que, ele também auxilia o Município com o intuito de sinalizar suas necessidades e propor medidas para solucioná-las, sendo que, antes da elaboração do Plano, não se via possibilidade em resolver questões primárias dentro da educação por falta de um planejamento mais concreto, No entanto, a realização das medidas está na dependência de fatores alheios para a realização de todas as ações e subações pensadas dentro do PAR. Pois, para que o Município consiga realizar todas as subações sob sua responsabilidade é necessário um aporte financeiro específico, para que o município consiga executar o que planejou, tendo em vista que São Sebastião da Boa Vista demonstrou que não possui receita para realizar todas as ações necessárias e que depende diretamente das transferências realizadas pelo governo federal.

Entretanto, de acordo com os dados podemos perceber a partir da realidade do município de São Sebastião da Boa Vista, o PAR emerge para o Município como uma esperança de receber mais recursos, tendo em vista que, por mais que o MEC

e FNDE não tenham realizado todas as subações que ficaram sob sua responsabilidade ele está descentralizado os recursos para os municípios o que demonstra que antes do PAR os municípios mais pobres tinham dificuldade em acessar os recursos, pois, a via que se usava para receber tais recursos era com ajuda política de deputados e senadores que, por influência política conseguiam a construção de escolas, compra de material, entre outros. E de certa forma o processo de implantação e implementação do PAR está mostrando que a descentralização dos recursos está sendo de forma mais equânime sendo que hoje é possível que municípios de pequeno porte consigam solicitar recursos para União para ações que julguem necessárias para o Município.

É importante lembrar que esse processo de descentralização político-fiscal se deu a partir do período de pós-constituente de 1988, como afirma Ribeiro (2012) assim como o processo de descentralização administrativa das funções públicas ditado pela reforma do Aparelho de Estado de 1995, os gestores se viram obrigados a aprimorar suas práticas de gestão e de planejamento. Nesse sentido, sistemas de monitoramento e avaliação de programas, projetos e ações sociais que permitam saber com o recurso está gerido e quais impactos que essa intervenção pública causou ou causará ao público alvo vem se tornando mais presentes no cotidiano dos gestores públicos.

Dentro dessa lógica de descentralização de ações por parte da União, percebeu-se que a partir dos resultados analisados o Município assumiu uma parcela maior de responsabilidades que vão além da sua capacidade de execução. Os dados indicam que o Município não se encontra em condições para assumir tal responsabilidade, diante dos requisitos apresentados pelo MEC/FNDE principalmente quando se coloca em voga a colaboração do governo federal. Além disso, ressalta-se a questão da quantidade excessiva de ações geradas pela superposição de adesão a programas do governo federal, tendo em vista que o corpo técnico da Secretaria Municipal de Educação é bastante reduzido o que dificulta a execução das atividades rotineiras dentro da Secretaria e bem as ações dos programas do MEC/FNDE.

Ao analisar as subações presentes no PAR de São Sebastião da Boa Vista, percebemos que cada dimensão apresenta um grande quantitativo de programas do governo federal, que devem ser programados para a melhoria da qualidade de educação municipal e especificamente para os fins determinados, independente da

condição real do município de realizá-la. No entanto, esse quantitativo de programas do governo federal que iriam ser executados por meio das subações não foram realizados nos prazos determinados como estava previsto no PAR.

Nesse sentido, Oliveira (2007) aponta que essa sobreposição de ações atribuindo grande responsabilidade aos municípios aconteceu no momento em que os mesmos foram pressionados pelo imediatismo da racionalidade técnica imposta pela União, os entes se viram limitados quanto à efetiva autonomia decisória e executiva, indispensáveis à descentralização e as formas mais democráticas de gestão.

No entanto, a partir da elaboração do PAR podemos perceber que houve um movimento para organizar as atividades de gestão, o que criou uma rotina de trabalho direcionado, tendo em vista que antes as atividades da secretaria não tinham foco e apenas eram pensadas em ações pontuais.

Além disso, registramos que a reconfiguração política do município em 2009 no que diz respeito à mudança de prefeito representou mudanças em todos os setores da administração municipal, especialmente da Secretaria Municipal de Educação e como reflexo desse contexto houve rotatividade de secretário de educação por três vezes o que representou dificuldades para o município desenvolver suas ações, definir seus rumos e procurar acompanhar as ações/programas demandados pelo PAR.

A mudança de gestão municipal, portanto, se constituiu enquanto elemento que dificultou a efetivação do PAR em São Sebastião da Boa Vista, pois muitas informações eram desconexas e falseadas o que exigiu uma reestruturação da SEMED, de modo a atender o PAR.

Pelos achados da pesquisa, também podemos observar alguns avanços podem ser observados em relação a capacitação dos profissionais de educação que por meio da Política Nacional de Formação dos Profissionais de Educação via PAR foi um aspecto que possibilitou uma mudança no cenário municipal, bem como a construção de políticas municipais para com a oferta do contra turno.

No que diz respeito à problemática de pesquisa, esta foi solucionada, haja vista que ao analisar o Plano de Ações Articuladas desenvolvido no município de São Sebastião da Boa Vista percebemos que ele não se configura como instrumento para construção do Regime de Colaboração entre os entes federados apregoado pela Constituição de 1988, sendo apenas uma ferramenta de indução para

cooperação entre os entes, tendo em vista que não foram encontradas evidências de que com a divisão de responsabilidades prevista dentro do PAR fosse de fato executado o regime de colaboração.

Em relação a esse resultado encontrado na pesquisa Cassini (2011) aponta que no PAR esta divisão de responsabilidade são acordos de cooperação que podem ser celebrados entre os entes para a execução de serviços comuns. Trata-se de um mecanismo de cooperação que surgiu a partir da reforma gerencial do Estado e que denominamos de “formas de colaboração”. É importante destacar que é um instituto jurídico-político que não pode ser confundido com regime de colaboração. Isso porque, as “formas de colaboração” são acordos que podem ser celebrados e instituídos por meio de consórcios públicos que não se caracterizam como instrumentos obrigatórios para os entes, diferentemente do regime de colaboração (normas de cooperação) que, se regulamentado, configura-se como um instituto obrigatório, não vulnerável à uma “possível adesão” e, dessa forma, não corre o risco de ser mais um instrumento sujeito ao jogo defensivo e não colaborativo das unidades subnacionais.

Verificamos que existem dificuldades para a execução das ações do PAR no município, tais como: poucos técnicos capacitados para trabalhar com o plano; poucos recursos ou atraso nos repasses financeiros; informações incorretas fornecidas ao Ministério da Educação (MEC) sobre a realidade educacional do município, um quadro que só vem a provocar mais danos à educação municipal.

No entanto, também observamos que todos os entrevistados afirmam que a partir do PAR, a situação educacional do município melhorou, houve a entrada de mais recursos, mais investimentos na capacitação de professores e funcionários; houve a aquisição de materiais pedagógicos e a reconstrução de escolas (construção de quadras, de laboratórios multifuncionais e de informática). Ressalta-se que também todos os entrevistados souberam apontar exemplos de ações no PAR no município.

Contudo, ressaltamos que este estudo se limitou a analisar apenas um município dentre mais de 5000, sendo prudente a extensão da análise do PAR em relação aos demais entes federados. Diante do exposto, espera-se que este trabalho incentive pesquisadores e estudiosos das políticas públicas educacionais, bem como outros pesquisadores interessados, tendo em vista que as análises contidas nesta dissertação sinalizam a necessidade de um aprofundamento neste tema, pois trata-

se de um fenômeno novo no cenário das políticas públicas nacionais. Essa pesquisa também tem o intuito de apontar os pontos fortes e as fragilidades da implantação/implementação do PAR para contribuir no melhoramento da política educacional, além de somar as pesquisas já realizadas sobre o tema, estas são as perspectivas deste estudo.

REFERENCIAS.

ABRUCIO, Fernando L. **A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula.** Revista de Sociologia e Política, n. 24, jun. 2005.

ANDERSON, George. **Federalismo uma introdução.** Rio de Janeiro: editora FVG, 2009.

ANTUNES, Ricardo. Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho numa ordem neoliberal. In: Dourado, Luiz F.; PARO, Vitor H. **Políticas públicas e educação básica.** São Paulo: Xamã, 2001, p. 13-27.

ARANTES, Adriana Rocha Vilela. **Políticas Educacionais no Brasil:** visão geral da educação superior. Dissertação de Mestrado em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Setembro de 2006.

ARRETCHE, Marta. **Relações Federativas nas políticas sociais.** Educação e sociedade. V.23, n.80, p.25-48, set. 2002.

ASSIM-PAR. Projeto de assessoramento integrado aos municípios no planejamento de ações articuladas no estado do Pará. **Relatório Final.** Belém- UFPA, 2008.

BARBOSA, R, B.VIEIRA, S. R. Diversidade: **uma historiografia da reforma universitária de 1968.** 2009.

BARROSO, João. **O estudo da escola.** Porto: 1996.

BORDIGNON, Genuíno. Gestão Democrática do Sistema Municipal de Educação. In: GADOTTI, M. e ROMÃO, J. E. (Org.), Município e Educação. São Paulo, p. 135-171, Cortez, 1993_____. Genuíno. **Os Sistemas e os Conselhos de Educação.** Revista Textual, outubro de 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Decreto nº 1, de 15/11/1889** instituiu a República Federativa do Brasil, 1989.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394**, de 20 de 2006.

_____. **Lei nº 10.172, de 9 janeiro de 2001. Institui o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

_____. MEC. **Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Decreto nº 6.094**, Diário Oficial da União 25 de abril 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm. Acessado em: 05/10/2011.

_____. Ministério da Educação. **Documento de Apresentação do PAR – Plano de Ações Articuladas (Relatório Público)**. Brasília, DF. 2007c. Disponível em <http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico/principal.php>. Acesso em 10 de setembro 2012.

_____. Projeto de Lei 8035/2010. **Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2012.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo; LAUANDE, Maria de Fátima Ribeiro Franco **A Descentralização Como Componente da Gestão Educacional**. Anais ANPAE. 2009

CASSINI, Simone Alves. **Federalismo e política educacional no Brasil: debates e tentativas de regulamentação do regime de colaboração pós constituição federal de 1988**. Anais ANPED/ GT 5 (Estado e Políticas Educacionais). 2010.

CALAZANS. M. Julieta C. **Planejamento da Educação no Brasil: novas estratégias em busca de novas condições**. In. Planejamento educação no Brasil. 7º Edição. São Paulo. Cortez. 2009 (Questões da Nossa Época, v 21).

COUTINHO, C. N. (2006). **Intervenções: o marxismo na batalha das idéias**. São Paulo: Cortez.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991.

CURY, C. R. J. **Federalismo político e educacional**. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.). Políticas públicas e gestão da educação. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.
DOURADO. Luiz Fernandes. **Política e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas**. Educ. Soc. Campina v 28 nº 100.2007

_____, Carlos Roberto Jamil. A questão Federativa e a Educação Escolar. In OLIVEIRA, Romualdo Portela & SANTANA, Wagner (orgs.). **Educação e Federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010.

DALMÁS, Angelo. **Planejamento participativo na escola** :elaboração, acompanhamento e avaliação. Petrópolis: Vozes, 2003

DAMASCENO, Alberto, SANTOS, Emina, COSTA, Vanessa. **A elaboração dos planos de ações articuladas nos municípios paraenses: a construção do controle social na política educacional**. ANPAE. 2011.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Reconstruindo o Estado: Gestão do setor público e Reforma da Educação. EAESP/EGV/NPP. Relatório de Pesquisa nº 02, 1995.

FAZENDA, Ivani. (Org.). (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2008.

FERNANDES, Fabiana S. **Planejamento Educacional: conceitos, definições e mudanças UNESP**. GT: Estado e Política Educacional/ n. 05 Agência Financiadora: CAPES.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial e a gestão educacional brasileira. In: OLIVEIRA, Dalila O. (org.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p.46-63.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional**. Metodologia da Pesquisa Educacional-2ed São Paulo: Cortez. 1991.

GARCIA. Acácia Z. KUENZER. CALAZANS Maria Julieta Costa e Walter.In. **Planejamento e educação no Brasil**. 7ª Edição. São Paulo. Cortez.2009.Coleção da Nossa Época. V.21

GANDIN, Danilo. A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. 19. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011

HADDAD, Fernando. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programa/**Brasília: Inst. Nac. de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. Brasília: Senado Federal, 1996.

_____. Fernando. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programa.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2008. Disponível em www.planalto.gov.br. acesso em 23/11/2011

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia.** 13º Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 81-86.

HOLANDA. Lourival Júnior Alves de. **O PNE e as Políticas Educacionais no Debate Atual.** Secretaria de Estado da Educação de Sergipe. 2005.

IVASHITA. Simone Burioli. VIEIRA. Renata de Almeida. **Os Antecedentes do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932).** Dissertação de Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá.

JUDITH, Alda. **Usos e abusos do estudo de caso.** Cadernos de Pesquisa. V.36. n.129. Set/Dez. 2006.

JÚNIOR. Reynaldo Mauá. **Planejamento Escolar: um estudo a partir de produções acadêmicas (1961-2005)** Marília 2007. Universidade Estadual Paulista-UNESP. Tese de Doutorado: Políticas Públicas e Administração da Educação Brasileira.

KOSIK, Karel (1976). **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro, Paz e Terra

KUENZER, Acácia, et al. **Planejamento e Educação no Brasil.** 6ª Ed. São Paulo: Cortez. 2003.

KRAWCZYK, Nora R. **O PDE: novo modelo de regulação estatal?** Cadernos de Pesquisa, v.38, n.135, p.797-815, set./dez. 2008.

LIMA, Kátia Regina de Souza **reforma da educação superior nos anos de contra revolução neoliberal: de Fernando Henrique Cardoso a Luís Inácio Lula da Silva.** Tese de doutorado. Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense- UFF. 2005

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Trad. Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Belo horizonte: Editora UFMG, 1999.

LUCE, Maria Beatriz Moreira. **Construindo os sistemas municipais de ensino**- o papel das associações de municípios no Rio Grande do Sul. In: XAVIER, Antonio Carlos da R; AMARAL SOBRINHO, José; MARRA, Fátima (org). **Gestão escolar**: desafios e tendências. Brasília: IPEA, 1994.

MALLMANN. Vera Carmosina da Silva. **Política de Avaliação Como Estratégia de Gestão para a Melhoria da Escola Pública de Educação Básica**. Dissertação de Mestrado. 2009. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

MARTINS. Carlos Benedito. **A Reforma Universitária de 1968 e a Abertura para o Ensino Superior Privado no Brasil**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 10/06/2013.

MINAYO, M. C. S. (org) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 20.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MONTEIRO, Silas Borges & MOREIRA, Cláudia da Consolação. **Plano de Ações Articuladas em Mato Grosso**. Mato Grosso do Sul. Edoufnt, 2010.

MONTEIRO, Albêne Lis; NUNES, Cely do Socorro Costa. **A política estadual de formação de professores no Pará: a extinção do curso médio normal**. Anais 29 anped. 2006

MONIPAR- Projeto de Monitoramento e Acompanhamento dos Planos de Ações Articuladas nos Municípios Paraense – Relatório Final. Belém- UFPA, 2010.

NETO, Antonio Cabral; ALMEIDA, Maria Doninha. **Educação e gestão descentralizada**: conselho diretor, caixa escolar, projeto pedagógico. Revista em aberto. Brasília, v.17, n. 72. P. 35-46, fev/jun.2000.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **As Políticas Educacionais no governo Lula**: rupturas e permanências. RPBAE. v.25,n.2,p.197-209.Mai/Ago.2009.

OLIVEIRA, J.F., LIBÂNEO, J.C. A Educação Escolar: sociedade contemporânea.In: Revista Fragmentos de Cultura, v. 8, n.3, p.597-612, Goiânia: IFITEG, 1998.

OLIVEIRA, Romualdo p., SANTANA, Wagner. Educação e Federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento Dialógico Participativo**. Como Construir o Projeto Político Pedagógico da escola. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 157 p.

PARENTE, José. Planejamento Estratégico na Educação. 3^a Edição revisada e ampliada. Brasília: Livros, 2010.

PEREIRA, Bresser. **A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

PETTA, Nicolina Luiza de e OJEDA, Eduardo Aparecido Baez **História: Abordagem Integrado**. SP moderno 1999.

QUEIROZ, Arlindo; GOMES, Lêda. **O Planejamento Educacional No Brasil**. Fórum nacional de educação. 2011.

RAICHELIS, Raquel. **Democratizar a gestão das políticas sociais** – um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. Rev. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. 2000.

RELATÓRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA. Disponível em www.simec.mec.gov.br. Acesso em 02 outubro 2011.

REZENDE, Denis Alcides. **Metodologia de planejamento estratégico municipal para contribuir no planejamento e desenvolvimento local e regional**: proposta a partir de um survey em prefeituras brasileiras. Doc. aportes adm. pública gest. estatal [online]. 2007, n.8, pp. 53-80. ISSN 1851-3727.

SARI, Marisa Timm. **Regime de Colaboração Intergovernamental na Educação: a experiência do Rio Grande do Sul**. 2009. 193 f. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SANTOS, Robison; ANDRIOLI, Antonio. **Educação, globalização e neoliberalismo**: o debate precisa continuar. Revista Iberoamericana de Educación. Número 35/1. p. 1-14, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **O Plano de desenvolvimento da educação básica**: análise do projeto do MEC. *Educ. Soc.*, Campinas: CEDES, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 1231-1255, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 20/06/2013.

_____, Dermeval. PDE - **Plano de Desenvolvimento da Educação**: Análise crítica da política do MEC. Campinas: Autores Associados, 2009.

_____, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, nº. 100 Especial, p. 1231-1255, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 17/06/2013.

SAVIANI, D. Educação brasileira: Estrutura e sistema. 7ª ed., Campinas:Autores Associados, 1996a.

SIMIONATTO, Ivete. **Reforma do Estado ou modernização conservadora?**. Revista Gramsci. 2000. Disponível em <<http://www.acesa.com/gramsci/?id=56&page=visualizar>> Acesso em 21/10/2013.

SILVA. Adnilson José da. Depreensões Sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, Seus Principais Representantes e Sua Base liberal. Programa de Mestrado em Educação da 6-Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Maio de 2004.

SILVA. Lucivan Augusto da. MONTEIRO, SILAS Borges. Caracterização do Plano de Ações Articuladas do ponto de vista das Políticas Educacionais Brasileira In. Plano de Ações Articuladas em Mato Grosso: vivencias e reflexões. Silas Borges Monteiro, Claudia da Consolação Moreira (org). Cuiabá (MT). EduFMT.2010.

SOUZA, Celina. **Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988**. Revista de sociologia política. Curitiba, n.24, p.105-121, jun. 2005.

VALENTE, I. ROMANO, R. PNE: PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO OU CARTA DE INTENÇÃO? *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 96-107 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 17/06/2013.

VASCONCELOS FILHO, Paulo; MACHADO, Antônio Matos. **Planejamento estratégico**: formulação, implantação e controle. Rio de janeiro: livros técnicos e científicos. 1979.

VIEIRA, S.L. Desejos de reforma: legislação educacional no Brasil Império e República. Brasília: 2008.

_____. Sofia Lerche. **Reformas Universitárias Brasileiras em Diferentes Contextos**. Tese de doutorado. Universidade Estadual do Ceará-UECE. Fortaleza/Brasil.2009.

ULTRAMARI, Clovis & REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento Estratégico e Planos Diretores Municipais**: Referenciais e Bases de Aplicação. RAC. v. 12, n. 3, p. 717-739, Jul./Set. Curitiba. 2008.

ANEXOS



Síntese por Indicador

Neste item, agregam-se as planilhas dos quadros de **Sistematização dos Créditos de Pontuação** e **Sistematização Geral por Dimensão** da Parte III do Instrumento de Campo.

São Sebastião da Boa Vista - PA

1. Gestão Educacional

1. Gestão Democrática: Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino

indicador	pontuação	justificativa	demanda potencial
8	0	As regras são claras e de conhecimento dos servidores. Os relatórios e boletins de avaliação são acessíveis, porém, as avaliações de desempenho não levam em consideração dimensões e práticas realizadas no exercício efetivo do magistério. São sim considerados apenas aspectos mais globais inerentes a todas dinâmicas de trabalho.	Municipal:OK
9	0	O plano de carreira é único para o magistério e para os funcionários de serviço e apoio. Foi sancionado em 2003 estando já implantado, com sérios problemas de defasagem em relação aos diversos aspectos relacionados aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da educação municipal. Além de não ter mecanismos de avaliação que levem em conta as especificidades e particularidades do trabalho docente. Necessitando, portanto, de revisão e atuação.	

3. Comunicação com a Sociedade

indicador	pontuação	justificativa	demanda potencial
3	3	A resposta que mais se aproxima é a de número 3 pelo fato de ações vêm sendo implementadas nos espaços escolares com intensificação nos últimos 3 meses, por meio de cursos, oficinas, práticas esportivas e culturais.	

2. Formação de Professores e de Profissionais de Serviços e Apoio Escolar

1. Formação inicial de Professores da Educação Básica.

indicador	pontuação	justificativa	demanda potencial
1	4	Os dados da SME apontam que os docentes das creches possuem ensino médio - modalidade normal, tendo a qualificação mínima exigida em lei para o exercício profissional	

1. Gestão Educacional

5	2	A questão que mais se aproxima da situação atual é que existem critérios que consideram o mérito acadêmico, mas não são de conhecimento de todos e não existe uma publicação egal.	Municipal: Discussão e construção de critérios a partir de uma perspectiva democrática para eleição direta de diretores de escola.
4	1	As escolas não possuem PP, no entanto, a SME estimula e apóia sua elaboração nas visitas às escolas, nas reuniões pedagógicas e nos diálogos que mantém com a comunidade escolar.	Municipal: Estabelecimento de uma política e de instrumentos mais efetivos e eficazes para construção e implementação dos PP nas escolas da rede.
6	0	Existe uma proposta educacional resultante da Conferência Municipal de Educação e que vem sendo periodicamente avaliada pelos técnicos da SME. Esta proposta deverá desencadear um PME e mecanismos de avaliação de sua implementação, impactos e desdobramentos.	Municipal: Estruturar e implementar o PME e mecanismos de avaliação institucional permanentes com a participação de professores, gestores, alunos, funcionários e representantes da sociedade civil organizada, após seu envio para Câmara Municipal para análise e votação, sanção pelo prefeito e transformação em instrumento legal.

4. Infra-Estrutura Física e Recursos Pedagógicos

1	2	A SME tem disponibilizado acervo bibliográfico para a maioria das escolas da rede, apesar de todas receberem os livros didáticos anuais. No entanto, as mesmas não possuem espaços físicos adequados para organização e armazenamento do acervo existente e nem para estudos individuais ou em grupo.	Municipal: Estruturar espaços físicos adequados para funcionamento de biblioteca nas escolas da rede.
---	---	---	--

2. Formação de Professores e de Profissionais de Serviços e Apoio Escolar

4	0	Não se aplica porque o índice de qualificação é de 32%, incompatível com as respostas estabelecidas.	
---	---	--	--

1. Gestão Educacional

4. Suficiência e estabilidade da equipe escolar

indicador	pontuação	justificativa	demanda potencial
-----------	-----------	---------------	-------------------

1	Devido as condições geográficas do município (áreas de várzea, de igapó e transporte quase exclusivo através de via fluvial) e as dificuldades financeiras de infra-estrutura e de pessoal da SME, o acompanhamento sistemático das atividades pedagógicas torna-se mais difícil.	Municipal: Estruturar melhor a SME a partir da captação de novos recursos financeiros para dotá-la de melhor infra-estrutura e corpo técnico suficiente para atendimento mais amplo e sistemático às unidades educacionais da rede municipal.
---	---	--

2. Formação de Professores e de Profissionais de Serviços e Apoio Escolar

2. Formação Continuada de Professores da Educação Básica

indicador pontuação	justificativa	demanda potencial
2	As ações desenvolvidas (minicursos, oficinas, semana pedagógica, etc.) são pontuais não configurando um conjunto de diretrizes articuladas que estruturam uma política efetiva de formação.	Municipal: Estruturação de ações e diretrizes que possam configurar uma política clara e estruturada que estabeleça uma política de formação continuada dos professores das séries iniciais do ensino fundamental.

4. Infra-Estrutura Física e Recursos Pedagógicos

3. Recursos Pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais

indicador pontuação	justificativa	demanda potencial
2	Poucas escolas da rede possuem esses materiais pedagógicos que ainda não são em quantidade suficiente para atender a todos os alunos e professores das mesmas.	Municipal: Equipar as escolas da rede com materiais pedagógicos e diversificados para atendimento adequado do processo ensino aprendizagem

1. Instalações físicas gerais

indicador pontuação	justificativa	demanda potencial
2	1 As escolas da rede não possuem laboratórios de informática, artes e ciências.	Municipal: Criar, gradativamente, estruturar (física e de pessoal) e manter, laboratórios de informática, artes e ciências nas escolas da rede.

1. Gestão Educacional

7	O plano de carreira é único para o magistério e para os funcionários de serviço e apoio. Foi sancionado em 2003 estando já implantado, com sérios problemas de defasagem em relação aos diversos aspectos relacionados aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da educação municipal. Além de não ter mecanismos de avaliação que levem em conta as especificidades e particularidades do trabalho docente. Necessitando, portanto, de revisão e atualização.	Municipal: OK
---	--	----------------------

3. Práticas Pedagógicas e Avaliação

3	2 As expressões culturais são amplas no município, no entanto, a falta de espaço e maior apoio dificultam a concretização dessas atividades envolvendo as escolas da rede. No entanto, dentro das condições existentes a SME estimula ações que são feitas fora do espaço escolar e orienta para que estas envolvam a integração com a comunidade do entorno.
---	--

2. Formação de Professores e de Profissionais de Serviços e Apoio Escolar

4. Formação inicial e continuada de professores da Educação Básica para cumprimento da Lei 10.639/03

indicador pontuação	justificativa	demanda potencial
1	1 O município não possui política de formação para os docentes da educação básica de sua rede visando o cumprimento da lei 10.639/03.	Municipal: Estabelecer políticas de formação inicial e continuada visando o cumprimento da lei 10.639/03.

3. Práticas Pedagógicas e Avaliação

1. Elaboração e Organização das práticas pedagógicas

indicador pontuação	justificativa	demanda potencial
---------------------	---------------	-------------------

4 1 Não existem programas especiais, contudo algumas escolas vêm realizando ações pontuais nesta perspectiva.

Municipal: Consolidar e ampliar as ações especiais relativas ao incentivo à leitura de professores e alunos em todas as escolas da rede no sentido de estruturar uma política para a área.

1. Gestão Educacional

4. Suficiência e estabilidade da equipe escolar

indicador pontuação	justificativa	demanda potencial
2 2	Até 2007 o cálculo do número de remoções e substituições do quadro de professores era realizado anualmente de forma geral, mas não havia um planejamento adequado devido o grande número de professores temporários. A partir de 2008, com a efetivação através de concurso público é possível o estabelecimento de ações mais claras e concretas para estruturar tal situação.	Municipal: O cálculo deve ser feito para planejar as demandas na rede visando a diminuição de remoção e substituição do quadro de professores, contemplando todas as etapas de ensino ofertadas pela rede, sem prejuízo ao aprendizado dos alunos.

3. Práticas Pedagógicas e Avaliação

2. Avaliação da aprendizagem dos alunos e tempo para assistência individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem.

indicador pontuação	justificativa	demanda potencial
1 2	Apesar de todo o esforço que os técnicos da SME vêm fazendo no sentido de estimular práticas alternativas de avaliação e de auto-avaliação os docentes da rede ainda encontram dificuldades para sua concretização nos processos de aprendizagem das diferentes escolas da rede.	Municipal: Intensificar as práticas alternativas de avaliação e auto-avaliação para um

1. Elaboração e Organização das práticas pedagógicas

indicador pontuação	justificativa	demanda potencial
2 3	Devido as condições globais do município as reuniões definidas no calendário escolar são periódicas, realizadas bimestralmente em todas as escolas envolvendo apenas professores e supervisores ou coordenadores pedagógicos.	

1. Gestão Educacional

5. Gestão de Finanças

indicador pontuação	justificativa	demanda potencial
1 2	Apesar da existência formal de mecanismos de controle e fiscalização é necessário a melhoria e consolidação de seu funcionamento para ampliar as estratégias de controle social e publicização dos investimentos realizados. Vale ressaltar que o gestor municipal da educação não é o ordenador de despesas.	Municipal: Melhorar os mecanismos de controle e fiscalização dos recursos vinculados à educação, criando e consolidando estratégias de publicização e controle social.

3. Práticas Pedagógicas e Avaliação

2. Avaliação da aprendizagem dos alunos e tempo para assistência individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem.

indicador pontuação	justificativa	demanda potencial
2 2	Os processos de assistência aos alunos com dificuldades de aprendizagem acontecem no final do 1º semestre, dentro dos 200 dias letivos, e no final do ano como recuperação coletiva, extra 200 dias letivos, aos alunos que não obtiveram aproveitamento satisfatório no decorrer do ano.	Municipal: Estabelecer mecanismos de assistência individual/coletiva aos alunos com dificuldades de aprendizagem nas escolas da rede municipal.

2. Formação de Professores e de Profissionais de Serviços e Apoio Escolar

1. Formação inicial de Professores da Educação Básica.

indicador pontuação	justificativa	demanda potencial
---------------------	---------------	-------------------

3	1	<p>A falta de uma política municipal de formação inicial para os docentes assim como o número insuficiente de IES que atenda a demanda de</p> <p>graduação em nível superior. A SME tem desenvolvido ações pontuais de incentivo a formação.</p>	<p>Municipal: Criar uma política de formação que possibilite o acesso, aos docentes não graduados, curso de nível superior para atuar nas séries iniciais do Ensino Fundamental.</p>
---	---	--	---

3. Formação de Professores da Educação Básica para atuação em educação especial, escolas do campo, comunidades Quilombolas ou Indígenas.

indicador pontuação	justificativa	demanda potencial	
1	2	<p>O município não possui área quilombola ou indígena. Em relação à educação especial busca implementar uma proposta inclusiva ao incorporar os PNEE's nas turmas regulares, e desenvolvendo atividades pontuais para os docentes da educação básica. Em</p> <p>relação à educação do campo a SME não realizou cursos específicos, mas promoveu no ano de 2007 o II Encontro Mesoregional de Educação do Campo do Arquipélago do Marajó, o que constituiu atividades de educação continuada.</p>	<p>Municipal: Estabelecer políticas de formação inicial e continuada para a educação especial e educação do campo.</p>

1. Gestão Educacional

2	0	A SME não estabeleceu parcerias neste campo.
---	---	--

4. Infra-Estrutura Física e Recursos Pedagógicos

1. Instalações físicas gerais

indicador pontuação	justificativa	demanda potencial	
6	2	<p>As dimensões das salas de aula atendem, parcialmente, a demanda de matrícula existente e na maioria das escolas o mobiliário se constitui apenas de carteiras para os alunos. mínimos estabelecidos para a rede.</p>	<p>Municipal: Mobiliar e adequar as salas de aula visando o melhor aproveitamento do processo de ensino e aprendizagem, de acordo com os padrões</p>

1. Gestão Educacional

2. Desenvolvimento da Educação Básica: ações que visem a sua universalização, a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem assegurando a equidade nas condições de acesso e permanência e conclusão na idade adequada

indicador pontuação	justificativa	demanda potencial	
1	2	<p>A resposta que mais se aproxima é a opção 2, pois mesmo que a proposta não esteja implantada, já está havendo discussão com a</p> <p>intenção de estabelecer diretrizes pedagógicas e ações de capacitação e adequação das unidades escolares para sua efetiva concretização.</p>	<p>Municipal: Estabelecer as diretrizes fundamentais para o ensino de 9 anos na rede municipal.</p>

4. Infra-Estrutura Física e Recursos Pedagógicos

1. Instalações físicas gerais

indicador pontuação	justificativa	demanda potencial	
5	2	<p>J: A SME possui atualmente um planejamento para garantir condições adequadas de acesso para os PcD's, pois algumas escolas já possuem rampas de acesso, banheiros adaptados e outras condições de facilitação. No entanto, a maioria dos prédios escolares existentes ainda necessita de adaptação.</p>	<p>Municipal: Garantir efetivamente a execução do planejamento voltado à adaptação das escolas da rede ampliando o conjunto de ações que vise facilitar o acesso dos PcD's.</p>

1. Gestão Educacional

2. Desenvolvimento da Educação Básica: ações que visem a sua universalização, a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem assegurando a equidade nas condições de acesso e permanência e conclusão na idade adequada

indicador pontuação	justificativa	demanda potencial	
2	1	<p>As atividades que são realizadas no contraturno são exclusivamente as aulas de educação física que compõem as dimensões obrigatórias</p> <p>do currículo escolar. No entanto, outras atividades complementares e de fortalecimento de uma proposta curricular mais ampla não estão contempladas e nem são realizadas sistematicamente.</p>	<p>Municipal: Estabelecer atividades de contraturno a partir do momento em que haja condições financeiras, materiais e de pessoal para serem realizadas.</p>

3. Práticas Pedagógicas e Avaliação

4	1	<p>Não existe política definida para correção de fluxo, no sentido de</p>	<p>Municipal: Estabelecer ações político-pedagógicas que busquem superar as dificuldades relacionadas</p>
---	---	---	--

superar a evasão, repetência e distorção série-idade.

à repetência, evasão e distorção série-idade.

4. Infra-Estrutura Física e Recursos Pedagógicos

3. Recursos Pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais

indicador	pontuação	justificativa	demanda potencial
1	3	As escolas têm sido equipadas com acervo bibliográfico adequado para as necessidades do processo de ensino aprendizagem.	

2. Formação de Professores e de Profissionais de Serviços e Apoio Escolar

2. Formação Continuada de Professores da Educação Básica

indicador	pontuação	justificativa	demanda potencial
1	1	As ações desenvolvidas (minicursos, oficinas, semana pedagógica, etc.) são pontuais não configurando um conjunto de diretrizes articuladas que estruturam uma política efetiva de formação.	Municipal: Estruturação de ações e diretrizes que possam configurar uma política clara e estruturada que estabeleça uma política de formação continuada dos professores da educação infantil.

1. Formação inicial de Professores da Educação Básica.

indicador	pontuação	justificativa	demanda potencial
2	4	Dos 32 docentes que atuam na Pré-Escola a SME tem 26 com Ensino Médio - Modalidade Normal e 6 com Graduação de Ensino Superior, tendo a qualificação exigida por lei para atuação profissional	

4. Infra-Estrutura Física e Recursos Pedagógicos

3	1	As escolas da rede não possuem quadra de esporte.	
---	---	---	--

Municipal: Criar, gradativamente, nos pólos (estruturas organizacionais adotadas pelo município para a gestão da política educacional) quadras poliesportivas.

2. Formação de Professores e de Profissionais de Serviços e Apoio Escolar

5. Formação do Profissional de Serviços e apoio Escolar

indicador	pontuação	justificativa	demanda potencial
1	2	O município realizou alguns cursos para profissionais de serviço e apoio como: cursos para todas as merendeiras das escolas, cursos de relações humanas e cursos oferecidos pela Escola de Governo do Estado em parceria com a prefeitura relacionados a gestão de pessoas e em áreas específicas de trabalho administrativo. No entanto, não existe um programa estruturado e articulado de formação desse conjunto de profissionais.	Municipal: Estruturar programas de formação inicial e continuada para os profissionais de serviço e de apoio da rede municipal de ensino.

2. Formação Continuada de Professores da Educação Básica

indicador	pontuação	justificativa	demanda potencial
3	1	As ações desenvolvidas (minicursos, oficinas, semana pedagógica, etc.) são pontuais não configurando um conjunto de diretrizes articuladas que estruturam uma política efetiva de formação.	Municipal: Estruturação de ações e diretrizes que possam configurar uma política clara e estruturada que estabeleça uma política de formação continuada dos professores das séries finais do ensino fundamental.

1. Gestão Educacional

3. Comunicação com a Sociedade

indicador	pontuação	justificativa	demanda potencial
4	3	O poder público municipal tem realizado, esporadicamente, reforma e manutenção nos poucos espaços públicos existentes que são utilizados pela comunidade escolar. Apesar de não haver uma política sistematizada de incentivo a essas práticas.	

4. Infra-Estrutura Física e Recursos Pedagógicos

2. Integração e Expansão do uso de Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Pública

indicador	pontuação	justificativa	demanda potencial
-----------	-----------	---------------	-------------------

2	2	Poucas escolas da rede possuem TV, vídeo/DVD, com materiais didático-pedagógicos atualizados para uso nos processos de ensino aprendizagem, além do que não possuem salas específicas. É importante ressaltar que na zona rural do município não existe energia elétrica.	Municipal: Equipar, gradativamente, todas as escolas da rede com TV, vídeo/DVD e materiais didático-pedagógicos atualizados. É necessário agilizar e ampliar o programa “Luz para Todos”.
---	---	---	--

1. Gestão Educacional

5. Gestão de Finanças

indicador	pontuação	justificativa	demanda potencial
------------------	------------------	----------------------	--------------------------

2	3	Os princípios legais são respeitados, no entanto, o diagnóstico situacional ainda é muito incipiente para a definição das áreas prioritárias, além do mais o conselho responsável deve ter uma atuação mais eficaz e incisiva.
---	---	--

2. Desenvolvimento da Educação Básica: ações que visem a sua universalização, a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem assegurando a equidade nas condições de acesso e permanência e conclusão na idade adequada

indicador	pontuação	justificativa	demanda potencial
------------------	------------------	----------------------	--------------------------

3	2	Os resultados das avaliações oficiais do MEC são analisados e discutidos no planejamento, encontros pedagógicos, reuniões de pais com/para a comunidade relativas aos resultados e mestres, embora não haja uma ampla divulgação desses resultados.	Municipal: Ampliar as discussões e a divulgação das avaliações oficiais do MEC.
---	---	---	--

1. Gestão Democrática: Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino

indicador	pontuação	justificativa	demanda potencial
------------------	------------------	----------------------	--------------------------

1	3	Atualmente existem 8 CE que agregam 14 escolas, são necessários mais 10 CE para atingir a totalidade das escolas da rede.
---	---	---

3. Práticas Pedagógicas e Avaliação

2. Avaliação da aprendizagem dos alunos e tempo para assistência individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem.

indicador	pontuação	justificativa	demanda potencial
------------------	------------------	----------------------	--------------------------

3	3	Os mecanismos de registro de frequência diária dos alunos são claros e definidos, no entanto, é necessária uma dinâmica mais intensa de comunicação entre as escolas, as famílias e as demais instâncias, como Conselho Tutelar, Assistência Social, etc, para superação dos problemas de ausência e abandono escolar.
---	---	--

1. Gestão Educacional

1. Gestão Democrática: Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino

indicador	pontuação	justificativa	demanda potencial
------------------	------------------	----------------------	--------------------------

2	1	Existe lei de criação do CME que em 2007 na Conferência Municipal de Educação foi votada e aprovada uma nova proposição a ser encaminhada ao legislativo para apreciação e votação e posterior sanção pelo prefeito.	Municipal: Criação e estruturação do CME.
---	---	--	--

4. Infra-Estrutura Física e Recursos Pedagógicos

Poucas escolas da rede possuem cozinhas e estas não estão devidamente adequadas e nem possuem os equipamentos necessários e espaço para conservação e armazenamento dos alimentos. Somente uma escola de educação infantil localizada na sede do município possui refeitório.

4	2	necessários e espaço para conservação e armazenamento dos alimentos. Somente uma escola de educação infantil localizada na sede do município possui refeitório.
---	---	---

3. Recursos Pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais

indicador	pontuação	justificativa	demanda potencial
------------------	------------------	----------------------	--------------------------

3	2	Poucas escolas da rede possuem materiais esportivos diversificados, em bom estado de conservação, e em quantidade suficiente para o desenvolvimento de práticas de esporte.	Municipal: Equipar as escolas da rede com materiais esportivos diversificados que atenda adequadamente a demanda para o desenvolvimento de práticas desportivas.
---	---	---	---

1. Gestão Educacional

1. Gestão Democrática: Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino

indicador	pontuação	justificativa	demanda potencial
------------------	------------------	----------------------	--------------------------

3	2	Apesar do CAE ser representativo e estar implantado, necessita de espaço físico, de uma melhor dinâmica de funcionamento e formação de seus membros para o cumprimento adequado de suas	Municipal: Estabelecer o funcionamento adequado do CAE e formar os conselheiros.
---	---	---	---

atribuições.

4. Infra-Estrutura Física e Recursos Pedagógicos

2. Integração e Expansão do uso de Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Pública

indicador	pontuação	justificativa	demanda potencial
1	1	As escolas da rede não possuem equipamentos de informática à rede mundial de computadores, assim como não dispõe de recursos de informática para atualização de conteúdos e realização de pesquisas.	Municipal: Equipar, gradativamente, e manter as ligadas escolas da rede com laboratórios de informática conectados à rede mundial de computadores e para a utilização de estudos e pesquisas

3. Recursos Pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das demandas educacionais

indicador	pontuação	justificativa	demanda potencial
5	3	A SME estimula e oferece cursos de capacitação para a confecção de materiais didáticos e pedagógicos, no entanto, os recursos existentes são insuficientes para atender à demanda das escolas da rede no decorrer do ano letivo.	

1. Gestão Educacional

1		Existem alguns acordos pontuais da SME com associações que desenvolvem atividades que alcançam algumas escolas com o desenvolvimento de atividades complementares na 2 objetivo de oferecer ações complementares ao processo educativo das crianças envolvidas.	Municipal: Estabelecer e ampliar parcerias para o desenvolvimento de atividades complementares na área da educação.
---	--	---	--



Síntese Questões Pontuais

São Sebastião da Boa Vista - PA

Dimensão: | - selecione -

É de conhecimento do município a possibilidade de participar de Programas do Governo Federal e outros órgãos ou instituições, a fim de melhorar a qualidade da educação? Em caso positivo relacione os Programas conhecidos e/ou utilizados.

Sim. Os programas são Programa do Livro e da Leitura, Saberes da Terra, PDDE, MOVA, PNAI, PNAT, Escola Ativa, Educacenso, LSE 2006, PROINFO 2008, PME, PNLD, FUNDEB, PRÓ-LETRAMENTO 2008, PROJETO DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA DOCENTES DA REDE DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL.

**Qual é o papel da secretaria ou coordenação regional na definição das diretrizes de gestão, pedagógicas, e de funcionamento da escola?
(Aferir o grau de autonomia da escola)**

A partir de 2005, em uma nova Administração, a SEMEEL vem desenvolvendo seu papel de Gestora Institucional da Política Educacional de sua rede, na busca da construção de um processo participativo, democrático e descentralizado, envolvendo as Unidades Educativas no conjunto das discussões e da tomada de decisão dos rumos da Educação Municipal, o que caracteriza uma atuação positiva que incentiva o processo de autonomia das Unidades Educacionais.

A secretaria analisou os resultados da Prova Brasil das escolas sob sua responsabilidade? Qual a opinião? Reflete a realidade? Há outro processo de avaliação?

A SEMEEL não realizou de forma minuciosa a análise dos dados da Prova Brasil de sua rede escolar, no entanto, estabeleceu comparações entre os resultados com os índices de rendimento escolar através do acompanhamento pedagógico. O resultado da Prova Brasil foi reflexo de uma situação conturbada vivida no ano de 2004 em que escolas não terminaram o ano letivo, professores com 6 a 7 meses de atraso salarial e a gestão educacional em situação caótica, o que refletiu em resultados extremamente ruins tanto da Prova Brasil, quanto dos índices sintetizados pela SEMEEL. Vale ressaltar que a SEMEEL estabelece como parâmetro de avaliação o rendimento escolar a partir dos dados de sua rede para o planejamento anual.

Qual a articulação dos conselhos escolares com a Secretaria Municipal ou direção regional e com o conselho municipal de educação e com conselhos de acompanhamento e controle social que têm mais relação com a educação (alimentação escolar, FUNDEF/FUNDEB e bolsafamília)?

Dos conselhos escolares existentes há uma boa articulação com a SEMEEL, no entanto, em relação aos demais conselhos que são: Conselho de Alimentação Escolar, Conselho do FUNDEB e o Conselho de Assistência Social - que trata das questões do Bolsa Família - as relações precisam ser estabelecidas e consolidadas. É importante ressaltar o Conselho Municipal de Educação não foi implantado e os

demais conselhos foram implementados recentemente, no ano de 2007, necessitando portanto de maior fortalecimento de suas atuações.

Existem programas específicos de alfabetização de jovens e adultos? Quais? Atende a quantas pessoas? Quais os parceiros?

Sim. MOVA CABOCLO (atendendo 565 alunos, distribuídos em 27 turmas no município) e EJA (atendendo 581 alunos, distribuídos em 28 turmas -1ª etapa até o ensino médio). O único parceiro é o MEC.

As creches são credenciadas e integradas à rede municipal de ensino?

Sim.

Todas as crianças de 06 a 14 anos freqüentam a escola?

Não, pois não temos pré-escolas suficientes para atender a demanda de alunos na faixa de 04 a 06 anos e por não termos adotado ainda o Ensino de 09 Anos no município.

Qual é a estimativa de crianças de 06 a 14 anos de idade que estão fora da escola?

De acordo com os dados internos da SEMEEL, em 2007, a média gira em torno de 10%.

Há fatores que podem ser considerados centrais para explicar a não-freqüência à escola de crianças e adolescentes nessa faixa etária?

Escassez de recursos financeiros destinados à aplicabilidade em estrutura física para a expansão do atendimento das modalidades pré-escolar e ensino fundamental aliada à grande dificuldade de acesso em muitas localidades (retiros) devido áreas de várzea, igapós, rios, igarapés, diversificados, e o transporte exclusivamente fluvial, o que dificulta a freqüência e a oferta de vagas, uma vez que os recursos repassados pelos Governos Federal e Estadual são irrisórios no atendimento do transporte escolar dos nossos alunos que em sua maioria encontram-se localizados na zona rural. Outro aspecto importante é que muitos alunos se evadem devido a inserção precoce nas atividades da produção familiar, o que caracteriza situações de trabalho infantil. O último aspecto refere-se à não-consolidação do Ensino Fundamental de 09 anos.

PNAC/2006	10.076,00	100
PNAT/2006	177.057,18	100
PDDE/2006	17.494,40	69,76
EJA/2006	45.562,50	99,92
PANE/2007	345.972,00	100
PNAC/2007	11.296,00	100
PNAT/2007	349.900,00	100
PDDE/2007	12.901,80	99,98

O Município complementa - e em quanto - os recursos de transferência legal?

O município complementou, em 2006, somente o Programa de Alimentação Escolar com o valor de R\$ 12.468,14 (doze mil quatrocentos e sessenta e oito reais e quatorze centavos).

O Município recebe apoio do Estado para: (que tipo e valores)a. Transporte escolar?b. Alimentação?c. Apoio pedagógico (material e supervisão)?

a) Transporte escolar?

Sim. Para o Programa de Transporte Escolar o município recebeu através de convenio firmado com a SEDUC – Secretaria de Estado de Educação, em 2006 R\$ 34.776,00 e em 2007 R\$ 125.395,00 , dos quais foram creditados em conta somente R\$ 98.000, 00

b) Alimentação?

Não. Não houve recebimento de valores para aquisição de alimentação escolar, nem em 2006 e nem 2007.

c) Apoio pedagógico (material e supervisão)

Não. Não houve recebimento de valores para ações pedagógicas, em nenhum dos dois últimos exercícios findos.

Que valores recebeu da cota municipal do salário educação e quanto aplicou, nos últimos 2 anos?

ANO	VALOR	APLICAÇÃO - %
2006	126.913,55	100
2007	148.035,78	89,08

Em que ações têm sido aplicados estes recursos da cota municipal do salário educação?

Em todo tipo de ações, que vai da aquisição de carteiras escolares (investimento) a despesas de custeio, mas todo na rubrica educação.

Existem programas próprios ou em regime de colaboração para formação inicial dos professores em exercício na rede? Quais? Estes programas atendem professores de que níveis? Relacionar os parceiros.

Não. O que existem são ações às quais poderemos classificar como medidas

voltadas para a educação ambiental:

Existem ações que foram realizadas como: Semana do Meio Ambiente, palestras e oficinas do Projeto Rondon, Plano de Ação em Defesa do Meio Ambiente, ações nos jogos estudantis que incentivaram a reciclagem, gincana de meio ambiente, oficina de reciclagem, conselho de jovens chamado "Coletivo Jovem" e o "Com-vida", que envolve alunos, professores e comunidade que discute a Agenda 21 nas escolas; além de ações realizadas pela sociedade civil como as atividades da igreja católica no decorrer da Campanha da Fraternidade 2007 sobre a Amazônia e meio ambiente realizadas durante a Semana Pedagógica. No entanto, tais ações não configuram uma política estruturada e articulada de formação continuada para a Educação Ambiental.

Os professores participam ou participaram de programas que visam o desenvolvimento de conteúdo dos Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação e das Diretrizes Curriculares Nacionais do CNE, considerando a diversidade étnico-racial?

Não.

A SME dispõe de nutricionista? Em caso afirmativo, o profissional trabalha em tempo em integral? Todas as escolas da rede são atendidas pelo nutricionista? Quais as atividades deste profissional?

A SEMEEL dispõe de uma nutricionista que não trabalha em tempo integral, mas atende todas as escolas da rede na elaboração do cardápio, do teste de aceitabilidade e do treinamento das merendeiras.

Existem programas próprios ou em regime de colaboração para formação inicial e continuada dos profissionais de serviços e apoio escolar? Quais?

Não.

A comunidade escolar tem informações sobre a quantidade de alunos que se evadem ou abandonam a escola?

Sim, através dos dados estatísticos apresentados e disponibilizados anualmente na Secretaria Municipal de Educação e em cada escola. Havendo orientação para que os professores divulguem os resultados nas comunidades escolares.

A comunidade escolar busca compreender as causas da evasão e do abandono escolar?

Sim, através de planejamento realizado nas semanas pedagógicas anuais, encontros pedagógicos nas escolas, reunião de pais e mestres a partir dos quais é possível diagnosticar tais situações da educação municipal, possibilitando traçar metas e proposições para que haja redução desses percentuais.

As escolas adotam alguma medida para trazer de volta alunos que se evadiram ou abandonaram a escola? Essas medidas têm gerado bons resultados?

As escolas adotam o sistema de visitas as residências dos responsáveis por alunos, a princípio, faltosos, o que tem possibilitado uma relação de proximidade com as famílias dos alunos, gerando bons resultados pela diminuição das taxas de evasão.

Os alunos participam da definição dos objetivos, do material, das situações, dos métodos e do próprio planejamento das atividades desenvolvidas na escola?

Não. Pois, a definição dos objetivos, do material, das situações, dos métodos e do próprio planejamento das atividades desenvolvidas na escola ainda são de responsabilidade do corpo técnico e docente, o que não impossibilita futuramente que tais situações possam mudar de rumo através da representação estudantil nos conselhos escolares e em outras instâncias de tomada de decisão das escolas.



Você está aqui: [Principal](#) » [Monitoramento](#) » [Monitoramento estrutura PA](#)

PAR - Plano de Metas

Monitoramento do PAR

1º/2008	2º/2008	Porcentagens de preenchimento p		1º/2010	2º/2010	1º/2011	2º/2011
100%	100%			100%	100%	100%	100%
-	-	1º/2009	2º/2009	-	-	-	-
		100%	100%				
		-	-				

São Sebastião da Boa Vista - PA



[Abrir Todos](#) | [Fechar Todos](#)

Dimensões	Programa	Forma de Execução	Qtde. Planejada	Unidade de Medida	Situação	Data da execução	Intidade
↳ ☐ 1. Gestão Educacional							
↳ ☐ 1. Gestão Democrática: Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino							
↳ ☐ 2. Existência, composição e atuação do Conselho Municipal de Educação (CME).			1	documento(s)	1º/2008: Em Andamento	07/2008	0
↳ ☐ Implantar CME					2º/2008: Concluído		0
↳ ✓ 📄 - 1.1.2 - 1							
Elaborar Projeto de Lei com claros e procedimentos para	Executadas	critérios	4	conselho(s)	1º/2009: Em Andamento	06/2009	0
Outros pelo município democráticos					2º/2009: Concluído		
↳ ✓ 1.1.2 - 2							
Qualificar conselheiros que Capacitação de multiplicadores da	Pró-Conselho - Programa Nacional de Assistência	serão os	4	conselho(s)	1º/2008: Em Andamento	07/2008	0
Conselheiros Municipais de técnica do MEC formação de conselheiros					2º/2008: Em Andamento		
Educação municipais de educa...					1º/2009: Em Andamento		0
↳ ✓ 1.1.2 - 3					2º/2009: Concluído		
Qualificar conselheiros municipais de educação.	Executadas		1	documento(s)	07/2008		0
Outros pelo município							
↳ ☐ 3. Composição e atuação do Conselho de Alimentação Escolar - CAE			5	conselho(s)	1º/2008: Em Andamento	12/2008	
↳ ☐ Estabelecer normas democráticas para o melhor funcionamento do CAE					2º/2008: Em Andamento		
↳ ✓ 📄 1.1.3 - 1							
Elaborar e implementar regimento interno para o	Executadas				1º/2009: Em Andamento		
Outros pelo					2º/2009: Concluído		

Conselho de Alimentação município

Escolar,
estabelecendo a
mat...

1º/2008:

Em
Andamento

2º/2008:

Em
Andamento

1º/2009:

Em
Andamento

2º/2009:

Em
Andamento



1.1.3 - 2 Programa Nacional de

Formação Continuada a

Qualificar conselheiros que Distância nas Ações

do FNDE Assistência **serão os**

multiplicadores da - Formação pela Escola -

técnica do **formação de conselheiros**

Módulo Programa Nacional de MEC **do**

Conselho de Alim... Alimentação Escolar

1º/2010: Em Andamento

2º/2010: Em Andamento

1º/2011: Em Andamento

4. Existência de

Projeto Pedagógico (PP) nas
dos professores e do CE na ...

escolas e grau de participação

Promover a implantação do PP nas

escolas da rede, considerando
cada estabelec...

as particularidades de



1º/2008: Em Andamento

1.1.4 - 1

Definir diretrizes

Executadas

2º/2008: Em
Andamento

pedagógicas para subsidiar Outros pelo 1 documento(s) 07/2008
elaboração do município 1º/2009: Em

0 as escolas na

Andamento projeto

pedagógico (PP), c...

2º/2009:
Concluído



1º/2008: Em Andamento

1.1.4 - 3 2º/2008: Em
Andamento

Qualificar as equipes

Executadas

rede para a Outros pelo 30 professor(es) 07/2008 0

1º/2009: Em escolares da

município implementação do projeto 2º/2009: Em pedagógico (PP)...Andamento

Andamento elaboração e

1º/2010:
Concluído

1.1.4 - 4

1º/2008: Não

Qualificar a equipe da SME

Assistência

Iniciado

para o desenvolvimento de SECAD - Direitos Humanos técnica do 1
ações voltadas para a MEC

kit(s) de material

2º/2008: Não

Iniciado diversidade e os

direitos...

1º/2008: Em Andamento
2º/2008: Em Andamento



1.1.4 - 6

Promover a implantação do PDE Escola - Plano de Executadas

1º/2009: Em
Andamento

unidade(s)
 pelo 1 04/2010 0
PDE Escola nas escolas da Desenvolvimento da Escola escolar(es) 2º/2009: Em
 município
rede. Andamento
 1º/2010: Em Andamento
 2º/2010:
 Concluído
 1º/2008: Em Andamento
 2º/2008: Em Andamento
 1º/2009: Em
 Andamento
1.1.4 - 7 PDE Escola - Plano de Assistência

unidade(s)
Executar as ações do PDE Desenvolvimento da Escola técnica do 1 04/2010
 0
Escola. escolar(es) 2º/2009: Em
 MEC
 Andamento
 1º/2010: Em Andamento
 2º/2010:
 Concluído

5. Critérios para

Adequar os
 critérios de escolha de
 princípios democráticos. escolha da Direção Escolar
 diretores, fundamentado nos

↳ ✓ 1.5 - 1

Executadas
Promover um amplo debate Outros pelo 3 reunião(ões) Andamento 07/2008
 0 com os profissionais da município 2º/2008:
rede e com a comunidade. Concluído

↳ ✓

1.1.5 - 2
Elaborar critérios de Executadas
 Andamento
 2º/2008: Em
escolha de diretores, Outros pelo 1 documento(s) Andamento 12/2008 0
fundamentando-os nos município 1º/2009: Em
princípios democráticos e Andamento na legisl... 2º/2009:

↳ ✓
 ↳ ✓

Concluído

1º/2008: Em Andamento

2º/2008: Em



1.1.5 - 3

Andamento

Elaborar e divulgar

Executadas

1º/2009: Em

documento com os critérios

Outros pelo 4

documento(s)

Andamento

12/2009

1

de escolha de diretores município

escolares.

2º/2009: Em

Andamento

1º/2010:

Concluído

1º/2009: Em Andamento

2º/2009: Em

1.1.5 - 4 Rede Nacional de Formação

Continuada de Professores da Assistência

Qualificar os diretores das

Educação Básica -

técnica do

10

diretor(es)

Andamento

03/2010

0 **escolas em curso de**

Aperfeiçoamento - Diretores

MEC

1º/2010: Em

aperfeiçoamento.

Escolares

Andamento

2º/2010:

Concluído

2. Desenvolvimento da Educação Básica: ações

que visem a sua universalização, a melhoria da qualidade d...

1. Implantação e

Organização do ensino

fundamental de 09 anos

Implantar o

ensino fundamental de 9 anos

e reestruturar a

proposta pedagógica da rede.

1º/2008: Em Andamento

1.2.1 - 1

2º/2008: Em

Promover a reestruturação Executadas

Andamento

pedagógica da rede, a partir

Outros pelo

1

documento(s) 12/2008

0 **da discussão sobre**

município

1º/2009: Em

Andamento **currículo, tempo**

e espaço ...

2º/2009:

Concluído

1º/2008: Em Andamento

1.2.1 - 3

2º/2008: Em

Realizar estudos de Microplanejamento Assistência **Andamento** reordenamento da rede que
Educaional técnica do 1 documento(s) 07/2008 0 **considere currículo, tempo e**
MEC 1º/2009: Em
↳ ☐

↳ ☐
escolares (microp...

Andamento espaços

2º/2009:
Concluído

2. Existência de

atividades no contraturno

Implantar
atividades de contraturno
escola.

articuladas com o PP de cada



1.2.2 - 3

Oferecer formação para os 1º/2009: Em gestores municipais

SECAD - Programa MaisEducação - Curso para

Assistência **Andamento**

gestor(es)

técnica do 2

06/2009 0

(prefeitos e/ou dirigentes

Gestores Municipais municipal(is) 2º/2009: MEC

municipais de educação) Concluído par...

1º/2009: Não Iniciado

2º/2009: Não



1.2.2 - 4

Iniciado

Oferecer formação para a SECAD - Programa MaisAssistência

1Iniciadoº/2010: Não **equipe escolar**

para Educação - Curso para a técnica do 28

professor(es) 01/2011 0

implementar as atividades Equipe Escolar MEC cursista(s)

2º/2010: Não

de turno complementar por
mei...

Iniciado

1º/2011: Em

Andamento

2º/2011: Em Andamento

1º/2009: Não Iniciado

2º/2009: Não



1.2.2 - 5

Iniciado

1º/2010: Não

Estabelecer parcerias com a

SECAD - Programa Mais Assistência

Elaborar e implantar plano

Andamento

Executadas

de divulgação dos Outros pelo 4 documento(s) 1º/2009: Em 12/2009 1

avaliações município resultados das
educacionais do MEC a toda 2º/2009: Em
a ... Andamento
1º/2010:
Concluído

5. Gestão de

Finanças

1. Cumprimento do dispositivo constitucional de recursos da educação.

vinculação dos

Implementar os dispositivos constitucionais de recursos da educação.

vinculação de

1º/2008: Em Andamento



1.5.1 - 1

2º/2008: Em Andamento

Divulgar semestralmente

Executadas

para o Conselho Municipal Outros pelo 8 documento(s) 1º/2009: Em 12/2009 2
de Educação (quando município Andamento houver), Conselho do 2º/2009: Em
Fundeb e ... Andamento
1º/2010:
Concluído



1.5.1 - 2

1º/2009: Não

Qualificar o dirigente

Pradime - Programa de ApoioAssistência

municipal de educação paraos Dirigentes Municipais detécnica do 2 gestor(es) Iniciado
acompanhamento e Educação MEC municipal(is) 2º/2009: Não
divulgação dos recursos Iniciado aplicados...

2. Formação de

Professores e de Profissionais de Serviços e Apoio Escolar

1. Formação inicial de

Professores da Educação

Básica.

3. Qualificação dos

professores que atuam nas séries iniciais do ensino fundamental

séries iniciais do ensino

Assegurar o acesso à formação mínima

exigida em Lei a todos os professores que atuam nos anos/ série...

1º/2008: Em Andamento



2.1.3 - 1

2º/2008: Em Andamento

Elaborar um plano de

Executadas

formação dos professores que atuam nos anos/séries

Outros pelo município

4

diagnóstico(s)

1º/2009: Em Andamento

12/2008

1 que

Fundament...

Outros pelo município

4

diagnóstico(s) iniciais do Ensino

2º/2009: Em Andamento

1º/2010: Concluído



2.1.3 - 3

Oferecer curso de formação

Proformação - Programa de Assistência

inicial em nível médio, Formação de Professores em técnica do modo Normal/ Exercício MEC

4

professor(es)

2º/2009: Não

Magistério para séries iniciais...

Exercício

MEC

cursista(s)

Iniciado



2.1.3 - 4

Oferecer curso de formação UAB - Universidade Aberta do

Assistência

professor(es)

2º/2009: Em

inicial em nível superior para os professores que atuam Brasil - Pedagogia técnica do MEC nos anos/ séries ...

60 cursista(s)

Andamento

12/2009

0



2.1.3 - 5

Preparar concurso público

Executadas

para contratação de município

Outros pelo município

1

edital(is)

2º/2009: Não

profissionais (pelo menos

2. Formação

Continuada de Professores da

Educação Básica

1. Existência e implementação de políticas

para a formação continuada de Educa...

professores que atuam na

Implementar políticas de formação

continuada dos professores Infantil (creches...

que atuam na Educação

1º/2008: Em Andamento



2.2.1 - 1

2º/2008: Em Andamento

Elaborar um plano de

Executadas



formação continuada dos

Outros pelo

4

diagnóstico(s)

1º/2009: Em Andamento

12/2008

1

professores que atuam na

município



Educação Infantil, contendo

2º/2009: Em no...

Andamento

1º/2010:

Concluído

2.2.1 - 3

1º/2008: Não

Qualificar os professores de SECAD - CAMPO - Assistência

Iniciado

Educação Infantil que atuam Tecnologias da Educação dotécnica do

1

kit(s) de material

no campo em cursos

Campo

MEC

2º/2008: Não

Iniciado implementados

pela

secre...



2.2.1 - 5

1º/2008: Em

Qualificar os professores de

Executadas

professor(es)

Andamento

Educação Infantil utilizando

Outros pelo

1

cursista(s)

2º/2008:

07/2008

0 materiais produzidos pelo

município

Concluído MEC em cursos

im...



2.2.1 - 6

Oferecer curso de formação SECAD - Formação para Assistência

continuada para os Diversidade - Educação para a técnica do

20

professor(es)

2º/2009: Não

professores que atuam na Diversidade e Cidadania

MEC

cursista(s)

Iniciado

Educação Infantil em temas da...



2.2.1 - 7

Rede Nacional de Formação

Oferecer curso de formação

1º/2011: Não

Continuada de Professores da Assistência

continuada Educação Básica - técnica do 25 professor(es) Iniciado
(aperfeiçoamento) para os Aperfeiçoamento - Professores MEC cursista(s) 2º/2011: Não
professores que atuam na Educação Infantil Iniciado

Educação In...

2.2.1 - 9

UAB - Universidade Aberta do

Oferecer curso de formação Brasil - Especialização para Assistência professor(es) 2º/2009: Não
continuada (especialização) Professores da Educação técnica do 2 cursista(s) Iniciado
para os professores que Infantil MEC **atuam na Educação Inf...**

1º/2008: Em Andamento

2º/2008: Em



2.2.1 - 11

Andamento

Oportunizar a discussão Executadas 1º/2009: Em
dos conceitos e conteúdos Outros pelo 50 reunião(ões) Andamento 12/2009 1
trabalhados no processo de município

formação dos professore... 2º/2009: Em
 Andamento
 1º/2010:
 Concluído

2. Existência e implementação de políticas

para a formação continuada de professores, que visem a melho...



Formular e implementar políticas e

voltadas para a formação continuada dos professores que atuam nos...



2.2.2 - 1

Elaborar um plano de 1º/2008: Em
formação dos professores Executadas
que atuam nos anos/séries Outros pelo 2 diagnóstico(s) Andamento 07/2008 1
Fundament... município 2º/2008: iniciais do Ensino Concluído



2.2.2 - 12 UAB - Universidade Aberta do

Oferecer curso de formação Brasil - Especialização em Assistência professor(es) 2º/2009:
Não continuada (Especialização Alfabetização e Letramento técnica do 8 cursista(s)
Iniciado em Alfabetização e para Anos Iniciais do Ensino MEC

Letramento) para os Fundamental
profess...

1º/2008: Em

Andamento

2º/2008: Em



2.2.2 - 18

Andamento

Oportunizar a discussão

Executadas

1º/2009: Em

dos conceitos e conteúdos Outros pelo 50 reunião(ões) **Andamento** 12/2009 1

trabalhados no processo de município

formação dos professore...

2º/2009: Em

Andamento

1º/2010:

Concluído

3. Existência e implementação de políticas



para a formação continuada de professores, que visem a melho...

Formular e implementar políticas voltadas



para a formação continuada dos professores que atuam nos a...

2.2.3 - 1

Elaborar um plano de

Executadas

1º/2008: Em andamento

Outros

pelo 1 diagnóstico(s) 07/2008 0 **professores que atuam nos** município

2º/2008: anos/séries finais do Ensino Concluído

...

2.2.3 - 5

Oferecer curso de formação

SECAD - Formação para Assistência

continuada Diversidade - Educação técnica do 15 professor(es) 2º/2009: Não

(Aperfeiçoamento) em Ambiental MEC cursista(s) Iniciado

Educação Ambiental para professores e ges...

2.2.3 - 8

Oferecer curso de formação

SECAD - Formação para Assistência

continuada Diversidade - Educação técnica do 5 professor(es) 2º/2009: Não

(Aperfeiçoamento) em Integral e Integrada MEC cursista(s) Iniciado

Educação Integral e Integrada para os pro...

2.2.3 - 11 Rede Nacional de Formação

Continuada de Professores da

Oferecer curso de formação

Educação Básica - Assistência

continuada Aperfeiçoamento em técnica do 5 professor(es) 2º/2009: Em 12/2009 0

(Aperfeiçoamento na área Alfabetização e Linguagem MEC cursista(s) Andamento de
Alfabetização e para Anos Finais do Ensino Linguagem) para os... Fundamental

↳ ✓ 2.2.3 - 13 Rede Nacional de Formação

Oferecer curso de formação Continuada de Professores da Assistência
continuada Educação Básica - técnica do 5 professor(es) 2º/2009: Não
(Aperfeiçoamento na área Aperfeiçoamento em Ciências MEC cursista(s) Iniciado de Ensino de
Ciências Humanas e Sociais para Anos

Humanas e Socia... Finais do Ensino Fundamental

↳ ✓ 2.2.3 - 15 UAB - Universidade Aberta do

Oferecer curso de formação Brasil - Especialização em Assistência professor(es)
2º/2009: Não continuada (Especialização Alfabetização e Linguagem técnica do 4
cursista(s) Iniciado na área de Alfabetização e para Anos Finais do Ensino MEC
Linguagem) para os ... Fundamental

2.2.3 - 21(S) Rede Nacional de

Formação Continuada de 1º/2009: Não

Oferecer curso de formação Professores da Educação Assistência professor(es)
Iniciado continuada (Especialização Básica - Especialização na técnica do 3
cursista(s) 2º/2009: Não na área de Artes e Educação Área de Artes e Educação MEC
Iniciado

Física) para os pr... Física

1º/2008: Em Andamento

2º/2008: Em

Andamento

↳ ✓ 2.2.3 - 24

Oportunizar a discussão Executadas 1º/2009: Em 12/2009 1
dos conceitos e conteúdos Outros pelo 50 reunião(ões) Andamento trabalhados no processo
de município

formação dos professore...

2º/2009: Em
Andamento

1º/2010:

Concluído

↳ ✓ 2.2.3 - 34 UAB - Universidade Aberta do

Oferecer curso de formação Brasil - Especialização em Assistência
professor(es) 2º/2009: Não continuada (Especialização Educação
Matemática para técnica do 4 cursista(s) Iniciado em Educação Matemática) Anos
Finais do Ensino MEC para os professores qu... Fundamental

2.2.3 - 35

Oferecer curso de formação Brasil - Especialização em Assistência professor(es) 2º/2009:
Não continuada (Especialização Educação Científica para Anos técnica do 3 cursista(s)
Iniciado em Educação Científica) Finais do Ensino Fundamental ^{MEC} **para os professores qu...**

2.2.3 - 36

Oferecer curso de formação Brasil - Especialização no Assistência professor(es) 2º/2009:
Não continuada (Especialização Ensino de História para Anos técnica do MEC 3 cursista(s)
Iniciado no Ensino de História) para Finais do Ensino Fundamental **os professores que...**

3. Formação de Professores da Educação

Básica para atuação em educação especial, escolas do campo, comu...

1. Qualificação dos professores que atuam em

educação especial, escolas do campo, comunidades quilombol...

Promover programas de formação e

habilitação específica para professores que atuam em
 educação espec...

 **2.3.1 - 31**

Oferecer curso de formação SECAD - CAMPO - Formação

Assistência **continuada para os** Continuada para Professores
 técnica do 35 professor(es) 2º/2009: Não **professores dos anos** do Campo - 1º Segmento do ^{MEC} cursista(s)
Iniciado iniciais do ensino Ensino Fundamental **fundamental pa...**

 **2.3.1 - 32**

Oferecer curso de formação SECAD - CAMPO - Formação

Assistência **continuada para os** Continuada para
 Professores técnica do 4 professor(es) 2º/2009: Não **professores dos anos finais** do
 Campo - 2º Segmento do MEC cursista(s) **Iniciado do ensino fundamental** Ensino
 Fundamental **para...**

 **2.3.1 -**

Elaborar um plano de Executadas **1Andamentoº/2008: Em formação continuada dos** Outros
 pelo 1 diagnóstico(s) 07/2008 0 **professores que trabalham** município **2º/2008:**
em educação especial, em **Concluído esco...**

 **2.3.1 -**

1º/2009: Não Iniciado

2º/2009: Não

Iniciado

1º/2010: Não

Oferecer curso presencial

Assistência

de formação continuada SEESP - Programa Educação técnica do 12 professor(es) Iniciado 07/2011
 0

para os professores que Inclusiva: Direito à Diversidade MEC cursista(s) 2º/2010: Não
trabalham na educação Iniciado

espec...

1º/2011: Em Andamento
2º/2011: Em Andamento
2º/2008: Em Andamento
1º/2009: Em Andamento
2º/2009: Em Andamento

2.3.1 -

Viabilizar a formação de

Assistência

técnico(s) da equipe SECAD - Programa Escolas técnicas do professor(es) multiplicador(es)
1º/2010: Em Andamento 01/2011 0

pedagógica da rede de Ativa MEC ensino como professor-
multiplica...

2º/2010: Em Andamento
1º/2011: Em Andamento
2º/2011: Em Andamento

4. Formação inicial e continuada de professores da



Educação Básica para cumprimento da Lei 10.639/03

1. Existência e implementação de políticas

para a formação inicial e continuada de professores, que vis...

Desenvolver plano de formação continuada

de professores da educação básica visando ao cumprimento da...

2.4.1 - 1

Elaborar um plano de Executadas 1º/2008: Em formação para os Outros pelo
1 diagnóstico(s) 07/2008 0 professores da rede em município 2º/2008:
cursos de História e Cultura Concluído

Afro-brasi...

2.4.1 - 5

Capacitar professores,



da técnica do 1 unidade(s) Assistência técnicos e gestores SECAD - Programa Cor
2º/2009: Não
escolares para Cultura MEC escolar(es) Iniciado implementação da Lei 10.639/03 nas
escolas...

5. Formação do

Profissional de Serviços e apoio Escolar

1. Grau de participação dos profissionais

de serviços e apoio escolar em programas
de qualificação espe...



Promover a participação dos profissionais

de serviço e apoio escolar em
contin...

programas de formação

↳ ✔ 2.5.1 - 1

Elaborar um plano de

1º/2008: Em

Executadas

formação continuada dos Outros pelo 1 diagnóstico(s) **Andamento** 07/2008 0
profissionais de serviço e município **2º/2008:**
apoio escolar das escolas **Concluído da...**

2.5.1 - 2

Profuncionário - Curso Técnico

Oferecer curso de formação de Formação para os Assistência 1º/2010: Não **para os**
profissionais de Funcionários da Educação técnica do 15 funcionário(s) **Iniciado**
serviço e apoio escolar das (Secretaria Escolar) MEC **escolas da rede em p...**

2.5.1 - 3

Profuncionário - Curso Técnico

Oferecer curso de formação de Formação para os Assistência 1º/2010: Não **para os**
profissionais de Funcionários da Educação técnica do 15 funcionário(s) **Iniciado**
serviço e apoio escolar das (Multimeios Didáticos) MEC **escolas da rede em p...**

2.5.1 - 4

Profuncionário - Curso Técnico

Oferecer curso de formação de Formação para os Assistência 1º/2010: Não **para os**
profissionais de Funcionários da Educação técnica do 37 funcionário(s) **Iniciado**
serviço e apoio escolar das (Alimentação Escolar) MEC **escolas da rede em p...**

↳ ✔ 2.5.1 - 5 Profuncionário - Curso Técnico

Oferecer curso de formação de Formação para os Assistência 1º/2010: Não **para os**
profissionais de Funcionários da Educação técnica do 25 funcionário(s) **Iniciado**
serviço e apoio escolar das (Meio Ambiente e Manutenção MEC **escolas da rede em p...** e Infra-
estrutura Escolar)

3. Práticas Pedagógicas

e Avaliação

1. Elaboração e

Organização das práticas

pedagógicas

1. Presença de

coordenadores ou supervisores pedagógicos nas escolas

Implementar um

sistema de supervisão da



Rede Escolar.



1º/2008: Em Andamento
2º/2008: Em Andamento
1º/2009: Em Andamento
2º/2009: Em

3.1.1 - 2

Executadas

Elaborar e implementar um 32 plano de coordenação e Andamento

Outros pelo município

4 documento(s) Andamento 07/2011
1º/2010: Em supervisão da rede escolar.

2º/2010: Em Andamento
1º/2011: Em Andamento
2º/2011: Em Andamento
1º/2009: Não

3.1.1 - 3 Rede Nacional de Formação

Iniciado

Continuada de Professores da

2º/2009: Não

Oferecer cursos de Educação Básica - Aperfeiçoamento - técnica do Coordenadores e Supervisores MEC

Assistência 30 cursista(s)

professor(es)

Iniciado formação para os

1º/2010: Não coordenadores e/ou

Iniciado supervisores pedagógicos.

Pedagógicos

1º/2011:

Não



Iniciado

4. Existência de

programas de incentivo à aluno.

leitura, para o professor e o

Implantar programas de incentivo à

leitura, em especial, apoio pedagógico às escolas do campo que at...

1º/2008: Em Andamento
2º/2008: Em Andamento

3.1.4 - 1

Incluir como componente da documento(s) Andamento escolas da rede, progra...

Executadas 03/2009

1º/2009: Em política educacional, a ser considerado no PP das município

4

2º/2009: Em Andamento
1º/2010: Concluído



3.1.4 - 3 Andamento Monitorar os programas de

Executadas 1º/2009: Em

incentivo à leitura implementados nas escolas município

Outros pelo 50 reunião(ões)

Andamento

12/2009 1

da rede de ensino.

2º/2009: Em
Andamento
1º/2010:
Concluído

2. Avaliação da aprendizagem dos alunos e

tempo para assistência individual/coletiva aos alunos que apr...

1. Formas de

avaliação da aprendizagem dos alunos

Incluir como componente da política

educacional, o estímulo à

auto-avaliação e as práticas

interdis...

2º/2009: Não Iniciado

1º/2010: Não

3.2.1 - 4 Rede Nacional de Formação

Iniciado

Continuada de Professores da Assistência

Qualificar profissionais da Educação Básica - técnica do 6 professor(es) 2º/2010: Não
rede nas áreas de currículo Aperfeiçoamento - Currículo e MEC cursista(s) Iniciado

e avaliação.

Avaliação

1º/2011: Não

Iniciado 2º/2011: Não
Iniciado

2. Utilização do tempo para assistência

individual/coletiva aos alunos que apresentam dificuldade de ap...

Orientar as escolas a incluírem no PP

oferta do tempo para
coletiva aos ...

assistência individual e/ou

3.2.2 - 3

Divulgar à comunidade

Executadas

escolar a existência do Outros pelo 1 documento(s) 1º/2010: 03/2010
1 tempo de apoio aos alunos município **com dificuldades de aprendiz...**

4. Política

específica de correção de fluxo

Definir e

implementar políticas para correção de fluxo.

1º/2008: Em Andamento
2º/2008: Em

3.2.4 - 2

Andamento

Oferecer subsídios técnicos

Executadas

1º/2009: Em

para as escolas e qualificar

pelos 100

professor(es) Andamento 12/2009

1

professores e outros

município

profissionais da educa...

2º/2009: Em

Andamento

1º/2010:

Concluído

1º/2009: Em

Andamento

2º/2009: Em Andamento



3.2.4 - 3



Desenvolver atividades para Guia de Tecnologias

Assistência

Andamento reverter a situação de

Educacionais - Programa de técnica do

1008 aluno(s)

12/2009

0 fracasso

escolar por meio Correção de Fluxo Escolar

MEC

2º/2010: Em

1º/2010: Em

Andamento de programa

de correção...

1º/2011: Em

Andamento

2º/2011: Em Andamento

4. Infra-Estrutura Física e

Recursos Pedagógicos

1. Instalações físicas

gerais



1. Biblioteca:



instalações e espaço físico



Adequar ou construir as instalações da



biblioteca, adotando os padrões mínimos e a acessibilidade, c...

4.1.1 - 5

1º/2009: Em

Elaborar um plano

Andamento

Executadas

plurianual de adequação Outros pelo

1

documento(s) Andamento

12/2009

0 e/ou construção de

município bibliotecas escolares 1º/2010: adotando os padrõ...

Concluído

1º/2009: Em

Andamento

2º/2009: Em

Adequar ou construir e

Executadas



equipar as bibliotecas escolares nas escolas da rede, conforme plano Outros pelo município 25 unidade(s) escolar(es) **Andamento** 12/2010 4
Andamento 1º/2010: Em
Andamento elaborado... 2º/2010: Em
Andamento

2. Existência e

funcionalidade de laboratórios

(informática e ciências)

Implantar

gradativamente laboratórios de informática, artes, ciências, e salas de recursos multifunc...

4.1.2 - 3

2º/2009: Em
Andamento

Assistência

Adequar as escolas para receberem os laboratórios Proinfo - PDDE técnica do MEC 1 unidade(s) escolar(es) **Andamento de Informática.** 12/2009 1º/2010: Em 2º/2010: Em
Andamento

4.1.2 - 4

Assistência

Implantar laboratórios de informática nas escolas da rede. Proinfo - Programa Nacional de Tecnologia Educacional técnica do MEC 1 unidade(s) escolar(es) **Andamento** 12/2009 2º/2009: Em 1º/2010: Em

4.1.2 - 5

2º/2009: Em
Andamento
 1º/2010: Em
Andamento

Executadas

Adequar as escolas para receberem os laboratórios Outros pelo município 37 unidade(s) escolar(es) **Andamento de Ciências.** 12/2010 5 2º/2010: Em 1º/2011: Em
Andamento
 2º/2011: Em **Andamento**

1º/2009: Não Iniciado 2º/2009: Não Iniciado

4.1.2 - 6

1º/2010: Não

Implantar laboratórios de Ciências nas escolas com anos finais do ensino rede. Laboratório de Ciências -Assistência técnica do MEC 25 unidade(s) escolar(es) **Iniciado** 07/2011 0 2º/2010: Não Iniciado **fundamental da**
 1º/2011: Em **Andamento**
 2º/2011: Em **Andamento**

1º/2009: Não Iniciado

2º/2009: Não

Iniciado

1º/2010: Não

4.1.2 - 7

Implantar salas de recursos

SEESP - Programa de Assistência

multifuncionais (para

Implantação de Salas de

técnica do

3

unidade(s)

Iniciado 01/2011

1 **educação especial) nas**

Recursos Multifuncionais

MEC

escolar(es)

2º/2010: Em **escolas da rede com**

Andamento **matricu... 1º/2011: Em**



Andamento

2º/2011: Em Andamento

3. Existência e

conservação de quadra de

esportes

Implantar gradativamente espaços

adequados para as práticas

desportivas dos alunos, a

partir das ...

4.1.3 - 5

Elaborar um plano

Executadas

2º/2009:

plurianual de adequação Outros

pelo

1

documento(s)

12/2009

1

Concluído município e/ou

construção de quadras

de esportes adotando os padrões...

4.1.3 - 6

1º/2010: Em

Adequar ou construir

Executadas

unidade(s)

Andamento **quadras de esportes nas**

Outros

pelo

4

escolar(es)

2º/2010: Em

12/2010

0 **escolas da rede, conforme**

município

Andamento **plano**

elaborado.

4. Existência e

condições de funcionamento

da cozinha e refeitório



Dotar gradativamente todas as

escolas de cozinha e refeitório,

de acordo com os critérios

definidos ...

4.1.4 - 5

Elaborar um plano

1º/2009: Em

plurianual de adequação de

Outros pelo

1

Executadas

documento(s)

Andamento

06/2009

0 cozinhas e refeitórios das

município

2º/2009: **escolas e para aquisição de**

Concluído

...

1º/2009: Em



↳ ✓ 4.1.4 - 6

Andamento

Adequar e equipar as Executadas unidade(s) **2º/2009: Em cozinhas e refeitórios das** Outros
 pelo 25 escolar(es) **Andamento** 12/2009 **0 escolas da rede, conforme**
 município
plano elaborado. **1º/2010: Em**
Andamento

5. Salas de aula:

instalações físicas gerais e mobiliário
 Adequar as instalações gerais para o
 ensino a partir de padrões mínimos e acessibilidade a serem ado...

4.1.5 -

1º/2009: Em

Adequar as instalações Executadas unidade(s) **Andamento** 12/2009 4
gerais para o ensino nas Outros pelo 25 escolar(es) **2º/2009: Em escolas da rede, conforme**
 município **Andamento plano elaborado.**

↳ ✓ 4.1.5 -

Elaborar um plano

1º/2009: Em

Executadas
plurianual de adequação Outros pelo 1 documento(s) **Andamento** 06/2009 **0 das**
instalações gerais para município **2º/2009:**
o ensino e para aquisição **Concluído de m...**

↳ ✓ 4.1.5 -

Qualificar a equipe da SME

Assistência

1Andamentoº/2010: Em

para aplicação do LSE - Levantamento da técnica do 2 servidor(es) da 06/2010 0
Levantamento da SituaçãoSituação Escolar MEC SME **2º/2010: Em**
Escolar (LSE) e análise dos **Andamento re...**

1º/2008: Em Andamento

2º/2008: Em Andamento

1º/2009: Em

Andamento

↳ ✓ 4.1.5 -

Realizar levantamento da LSE - Levantamento da Executadas unidade(s) **2º/2009: Em situação**
escolar, inclusive Situação Escolar pelo 50 escolar(es) **Andamento** 12/2010 0
nas escolas indígenas e do município
campo. **1º/2010: Em**
Andamento

2º/2010: Em Andamento

1º/2011: Em Andamento

6. Condições de

acesso para pessoas com deficiência física

Incluir como componente da política

educacional, a adequação dos espaços escolares às pessoas com de...

4.1.6 - 5

Elaborar um plano

1º/2009: Em

Executadas

plurianual de adequação espaços escolares às Outros pelo 1 documento(s) Andamento 06/2009 0 dos 2º/2009: pessoas com deficiência ou Concluído mobili...

Adequação, manutenção e conservação equipamentos

geral das instalações e

Definir e implementar gradativamente

padrões mínimos de para todas as escolas da rede.

funcionamento

4.1.7 - 4

1º/2009: Não

Assistência

Garantir o fornecimento de Programa Luz para Todos - técnica do 25 unidade(s) Iniciado 12/2009

energia elétrica para todas MEC e MME MEC escolar(es) 2º/2009: Em Andamento as escolas da rede.

4.1.7 - 5

1º/2009: Não

Programa de Fornecimento de Assistência unidade(s) Iniciado Garantir o fornecimento de Água para Unidades Escolares técnica do 25

água potável para todas MEC e MS/Funasa MEC escolar(es) 2º/2009: Não escolas da rede. Iniciado

2. Integração e

Expansão do uso de

Tecnologias da Informação e

Comunicação na Educação Pública

1. Existência de computadores ligados à rede

mundial de computadores e de inform...

utilização de recursos

Implantar política

de inserção das escolas na rede mundial de computadores.

4.2.1 - 4

Implantar um programa de

1º/2010: Em

Assistência

conexão para as escolas Proinfo - Banda Larga nastécnica do 2 unidade(s) **Andamento**11/2010

com laboratório de Escolas e Gesac MEC escolar(es) **2º/2010: Em**
Informática (acesso**Andamento internet).**

2. Existência de

recursos audiovisuais

Implantar gradativamente, sala de vídeo

nas escolas da rede com

materiais didáticos atualizados.

1º/2009: Não Iniciado 2º/2009: Não Iniciado

4.2.2 - 3

1º/2010: Não

Implantar salas de vídeo Executadas unidade(s) Iniciado **com materiais didáticos** Outros
pelo 25 escolar(es) 2º/2010: Não **atualizados nas escolas da** município

Iniciado **rede.**

1º/2011: Não Iniciado

2º/2011: Não Iniciado

4.2.2 - 5

2º/2009: Não

Iniciado

Qualificar os professores Programa de FormaçãoAssistência professor(es) 1º/2010: Não

para operação e utilização Continuada Mídias na técnica do 19 cursista(s) Iniciado
adequada do material Educação MEC **didático das salas de víde...**

Dimensões	Programa	Forma de Execução	Qtde. Planejada	Unidade de Medida	Situação	Data da execução	Quantidade
					2º/2010: Não Iniciado		
					1º/2011: Não Iniciado		
					2º/2011: Não Iniciado		
↳ 3. Recursos Pedagógicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que considerem a diversidade das...							
↳ 2. Existência, suficiência e diversidade de materiais pedagógicos (mapas, jogos, dicionários, brinquedo...							
	Outros	Executadas pelo município	4	documento(s)		12/2009	1
↳ Elaborar plano de aquisição de materiais didáticos diversos (mapas, jogos, dicionários, brinquedos) ...							
↳ 4.3.2 - 4 Disseminar a utilização, entre professores, de recursos disponibilizados na rede mundial de computad...							
					1º/2008: Em Andamento		
					2º/2008: Em Andamento		
					1º/2009: Em Andamento		
					2º/2009: Em Andamento		
					1º/2010: Concluído		



4.3.2 - 5

Adquirir materiais didáticos diversos

(mapas, jogos, brinquedos) para as escolas da rede.

Kit

Pedagógico -

SEB

Assistência

técnica do 46

MEC

unidade(s)

escolar(es)

2º/2009:

Não

Iniciado

1º/2010:

Não

Iniciado

2º/2010:

Não

Iniciado

1º/2011:

Não

Iniciado

